

FERNANDO LACERDA JÚNIOR

PSICOLOGIA PARA FAZER A CRÍTICA?
APOLOGÉTICA, INDIVIDUALISMO E MARXISMO EM
ALGUNS PROJETOS PSI

PUC-Campinas

2010

FERNANDO LACERDA JÚNIOR

PSICOLOGIA PARA FAZER A CRÍTICA?
APOLOGÉTICA, INDIVIDUALISMO E MARXISMO EM
ALGUNS PROJETOS PSI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dra. Raquel Sousa Lobo Guzzo.

PUC-Campinas

2010

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t150.9
L131p

Lacerda Júnior, Fernando.

Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi / Fernando Lacerda Júnior. – Campinas: PUC-Campinas, 2010.
394p.


Orientadora: Raquel Sousa Lobo Guzzo.
Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - História. 2. Apologética. 3. Comunismo. 4. Individualismo. 5. Ideologia. 6. Historiografia marxista. I. Guzzo, Raquel Sousa Lobo. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

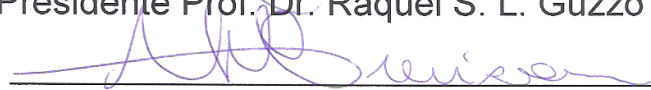
22.ed.CDD – t150.9

FERNANDO LACERDA JÚNIOR

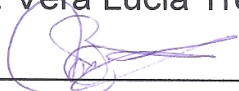
Banca Examinadora



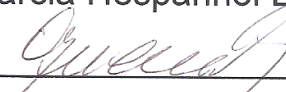
Presidente Prof. Dr. Raquel S. L. Guzzo




Prof. Dr. Vera Lúcia Trevisan de Souza



Prof. Dr. Márcia Hespanhol Bernardo



Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto



Prof. Dr. Silvana Calvo Tuleski

Dedico este trabalho para a Rafa, quem me deu apoio, amor, carinho e conforto nas horas mais difíceis. Com certeza, sem a sua ajuda este trabalho não teria terminado. Espero poder retribuir, cotidianamente, tudo o que você me ofereceu.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos quatro anos em que desenvolvi esse trabalho encontrei, assim como qualquer um, diversas experiências, algumas mais adversas e outras mais favoráveis. Descobri o quanto é verdadeiro o ditado que diz que se conhece “uma pessoa, apenas depois de comer um saco de arroz junto”. Assim como vi exemplos que apenas reforçaram a convicção de que são poucos, na academia, que sobrevivem à luta contra a degeneração moral e ao pior tipo de oportunismo e individualismo. Também tive grandes surpresas e encontrei novos vínculos onde menos esperava. Muitos marcaram a minha formação enquanto pesquisador e pessoa, e aqui fica um destaque para aquelas que me vieram a mente.

Aos meus pais, Fernando e Cida, que contribuíram para muito do que sou hoje e com quem pude dividir boa parte das coisas boas e difíceis que a vida pode oferecer.

Aos meus irmãos, Rafael, com quem eu cresci junto, e Marcelo, que eu vi crescer e que possuí uma sensibilidade com a qual aprendi muito.

Para a minha avó, Cida, que com suas histórias e indicações ativou um grande apetite por livros quando eu era novo e não me preocupava muito em pensar sobre a vida.

Um agradecimento especial para a Raquel, companheira que acompanhou a minha vida e, desde 2001, ofereceu enorme liberdade para algumas aventuras acadêmicas. Sua influência foi crucial nos meus estudos e projetos.

Aos membros do grupo de pesquisa, especialmente Luiz e Adinete, com quem pude discutir, polemizar, encontrar convergências e divergências.

Uma pequena rede internacional de intelectuais ajudou muito na construção deste trabalho. Assim, agradeço ao professor Tod Sloan que, desde 2002, com quem pude discutir, aprender, obter textos de difícil acesso e que também é um amigo; aos professores Mauricio Gaborit, Bernardo Jiménez Domínguez e Ignacio Dobles que me ensinaram muito sobre o trabalho e a militância de Ignacio Martín-Baró; à professora Ute Osterkamp que me recebeu em sua casa em uma fria tarde em Berlim para falar sobre Klaus Holzkamp e ao professor Ernst Schraube que me ajudou enquanto estive em Berlim e também me permitiu aprender muito sobre a vida e a obra de Holzkamp.

Aos professores Sérgio Lessa e Maria Adelina Biondi Guanais que fizeram parte da banca de qualificação deste trabalho e que também me ajudaram a descobrir o legado lukacsiano – a professora Adelina foi a primeira pessoa que me apresentou um trabalho de Lukács.

Aos professores Oswaldo H. Yamamoto, Silvana C. Tuleski, Vera Lúcia Trevisan de Souza e Márcia Hespanhol Bernardo que compuseram a banca examinadora desta tese e que fizeram comentários imprescindíveis para melhorar a qualidade do texto.

Agradeço também a enorme atenção e dedicação das secretárias do programa de pós-graduação, Elaine, Eliane e Maria Amélia, que sempre me ajudaram quando tive que lidar com a burocracia (extremamente gigante) da PUC-Campinas.

Aos companheiros e as companheiras de militância na corrente Liberdade, Socialismo e Revolução que foram cruciais para influenciar minha aproximação à tradição marxista.

Ao Maycon e a Ariadny, com quem venho tendo grandes experiências de convívio.

Ao CNPq que financiou a presente pesquisa.

Para ser eficaz, a crítica da psicologia deve fazer-se sem dó, e só deve respeitar o que é verdadeiramente respeitável: falsas deferências, o receio de errar externando todo pensamento ou tudo o que o pensamento implica, só encompridam o caminho sem outra vantagem além da confusão. (Georges Politzer, 2004, p. 47-48)

RESUMO

LACERDA JR, Fernando. *Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi*. 2010. 394f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, 2010.

O presente trabalho empreende uma análise histórico-sistemática de alguns projetos de psicologia com a finalidade de problematizar a relação entre os desdobramentos internos da psicologia com os acontecimentos histórico-sociais e debates filosóficos mais gerais. Argumenta-se que a psicologia enquanto complexo social específico nasceu quando a busca de compreensão da autoatividade humana pela burguesia foi abandonada e convertida na busca para justificar e naturalizar a ordem social. Para analisar este processo buscou-se delinear o terreno histórico-filosófico mais amplo do qual brotou a psicologia e utilizou-se a categoria decadência ideológica para problematizar o nascimento da psicologia. Para defender esta tese analisam-se três conjuntos de projetos “psi” que se desenvolveram entre os séculos XIX e XXI: (a) os projetos que se desenvolveram desde o surgimento do projeto de psicologia wundtiano até o “giro behaviorista” ocorrido na primeira metade do século XX; (b) as propostas que articularam psicologia e marxismo que emergiram entre a revolução russa de 1917 e a revolução cubana na segunda metade do século XX; (c) os projetos de psicologia crítica que emergiram a partir de 1968 e se desenvolveram até os primeiros anos do século XXI. Uma ênfase especial é dada para a relação entre psicologia, individualismo e marxismo. Nas considerações finais discutem-se as possibilidades de se desenvolver uma psicologia marxista e de eliminar o papel da apologética no interior da psicologia.

Palavras-chave: decadência ideológica, marxismo, psicologia crítica, individualismo.

ABSTRACT

LACERDA JR, Fernando. *Psychology to make criticism? Apologetics, individualism and Marxism in psychology*. 2010. 394pg. Thesis (Ph.D. in Psychology) - Pontifical Catholic University of Campinas, Center of Life Sciences, Post-graduation Program in Psychology, Campinas, 2010.

This doctoral thesis develops an historical-systematic analysis of different accounts in psychology with the aim of tackling the association between psychological internal developments and social and historical circumstances or broader philosophical debates. Here is argued that psychology as a particular social complex emerged when bourgeoisie converted the task of understanding human self-activity into a function of justification and naturalization of social order. To defend this thesis the broader historical and philosophical background that gave rise to psychology is highlighted. To analyse the creation of psychology the notion of ideological decadence developed by Lukács, was employed. The argument is sustained through the discussion of three groups of psychological projects that developed between 19th and 21st centuries: (a) projects that began with Wundtian psychology and ended with the “behaviourist turn” in USA; (b) approaches that articulated Marxism and psychology that emerged between Russian revolution in 1917 and Cuban revolution during the second half of 20th century; (c) different traditions of critical psychology that emerged after 1968 and that are developing until 21st century. Considerations on the relationship between psychology, individualism and Marxism are made and, then, in the final remarks, the possibilities of creating a Marxist psychology and of overcoming apologetics are discussed.

Keywords: ideological decadence, marxism, critical psychology, individualism.

RÉSUMÉ

LACERDA JR, Fernando. *Psychologie pour faire la critique? Apologétique, individualisme et marxisme dans certains projets “psy”*. 2010. 394f. Thèse (Doctorat en Psychologie) – Université Catholique de Campinas, Centre de Science de la vie, Programme de Post-Diplômé en Psychologie, Campinas, 2010.

Ce travail entreprend une analyse historique systématique de quelques projets de la psychologie qui a émergé à travers l’histoire afin de discuter la relation entre les ramifications internes de la psychologie à des événements socio-historiques et philosophiques sur le général. Il y a déclaré que la psychologie comme une complexe sociale spécifique est né lorsque la recherche de la compréhension de l’autoatividade de l’homme fait pour la bourgeoisie, elle est devenue en la recherche à justifier et à naturaliser l’ordre social. Pour analyser ce processus, il y a cherché ébaucher le terrain historique et philosophique plus large que ont germé la psychologie et il y a utilisé la catégorie désintégration idéologique, comme cela a été discuté par Luckas, pour discuter la naissance de la psychologie. Pour défendre cette thèse, il y a analysé trois séries de projets “psy” qui ont été développées entre les siècles XIX et XXI: (a) les projets qui se sont développées depuis l’émergence de projet de la psychologie wunditiano jusqu’à le “tour behavioriste” est survenu dans la première moitié du XXe siècle; (b) les propositions qui ont articulées la psychologie et le marxisme qui a émergé entre la Révolution russe de 1917 et la révolution cubaine dans la seconde moitié du XXe siècle; (c) les projets de la psychologie critique qui ont émergé à partir de 1968 et ont été développés jusqu’au début du siècle XXI. Une importance particulière est accordée à la relation entre la psychologie, l’individualisme et le marxisme. Dans la conclusion, il y une discussion sur les possibilités de développer une psychologie marxiste et éliminer le rôle de l’apologétique au sein de la psychologie.

Mots-clé: désintégration idéologique, marxisme, psychologie critique, individualisme.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	12
1. Justificativa	12
2. Apresentação	23
3. Algumas advertências	31
II. RAZÃO, NATUREZA HUMANA E DECADÊNCIA IDEOLÓGICA	40
1. Introdução	40
2. O advento do pensamento moderno e a luta contra a ontologia	42
<i>2.1. A questão da ontologia no pensamento greco-medieval</i>	43
<i>2.2. Pensamento moderno: Sujeito, natureza e essência</i>	44
<i>2.3. Pensamento moderno: Formulações da razão fenomênica</i>	52
3. Entre a apologética da subjetividade e a subjetividade apologética	56
<i>3.1. As revoluções de 1848 e a mudança do papel da burguesia</i>	57
<i>3.2. Decadência ideológica: Traços gerais</i>	61
<i>3.3. Decadência ideológica: Agnosticismo e irracionalismo</i>	69
4. Do auge do pensamento burguês até os seus antípodas: Hegel e Marx	76
<i>4.1. A “última grande filosofia burguesa”</i>	78
<i>4.2. Marx: Herdeiro de Hegel e da economia política clássica</i>	82
<i>4.3. A ontologia do ser social e a radical historicidade humana</i>	92
III. DA AUTOATIVIDADE HUMANA À PSICOLOGIA	106
1. Sobre a presença de ontologias na psicologia	107
2. Histórias da gênese da psicologia	110
<i>2.1. A psicologia experimental: Apogeu das ideias psicológicas?</i>	112
<i>2.2. Para uma crítica da mitologia da psicologia norte-americana</i>	116

3. A obra psicológica de Wundt	118
3.1. <i>A necessidade da psicologia e a legalidade específica da consciência</i>	118
3.2. <i>A psicologia nos debates kantianos e pós-kantianos</i>	122
3.3. <i>Do debate kantiano à metodolatria positivista</i>	128
4. O momento predominante da psicologia: A apologética	145
4.1. <i>As marcas da decadência ideológica no nascimento da psicologia</i>	146
4.2. <i>Apologética na psicologia: Unidade na diversidade</i>	157
IV. MARXISMO, CRÍTICA E PSICOLOGIA	169
1. Introdução	169
2. A revolução russa: Um legado contraditório	174
2.1. <i>A revolução russa: Vitória na derrota</i>	174
2.2. <i>Transformando Marx: As consequências do stalinismo</i>	190
3. A revolução russa e a construção de uma nova psicologia	198
3.1. <i>Marxismo e psicologia após a revolução russa</i>	199
3.2. <i>A determinação histórica e o destino da obra de Vygotsky</i>	212
4. De 1920 até as lutas anti-imperialistas	227
4.1. <i>Psicologia e marxismo na França e nos EUA</i>	227
4.2. <i>Lutas anti-imperialistas e a psicologia: Argélia</i>	237
4.3. <i>Lutas anti-imperialistas e a psicologia: Cuba</i>	248
5. Marxismo na psicologia e o peso histórico do stalinismo	269
5.1. <i>A manutenção da postura lógico-gnosiológica</i>	269
5.2. <i>Da suspensão da apologética ao retorno da psicologização</i>	277
V. PSICOLOGIA CRÍTICA? PÓS-MODERNIDADE E SUBJETIVIDADE	290
1. 1968 ou o começo do fim?	293
1.1. <i>Crise do capital, esgotamento do stalinismo e ofensiva neoliberal</i>	293

1.2. <i>A derrota histórica do proletariado e a busca por explicações</i>	308
2. Produtos de 1968: O nascimento e o apogeu da psicologia crítica	319
2.1. <i>Psicologia crítica: Crítica da sociedade e crítica da psicologia</i>	320
2.2. <i>Psicologia social crítica</i>	327
2.3. <i>Kritische Psychologie: A exceção que confirma a regra</i>	336
2.4. <i>Subjetividade e as grandes promessas das pequenas mudanças</i>	347
3. É a subjetividade crítica?	359
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	367
VII. REFERÊNCIAS	377

I. INTRODUÇÃO

1. Justificativa

Em meados de 2001, durante o primeiro ano da minha graduação em psicologia, comecei a participar de um grupo de estudos ligado ao Laboratório de Avaliação e Medidas Psicológicas (LAMP). A partir daí, comecei a desenvolver atividades de Iniciação Científica (IC) sob orientação da Prof^a. Dr^a. Raquel Guzzo, que duraram até o fim da minha graduação. Desde então, todos os estudos que pude desenvolver estão associados às discussões e pesquisas realizadas pelo atual grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação”. Ao longo desta trajetória posso delimitar dois momentos no que diz respeito aos temas de estudo e pesquisa.

No primeiro momento de minhas atividades de pesquisa, quatro eixos de estudos estiveram presentes: (1) a relação entre ciência e sociedade; (2) estudos de campo por meio de pesquisas, utilizando instrumentos de avaliação psicológica e social; (3) prevenção e (4) a busca por mudança social.

As discussões sobre a relação entre ciência e sociedade foram diversas: debates epistemológicos, papel social da universidade e das ciências sociais, políticas científicas etc. Posso dizer que estas primeiras discussões possibilitaram-me perceber contradições na constituição da ciência em geral e da psicologia, assim como problematizar o papel de uma universidade inserida em uma realidade muito específica. Apesar de, neste momento, ter existido o predomínio de relativo ecletismo teórico no estudo e certa desorientação diante de um universo totalmente novo.

Estas primeiras discussões culminaram em um trabalho avaliando o processo de reestruturação curricular do curso de psicologia da PUC-Campinas em 2001 (Gorchacov,

Lacerda Jr. & Guzzo, 2002) e outro texto que discutia alguns problemas da universidade no Brasil (Lacerda Jr. & Guzzo, 2002), o qual não foi publicado.

Ao mesmo tempo em que estudava tais problemáticas, comecei a participar de algumas experiências de pesquisa de campo. A primeira delas foi a aplicação e a análise de um censo comunitário que caracterizava aspectos demográficos, familiares, educacionais, habitacionais e condições de trabalho, além de levantar as necessidades apontadas pelos moradores de dois bairros de Campinas (Guzzo, Lacerda Jr., Cattini, Ito & Gorchacov, 2002).

Também participei do processo de padronização e normatização de uma escala para autoavaliação sócio-emocional de crianças, adaptada para a realidade brasileira e voltada, principalmente, à identificação de fatores de risco e proteção que subsidiariam ações preventivas em escolas (Lacerda Jr. & Guzzo, 2004).

Estas duas experiências permitiram-me adquirir conhecimentos sobre métodos quantitativos de pesquisa e, ao mesmo tempo, perceber como a riqueza das entrevistas não era apreendida adequadamente pelos instrumentos que utilizávamos ou pelas situações de pesquisa que criávamos. Assim, enquanto descobri como usar a estatística e a quantificação no estudo da realidade social ou de fenômenos psicológicos, também percebi que existiam abusos no uso destes métodos que, usualmente, resultam em uma eliminação do histórico ou do singular. Neste momento, a conclusão tirada foi a de que estudos aprofundados e qualitativos seriam o suficiente para superar reducionismos na produção científica em psicologia.

Parte destes trabalhos de pesquisa foi o estudo da questão da prevenção na psicologia. Possivelmente, este foi o tema mais importante neste primeiro momento da minha trajetória enquanto estudante inserido em um grupo de pesquisa. Estudei a questão

da prevenção em psicologia, tal como foi desenvolvida por um grupo de psicólogos dos EUA – principalmente os trabalhos de Emory Cowen e George W. Albee.

Nas discussões sobre a prevenção foi de particular importância a ênfase dada por Albee (1986) para o fato de que os esforços preventivos são inúteis sem uma articulação com ações políticas voltadas à mudança social. Discutimos também as limitações do enfoque positivista na psicologia e defendemos a necessidade de uma compreensão da subjetividade em sua complexidade e historicidade – discussão subsidiada por algumas das ideias desenvolvidas por González Rey (1996; 1997). A síntese das discussões sobre prevenção aparece em um artigo que discute a impossibilidade da prevenção primária sem emancipação humana e que as tarefas postas para realizar a emancipação humana demandam uma compreensão histórica sobre o sujeito (Lacerda Jr. & Guzzo, 2005a).

Assim, as discussões sobre prevenção articulavam-se com o estudo de intervenções voltadas para a emancipação e a mudança social – problemática que surgiu dos trabalhos de intervenção ligados ao projeto “Do Risco à Proteção” coordenado pela Prof^a. Dr^a. Raquel Guzzo. Pude participar de dois trabalhos de extensão: uma proposta de intervenção em um dos bairros em que se realizou o censo comunitário já citado e um estágio de psicologia escolar. O primeiro trabalho ainda carece de sistematizações, enquanto o segundo foi discutido por Costa (2005). Pude participar ainda, em 2003, da reflexão sobre um projeto de intervenção que visava a promover o fortalecimento (*empowerment*) de profissionais (assistentes sociais e psicólogos) que trabalhavam nos aparelhos municipais de assistência social de Campinas (Guzzo & Lacerda Jr., 2007).

Estes quatro eixos que permearam os meus primeiros passos foram fundamentais para o desdobramento do segundo momento de minha trajetória enquanto estudante e pesquisador. As discussões que vínhamos desenvolvendo no grupo de pesquisa permitiram tomar contato com diferentes produções latino-americanas da psicologia as quais

abordavam, de alguma maneira, temas que me suscitaram interesse: a relação entre indivíduo e sociedade, processos de mudança social, a constituição histórica do sujeito, problemáticas epistemológicas da psicologia etc. Este conjunto de questões contribuiu para a elaboração de um projeto de pesquisa em que procurei estudar as relações entre o sujeito e a história, a partir de histórias de vida de pessoas que participaram, de alguma forma, em tentativas de produzir mudanças sociais. Esta opção de estudo surgiu da indagação feita – durante os trabalhos comunitários já mencionados – sobre o envolvimento de algumas pessoas em uma Associação de Moradores buscando melhoras em suas condições de vida, enquanto outras permaneciam imobilizadas (Lacerda Jr. & Guzzo, 2005b).

Neste momento de pesquisa notei que, de uma forma ou de outra, aparecia na obra de diversos autores (por ex. González Rey, 1996; Lane, 1984/2001; Martín-Baró, 1983/2004) alguma referência ao marxismo¹. Este referencial, por conjugar uma teoria de caráter histórico com o projeto de mudança social e, ao mesmo tempo, ser tão rica, a ponto de criar as mais diferentes apropriações ao longo da história, acabou por chamar minha atenção e terminei por “desviar” meus estudos para a sua compreensão – particularmente os estudos marxistas de Lukács sobre a ontologia do ser social e aqueles inspirados por este.

¹ O termo marxismo é extremamente escorregadio e utilizá-lo pode criar equívocos. Uma discussão histórica sobre o termo marxismo pode ser encontrada em Haupt (1983). Seguindo as indicações de Netto (1983), sabe-se que não existe um corpo teórico único ligado diretamente ao pensamento de Marx, mas sim uma série de análises, interpretações, revisões etc. que possuem alguma referência no pensamento de Marx, mas que são profundamente diferentes entre si. Isto significa que não há um marxismo, mas vários marxismos ou que há uma tradição marxista marcada por diferenciações, divisões, antagonismos, confluências etc. No capítulo “Marxismo, crítica e psicologia” este problema é, ainda que muito superficialmente, abordado. O importante, para o momento, é destacar que quando se fala de marxismo aqui, trata-se desta tradição mais geral que não é monolítica ou única. “Marxismo” e “tradição marxista” são termos que, no presente texto, são utilizados como sinônimos. Pensamento marxista, portanto, não é o mesmo que pensamento marxiano, isto é, o pensamento do próprio Marx, o seu conjunto de ideias produzidas pelo pensador alemão. Além disso, não se pode deixar de mencionar, que a posição desenvolvida no presente texto é muito específica e diferente de várias outras posições existentes no interior da tradição marxista: trata-se daquela que resgata o pensamento marxiano enquanto uma ontologia do ser social (Lukács, 1979a).

Passei a estudar o marxismo enquanto uma tradição que inaugura um novo patamar de reflexões sobre a relação entre indivíduo e sociedade. A minha apropriação do marxismo começou de uma forma extremamente eclética, fazendo uma leitura que pouco se importava com as diferenças entre os mais diversos autores os quais, de uma forma ou de outra, lidaram com o marxismo ou mesmo as distintas posições teóricas de um autor específico ao longo de sua vida (por ex. Agnes Heller em seus momentos marxistas e “pós-marxistas”). Tentava combinar, inclusive, contribuições não-marxistas sem levar em conta aquilo que Konder (1980) destacou como uma preocupação fundamental de Lukács em sua proposta de renovar o marxismo diante das ossificações gestadas pela Internacional Socialista e pela Terceira Internacional:

...é preciso que os marxistas saibam *o que e como* devem assimilar das correntes de pensamento no Ocidente. É preciso que a assimilação seja um fator de enriquecimento do marxismo e ajude os marxistas a compreenderem melhor os problemas da realidade contemporânea, as transformações estruturais e as tendências de desenvolvimento da vida social que se definiram nas últimas décadas. De nada adianta substituir a manipulação rude do stalinismo por outras formas sofisticadas de manipulação importadas do neopositivismo, da micro-sociologia, etc. (p.97)².

Assim, no projeto de pesquisa que marcou o segundo momento de minha trajetória de estudos, tentei aprofundar-me em um estudo mais coeso do marxismo e, especialmente, dos trabalhos sobre a ontologia do ser social. Neste projeto, há uma tentativa de fazer uma apropriação teórica junto com a realização de uma pesquisa empírica em um enfoque

² A partir de já é preciso explicitar alguns detalhes sobre todas as citações literais constantes no presente texto: (a) no caso das citações em português não houve qualquer mudança no texto, mesmo naqueles textos mais antigos, marcados por regras ortográficas que hoje são inexistentes, e naqueles textos que foram publicados em Portugal; (b) todas as traduções de citações foram realizadas pelo presente autor; (c) todos os destaques (negrito ou itálico) estão presentes nos originais, não ocorrendo qualquer destaques ou alterações inseridos pelo presente autor.

qualitativo (Lacerda Jr. & Guzzo, 2005b). Este esforço foi o início das discussões que realizei no presente trabalho.

No mencionado projeto de pesquisa (Lacerda Jr & Guzzo, 2005b), um passo importante foi notar que a mera adoção de um método que permitia aos sujeitos manifestarem suas experiências de uma forma aberta não solucionava os problemas que encontramos na realização de pesquisas quantitativas. Percebi que os problemas eram decorrentes da inexistência de sólidos referenciais teóricos sobre a subjetividade, capazes de permitir avançar para além de considerações gerais sobre as narrativas elaboradas pelos sujeitos. A partir dos fundamentos teóricos gerais e das análises procedidas, a conclusão do trabalho de pesquisa apenas reafirmava algo óbvio: que os processos de tomada de consciência estão ligados às mudanças conjunturais. Em um dos casos analisados, crescentes dificuldades econômicas levaram à inserção num movimento social. Isto deu condições para o sujeito romper temporariamente com o imediatismo da vida cotidiana e criar novos sentidos para a vida, assim como desenvolver novos projetos e necessidades. As considerações finais deste trabalho apontavam para a necessidade de reflexão e pesquisa de categorias como consciência política ou consciência de classe, as vinculações entre a consciência que o sujeito possui de seu mundo, sua realidade imediata com as formas deste sujeito posicionar-se, relacionar-se com outros etc. (uma discussão mais detalhada encontra-se em: Lacerda Jr. & Guzzo, 2006).

Durante o processo de elaboração do projeto que resultou na presente pesquisa, tais constatações evoluíram para uma autocrítica quanto à inexistência de uma teoria sistemática da subjetividade na análise do processo de produção e reprodução do ser social, ainda que tenha existido a tentativa de trabalhar e desenvolver ideias em torno de tal categoria. Desta constatação cheguei à necessidade de estudar mais profundamente a categoria de subjetividade, seguindo o referencial marxista, o que significava um

aprofundamento da abordagem ontológica feita por Lukács, assim como das contribuições presentes na psicologia crítica.

Desde as pesquisas sobre prevenção, a minha principal preocupação foi a de ter uma compreensão do processo de desenvolvimento do ser social e das barreiras existentes ao desenvolvimento humano, ainda que naquele período fosse incapaz de formular o problema desta forma. Nos trabalhos sobre prevenção, a ênfase recaía sobre a questão de que o desenvolvimento de programas de prevenção só poderia resultar em adaptação otimizada à sociedade, caso não existissem ações que conscientemente buscassem a transformação estrutural de uma ordem social criadora de sofrimento, desigualdades, opressões etc. Esta discussão ligou-se à tentativa de compreender como projetos de vida e necessidades brotam no interior de determinadas condições sociais, podendo contribuir para a reprodução das atuais relações sociais ou para criar novos elementos e subverter tais relações. Tudo isto resultou na preocupação de se pensar e apropriar um complexo categorial capaz de analisar este conjunto de problemas relacionados com um projeto emancipatório.

Pensar a relação entre emancipação e psicologia foi um problema sobre o qual me defrontei graças à inserção em intervenções práticas dos projetos de extensão desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do qual faço parte. Em um primeiro momento, pensava sobre como a psicologia poderia contribuir para a transformação social; isto é, procurava a realização de mudanças sociais por meio da ação profissional. No entanto, após vivenciar a incapacidade da psicologia de responder à dura realidade de exploração e opressão que atinge as massas populares e, após a inserção em espaços de militância política, a minha conclusão foi a de que a ação profissional psicológica, enquanto práxis social muito específica, é incapaz de contribuir significativamente nas lutas dos setores explorados envolvidos nas lutas de classes. Para ilustrar o meu ponto de vista, utilizarei

uma metáfora elaborada por George Albee (1986): sem mudanças políticas significativas, a ação do psicólogo pode, no máximo, ter o mesmo efeito que o de uma pessoa tentando secar uma pia com a torneira aberta.

Foi deste ponto de vista que elaborei um pequeno texto sobre a questão da libertação na obra de Ignacio Martín-Baró, defendendo a ideia de que a tarefa de libertação demanda algo muito diferente do que as propostas de “compromisso social” ou do terceiro setor, pois nenhuma delas coloca a luta de classes no horizonte. Assim, mais do que a ação profissional psicológica, a melhor alternativa para o psicólogo que quer uma autêntica transformação social é a tomada de posição clara e resoluta nas lutas de classes (Lacerda Jr., 2007).

Este trabalho assumia a concepção marxiana de que a identidade entre essência humana e a totalidade das relações sociais é a identidade entre libertação do gênero humano e transformação da sociedade (Marx, 1845/s/d; Tertulian, 2004). Neste sentido, emancipação é a resolução da contradição entre, de um lado, a existência de condições sociais que possibilitam a apropriação do patrimônio histórico criado pelo gênero humano por qualquer indivíduo e, de outro, a vigência de relações sociais que bloqueiam a efetivação desta apropriação. Colocando em termos mais claros, trata-se da resolução da contradição entre grau alcançado do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção existentes.

Pouco tempo depois, tomei contato com um livro de Yamamoto (1987) que, de certa forma, desenvolvia ideias muito parecidas com o que eu vinha pensando. Nesta obra, o autor critica, sob o ponto de vista marxista, as alternativas em psicologia e desnuda as propostas, pretensamente emancipatórias, que surgiram no interior da disciplina.

Que, por fim, a despeito do valor que possa ter como ‘alívio do sofrimento humano’, ou como denúncia da dominação, deve-se

perder a ilusão de um papel que historicamente não está reservado ao psicólogo enquanto um trabalhador intelectual geralmente pertencendo às camadas médias, muito menos à Psicologia, no processo de transformação estrutural da sociedade, por mais tênue que seja a ligação (Yamamoto, 1987, p.80).

Estas ideias fundamentaram um passo posterior na minha discussão sobre a psicologia. Com as reflexões apontadas, cheguei à conclusão de que a ação psicológica, por mais bem-intencionada que seja, não consegue transformar as condições sociais determinantes na criação de sofrimento, exploração e opressão. Ao se ter em mente que a resolução do conjunto de preocupações sobre o problema da emancipação está nos rumos e acontecimentos das lutas de classes do presente, a psicologia não só é incapaz de contribuir para processos de transformação social progressiva, mas geralmente é parte do problema ao traduzir questões sociais, históricas e políticas em termos individualizantes, intimistas e naturalizantes. Pude aprofundar estas ideias tomando contato com a contribuição de Parker (2007a) sobre a necessidade de ir além da psicologia.

Ações de cientistas e profissionais engajados na psicologia podem auxiliar a compreensão de processos ideológicos, o sofrimento humano sob o capitalismo e outros fenômenos sociais, mas isso, frequentemente, é resultado da integração de proposições exteriores à ciência psicológica ou do impacto de situações revolucionárias sobre ela. A psicologia é um aparato composto por ideias e práticas que emergiu quando a reprodução das concepções de individualidade isolada, necessárias à manutenção da ordem do capital, encontrou na construção de uma ciência parcial um momento importante para a disseminação da estrutura de comando da burguesia (Parker, 2007a). As explicações psicológicas, em geral, partem de uma noção fundamental – o indivíduo isolado – que, em última instância, é substrato da determinação mais essencial da sociedade burguesa: a propriedade privada. Afirmar isso, não significa dizer que não existe personalidade, sujeito

ou subjetividade, mas sim que só é possível superar o tratamento, ideologicamente unilateral, que a psicologia oferece para estas categorias tomando-as como parte da ciência única da história. O projeto de uma psicologia, assim como o projeto de uma sociologia, é reflexo de uma fratura ideológica da totalidade historicamente produzida pela burguesia em seu período de decadência ideológica – esta ideia é abordada e aprofundada ao longo de todo este trabalho.

De qualquer forma, o importante é enfatizar que este conjunto de reflexões resultou em uma mudança na trajetória de desenvolvimento desta tese de doutoramento. Cheguei ao doutorado com a intenção de continuar realizando estudos sobre processos de tomada de consciência nas sociedades contemporâneas, mas, durante a escrita do projeto de qualificação, percebi que se não avançasse teoricamente nas discussões sobre subjetividade no interior da tradição marxista, o estudo empírico terminaria reproduzindo os mesmos problemas dos trabalhos anteriores. Por isso, decidi dedicar energias para tentar suprir o vazio teórico existente na minha formação, realizando uma discussão sobre a subjetividade coerente com o pensamento marxiano, analisando algumas manifestações pretensamente críticas ou emancipatórias na psicologia para estabelecer seus limites e horizontes ideológicos. Todavia, esta preocupação com a apropriação de algumas concepções de subjetividade no interior da psicologia crítica e, ao mesmo tempo, no interior da tradição marxista, mudou após a qualificação do projeto de tese e de alguns debates e estudos. O foco do presente estudo passou a ser a problematização da emergência histórica de um conjunto de “psicologias críticas” na contemporaneidade. Em que momento se começou a falar de psicologia crítica? Quais acontecimentos históricos influenciaram a sua emergência? Seria possível o fortalecimento de uma crítica da psicologia e da sociedade favorável à emancipação humana ou ao comunismo em um período de ofensiva burguesa?

Assim, o desenvolvimento deste trabalho sofreu algumas mudanças de rota ao longo de seu percurso. A primeira foi a mudança do terreno do debate: perceber que o estudo empírico da consciência de classe só pode ser devidamente alcançado como parte dos esforços de estudo e elaboração de uma ontologia da subjetividade. A segunda mudança foi o processo de adequação do problema estudado aos meus próprios limites na redação desta tese: inicialmente tentei fazer um esforço de sistematização e apropriação dos debates sobre a subjetividade na psicologia e no marxismo. No entanto, o estudo mais aprofundado destas questões revelou o quanto eu estava – e ainda estou – longe de compreender o emaranhado de problemas neste campo.

A partir do momento que reorientei meus estudos para a apropriação e elaboração de ideias sobre a subjetividade e a psicologia crítica, tomei contato com uma enorme diversidade de tradições, elaborações e discussões que quase sempre convergiam no repúdio explícito e superficial (como espero demonstrar com este trabalho) do marxismo. Este repúdio resultou em um empobrecimento da capacidade de explicação dos processos sociais vigentes na contemporaneidade. Mas, ao invés de descartar estas teorias como meras especulações teóricas, cheguei à hipótese de que a compreensão deste repúdio explica a constituição do estado atual das coisas no campo da psicologia, que problematizá-lo é contribuir para o necessário balanço da enorme derrota histórica que o maior projeto de construção de uma alternativa à sociedade do capital sofreu no século XX.

Desta hipótese desdobrou-se outra: a proliferação de tentativas de se afirmar que pela subjetividade e pela psicologia pode-se alcançar a emancipação humana nos círculos acadêmicos em uma época de ofensiva ideológica conservadora seria uma virtude ou uma indicação de que a psicologia é parte do problema? A contribuição fundamental dos textos de Yamamoto (1987) e Parker (2007a) serviu para reorientar a investigação para as origens

da psicologia enquanto complexo parcial do ser social e para o processo de surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de perspectivas críticas na psicologia.

Por isso, da tentativa de apropriação das discussões correntes no campo da psicologia e da elaboração de uma ontologia da subjetividade, passei para um trabalho de análise sobre o desenvolvimento da própria psicologia, de algumas teorias críticas da psicologia e sobre como somente certo tipo de crítica passou a predominar a partir dos anos 1970. Ainda que muito tardiamente, entendi que qualquer processo de apropriação e elaboração teórica sobre a subjetividade é precedido por um momento negativo o qual, no caso desta tese, foi focalizado na crítica da “psicologia crítica”. Questionar os limites e as possibilidades de algumas modalidades de “psicologia crítica” e reconstruir o terreno histórico em que elas emergiram foi o que tentei fazer nesta tese de doutorado.

2. Apresentação

Nas discussões e pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” existiram diferentes experiências de pesquisas quantitativas (por ex. Lacerda Jr. & Guzzo, 2004; Guzzo, 2007a) e qualitativas (Costa, 2005; Guzzo & Lacerda Jr., 2007; Faria, 2009). Em certo momento, o grupo realizou pesquisas qualitativas com o intuito de apreender campos da realidade social, da relação do indivíduo com a sociedade que não eram abarcados pelo uso das escalas que foram utilizadas anteriormente.

No entanto, pelo menos no meu caso, quando se passou à análise dos dados de pesquisas qualitativas, foi possível notar que o problema não era de caráter metodológico. O que não existia era a percepção de que os métodos de pesquisa carregam consigo concepções de realidade, de indivíduo e de subjetividade. Neste sentido, pelo tortuoso caminho da experiência, chegou-se à conclusão de que se repetia um erro que diferentes

autores já criticaram na psicologia: buscar no método ou em técnicas de pesquisa, soluções para problemas que possuem um caráter fundamentalmente teórico, isto é, por muitas vezes o que existe na psicologia é uma falsa centralidade do método (González Rey, 1997; Sloan, 2002).

Tratava-se, portanto, de uma abordagem idealista: uma busca por compreender a realidade pela adoção de um método X ou Y significa que o ponto de partida não é a própria realidade, mas sim um conjunto arbitrário de regras lógico-formais que ditam ao sujeito pesquisador procedimentos adequados para se lidar com objetos de estudo.

Estas pesquisas articulavam – e ainda articulam – seus problemas específicos com tentativas de contribuir em processos de libertação por meio da psicologia – temática que permeia diversas produções do grupo de pesquisa (por ex. Costa, 2005; Faria, 2009; Guzzo, 2003; 2007b; Guzzo & Lacerda Jr., 2007). Em geral, as atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa tentam abordar como a psicologia pode pensar e contribuir para o problema da emancipação analisando, criticando e intervindo em um conjunto de espaços e processos sociais, a saber: espaços educacionais (escolares ou não), atividades políticas em bairros populares, elaboração de políticas públicas e o estudo da constituição da personalidade do sujeito.

Estas preocupações do grupo de pesquisa possibilitaram problematizar a presença ou ausência de reflexões aprofundadas sobre a categoria³ subjetividade na psicologia e

³ Lukács (1979a) resgata a elaboração marxiana de que categorias são determinações da existência e formas de ser, isto é, não são elaborações arbitrárias do sujeito, mas “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas interrelações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (p. 28). Em outro texto, Lukács (1968/2007, p. 226) afirma: “as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria” – uma definição próxima desta, também está presente no prólogo da *Estética* de Lukács (1966), onde o filósofo húngaro diferencia o procedimento (lógico-gnosiológico) das definições do procedimento (ontológico) da busca das determinações. Netto e Brás (2006), com Marx e Lukács, explicam que as categorias possuem uma dimensão ontológica e outra reflexiva. Uma categoria é ontológica, porque têm existência real, independente da consciência humana. Já a dimensão reflexiva só emerge quando os seres humanos, a partir da manifestação imediata da categoria, tomam

resultaram no surgimento de dúvidas sobre a complexa relação entre psicologia e processos de libertação. A contribuição que o presente trabalho tentou oferecer para as investigações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa foi a de problematizar a forma como a psicologia relacionou-se com diversas maneiras de se compreender a subjetividade humana e, neste processo, contribuir para que homens e mulheres possam superar distintas formas históricas de alienação. Foi uma tentativa de abordar, de uma angulação muito específica, a relação da psicologia com a emancipação humana.

O exposto é suficiente para explicar que o presente estudo não se faz dentro dos marcos predominantes nas tendências “críticas” de hoje, mas insere-se em uma tradição específica que busca destruir as barreiras sociais existentes ao pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Somente assim a ciência na contemporaneidade pode cumprir o papel de complexo social que media a relação entre os seres humanos e o seu mundo, possibilitando a produção e apropriação de um reflexo verdadeiro da realidade social.

Claro está que a análise aqui empreendida parte da tradição marxista. O marxismo possibilita uma análise da realidade social, não nega ou relativiza a possibilidade de conhecimento e oferece bases para a crítica radical⁴ do existente. Este entendimento é muito bem expresso nas palavras de Netto (1996a) ao pensar, especificamente, a vida cotidiana:

Exceto se se quiser arcar com os ônus do sociologismo (com a descrição impressionista e inorgânica de traços epidérmicos da cotidianidade), do positivismo e suas derivações (o registro ‘objetivo’ das características fatuais da cotidianidade, tomadas na

consciência da sua existência e apreendem sua estrutura fundamental, quando reproduzem idealmente uma categoria em seu dinamismo e em suas relações por meios conceituais.

⁴ Daqui em diante, a palavra radical é sempre empregada com um sentido muito preciso apontado por Marx: “A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem” (Marx, 1844/2005, p. 151).

sua imediaticidade) ou do tendencial irracionalismo fenomenológico (com a instauração de ‘mediações’ evanescentes, incontroláveis na sua redução especulativa), o tratamento conseqüente da vida cotidiana requisita o arsenal heurístico elaborado por Marx (p. 85).

Começando pelo entendimento de que toda tentativa de compreensão da relação entre indivíduo e sociedade necessita de uma teoria sobre a subjetividade e a sua relação com a objetividade, este estudo valeu-se da hipótese de que a psicologia, em suas mais distintas manifestações, é um conjunto de teorias sobre uma forma histórica, alienada e isolada, de individualidade, isto é, a origem e o desenvolvimento da psicologia não estiveram voltados à compreensão da autoatividade humana, mas a uma configuração alienada e historicamente específica da subjetividade humana. Sendo assim, desde o surgimento da psicologia até as sofisticadas teorias sobre a subjetividade da atualidade, passando pelas mais diversas tradições teóricas como o behaviorismo, o cognitivismo e o humanismo, o que há na psicologia são teorias que representam tendências ideológicas profundamente conservadoras que, ao final, contribuem para a reprodução do *status quo* e da sociabilidade regida pelo capital – ainda que seja possível reconhecer contribuições parciais destas tendências ao estudo das relações reais entre indivíduo e sociedade.

Em síntese, fundamentando-se no marxismo, o objetivo primordial deste trabalho foi o de *analisar as condições históricas e ideológicas de emergência de um complexo social particular dedicado a produzir “teoria” sobre os seres humanos, assim como das diversas críticas e tentativas de reconstrução ou superação deste complexo: a psicologia.* Trata-se de um trabalho de análise de proposições teóricas que emergiram na e com a psicologia, desde o século XIX, com a finalidade de verificar as suas relações com as

distintas mudanças ocorridas nas lutas de classes tal como foram configuradas em suas determinações mais essenciais desde 1848.

A tese central defendida no trabalho como um todo é a de que o surgimento da psicologia não foi um avanço para a compreensão da autoatividade humana e nem uma contribuição para a superação de condições sociais alienadas de existência. Pelo contrário, o surgimento da psicologia foi a afirmação mesma das condições humanas de alienação. Quando a humanidade caminhou para superar a alienação, os domínios psicológicos foram ameaçados; quando se intensificou a reprodução de relações sociais alienadas e alienantes, o domínio da psicologia se fortaleceu.

Não obstante esta tese central, cada capítulo desenvolve e defende um conjunto específico de teses que são provenientes da primeira. Além deste primeiro capítulo introdutório, o trabalho possui outros cinco capítulos.

A principal tese explorada no capítulo II pode ser esquematicamente formulada da seguinte maneira: da Antiguidade até a decadência do feudalismo, as principais manifestações teóricas eram marcadas por uma preocupação fundamentalmente ontológica, enquanto a burguesia rompeu, ainda que incompletamente, com todo o pensamento anterior e levou tanto para a filosofia, quanto para a ciência uma postura lógico-gnosiológica que tem como ponto de partida e de chegada a subjetividade e não a realidade objetiva. A função deste capítulo é a de delinear o terreno histórico e teórico mais amplo que possibilitou a emergência da psicologia e de distintas modalidades de crítica à psicologia, assim como apresentar alguns dos fundamentos ontológicos e teóricos que permeiam todas as discussões posteriores.

Para tal, realiza-se um brevíssimo debate sobre os antecedentes, o surgimento e o desenvolvimento do pensamento moderno. Aqui é sublinhado o fato de que o advento das revoluções burguesas serviu para, no plano da teoria, se compreender, de uma forma

qualitativamente diferente e superior a todas anteriores, a relação entre seres humanos, natureza e história. Todavia, a contraditória relação entre as proposituras teóricas do pensamento greco-medieval com o pensamento burguês, decorrente das inerentes limitações do último e das condições históricas em que ele se desenvolveu, fez com que diversas limitações do primeiro permanecessem insuperadas. Assim, o traço constitutivo do pensamento moderno é uma postura lógico-gnosiológica diante do processo de conhecimento do mundo que, ao suspender uma reflexão ontológica consciente, reproduz as impositões ontológicas características do pensamento greco-medieval.

O capítulo ainda discute as importantíssimas consequências resultantes da conversão da burguesia de classe revolucionária para classe conservadora, isto é, em uma classe social que subordinava tudo à defesa de um sistema de exploração e opressão que perpetua a sua existência enquanto classe dominante. Aqui emerge a segunda ideia importante apresentada no capítulo: a partir de 1848, a burguesia ingressa em um período de decadência ideológica e, com isso, abandona a tarefa de conhecer o mundo em suas determinações essenciais. O ato de conhecer a natureza, a sociedade e o ser humano passa a se subordinar aos interesses mesquinhos e particulares da burguesia.

Conhecer e transformar o mundo em sua essência passou a ser uma possibilidade apenas para aqueles que adotassem um ponto de vista antagônico àquele da burguesia, isto é, que representassem os interesses da classe social, o proletariado, que só tem a ganhar com a revelação do “ser-precisamente-assim” da sociedade. Este é o caso da ontologia marxiana que não só herdou as principais aquisições do pensamento burguês, como as elevou para um patamar qualitativamente superior ao elaborar uma ontologia materialista radicalmente histórica.

No capítulo seguinte (capítulo III) localiza-se o lugar da psicologia no terreno delineado anteriormente. Antes disso, ainda com a finalidade de explicitar a aproximação

que é realizada neste trabalho e de diferenciá-la de certas “histórias” vigentes no interior da psicologia, realiza-se uma breve discussão sobre a relação entre psicologia e ontologia, assim como uma breve apresentação da história “tradicional” da psicologia.

Em seguida, passa-se para uma apresentação sobre o nascimento e o desenvolvimento histórico e teórico da psicologia até o início dos anos 1940. Para fazer isto, o restante do capítulo divide-se de forma a descrever e problematizar: (a) o desenvolvimento dos debates teóricos que precederam o nascimento da psicologia no fim do século XIX; (b) explicitação das diferenças e semelhanças entre os principais projetos de psicologia existentes entre 1879 e os anos 1940; (c) como a decadência ideológica se manifestou ao longo da história da psicologia.

Tal análise explicita as raízes e o contexto históricos do projeto de criação da psicologia enquanto ciência independente e possibilita compreender como certas psicologias se fortaleceram ao longo do século XX. Além disso, ela permite apontar para as razões pelas quais a psicologia nasceu tardiamente.

No capítulo IV argumenta-se que a apologética da individualidade isolada pela psicologia foi questionada, alijada e parcialmente, superada pela crítica que tirou sua força-motriz de distintas situações revolucionárias que proliferaram pelo mundo ao longo do século XX. O capítulo dedica-se a apresentar as condições históricas em que se desenvolveram algumas das principais críticas à psicologia, assim como discute as principais teses elaboradas por aqueles que, de alguma maneira, articularam marxismo e psicologia.

Uma tese central defendida neste capítulo é a de que a consolidação, no fim da década de 1920, do fenômeno histórico que ficou conhecido como stalinismo – e a consequente perversão do marxismo e das revoluções proletárias – foi determinante para todo o desenvolvimento ulterior das tentativas de articular psicologia e marxismo nascidas

ao longo do século XX. O peso histórico da revolução russa e a presença marcante e virulenta do stalinismo por todo o mundo e em todas as tentativas de revolução social que ocorreram nesta época tiveram efeitos contraditórios no plano teórico. No caso da psicologia, o stalinismo contribuiu para a proliferação de diversas críticas marxistas da psicologia, mas também funcionou como um obstáculo o qual, em última análise, cumpriu o papel de restaurar a apologética da individualidade isolada, mesmo entre aqueles que buscaram romper com ela.

No capítulo seguinte (capítulo V), há uma exploração sobre a restauração da apologética da individualidade isolada na psicologia que se desenvolveu a partir da década de 1970. O foco de análise não é tanto a psicologia hegemônica, mas sim o tipo de teoria psicológica que foi desenvolvida por círculos intelectuais que se apresentam com roupagens de esquerda. A tese desenvolvida é a de que a hegemonia contemporânea de perspectivas teóricas subjetivistas sobre a subjetividade na psicologia crítica relaciona-se com dois acontecimentos cruciais: a derrota de movimentos de lutas políticas da classe trabalhadora ao longo do século XX; a mudança e o fortalecimento do processo de reprodução ampliada do capital nas sociedades contemporâneas. Abandono dos horizontes de luta revolucionária, justificação da ordem imperante, perplexidade diante das transformações do capitalismo, irracionalismo e pessimismo quanto às possibilidades de conhecimento e transformação radical da sociedade são os elementos constitutivos da emergência da nova psicologia “crítica” que se consolidou a partir do fim da década de 1960.

O capítulo VI elabora as considerações finais do trabalho. Faz um balanço de toda a discussão apresentada anteriormente e tenta formular respostas a quatro perguntas que podem ser desveladas da análise da relação da psicologia com a ordem social, assim como dos avanços e retrocessos das distintas críticas elaboradas à psicologia. Por que a

psicologia existe? Por que existe uma disciplina específica que afirma explicar a ação humana? É possível uma psicologia marxista? É desejável uma psicologia marxista? O fato da crítica ontológica do processo de reprodução do ser social encontrar na psicologia mais um obstáculo do que um ponto de apoio, mostra que não só é possível ou desejável o desenvolvimento de uma psicologia marxista, mas que para se fazer a crítica do real é necessário dissolver a psicologia e que, tal como ocorre no caso de qualquer proposição teórico-ideológica, a dissolução da psicologia depende da abolição de condições sociais de alienação.

Abolir a psicologia não significa que se deve ignorar ou secundarizar a subjetividade, mas tomá-la pelo que ela é: *parte*, ainda que essencial, do processo social de autoconstrução dos seres humanos. A condição para a elaboração da crítica radical da psicologia e da sociedade reside na elaboração de uma concepção ontológico-histórica sobre a substância da história humana, sobre os seres humanos. Tal concepção não existiu e, justamente por isto, qualquer abordagem psicológica conduz à apologética ou mistificação da sociedade capitalista.

3. Algumas advertências

Antes de passar ao trabalho propriamente dito, é preciso fazer algumas pequenas advertências sobre aspectos que, se ainda não estão explícitos, devem ser esclarecidos sobre a análise aqui empreendida.

Aqui se realizou uma análise do processo de surgimento da psicologia e de algumas das suas abordagens teóricas sem fazer qualquer concessão ao “espírito do tempo” (*Zeitgeist*) que marca indelevelmente a intelectualidade “crítica” contemporânea. Assim, aqui não há qualquer dúvida de que a existência humana desdobra-se em um processo

histórico uno e unitário, diante do qual é tarefa da filosofia e da ciência traduzir e reproduzir idealmente o seu movimento real.

Se o desenvolvimento material da história humana é real e ele tem como força-motriz a autoatividade humana inaugurada pelo trabalho, não há qualquer dúvida de que os seres humanos podem conhecer os nexos mais essenciais dessa realidade. Assim, à ciência e à filosofia cabe entender a *verdade* da história humana – o que não elimina a possibilidade da ciência errar e nem significa que o conhecimento humano é uma fotografia idêntica à realidade, pois sabe-se que o conhecimento do movimento material da realidade se dá por um processo permanente de aproximação pelo sujeito.

Tal como Lukács (1966) apontou, nem mesmo o mais radical dos idealistas, na hora de atravessar a rua, espera para discutir se o veículo que vem em sua direção é verdadeiro ou não, mas apenas atravessa a rua. Obviamente, no caso do estudo da sociedade e dos problemas humanos, as coisas são mais complicadas do que atestar a materialidade de um veículo em movimento, mas nem por isso elimina-se a possibilidade de se alcançar a verdade. Entre o discurso do torturador a serviço de uma ditadura militar e o discurso de um ativista preso há uma diferença qualitativa que só pode ser captada se se tem no real, na objetividade do ser social o momento resolutivo. Ao intelectual cabe optar entre a conveniência ideológica do relativismo irracionalista contemporâneo e a radicalidade da ontologia histórico-materialista. Obviamente, a alternativa efetivada depende da sua relação com a atividade de interpretar o mundo enquanto transforma-o.

Tendo afirmado isto, cabe apontar para algumas peculiaridades do texto. Primeiramente, é preciso afirmar que se priorizou uma análise histórica em detrimento de uma análise sistemática das distintas manifestações da psicologia aqui abordadas. Isto significa que no texto há um predomínio da discussão dos processos históricos determinantes sobre a análise interna das abordagens teóricas que são descritas e

apresentadas. A finalidade da discussão histórica é apenas a de assinalar o solo histórico de certas concepções sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Sem esta dimensão da análise é impossível, por exemplo, ter uma correta compreensão sobre o significado histórico das concepções teóricas defendidas por Vygotsky ou de qualquer outro teórico.

Pode-se dizer que a prioridade da análise histórica manifesta-se de duas maneiras. Em primeiro lugar, o texto faz referência, sempre que possível, ao conjunto de condições sociais e históricas em que determinadas elaborações teóricas específicas emergiram. A análise das condições sociais parte de contributos marxianos e marxistas sobre o processo de reprodução do ser social regido pelo capital. Isto porque existem determinações essenciais que ligam as distintas fases da história humana e que são precisamente captadas pelo marxismo. O trabalho centra-se, fundamentalmente, nas discussões que se desdobraram entre o fim do século XIX e o início do século XXI, ou seja, um período da história humana que foi marcado pelo conflito entre capital e trabalho que caracteriza toda e qualquer formação social que veio à luz desde o fim do século XIX.

Não cabe descrever como marxistas analisam a história – problema que, por si só, já é objeto de polémicas – mas pode-se oferecer algumas orientações que permitam ao leitor alheio à análise marxista não se perder em algumas afirmações desenvolvidas nos capítulos seguintes⁵.

O capitalismo é um sistema de organização social em que impera a produção generalizada de mercadorias. Sua direção e força impulsionadora são provenientes da busca incessante e incontrolável por acumulação. Para este sistema ser possível, produtores diretos e meios de produção foram separados e isto, conseqüentemente, criou uma relação específica entre produção e consumo. A separação entre produtores diretos e meios de produção significa que o processo de reprodução do capitalismo tem como conflito

⁵ Textos introdutórios magistrais que possibilitam ao leitor uma iniciação aos nexos principais do marxismo foram escritos por Lessa e Tonet (2008), Mandel (1982) e Netto e Braz (2006).

essencial – o que não significa que este seja o único conflito vigente no capitalismo – aquele que se dá entre detentores da propriedade privada dos meios de produção e aqueles que só podem sobreviver mediante a venda de sua força de trabalho para os primeiros (Mandel, 1982; Meszáros, 2000).

Esta forma histórica de organização da vida social possibilitou um salto ontológico que marcou a história humana: a criação de bases objetivas para a humanidade alcançar a abundância, isto é, ter a capacidade de produzir mais do que a humanidade pode consumir. Por isso, fala-se do capitalismo como uma sociedade de abundância. No entanto, a força-motriz ligada ao conjunto de relações sociais que possibilitaram a emergência da abundância na história humana foi a busca incessante por lucro. Aumentar a taxa de lucro é fundamental para a sobrevivência de cada capitalista singular, pois quanto mais se acumula melhores condições de concorrência ele possui. Concentração e centralização são tendências históricas do capitalismo que existem desde seus primórdios e que são visíveis nos grandes monopólios vigentes na atualidade. No entanto, a tendência à acumulação e centralização impulsionada pela busca por lucro tem resultados desastrosos. Quanto maior acumulação e centralização, maior o desemprego estrutural. Quanto maior a riqueza social, maior a pauperização de extensas massas populacionais. A lei geral da acumulação capitalista é a tendência à pauperização da classe trabalhadora mundial na medida em que cresce a riqueza social. Assim, ao mesmo tempo em que as relações sociais constituintes da sociedade capitalista possibilitaram historicamente a abundância, elas, contraditoriamente, se configuram de forma a restringir cada vez mais a apropriação da abundância produzida socialmente (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

Ainda que o capitalismo na contemporaneidade tenha passado por diversas transformações, é importante salientar que a sua estrutura fundamental não foi substancialmente alterada. Por maior que seja o número de transformações pelas quais o

capitalismo passou, elas não resolveram ou eliminaram os limites e as contradições presentes na reprodução ampliada do capital, especialmente a contradição básica entre tendência à socialização da produção e a tendência à apropriação privada do excedente, que nada mais é do que a contradição entre o grau alcançado de desenvolvimento do patrimônio do gênero humano e as possibilidades reais de apropriação deste pela grande maioria da humanidade (Mandel, 1982; Meszáros, 2000).

Estes são os marcos gerais que determinam as condições sociais que predominaram ao longo do capitalismo. Em cada capítulo são oferecidas descrições histórico-concretas específicas sobre cada período particular em que diversas teorias psicológicas emergiram.

A segunda forma como a prioridade da análise histórica se manifesta no presente texto é na seleção de textos utilizados para a discussão aqui empreendida. Optou-se pela seleção de textos que realizam sínteses histórico-teóricas sobre os projetos de psicologia que foram analisados. Em outras palavras, ao invés de realizar uma análise sistemática do conjunto de ideias de cada autor, optou-se por trabalhos de história da psicologia que sintetizam a trajetória do conjunto de ideias ligados a um determinado projeto de psicologia.

Assim, no capítulo III, encontram-se referências a textos de síntese histórica (como Danziger, 1979; 1998; Ferreira, 2006a; 2006b; Leary, 1978; 1979) ao invés de realizar uma análise interna das publicações de Wundt, de Titchener, do funcionalismo, do behaviorismo e das pesquisas experimentais realizadas entre o fim do século XIX e o início do século XX. Da mesma forma, no capítulo IV, quando se discute a psicologia histórico-cultural e seus desdobramentos, o recurso não foi tanto aos trabalhos de seus principais teóricos como Vygotsky ou Leontiev, mas aos trabalhos de Lompscher (2006) ou Elhammoumi (2001) que abordaram os primórdios e os desenvolvimentos ulteriores das ideias de Vygotsky. Mesmo quando se utilizou a referência direta de Vygotsky, a opção foi

por um manuscrito que realizou uma síntese da história da psicologia: o clássico ensaio “O significado histórico da crise da psicologia” (Vygotsky, 1927/1997).

Este procedimento se repete no restante deste manuscrito. Assim, pode-se perceber que o presente texto faz recurso, talvez de forma abusiva, a referências secundárias, ainda que se reconheça os perigos inerentes a este tipo de abordagem⁶. Todavia, isto não significa que a análise sistemática foi eliminada completamente do texto apresentado.

Isto ocorreu por, pelo menos, três razões: (a) um olhar totalizante ao conjunto de ideias psicológicas desenvolvidas entre o fim do século XIX e o início do século XXI seria impossível sem “subir no ombro do gigante”, ou seja, sem se utilizar de todas as produções precedentes sobre a história das principais influências teóricas ou daquelas propostas mais marginais; (b) a análise empreendida no texto final desta tese de doutorado resultou de hipóteses investigativas formuladas tardiamente, produzidas somente após uma extensiva confrontação de diversos textos que abordaram problemas ontológicos e epistemológicos da psicologia e da ciência ou da filosofia como um todo; (c) a interpretação que se faz do desenvolvimento da psicologia não possui muitos precedentes (o que não significa que eles não existam) e isso coloca dificuldades adicionais para uma análise totalizante da psicologia enquanto complexo social.

De qualquer forma, cabe esclarecer que o recurso às referências secundárias não resulta em acordo total e completo com os autores que analisaram a história da psicologia. Assim, por exemplo, se o presente autor dependeu enormemente da aprofundada história dos primeiros anos da psicologia enquanto projeto científico que foi escrita por Danziger

⁶ Harris (1979) oferece uma interessante discussão sobre como a utilização de referências secundárias foi uma tática crucial para a criação de diversos mitos fundadores sobre as descobertas e as possibilidades do behaviorismo watsoniano que nada tinham que ver com as reais descobertas de Watson. A análise de Harris (1979) revela que a primeira publicação dos resultados das pesquisas realizadas com o “pequeno Albert” por Watson demonstrava o condicionamento como uma técnica muito limitada quando aplicada ao comportamento humano – algo muito diferente do que os manuais de “psicologia geral” ou “processos psicológicos básicos” retratam.

(1998), não há qualquer acordo com a filosofia da ciência – que oscila entre o construtivismo e o realismo crítico de Roy Bhaskar – defendida por este. Tal como esperase revelar ao longo do capítulo III, assume-se como verdadeira boa parte da descrição histórica do projeto wundtiano de psicologia oferecida por Danziger, mas discorda-se com a sua interpretação sobre o seu significado histórico⁷. O mesmo vale para outros trabalhos.

Em síntese, o trabalho de pesquisa realizado nesta tese de doutorado é apenas o primeiro momento de um programa de pesquisa voltado ao desenvolvimento de uma crítica ontológica da história do desenvolvimento da psicologia. Passar a uma análise sistemática dos textos psicológicos é uma tarefa adiada e que pode resultar na revisão de hipóteses e teses defendidas ou trabalhadas neste estudo.

Uma segunda advertência relaciona-se com uma tese cara ao presente texto: a de que existe uma relação intrínseca entre texto e realidade. O conteúdo de um texto, por mais falso e falseador que seja, é uma tradução ideal da realidade material. Se é correto apontar a existência dessa conexão entre realidade e texto, então não há uma validade idêntica entre todas as interpretações existentes. Abordar o texto com rigor e evitar as tentativas de traduzir nele as conveniências do leitor é um aspecto crucial se se quer apropriar a realidade que ele expressou. Isso não significa que o leitor não adota certas lentes quando se aproxima de um texto ou que uma leitura não possa ser feita de diversos ângulos, mas

⁷ Pode-se questionar porque o trabalho de Danziger (1998) foi escolhido ao invés de outros. A justificativa é muito simples: até onde se sabe, Danziger estudou sistematicamente os trabalhos de Wundt, assim como a sua localização no interior do desenvolvimento filosófico e científico da Alemanha do fim do século XIX. Até o momento, não parece existir qualquer precedente ou sucessor nestas análises. Uma possível exceção podem ser os trabalhos que Araújo (2006; 2007) vem desenvolvendo. Todavia, o trabalho do autor mais dedicado à análise sistemática do sistema teórico de Wundt (Araújo, 2007), chegou às mãos do presente autor muito tardiamente para ser estudado cuidadosamente. De qualquer forma, Araújo (2007) parece repetir, em boa medida, as posições defendidas por Danziger no que diz respeito ao significado histórico e teórico dos trabalhos de Wundt.

significa que algumas lentes permitem enxergar melhor que outras e alguns ângulos oferecem um campo de visão melhor que outros⁸.

Atualmente a crença generalizada vai de encontro ao que se afirmou. Em geral, não é raro encontrar uma série de análises profundamente abusivas sobre textos, tentando retirar deles respostas convenientes para o presente. No campo do marxismo, esta arte foi aplicada com primor pelos stalinistas de plantão e se hoje, o espaço que estes tinham diminuiu substancialmente, o mesmo não ocorreu com a aplicação exímia da sua arte de “interpretar” textos. Assim, com o propósito de evitar estes equívocos e garantir a reprodução da fidelidade aos textos utilizados na pesquisa empreendida que resultou nesta tese de doutorado, optou-se por uma utilização intensa de citações literais. Longe de qualquer escolasticismo, a tentativa aqui é a de manter a fidelidade ao texto e, assim, à realidade por ele abordada.

Por fim, é preciso explicar uma notável ausência: uma análise sobre a psicologia e a sua relação com o pensamento crítico no Brasil. O plano inicial era realizar uma análise sobre como a psicologia social e a psicologia política no Brasil particularizaram, de uma forma muito peculiar, as distintas processualidades que são apontadas nos capítulos IV e V, assim como oferecer alguma discussão crítica sobre a função social da psicologia em uma formação social capitalista hipertardia e marcada por um conservadorismo enorme. Todavia, tempo e limitações teóricas do autor, impediram a elaboração de um texto minimamente apresentável sobre isso.

Por isso, optou-se por manter apenas uma análise dos movimentos mais gerais da psicologia e da suas distintas articulações com o marxismo ou com proposições críticas.

⁸ Tal afirmação sobre a relação entre texto e realidade colide frontalmente com as aproximações pós-modernas inspiradas pela hermenêutica. Eagleton (2005) capciosamente nota que raramente algum relativista que emprega a hermenêutica para diluir ou mesmo eliminar a relação entre realidade e texto menciona o fato de que Schleiermacher, fundador da hermenêutica, interessou-se pela arte de interpretar textos a partir da análise deste de um encontro entre colonizadores e povos aborígenes australianos colonizados. Lessa (2007b) oferece indicações para a realização de uma leitura imanente.

Isso vale mesmo para aqueles momentos em que casos específicos de teoria psicológica são apresentados e discutidos em sua especificidade. Outrossim, decidiu-se por apresentar casos particulares apenas quando eles expressam de forma ilustrativa as teses mais gerais do trabalho. Obviamente, esta também é uma consequência da opção por se priorizar a análise histórica em detrimento da análise sistemática. Com essas pequenas advertências, pode-se passar para a exposição dos resultados alcançados no presente trabalho de pesquisa.

II. RAZÃO, NATUREZA HUMANA E DECADÊNCIA IDEOLÓGICA

1. Introdução

O processo de desenvolvimento histórico da psicologia, enquanto ciência independente, é incompreensível sem uma análise dos caminhos trilhados pela humanidade desde o advento das revoluções burguesas. Assim, uma justa análise da psicologia demanda compreender a decadência do feudalismo e a instauração de uma ordem social regida pelo capital, a criação de novas necessidades e possibilidades para a humanidade nesse período, as lutas ideológico-políticas da burguesia e a produção de um conhecimento que, de um lado, atendia as novas necessidades econômicas e sociais e, de outro, confrontava a concepção de mundo hegemônica na sociedade feudal.

Ao fim do capítulo, fica claro como ainda é necessário, para este autor, avançar no estudo sobre o pensamento clássico, a relação entre ontologia, ciência e história e como o estudo de todos os problemas elencados demanda uma análise histórico-sistemática muito superior à que se desenvolveu aqui. Todavia, é imprescindível apresentar, ainda que superficialmente, uma descrição sobre os complexos problemas mencionados no parágrafo anterior. Assim, este capítulo foi elaborado com as seguintes finalidades: (a) explicitar os fundamentos teóricos que serviram como ponto de partida para este trabalho; (b) oferecer descrições e explicações do terreno histórico, filosófico e ideológico mais geral, que foi determinante para o surgimento da psicologia; (c) apontar a necessidade da crítica ontológica para uma correta compreensão das diversas teorias psicológicas.

Para realizar isto, o capítulo desenvolve uma discussão sobre a trajetória do pensamento que precedeu o advento da psicologia enquanto ciência independente. Partindo das análises da filosofia burguesa de diversos teóricos inspirados por Lukács e Marx, são abordados: (a) o pensamento filosófico que precedeu a filosofia e a ciência burguesas; (b)

alguns traços gerais do pensamento burguês; (c) a transformação da filosofia e do pensamento modernos provocada pela conversão da burguesia em classe conservadora; (d) a elaboração de alternativas à filosofia burguesa. Nesta discussão, recorre-se à noção de decadência ideológica, tal como foi proposta por Lukács (1968), para compreender as raízes históricas e sociais dos limitados conhecimentos propostos pela psicologia hegemônica.

No capítulo seguinte a necessidade desta discussão fica mais clara, pois nele se argumenta que o surgimento do projeto de construir uma nova ciência, a psicologia, foi profundamente determinado por discussões filosóficas apresentadas por Kant. Se no século XVIII já existiam diversas propostas de psicologia, há uma diferença significativa em relação à psicologia que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, no início do século XX – período em que se assiste a impugnação positivista do sistema teórico criado por Wundt. A psicologia partiu da epistemologia kantiana, mas floresceu com o fetiche do método, isto é, sob o tacão dos cânones positivistas que passaram a determinar o seu desenvolvimento. Com isso, todas as disputas no interior da nascente ciência passaram a encontrar sua resolução no estabelecimento de regras técnicas e formais. A passagem da hegemonia de projetos kantianos para o positivismo na psicologia corresponde ao abandono da burguesia de toda tentativa de buscar uma autêntica compreensão sobre a autoatividade humana para fortalecer, legitimar, naturalizar e justificar a ordem instituída pelo capital. O objetivo deste capítulo é o de oferecer algumas indicações sobre o contexto mais amplo que determinou este processo.

Entender o fio de continuidade que liga um evento ao outro é crucial para se explicar como o longo processo de gestação da psicologia do século XX é um produto de diversas forças complexas. Aqui destacaremos as seguintes: (a) a conversão da burguesia de classe revolucionária em classe conservadora; (b) a subordinação das conquistas da filosofia e da

ciência moderna aos ditames do processo de reprodução e valorização do capital; (c) as consequências para a ciência e a filosofia da conversão do individualismo em condição imediata da vida cotidiana.

2. O advento do pensamento moderno e a luta contra a ontologia

Se no capítulo seguinte são apresentados diversos debates teóricos que estiveram associados ao desenvolvimento da psicologia, aqui são explicados alguns processos determinantes mais amplos. Para realizar isto, cabe trabalhar sobre a seguinte problemática: a transformação do conhecimento provocada pela transição do feudalismo para o capitalismo.

Tal transformação resultou em uma mudança crucial no conhecimento científico e filosófico⁹: ele deixa de ser primariamente ontológico e passa a ser marcado, fundamentalmente, por uma postura de caráter lógico-gnosiológico. Tal passagem corresponde a um processo de autonomização do processo de reprodução individual, iniciado no século XVI e que se intensifica, decisivamente, entre os séculos XVIII e XIX. É neste período que a burguesia consolida-se enquanto classe dominante estabelecendo sociedades regidas pelo capital e intensifica o individualismo, enquanto uma de suas forças centrais. Neste processo de consolidação da burguesia, a frente ideológica¹⁰ foi fundamental: a subversão da ordem feudal dependeu, também, de uma subversão de suas concepções de mundo.

⁹ A partir de agora, o termo conhecimento se restringe aos campos da ciência e da filosofia. Isso não significa que inexistem outras formas de reflexo e de conhecimento no ser social. Lukács (1966) lembra que da vida cotidiana brotam as mais distintas formas de reflexo, como: ciência, filosofia, arte, religião etc. (ver também Lessa, 2007b; Vaisman, 1989).

¹⁰ Ideologia aqui é entendida a partir da concepção lukacsiana. Para Lukács a ideologia é concepção de mundo elaborada com o fim de justificar e repor a vida cotidiana. Com o advento das classes sociais, a ideologia passa a ser conjunto de ideias voltadas à intervenção nas lutas de classes. Assim, ideologia só pode ser compreendida em sua articulação com a totalidade social e por sua função social – o que significa que ideologia não depende da veracidade ou falsidade de um conjunto de ideias (Lessa, 2007a; Vaisman, 1989).

Esses dois elementos – autonomização da subjetividade e luta contra a concepção de mundo feudal – marcam, definitivamente, o conhecimento promovido pela burguesia. A seguir, realiza-se uma apresentação panorâmica do terreno histórico sobre o qual a burguesia erigiu suas propostas filosóficas e científicas.

2.1. A questão da ontologia no pensamento greco-medieval

Na abertura de um popular livro sobre ideologia, Chauí (1980) apresenta a teoria de Aristóteles sobre o movimento, o que seria o mesmo que compreender a causa fundamental da existência e das suas mudanças. O filósofo grego aponta para quatro causas do movimento e explica como cada uma delas se faz presente na sociedade grega. O movimento teria quatro dimensões que se articulariam hierarquicamente: (a) material – a matéria do corpo; (b) formal – a forma que a matéria possui e ganha; (c) motriz – a ação de transformar a matéria em uma forma; (d) final – a razão pela qual a matéria é transformada. Essas causas essenciais do movimento estão refletidas na realidade: há o escravo, elemento menos importante da sociedade, que é quem imprime a forma na matéria e, no topo, está o motivo pelo qual o escravo age, a causa final: o cidadão (senhor do escravo).

Sem adentrar na discussão, bastante limitada, desenvolvida pela autora sobre ideologia¹¹ é importante resgatar este exemplo para ilustrar elementos básicos dos pensamentos grego e medieval. Acima de tudo, manifesta-se uma preocupação orientada para a explicação do ser, trata-se de uma postura voltada ao movimento do real, explicitamente ontológica. Explicar o ser, a sua estrutura mais geral e essencial era a

¹¹ A discussão sobre ideologia desenvolvida por Chauí (1980) toma a ideologia enquanto problemática lógico-gnosiológica, quando é uma problemática ontológica (Vaisman, 1989). Uma crítica, um pouco diferente desta, à concepção de ideologia de Chauí foi desenvolvida por Konder (2002).

preocupação fundamental dos pensadores da Antiguidade e da Idade Média (Lessa, s/d; Tonet, 2005a).

Esta preocupação com a estrutura do ser constitui, nas palavras de Tonet (2006), uma “razão ontológica”, uma razão que busca explicar o fundamento último da história, sua gênese, seus processos etc. Por isso, toda ontologia precisa lidar com categorias como substância, continuidade, essência e fenômeno. No caso da ontologia que predominou no pensamento grego e na Idade Média, não obstante as diversas diferenças teóricas e históricas, a categoria essência era entendida como uma esfera de ser superior à esfera fenomênica. O fenômeno é um mero desdobramento de uma essência – seja esta o “Cosmos” grego ou o “Deus” medieval – eterna e determinante do mundo humano (Lessa, s/d; 2000; Tonet, 2005a).

Isto coloca enormes limites para os seres humanos: se o fenômeno é totalmente determinado por uma essência não-humana, o mundo não é um produto da atividade humana e, por isto, cabe aos seres humanos apenas a aceitação de desígnios de uma força transcendental. Assim, a existência dos escravos ou dos cidadãos do exemplo anterior, nada mais é que um desdobramento direto de uma essência a-histórica e independente da ação humana.

2.2. Pensamento moderno: sujeito, natureza e essência

Na transição do mundo medieval para o moderno, o pensamento greco-medieval sofreu duros ataques. Complexas transformações econômicas, políticas e sociais resultaram em uma explicitação da historicidade do mundo humano e em uma maior preocupação com o sujeito. As complexas transformações que ocorriam no mundo não permitiam mais falar de um mundo estático, era preciso reconhecer a sua transformação pela ação do sujeito que, por sua vez, passa a ser o centro das preocupações filosóficas.

Figueiredo (2007) afirma que o início do longo processo de colocação do sujeito no centro das preocupações pode ser localizado no século XVI. Neste período, houve uma “multiplicação das vozes” que deu abertura à liberdade individual. Iniciou-se um processo de desintegração da sociedade vigente, fechada, e, assim, criaram-se espaços de liberdade individual que resultaram na abertura para um mundo em expansão e transformação.

Tal materialização da liberdade individual coincide com o Renascimento. Período no qual, segundo Pinassi (2009), a questão da liberdade adquire um significado histórico, até então, sem precedentes. A ampliação dos horizontes ontológicos decorrentes de diversas transformações históricas possibilitou aos seres humanos uma busca mais livre pela satisfação de suas necessidades. Isso significa que passam a existir condições sociais que abalam duramente as concepções de mundo predominantes na Idade Média:

A cotidianidade medieval marcada pela permanência e pela reclusão é substituída pela mobilidade e rápido desenvolvimento do mundo mercantil burguês. O *status* tende a ser substituído pelo *contrato* como matriz das relações sociais em todos os níveis e esferas, inclusive do indivíduo consigo próprio. A expansão e intensificação da presença e importância das mercadorias na vida social abrem espaço para o desenvolvimento da propriedade privada e da individualidade humana numa escala e intensidade absolutamente inéditas (Lessa, s/d, p.7).

Nestas novas condições, ganha importância a compreensão da relação do mundo com a subjetividade. Segundo Pinassi (2009, p. 42): “De todas as grandes e decisivas conquistas do humanismo renascentista, a mais importante foi, sem sombra de dúvidas, afirmar a positividade racional do homem frente à construção de seu próprio destino”. Tal

conquista manifesta-se em uma postura fundamental do pensamento moderno desenvolvido pela burguesia em ascensão: uma postura lógico-gnosiológica.

O centro desta postura é o sujeito e a sua relação com o processo de conhecimento. As explicações sobre o ser do mundo, da ontologia, são ignoradas, secundarizadas, combatidas ou postas em suspensão. O seu lugar é ocupado pelo olhar para o automovimento do sujeito no processo de conhecimento; o fundamental é explicar como a natureza pode ser utilizada para realizar os interesses materiais da classe social em ascensão (Lessa, s/d).

Este processo reflete-se nas mais distintas posturas filosóficas que se desenvolveram entre o século XVII e XIX. Assim, no século XVII, nota-se a colocação do sujeito no centro das preocupações no empirismo de Bacon, no racionalismo de Descartes e na teoria política de Hobbes. Entre o fim do século XVII e ao longo do século XVIII há uma enorme preocupação da filosofia com a experiência de subjetividade privatizada, o que se reflete nas formulações de, dentre vários, Locke, Berkeley, Hume, Leibnitz e Kant (Figueiredo, 2007).

Assim, o giro gnosiológico representou, por si só, uma mudança crucial: passa-se da ontologia como condição prévia para a resolução de qualquer problema que aborde a relação do mundo, para o estabelecimento das condições de conhecimento pelo sujeito como a pressuposição fundamental que antecede qualquer análise sobre o ser.

Esta não é a única mudança imputada pelo pensamento moderno. Há outro deslocamento crucial que se desdobra como parte da nova fase de desenvolvimento do ser social, que diz respeito à discussão sobre qual é a determinação fundamental da existência humana. No caso do pensamento greco-medieval, a determinação fundamental da existência humana é dada pelo divino, enquanto no pensamento moderno é dada pela natureza (Lessa, s/d; 2000; Tonet, 2005a).

No processo de instauração das sociedades burguesas a concepção de que o mundo humano é regido por leis naturais cumpriu um papel crítico e contestador da ordem feudal. Löwy (2000) mostra como nas origens do positivismo as utopias científico-naturalistas de Condorcet e Saint-Simon, elaboradas entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, eram contestadoras. A proposta de conhecimento das “leis naturais” que regem o mundo social era uma contraposição direta aos “preconceitos” das concepções características do medievo e da escolástica¹².

Tal concepção é um avanço em relação ao período anterior, mas também reflete as limitações do mundo em gestação. O mundo moderno revelou a possibilidade da intervenção ativa dos seres humanos na construção do mundo social, mas, tal como destacou Tonet (2005a), ainda predominava uma visão na qual a natureza colocaria limites insuperáveis para a história humana:

Embora profundamente diferente dos seres naturais, o homem não deixava de ser originário da própria natureza, com a qual guardava uma relação íntima. Da natureza recebia determinados dotes que o faziam estar profundamente vinculado a ela. De modo que a existência de uma natureza marcada pelo mesmo estatuto da natureza natural estabeleceu uma barreira intransponível à ação humana (Tonet, 2005a, p. 40).

O pensamento moderno nega uma parte crucial do que caracterizou o pensamento medieval, a determinação divina dos seres humanos, e passa a afirmar uma determinação natural da existência humana. Nesta perspectiva, a natureza humana precede as relações sociais e assim, estas se tornam um mero subproduto determinado por aquela. A natureza humana seria marcada, fundamentalmente, por um egoísmo que serve para explicar o

¹² Eagleton (2005) ironicamente lembra que muitos teóricos dos estudos culturais criticam Condorcet por acreditar em conhecimento neutro, nas possibilidades da ciência e em universalismo, mas esquecem o caráter contestador de suas proposições, algo já destacado por Löwy (2000): “ele também acreditava – numa época em que raros o faziam – em sufrágio universal, direitos iguais para as mulheres, revolução política não violenta, educação igual para todos, estado de bem-estar social, emancipação colonial, liberdade de expressão, tolerância religiosa e derrubada do despotismo e do clericalismo” (Eagleton, 2005, p. 55).

antagonismo entre indivíduo e sociedade, assim como a existência insuprimível da propriedade privada (Tonet, 2005a; 2005b). Mas essa “natureza humana” nada mais é do que uma absolutização de uma situação histórica particular. A leitura que os pensadores modernos fazem da natureza humana é, na realidade, a leitura de um ser humano existente em uma determinada sociedade. As propriedades da natureza humana, que limitam a transformação da história, são justamente as propriedades do indivíduo burguês: o ser humano é um ser inerentemente egoísta, proprietário e antisocial.

A centralidade do sujeito e a construção de toda uma concepção de história limitada pela natureza humana são apontadas pela análise que Macpherson (1964) faz de alguns dos principais pensadores do liberalismo do século XVII. O autor busca revelar a unidade básica que permeia a teoria política desenvolvida ao longo desse século, especialmente as concepções de Hobbes e Locke.

Por exemplo, no caso de Hobbes, Macpherson (1964) demonstra como a construção teórica do primeiro sobre a necessidade da soberania é justificada pelo “estado de natureza” dos seres humanos. O giro ao sujeito fica claro com a afirmação de Hobbes de que a sua teoria política pode ser alcançada pela auto-observação do sujeito e não, necessariamente, pela análise das leis do movimento material. Ao tomar como ponto de partida a auto-observação dos seres humanos, a proposta de Hobbes é a de deduzir, logicamente, postulados gerais que guiarão sua teoria política.

A auto-observação, segundo Hobbes, possibilita deduzir o que seria o estado de natureza dos seres humanos que, por sua vez, fundamenta, justifica e explica a necessidade da soberania. O estado de natureza de Hobbes é a condição natural de toda humanidade, isto é, a existência humana, sem que ela seja coagida por qualquer autoridade, lei ou contrato social. Nestas condições, o comportamento humano resulta, necessariamente, na luta incessante de todos contra todos, um estado permanente de luta por poder. Isto ocorre

porque o comportamento humano é um produto dos apetites dos seres humanos. Os homens são, na visão de Hobbes, máquinas autodirigidas e automoventes, cuja força impulsionadora vem dos apetites naturais. Estes apetites colocam para o ser humano um desejo perpétuo de poder que, por sua vez, é a base do estado permanente de guerra que caracterizaria o estado de natureza (Macpherson, 1964).

O que a análise de Macpherson (1964) revela é que o estado de natureza deduzido de uma suposta análise fisiológica e psicológica efetuada por Hobbes, parte, necessariamente, de pressuposições sociais que fundam toda a argumentação do filósofo inglês sobre a existência humana. Por exemplo, ao afirmar que o poder de todo ser humano opõe-se ao poder de todos os outros e que, para se proteger, o indivíduo precisa conquistar cada vez mais poder, Hobbes pressupõe um cenário social que possibilite que os poderes “naturais” dos seres humanos sejam aviltados por outros seres humanos. “O postulado de desejo inato de todos os homens por poder sem limites é manifestamente sustentável apenas para homens que já vivem em uma sociedade universalmente competitiva” (Macpherson, 1964, p. 45).

A auto-observação dos seres humanos realizada por Hobbes é, na realidade, a análise do comportamento humano em uma forma específica de organização social. O autor de *Leviatã* está, na realidade, convertendo uma forma específica de existência humana em um postulado central de *toda* existência humana. É justamente por Hobbes tomar o que é por *essência* (a-histórica e imutável) que ele espera que suas observações sobre a natureza humana sejam evidentes para qualquer analista honesto (Macpherson, 1964)¹³.

¹³ O procedimento de converter uma determinação histórica em uma determinação universal e absoluta na teoria política não se esgota em Hobbes. Ele passa por Locke e chega até Hegel. Um dos elementos da crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel foi precisamente este (este argumento é aprofundado na seção “Marx: herdeiro da economia política e da filosofia hegeliana”).

Voltando ao caso específico de Hobbes, e do liberalismo como um todo, Macpherson (1964) detalha todas as suposições sociais que permeiam a “natureza humana” que justifica a teoria política moderna: (a) o traço essencial dos seres humanos é a liberdade da vontade dos outros; (b) tal liberdade é, também, a liberdade de estabelecer quaisquer relações com outros; (c) o indivíduo é proprietário de suas capacidades e de sua própria pessoa; (d) a única capacidade alienável do indivíduo é o trabalho; (e) a sociedade humana se reduz às relações de mercado; (f) a liberdade de cada indivíduo só pode e deve ser limitada por obrigações e regras que assegurem a liberdade dos outros indivíduos; (g) a sociedade política é um artifício para assegurar a propriedade individual e, assim, as relações de troca entre proprietários.

Estas suposições constituem o que Macpherson (1964) chamou de “individualismo possessivo”. Não é a “natureza humana” a base da teoria política que vai de Hobbes até Locke, mas sim uma forma histórica de individualismo que é naturalizada e convertida em barreira insuperável para a atividade humana¹⁴.

Tal concepção de natureza humana não se restringe a estes teóricos. Tonet (2005a) lembra a tematização de Kant da “sociável insociabilidade” essencial de todo ser humano determinando uma existência social em que há oposição entre indivíduo e sociedade. O mesmo ocorre nos teóricos da economia política clássica. Nas palavras de Mészáros (1970/2006):

Como nem a economia política nem a filosofia especulativa têm uma verdadeira consciência do dinamismo social inerente ao antagonismo entre propriedade privada e trabalho – e precisamente porque é impossível para elas reconhecer que o

¹⁴ Segundo Lukács (1979b), a tentativa de se derivar da natureza uma ontologia da vida social, faz com que os pensadores iluministas convertam, ainda que inconscientemente, uma análise materialista da natureza em uma concepção idealista da sociedade: “Quando o iluminismo, reportando-se a grandes modelos como Hobbes ou Spinoza, quer afirmar a qualquer preço uma ontologia unitária da natureza e da sociedade, o seu conceito de natureza – desviando-se da ontologia espontaneamente clara de Galileu e Newton transforma-se subitamente num conceito de valor” (Lukács, 1979b, p.13).

caráter objetivo desse antagonismo atua “precipitando sua anulação” –, seus sistemas devem permanecer *estáticos*, correspondendo ao ponto de vista necessariamente a-histórico da propriedade privada, o qual elas representam, direta ou indiretamente. De um tal ponto de vista, elas conseguem perceber – no melhor dos casos – o aspecto *subjetivo* dessa contradição básica: o choque direto entre os indivíduos em torno de “bens” ou “propriedades”, mas elas não podem captar a *necessidade social* desses choques (Mészáros, 1970/2006, p.106).

Assim, pode-se notar que o principal “avanço” do pensamento moderno é também sua principal limitação. Ao colocar como centro de suas preocupações o sujeito e ao identificar toda impostação ontológica com a escolástica medieval ou a tradição grega, o pensamento moderno acaba em uma postura lógico-gnosiológica que, supostamente, supera a ontologia, mas que, inevitavelmente, depende de noções ontológicas precedentes. A carência de uma reflexão conscientemente ontológica resulta em uma ontologia “espontânea” e, em geral, implícita que se sustenta a partir de uma concepção de essência invariável, a-histórica e eterna.

A distinção é brutal: a natureza, e não mais o divino, é o fundamento ontológico da história dos homens. Mas a proximidade é também surpreendente: tal como para a essência humana dos escolásticos, a natureza humana dos modernos também não é decorrente dos atos humanos. Tal como para os escolásticos, também para os modernos, por não ser a essência humana construto dos homens, não poderia ser ela transformada pelos atos humanos (Lessa, s/d, p.8-9).

Desta forma, o pensamento moderno reduz a capacidade da atividade humana de mudar a história. A atividade humana, na mencionada perspectiva, só pode mudar aquilo

que opera em um nível puramente fenomênico; não pode interferir sobre a essência determinante do fenômeno. Assim, no pensamento moderno, tal como no pensamento greco-medieval, o mundo humano é, em última análise, uma criação resultante de uma força extra-humana, que não pode ser inteiramente transformado pela autoatividade humana (Lessa, s/d; Tonet, 2005a).

Daí a fragilidade das abordagens gnosiológicas: ao olharem somente para o processo de conhecimento, perdem de vista a totalidade do processo de autoconstrução humana que caracteriza o mundo social. Mesmo quando se pretende, de forma arbitrária, liquidar a ontologia, há a presença marcante de impositões ontológicas nas proposições lógico-gnosiológicas. Não poderia ser de outra maneira, já que as condições de existência dos seres humanos precedem o processo de conhecimento. Tal como Coutinho (1972) afirma:

As proposições epistemológicas subordinam-se sempre a uma afirmação sobre o caráter da realidade objetiva. Ao recusar explicitamente a ontologia, por exemplo, o neopositivismo está indiretamente afirmando que a realidade objetiva, não podendo ser compreendida à luz da racionalidade consagrada pela epistemologia neopositivista, não passa de um amontoado de elementos caóticos, não submetidos a qualquer sistema de leis (p. 65).

2.3. Pensamento moderno: Formulações da razão fenomênica

A suspensão da problemática ontológica no pensamento moderno resultou na adoção das concepções ontológicas presentes nas elaborações teóricas daqueles que precederam os pensadores modernos. De especial importância, é a manutenção de uma

concepção de essência como a-histórica e imutável. Tal concepção de essência torna a esfera fenomênica uma mera consequência, um epifenômeno incapaz de transformar a essência. Ainda que existam enormes diferenças entre os distintos pensadores ligados à modernidade burguesa, todos coincidem em manter uma concepção greco-medieval de fenômeno, isto é, enquanto uma esfera do ser incapaz de mudar a essência.

Em última análise, isto resulta em uma concepção de história que impõe limites insuperáveis à ação humana. Tal concepção de essência também resulta no estabelecimento de enormes limites à capacidade de conhecimento pela razão humana. Desde o advento do pensamento moderno até as propostas imediatamente anteriores ao pensamento hegeliano, a essência é tomada como algo incognoscível. O processo de conhecimento não consegue alcançar a essência. Sobre este problema Lukács (1979b), incisivamente, afirma:

O predomínio da colocação gnosiológica leva mesmo a uma concepção da essência que – aparentemente – a torna acessível ao exame científico do homem; em outras palavras, a essência seria simplesmente uma abstração criada pelo sujeito, obtida por meio de uma elevação a nível abstrato das experiências sensíveis; mas, precisamente por isso, a essência já não teria nada a ver com a realidade existente em-si, do mesmo modo como as próprias bases da essência, as experiências sensíveis na intuição e na percepção; talvez, aliás, ainda menos que essas. E, mesmo quando esse processo de abstração é separado da experiência, quando recebe uma figura autônoma (apriorística em Kant), a insuperável defasagem entre fenômeno e essência – enquanto categorias ontológicas – continua inalterada. (p.83).

Este traço fundamental do pensamento moderno burguês permite Tonet (2006) falar de uma razão fenomênica: esta tem na subjetividade o polo determinante do processo de conhecimento e afirma a impossibilidade de cognição da “coisa-em-si”. Tal impossibilidade decorre, justamente, da centralidade do sujeito no processo de conhecimento: se a subjetividade é o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento, só é possível conhecer tão-somente aquilo que é acessível a ela pelas sensações ou pela experiência. Neste sentido, o sujeito só tem acesso imediato às manifestações fenomênicas daquilo que ele pretende conhecer. Nesta concepção, o fundamento último das coisas não pode ser apreendido e, assim, a realidade converte-se numa sucessão caótica de dados, experiências, fenômenos que cabe à subjetividade organizar, classificar e definir (Tonet, 2006).

No caso de Kant, o conhecimento é síntese das experiências *a posteriori* e dos instrumentos *a priori* da razão¹⁵. Cabe à subjetividade atribuir uma ordem ao mundo, que é tomado enquanto pluralidade caótica de dados. Assim, ao suspender a categoria essência esta manifestação do pensamento burguês também suspende a categoria de totalidade. A classificação, ordenação e categorização de fragmentos empíricos pela subjetividade suspendendo a categoria essência, tornam a totalidade incognoscível, uma abstração inalcançável e, por isso, o pensamento moderno contenta-se com o estabelecimento de regularidades dos fenômenos estudados (Lukács, 1979b; Tonet, 2005a; 2006).

Para demonstrar que tal concepção não se reduz ao pensamento kantiano, é interessante destacar como os elementos anteriores apresentam-se no projeto positivista de Comte. O projeto de uma ciência natural da sociedade que busca conhecer as leis que regem as organizações sociais de forma “neutra” mediante a adoção dos métodos das

¹⁵ Este dualismo do pensamento de Kant aparece mais detalhadamente no próximo capítulo.

ciências naturais é apenas uma manifestação distinta do subjetivismo presente em Kant e outros pensadores modernos.

Segundo Löwy (1989; 2000), o positivismo possui três elementos distintivos: (1) concebe a sociedade como complexo regido por leis naturais, a-históricas e invariáveis; (2) afirma que o estudo da sociedade pode ser realizado tal como o estudo da natureza pelas ciências naturais pela adoção de seus métodos; (3) as ciências da sociedade buscam observar e explicar fenômenos de forma neutra e livre de ideologias.

Madureira (2005) destaca como o projeto comteano combate a “especulação” reduzindo o conhecimento ao universo empírico. Os métodos das ciências naturais, neste projeto, emergem como garantia que possibilita o estabelecimento de conexões constantes entre fatos observáveis – e isto também garante outro princípio que, segundo Löwy (2000), é caro ao positivismo, o de neutralidade. As conexões regulares e observáveis obtidas mediante o método são traduzidas em leis a-históricas, invariáveis e universais. É a adoção do método que garante o conhecimento.

A proximidade entre os projetos de Kant e Comte reside menos nas teses explícitas e mais em sua raiz comum: o projeto de classe da burguesia. Se entre Kant e Comte há grandes diferenças – o pensamento de Kant reflete os progressos proporcionados pelo desenvolvimento da burguesia em seu período heroico-revolucionário, enquanto o projeto de Comte reflete a conversão do processo de conhecimento em mera apologética da ordem instituída pelo capital – o fato é que ambos refletem a preocupação fundamental da burguesia: elaborar um conhecimento funcional à manipulação da realidade social. Não interessa conhecer as raízes da ordem, mas sim manipular a realidade social para que ela possa ser adequada aos interesses objetivos da burguesia (Lessa, s/d; Netto, 1978; Tonet, 2006).

Por isso, à ascensão da manipulação na filosofia e na ciência, corresponde a ascensão da burguesia enquanto classe dominante:

É claro, assim, que os critérios decisivos da verificabilidade do conhecimento se deslocam e se desnaturam: o índice posto pela práxis manipulatória não concerne à verdade do saber, mas à sua *eficácia prática imediata*. A reflexão científica e filosófica não se testa mais no confronto com o movimento estrutural da realidade, mas legitima-se enquanto instrumento de implementação e validação dos processos reiterativos e abstractos de reprodução imediata dos mecanismos da quotidianidade (Netto, 1978, p. 74).

No afã de manipular a realidade e partindo de uma concepção de ciência e filosofia que suspende ou elimina a essência, um traço fundamental do pensamento moderno em sua fase de decadência é, justamente, a capitulação ao imediato, à manifestação imediata do movimento do real e, conseqüentemente, resulta em elaborações que confundem o particular e o universal, o relativo e o absoluto (Coutinho, 1972). Para explicar isto cabe discutir a decadência ideológica.

3. Entre a apologética da subjetividade e a subjetividade apologética

Na seção anterior tentou-se apresentar alguns dos principais elementos que caracterizaram o pensamento moderno burguês:

- Centralidade da subjetividade contraposta à centralidade da objetividade;
- Predomínio de uma postura lógico-gnosiológica sobre a postura explicitamente ontológica, isto é, predomínio da razão fenomênica sobre a razão ontológica;
- Suspensão do tratamento direto aos problemas ontológicos;

- Afirmação de uma determinação natural da história humana, em contraste com a determinação divina do pensamento anterior;
- Manutenção de uma rígida separação entre essência e fenômeno, assim como de uma concepção de essência enquanto esfera do ser que é qualitativamente superior à esfera fenomênica;
- Conservação da concepção de essência enquanto a-histórica e imutável e, conseqüentemente, como inatingível pela atividade humana;
- No processo de conhecimento há predomínio de uma preocupação pragmática e manipulatória contraposta à preocupação explicativa e contemplativa que a precedeu.

Nesta seção discute-se como a transformação da burguesia de classe revolucionária em classe conservadora¹⁶ resultou em mudanças drásticas na produção do conhecimento científico e filosófico. Tal mudança implica na passagem de um “período heroico” para a “decadência ideológica”¹⁷. Aqui são abordados alguns dos problemas gerais impostos pelo período de decadência ideológica para o pensamento moderno, em especial, a sua manifestação enquanto irracionalismo (destruição da razão) e agnosticismo (miséria da razão).

3.1. As revoluções de 1848 e a mudança do papel da burguesia

A burguesia, enquanto classe social revolucionária, produziu enormes avanços para a humanidade. O enorme desenvolvimento das forças produtivas, a complexificação das relações sociais de forma a explicitar a unidade do gênero humano, um salto qualitativo na

¹⁶ Não é objetivo deste trabalho discutir como se deu a transição do feudalismo para o capitalismo ou detalhar profundamente sobre o funcionamento deste último. Discussões introdutórias podem ser encontradas em Netto e Braz (2006).

¹⁷ Obviamente a entrada da burguesia na decadência ideológica não terá conseqüências somente sobre os complexos sociais que são aqui diretamente abordados: ciência e filosofia. Lukács (1968) mostra como a decadência ideológica mudou a estética e a vida cotidiana em sua totalidade.

ampliação do campo de possibilidades para a liberdade humana, a dissolução da relação de subordinação do indivíduo a sua comunidade, assim como a instauração de uma nova organização social que tornou mais visível o “afastamento das barreiras naturais” são conquistas produzidas pelo capitalismo. Tal como destaca Coutinho (1972), tudo isso conformou o período “heroico” da burguesia, o qual constituiu uma tradição progressista voltado ao domínio, cada vez maior, do mundo pela razão.

Neste período, com a burguesia encarnando os ideais de progresso de toda a sociedade, os seus pensadores sustentam a plena cognoscibilidade do mundo e mantêm uma grande independência face às exigências ideológicas da sua própria classe social, na medida em que o seu exercício intelectual se funda na admissão da imensa tarefa histórica a ser cumprida pela burguesia (Netto, 1978, p. 17).

No caso da ciência, este desdobramento teve um impacto sem precedentes. Segundo Henriques (1978), foi a partir do Renascimento que a ciência desenvolveu-se enquanto setor definido e particular da atividade humana. No processo de constituição da ciência, as forças do capital atuaram integrando o empirismo e novas formas de racionalidade para que a ciência fosse cada vez mais útil ao processo produtivo – justamente por isto, as práticas manipulatórias ganharam papel crucial no desenvolvimento da ciência. Enquanto a burguesia tinha um papel revolucionário, a nova ciência e a nova filosofia tendiam a se articular e, assim, tendiam a formular uma nova imagem ontológica do mundo – o que se viu em diversas manifestações do iluminismo e, especialmente, no pensamento hegeliano e na economia política clássica. No entanto, esta articulação orgânica se dissolve bruscamente com a decadência ideológica.

Marx, tal como apresentado por Lukács (1968), afirmou que o hegelianismo foi a última grande filosofia burguesa e a economia política clássica a maior ciência burguesa. Na dissolução de ambas, refletem-se as profundas marcas que a entrada da burguesia no processo de decadência ideológica deixou sobre a ciência e a filosofia (ver também Lukács, 1967a).

O processo de decadência ideológica tem suas raízes em 1830, mas o seu ponto de virada decisivo foi o ano de 1848. Entre 1825 e 1830 ocorreu a primeira crise do capitalismo e, neste momento, expôs-se a incapacidade da burguesia de realizar todas as promessas de emancipação que fez enquanto era classe revolucionária. Mas somente em 1848 ficou claro que a burguesia não poderia desempenhar mais nenhum papel progressista (Lukács, 1967a). A atividade independente do proletariado passou a ameaçar a burguesia que, por sua vez, viu no proletariado, e não mais na aristocracia feudal, o seu principal rival. Onde o capitalismo ainda estava em vias de desenvolvimento, a burguesia preferia realizar uma transição “pacífica” para o capitalismo, em conjunto com os setores mais conservadores da sociedade. Este giro tem, no caso dos levantes revolucionários de 1848, a virada decisiva. Dentre os levantes revolucionários de 1848, a Prússia foi um caso paradigmático. Na revolução francesa de 1789 a aliança da burguesia foi com o povo¹⁸, contra a monarquia, a nobreza e a igreja. Nas revoluções de 1848 esta situação mudou drasticamente: “A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava *toda* a sociedade moderna” (Marx, 1848/1993, p. 57).

A partir de 1848, a burguesia não portava mais os interesses objetivos das massas envolvidas nos processos revolucionários que explodiram nesse ano, mas estava voltada, acima de tudo, para a conservação dos seus interesses particulares e concentrada na defesa

¹⁸ O termo povo é extremamente ambíguo, mas foi utilizado aqui para manter fidelidade ao termo utilizado no texto de Marx que é citado neste momento.

da ordem instituída. É interessante notar este aspecto analisando a posição de Marx diante da burguesia antes e depois de 1848.

Sabe-se que o Manifesto Comunista (Marx & Engels, 1848/2002) foi escrito com o objetivo de apresentar a plataforma política de uma agremiação política – a Liga dos Comunistas, cujo nome refletia a influência de Marx e Engels – e de contribuir no processo revolucionário que se anunciava por todo o continente europeu em 1848. Este texto foi publicado em fevereiro de 1848 e prenunciava que o futuro seria marcado por revoluções em que o proletariado teria um papel decisivo. Poucos meses depois ocorreram revoluções na França, na Alemanha e outros países da Europa que confirmaram algumas das previsões apresentadas no Manifesto (Coggiola, 2002).

No entanto, as revoluções de 1848 revelaram o papel traiçoeiro da burguesia e isto fez com que Marx mudasse suas análises sobre qual deveria ser a relação do proletariado com a burguesia. No Manifesto Comunista, Marx e Engels (1848/2002) afirmavam que o proletariado poderia encontrar na burguesia um aliado na luta contra o Antigo Regime. Isto muda após a experiência de 1848. Marx, tendo participado ativamente – como ativista e jornalista – dos processos revolucionários na Prússia, muda drasticamente a avaliação sobre o papel objetivo da burguesia:

Ela havia decaído ao nível de uma espécie de casta, tanto hostil à Coroa como ao povo, querelando contra ambos, mas indecisa contra cada adversário seu tomado singularmente, pois sempre via ambos diante ou detrás de si; estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma

sociedade envelhecida; ao leme da revolução não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente; na ponta não porque representava a iniciativa de uma nova época social, mas o rancor de uma época social velha; não era um extrato social do velho estado que havia irrompido, mas tinha sido projetada por um terremoto à superfície do novo estado; sem fé em si mesma, sem fé no povo, rosnando para os de cima, tremendo diante dos de baixo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora contra os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de idéias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando (Marx, 1848/1993, p. 58).

Com esta avaliação, Marx notava que a burguesia não podia mais desempenhar qualquer papel progressivo e que os interesses objetivos do proletariado só poderiam ser atendidos em confronto com a burguesia e todos os seus aliados.

3.2. Decadência ideológica: Traços gerais

Entre 1789 e 1848 houve uma mudança radical. No primeiro momento, revolucionária, a burguesia projetava interesses profundamente progressistas. Foi nesse período que ela apresentou para a humanidade as belas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade. Tratava-se de um projeto global que era apresentado para uma sociedade que lutava contra todas as contradições da ordem feudal. No entanto, em 1848, tal como Tonet (1989) destacou, revelam-se todas as limitações da burguesia: as promessas universais da burguesia para a sociedade eram, na realidade, representações produzidas pelo projeto de

universalização do capital¹⁹. Ao fim das contas, era um projeto de classe que não poderia ser universalizado para toda a humanidade, pois, materialmente, ele depende da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Esta mudança de posição da burguesia não poderia deixar de impactar todos os elementos que constituíram o seu projeto revolucionário. O papel da razão e do sujeito, o humanismo e o historicismo, além de diversas outras conquistas do projeto revolucionário burguês sofreram enormes mutações. Todas estas conquistas do período heroico da burguesia passaram a ser combatidas ou ganharam interpretações completamente distintas daquelas que antes eram predominantes (Coutinho, 1972; Pinassi, 2009).

A razão passa a ser limitada, o humanismo converte-se em individualismo e o pensamento burguês alternar-se-á entre o irracionalismo e o agnosticismo formalista de acordo com as contingências conjunturais (Coutinho, 1972). A mudança, no âmbito do pensamento burguês, é dramática:

Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é o verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética (Marx citado em Lukács, 1968, p.50).

A decadência ideológica não é uma decisão consciente da burguesia em produzir distorções ou compreensões falseadoras sobre o real, mas sim um processo que se inaugura a partir da mudança da posição objetiva que a burguesia passou a ocupar nas formações sociais regidas pelo capital. Ao tomar o poder, a aproximação da burguesia à totalidade

¹⁹ A limitação do projeto burguês reside no fato de que ele realiza uma emancipação política e não a emancipação humana – o que só pode ser realizado pelo comunismo. Este tema é abordado mais adiante.

social passa a ser a partir de uma posição muito parcial: os imperativos do processo de reprodução do capital. Desta posição, a burguesia não pode aspirar o conhecimento da realidade social em sua totalidade, pois as necessidades que ditam o processo de conhecimento passam a ser parciais. A aspiração de conhecer a totalidade concreta e subjugar-la pela razão é cada vez mais abandonada e trocada por aproximações que só conseguem apreender aspectos cindidos e fraturados da realidade social.

Além disso, a nova posição objetiva da burguesia, classe social conservadora, obriga-a a abandonar a contraditoriedade do real. Um conhecimento verdadeiro da totalidade social depende da apreensão das contradições sociais em sua globalidade, todavia a revelação das principais contradições das formações sociais comandadas pela burguesia significaria abrir espaço para o questionamento objetivo desta realidade social. “O pensamento dos apologetas não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, as quais, pelo contrário, êle busca mitigar, de acôrdo com as necessidades econômicas e políticas da burguesia” (Lukács, 1968, p.51).

Por isto, Lukács (1968) afirma que ao desenvolvimento do indivíduo burguês estão colocadas três opções no processo de abordar a realidade social: (a) a submissão pura e simples ao *status quo*; (b) o fracasso em enfrentar as contradições do desenvolvimento social – com o indivíduo tirando conclusões a partir de suas próprias experiências e que colocam-no em choque com a burguesia, mas estas experiências fracassam em apreender as contradições do desenvolvimento social por não existir ruptura com a classe por parte do indivíduo; (c) a ruptura completa com a burguesia e adesão ao proletariado – o que não depende apenas de decisões individuais, mas de circunstâncias sociais e, especialmente, de crises revolucionárias.

Assim, o pensamento burguês no período de decadência ideológica é marcado por um processo de apologética da ordem e capitulação à realidade imediata da burguesia e do

capital. Na tradição marxista, foi Lukács quem mais se ocupou da análise da decadência ideológica. Em um ensaio de 1938, Lukács (1968) aponta três elementos fundamentais em todo pensamento característico da decadência:

- a. *Evasão da realidade* – se no “período heroico” o pensamento burguês desenvolvia um materialismo e uma dialética espontâneos, no período da decadência ideológica surge uma tendência à mistificação, uma fuga da realidade manifesta como crítica romântica ou como apologia direta que reduz o confronto do pensamento com o movimento da realidade a uma disputa formal. “O pensamento dos apologetas não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, as quais, pelo contrário, êle busca mitigar, de acôrdo com as necessidades econômicas e políticas da burguesia” (Lukács, 1968, p.51).
- b. *Ausência de problemas substancialmente novos* – as questões apresentadas pelo pensamento decadente são somente aquelas questões prementes para o desenvolvimento social do capitalismo.
- c. *Aceitação e reprodução das deformações produzidas pela divisão social do trabalho* – o pensamento decadente não problematiza a divisão social do trabalho; ele a aceita, a reproduz e até a intensifica; desta aceitação emergem diversas mistificações e distorções como a separação entre teoria e práxis, conversão do relativo em absoluto e fixação em momentos superficiais e isolados da vida capitalista.

Se estes são os traços fundamentais da decadência ideológica, é importante detalhar o desenvolvimento do pensamento decadente para mostrar como formulações teóricas que parecem ser contraditórias, na realidade, partem do mesmo solo social e, assim, contribuem para a sustentação da hegemonia burguesa.

A função social fundamental da decadência ideológica é a de garantir a reprodução social da ordem vigente e fazer com que a contribuição do conhecimento se reduza à intensificação do processo de valorização do capital. Isto se manifesta das mais diferentes maneiras no pensamento burguês: empobrecimento ou negação da razão, fragmentação e especialização das ciências, afirmação da intuição ou da indução como vias de produção de conhecimento etc. O que importa ressaltar é que as distintas manifestações particulares da decadência ideológica, ao longo da história, possuem um solo comum, não obstante a existência de diversas manifestações contraditórias.

Tal como Henriques (1978) aponta, aparentemente há duas posturas que são completamente diferentes no campo da ciência – a afirmação de que a ciência é autônoma diante de qualquer processo histórico-social ou a afirmação de que a ciência é mero derivativo das relações sociais – partem e terminam na sociedade e do pensamento burgueses. Isto só fica claro ao se analisar a função social comum de ambas as posturas: limitar o contato fecundo entre o conjunto da sociedade e o conhecimento científico e filosófico. A ciência emerge como um complexo de práticas sociais voltadas ao estudo das conexões causais reais de distintos entes objetivos – os complexos inorgânico, orgânico e social – as suas descobertas, possivelmente, contribuem para a elaboração de uma imagem desantropomorfizada da realidade. Desta forma, pelo menos potencialmente, ela impacta a realidade social servindo como guia para a ação humana na vida cotidiana e como base de construção de uma concepção de mundo historicamente condicionada. É precisamente isto que ocorre enquanto a burguesia se coloca como classe revolucionária: surgem elaborações tendencialmente universais, apontando para uma nova imagem ontológica do mundo. No entanto, ainda segundo Henriques (1978), a conversão da burguesia em classe conservadora resultou em uma mudança brutal: na medida em que a alienação passa a ser uma força motora da ordem capitalista, a luta da burguesia passou a ser pela conversão do

conhecimento científico em algo cada vez mais limitado a setores parciais da realidade incapazes de serem generalizados para uma concepção de mundo mais ampla e, por esta via, a ciência passou a servir, centralmente, aos imperativos de acumulação do capital.

Separar a ciência radicalmente da vida cotidiana ou convertê-la em algo nada distinto da vida cotidiana são duas posturas que, em uma análise superficial, são radicalmente contrárias, mas nada poderia ser mais equivocado. Henriques (1978) argumenta e explica que as duas posturas são convergentes em sua função social: eliminar qualquer relação orgânica entre ciência e vida cotidiana.

O exemplo marcante deste processo é dado pela história da economia política clássica. Os maiores representantes da economia clássica como Ricardo (1772-1823) e Smith (1723-1790) expressavam em seu pensamento dois traços marcantes do pensamento burguês do período revolucionário: (1) a economia política não era entendida como ciência parcial e especializada, mas como ciência básica das relações sociais a qual explicava a crise do Antigo Regime e oferecia uma visão de conjunto da vida social com a finalidade de contribuir na dissolução do feudalismo; (2) as principais categorias da economia política eram entendidas enquanto categorias naturais, eternas e invariáveis em sua estrutura mais fundamental. Desta forma, a economia política clássica expressava claramente o ideário da burguesia revolucionária em sua luta contra o feudalismo e, justamente por isso, ela lidava objetivamente com as problemáticas da sociedade em gestação (Netto & Braz, 2006).

A economia política clássica entra em crise e em processo de dissolução com a consolidação do regime burguês, isto é, com a explicitação de que as revoluções burguesas apenas resultaram em um novo domínio de classe. Neste processo, a burguesia renunciou qualquer propositura emancipadora e passou a subordinar todos os complexos sociais aos imperativos do capital e seu ferrenho antagonismo ao proletariado. Neste contexto, a economia política clássica torna-se incompatível com as necessidades da burguesia

conservadora. Por exemplo, a teoria do valor-trabalho, criada pelo pensamento burguês, ao explicitar os mecanismos fundamentais do modo de produção capitalista possuía um potencial explicativo que era instrumental ao pensamento socialista nascente e, por isso, passou a ser combatida pela, agora conservadora, burguesia. A solução encontrada foi especializar a economia política, ciência básica da vida social, em uma disciplina compartimentalizada, a economia, que relega o estudo da história, da sociedade e da política para outras ciências particulares e, assim, renuncia ao estudo da vida social de conjunto (Netto & Braz, 2006).

A especialização da ciência e a sua fragmentação e compartimentalização são características básicas da ciência moderna decadente. Ainda que o próprio pensamento burguês reconheça a especialização como obstáculo, ele não consegue superar este problema:

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são as apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais (Lukács, 1968, p.64).

Assim, ainda segundo Lukács (1968; 1981) a economia deixa de analisar o processo de produção e reprodução da vida social e se contenta com a pesquisa dos fenômenos da circulação, a história se propõe a olhar para o decurso histórico sem

compreender os fundamentos da vida social²⁰ e, por fim, cria-se uma ciência para se estudar a sociedade sem fazer qualquer referência aos seus fundamentos econômicos: a sociologia.

A sociologia é a principal representação científica da negação do legado da economia política pela burguesia. Cria-se uma ciência para se estudar a sociedade em sua legalidade própria, isto é, voltada ao estabelecimento de leis sociais sem remeter aos fundamentos econômicos constituintes de uma formação social concreta e, assim, com uma só tacada a burguesia deixa de fazer referência às conexões causais reais da vida social e passa a ocultar a luta de classes (Lukács, 1968; 1981).

As bases naturalistas da sociologia como ciência universal têm precisamente a função de eliminar, juntamente com a economia, a contradição do ser social, ou, em outras palavras, a crítica a fundo do sistema capitalista. É certo que, no início, sobretudo em seus fundadores, a sociologia defendia o ponto de vista do progresso social; melhor dizendo, uma de suas metas principais era demonstrar cientificamente este progresso. Mas tratava-se de um progresso adequado às exigências da burguesia nos princípios da decadência ideológica: um progresso que deveria conduzir a uma sociedade capitalista idealizada como sendo a culminação da evolução da humanidade (Lukács, 1981, p. 133).

O único traço da economia política clássica que foi mantido e reproduzido pela ciência moderna posterior a ela é a concepção de uma natureza humana determinando a

²⁰ Lessa (s/d) aponta para as implicações deste tipo de ciência histórica: “A partir do momento que assumimos que a pergunta pela gênese da história não é um problema histórico, as teorizações acerca da história perdem a possibilidade de uma interpretação que trabalhe com a sua totalidade. Para sermos mais do que breves, o que resta à historiografia é a investigação de ‘casos’ que, por mais geniais e impactantes que sejam, não possibilitam generalizações teóricas que dêem conta do movimento histórico em seu conjunto” (Lessa, s/d, p.1).

vida social, mas, mesmo este aspecto do pensamento moderno tem um significado inteiramente diverso daquele presente na economia política clássica, assim como no iluminismo. A natureza não serve mais para explicar o mundo, mas para justificar o existente. Tal mutação é explícita no conceito de “lei natural”:

É apaixonante observar como o conceito que havia servido de instrumento revolucionário por excelência no século XVIII, que esteve no coração da doutrina política dos insurretos de 1789, altera o seu sentido no século XIX, para se tornar, com o positivismo, uma justificação científica da ordem social estabelecida (Löwy, 2000, p.27).

A sociologia de Durkheim, segundo Löwy (2000), expressa esta mutação. As leis naturais da vida social servem, nesse projeto sociológico, para explicar a impossibilidade de se eliminar a desigualdade social, a irracionalidade da revolução, a existência necessária de privilégios etc.

Com estes exemplos, espera-se ter demonstrado, ainda que superficialmente, que o pensamento decadente tem a função de limitar o papel do conhecimento ao que é puramente favorável à valorização do capital. Do pensamento burguês decadente brotaram as duas manifestações, na ciência e na filosofia, que convivem e alternam de acordo com as distintas conjunturas históricas particulares das sociedades burguesas: o agnosticismo e o irracionalismo, a miséria da razão e a destruição da razão (Coutinho, 1972).

3.3. Decadência ideológica: Agnosticismo e Irracionalismo

Lukács (1968) destacou que o racionalismo é a manifestação da capitulação do pensamento às necessidades do capital, enquanto o irracionalismo é marcado por um protesto vazio contra elas, mas que, ao absolutizar a condição humana vigente sob o capitalismo, termina no conformismo e na aceitação da ordem instituída. Assim, se o

primeiro é uma apologia direta, o segundo termina na apologia indireta do capital (Coutinho, 1972; Netto, 1978).

A alternância do predomínio de um sobre o outro corresponde ao processo cíclico de crises do capital, mas isto não significa que enquanto um predomina, o outro desaparece. Segundo Coutinho (1972), os períodos de expansão capitalista fortalecem um sentimento de segurança e estabilidade entre intelectuais, enquanto os períodos de crise e instabilidade fazem proliferar o sentimento de angústia. A segurança produzida pelos períodos de expansão reflete-se, na ciência e na filosofia, na busca de estabilidade, de eliminação de contradições e no triunfalismo sobre as possibilidades de se manipular o real. Já a angústia resulta no ceticismo diante das possibilidades de cognição da realidade. Com isso, Coutinho (1972) expressa o fato de que, na decadência ideológica, a burguesia não elabora concepções de mundo, mas sim construções teóricas marcadas pelo imediatismo que, portanto, são chamadas pelo autor de “sentimento do mundo”, isto é, expressões ideológicas construídas a partir de uma reação espontânea e presa na imediaticidade do real. A seguir são apresentados alguns traços gerais de cada tendência, em seguida, uma esquemática periodização da alternância entre agnosticismo e irracionalismo.

O irracionalismo tem como suas principais características um subjetivismo pessimista e romântico que emerge diante das inconstâncias da ordem social. Nas épocas de crise, a ordem social emerge como algo incompreensível e aversivo aos indivíduos. Assim, o irracionalismo critica esta ordem social, mas recorrendo à única esfera do ser, que no nível imediato parece fazer sentido: a subjetividade. A crítica irracionalista da ordem ocorre pela tentativa de negar, cancelar ou suspender a socialidade, tomada enquanto negação da subjetividade e da autenticidade humana. A subjetividade – em suas manifestações mais individualizadas e privativas – passa a ser tomada enquanto única fonte

autêntica de valores, saberes, sensações. Uma sociedade que ameaça a subjetividade é criticada, mas ao colocar na subjetividade o centro do mundo, todo o resto converte-se em abstrações completamente fora de controle (Coutinho, 1972).

Em geral, o irracionalismo procura negar o formalismo e burocratismo que marca as outras formas da racionalidade burguesa definindo a intuição como o meio prioritário de conhecimento. O conhecimento só pode ser o produto da projeção de vivências e experiências subjetivas; o objeto de estudo é dissolvido nas experiências subjetivas imediatas. Daí surgem, por exemplo, as propostas fenomenológicas de “colocar o mundo entre parênteses” ou as afirmações de que se pode compreender o mundo social, mas não o explicar. Igualar ciência e arte, propor um “super-homem” acima das limitações da razão etc. (Coutinho, 1972; Netto, 1978). Em síntese:

denuncia-se a realidade social, considerada fonte de dissolução da subjetividade e de desumanização, ao mesmo tempo em que se rejeita a Razão, confundida com as regras formais que predominam na práxis técnica e burocrática. Em ambos os casos, vemos um processo fetichizador: determinadas formas particulares do mundo capitalista, tomadas em sua imediaticidade, são convertidas – com *tonus* emocionalmente positivo ou negativo – em “condição eterna do homem” (Coutinho, 1972, p. 36).

Esse protesto contra a ordem social imediata, em geral, termina por transmutar uma situação social particular em condição humana universal e insuperável. Desta forma, resulta em um enorme pessimismo, conformismo e, em última instância, numa apologia indireta da ordem instituída. Netto (1978) ressalta a importância desta crítica lukacsiana ao irracionalismo: se a apologia direta busca mostrar o capitalismo como expressão máxima da evolução da humanidade, a apologia indireta parte das mazelas geradas por essa ordem, mas não enquanto traços específicos de uma fase histórica, senão como traços gerais de toda a humanidade.

O racionalismo agnóstico é produto do sentimento de segurança que floresce durante os períodos de expansão do capitalismo. A sua marca é a tentativa de submeter a realidade aos esquemas formais da epistemologia e da metodologia. A luta por limitar os efeitos do conhecimento se expressa na consolidação de ciências especializadas, ao mesmo tempo em que a tarefa que passa ser atribuída à filosofia não é mais a crítica ontológica, mas vigiar as ciências para que elas não extrapolem seus limites. O estudo da gênese histórica dos fenômenos sociais é descartado e substituído pela busca por leis universais e invariáveis. Neste contexto há o veto a toda historicização e contradição (Coutinho, 1972; Lukács, 1967a).

Este pensamento tem na burocratização um momento ineliminável: o conhecimento é confundido com regras formais que manipulam dados aparentes da realidade social. O estabelecimento de procedimentos práticos que serão repetidos mecanicamente no processo de conhecimento é a prioridade da racionalidade agnóstica. Trata-se de um explícito empobrecimento da razão, de uma “miséria da razão”. A função do agnosticismo é afastar da filosofia e da ciência os problemas prementes da vida social. O sentimento de segurança, o qual permite o florescimento da burocratização, converge com uma postura conformista, de busca de estabilidade num mundo que, mesmo no nível mais imediato, é assolado por contradições. Daí a busca incessante da razão agnóstica por leis estáveis, regras formais, instrumentalismo etc. (Coutinho, 1972).

O agnosticismo não deixa de ser uma forma de irracionalismo. Em seus traços gerais, ele resulta em um empobrecimento teórico que é, também, um empobrecimento do objeto. A aparência de objetivismo presente intensamente nas proposituras agnósticas em nada significa que se trata de um conhecimento objetivo da realidade, pois a operação fundamental do agnosticismo é prender-se na organização de uma série de dados empíricos, tomados de forma fetichizada enquanto objetividade e ordenados por

procedimentos formalistas os quais, em última análise, nada mais são que uma criação da subjetividade. Em outras palavras, o subjetivismo marcante do irracionalismo repete-se na “miséria da razão”.

Com esta discussão nota-se, segundo a descrição de Coutinho (1972), que angústia e segurança são a base de duas tendências do pensamento burguês decadente as quais se alternam ao longo da história – a alternância aqui não significa que quando uma predomina a outra deixa de existir, mas apenas deixa de ser hegemônica. Sempre que uma destas tendências erige-se em oposição à outra, ela adotará vestimentas críticas em relação àquela que a antecedeu. Assim, em oposição ao racionalismo iluminista, emergiram as críticas anticapitalistas românticas e irracionalistas. Em seguida, as críticas românticas foram combatidas pelo formalismo e burocratismo positivista e neopositivista. Emergiram novas formulações do irracionalismo contra o positivismo, especialmente, o existencialismo e, assim por diante. Cada uma destas transformações ocorre concomitantemente com as mudanças da sociedade capitalista.

A seguir é apresentada uma brevíssima periodização desta alternância construída a partir de Lukács (1967a) e das sistematizações realizadas por Coutinho (1972) e Netto (1978). Se até 1848 a filosofia clássica desenvolveu-se plenamente, foi somente após este período que se constituiu o pensamento decadente. Já no período entre 1830 e 1848 apareceram as primeiras manifestações do irracionalismo: de distintas formas, as propostas de Kierkegaard, Schelling e Schopenhauer portavam, embriornariamente, a insegurança do pensamento burguês diante das primeiras crises do capitalismo.

No entanto, após 1848, o modo de produção capitalista se desenvolveu com uma relativa estabilidade por toda a Europa e a burguesia passou cada vez mais a se opor à atuação independente do proletariado. Neste momento, o pensamento burguês decadente teve sua principal manifestação no positivismo, no pensamento agnóstico. A esta etapa,

sucedeu-se outra cujo início coincide com a emergência do imperialismo entre 1880 e 1890. A burguesia entrou em um período de guerras e revoluções, cuja desumanidade foi denunciada por diversos intelectuais que partiam de um certo tipo de individualismo antissocial. Com o fim da estabilidade burguesa e a impossibilidade de uma defesa explícita da ordem imperante, emergiu a apologia indireta: critica-se a ordem, mas negligenciando as condições sociais, absolutizando o momento histórico específico e afirmando-o como condição humana universal. Expressão típica deste pensamento são os aforismos de Nietzsche que, posteriormente, fundamentaram as concepções irracionistas de Jaspers, Heidegger e outros. O irracionalismo típico do imperialismo não se defronta contra a razão iluminista, mas contra a perspectiva proletária e materialista fundada por Marx (Coutinho, 1972; Lukács, 1967a; Netto, 1978).

O irracionalismo predominou até o fim da II Guerra Mundial, quando diante de mudanças nos interstícios do capitalismo e da abertura de um período de relativo crescimento, a razão agnóstica encontrou novas forças. Neste período, passou a existir uma relativa estabilização do capitalismo e, ao mesmo tempo, ocorreu uma transformação que revigorou as tendências marcadas pela “miséria da razão”, ao invés da “destruição da razão”: intensificaram-se os processos manipulatórios no capitalismo.

Segundo Coutinho (1972), o contexto imediatamente posterior à II Guerra Mundial colocou a necessidade do capital penetrar mais intensamente na esfera do consumo. O espectro das crises de superprodução fez com que o crescimento do capitalismo fosse marcado pelo predomínio da extração de mais-valia relativa, isto é, pela elevação da produção mediante o desenvolvimento das forças produtivas e não pela mera elevação da jornada de trabalho. Isto possibilitou que existisse maior exploração sem que, ao mesmo tempo, ocorresse uma queda abrupta das condições de vida. Na realidade, este elemento somado a outro resultou na elevação do consumo e, conseqüentemente, na redução da

intensidade das crises de superprodução. O segundo elemento determinante foi a organização de um mercado que possibilitou o aumento do consumo mediante a construção de um aparato manipulatório dos desejos de consumo. A criação de necessidades artificiais, a redução da taxa de tempo de utilização (ver Mészáros, 1989) e a criação de políticas públicas pelo Estado de Bem-Estar (Lessa, 2007b) possibilitaram o aumento do consumo global da sociedade.

Florescimento técnico-científico resultante do predomínio da mais-valia relativa e uma maior “racionalização” do consumo²¹ permitiram que certa racionalidade tecnológica reconquistasse seu prestígio. A manipulação das necessidades criou a ilusão de que as crises poderiam ser eliminadas e, com isso, assistiu-se a um novo apogeu do racionalismo agnóstico. A sua principal manifestação foi o pensamento estruturalista – que possui um vínculo enorme com o epistemologismo neopositivista. A maré de otimismo fez a burguesia retomar pretensões “ontológicas”, mas trata-se, obviamente, de uma ontologia profundamente marcada pelo empobrecimento da teoria sobre o real. A realidade é compreendida somente pelo conceito de estrutura que pode ser totalmente reduzida à categoria linguagem. O estruturalismo nada mais é do que uma “miséria da razão” característica do período pós-guerras que encontrou no “empobrecimento do objeto” do pensamento a sua principal força (Coutinho, 1972).

Com a inauguração da crise capitalista nos anos 1970 e a entrada no período de crise estrutural (ver Mészáros, 2009), é inaugurado um novo irracionalismo marcado por novos traços e elementos de apologética que, para o momento, não cabe aprofundar (ver capítulo V).

²¹ Vale a pena enfatizar este aspecto citando Coutinho (1972, p. 57): “Elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos, homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo ‘calculável’ e previsível; tão-somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de ‘padrões’ estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples ‘dado’, em uma coisa passiva”. Obviamente, tal como o autor reconhece, esta postura da burguesia não significa que as contradições reais tenham sido eliminadas.

Cabe aqui ressaltar que não há um abismo que separa agnosticismo e irracionalismo. Na realidade, a intensificação do agnosticismo desemboca no próprio racionalismo. Neste sentido, Coutinho (1972) destaca como o pensamento profundamente agnóstico de um neopositivista é plenamente marcado por um pessimismo irracionalista: o positivismo lógico e o neopositivismo são a única forma de racionalidade admitida pela burguesia, pois o imperialismo esmaga a crença na possibilidade de uma compreensão racional da realidade pela burguesia. “O intelecto, incapaz de compreender a realidade contraditória do início do século, refugia-se nos exíguos limites da ‘linguagem subjetiva’ convertendo o mundo no ‘mundo’ do indivíduo isolado” (Coutinho, 1972, pp. 86-87)

Em síntese, a entrada da burguesia na decadência ideológica marca a passagem da apologética da subjetividade para uma subjetividade apologética. No seu período heroico, a burguesia buscou pela razão conquistar e dominar o mundo²², mas após a consolidação desta classe social enquanto classe conservadora, o pensamento burguês reduziu a busca de emancipação pelo conhecimento ao mero atendimento dos ditames do processo de reprodução e valorização do capital – justamente por isto, após a inauguração da decadência ideológica da burguesia, o desenvolvimento tecnológico, por suposto a serviço do capital, foi tremendo (Pinassi, 2009).

Compreender e explicar o sujeito, as relações entre subjetividade e objetividade, não interessa mais à burguesia. O seu ponto de vista se tornou, após 1848, estruturalmente incapaz de revelar qualquer aspecto sobre o “ser-precisamente-assim” do ser social.

4. Do auge do pensamento burguês até os seus antípodas: Hegel e Marx

²² Ainda que essa tese já tenha sido repetida algumas vezes, vale a pena reforçá-la com uma citação de Lukács: “A razão é aqui [no Iluminismo] o princípio último do ser e do devir da natureza e da sociedade. Tarefa da filosofia é descobrir e revelar esse princípio a fim de que a sociedade se adeque às leis eternas imutáveis, da natureza” (1979b, p. 13).

Neste momento, já se sabe que o positivismo, o neopositivismo, a fenomenologia, o existencialismo e diversas outras tendências do pensamento filosófico e científico burguês são apenas distintas manifestações da burguesia em sua luta para manter o seu domínio de classe: “o *momento predominante* ao conceito de *decadência ideológica* coincide com a conclusão dos esforços revolucionários da burguesia e o início da sua hegemonia, da sua *localização no comando da estrutura do capital*” (Pinassi, 2009, p. 16).

Sabe-se que a função social da decadência ideológica é garantir o processo de valorização do capital, que o pensamento heroico da burguesia serviu para a universalização do capital e, por fim, que a entrada no período de decadência ideológica coincide com a emergência histórica do proletariado com necessidades, projetos e finalidades antagônicos àqueles da burguesia. Assim, se a burguesia precisa enfrentar e resignificar as conquistas que ela mesma engendrou para manter a sua hegemonia, isto decorre de sua necessidade de lutar contra o proletariado.

Sem a conversão do trabalho em trabalho abstrato, o capital não pode existir²³. Por isso, o seu principal antagonista é o proletariado e é justamente este o herdeiro das principais conquistas do pensamento moderno (Lessa, 2007a; 2007b; Marx, 1844/2005; Marx & Engels, 1848/2002). A seguir, esta ideia será defendida mostrando algumas dimensões do pensamento moderno, ainda não desenvolvidas no presente trabalho, que foram apropriadas pela razão ontológica marxiana.

²³ A noção de trabalho em Marx é desenvolvida brevemente nas próximas páginas. Para o momento é importante frisar que trabalho, para Marx, é o intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Já o trabalho abstrato é uma atividade social humana historicamente específica, existente tão somente em formações sociais regidas pelo capital. O trabalho abstrato é toda e qualquer práxis social humana que serve à autovalorização do capital, isto é, toda práxis social que contribui para o surgimento e a efetivação da mais-valia. A tendência da ordem capitalista é a de reduzir todas as práxis sociais a trabalho abstrato. Não importa ao sistema de reprodução do capital se a práxis social é intercâmbio orgânico do homem com a natureza ou não (este debate é desenvolvido de forma primorosa em Lessa, 2002; 2007a; 2007b; Marx, 1844/2005; Lukács, 1979a; 1981/sd). Cabe frisar que é impossível existir trabalho abstrato sem a entificação daquilo que Mézáros chamou de sistema de mediações de segunda ordem que surgiu historicamente a partir da: (1) separação e alienação entre trabalhador e meios de produção; (2) imposição dessas condições como um poder separado dos trabalhadores; (3) a personificação do capital em valor que atende os imperativos expansionistas do capital; (4) e a personificação dos trabalhadores como trabalho dependente do capital (Antunes, 2000; Mézáros, 1970/2006; 2000).

4.1. A “última grande filosofia burguesa”

Anteriormente afirmou-se que o pensamento moderno suspendeu a problemática ontológica e, neste processo, adotou “espontaneamente” as concepções ontológicas do pensamento greco-medieval. Assim, suas principais características são: a postura lógico-gnosiológica e a concepção de essência como eterna e imutável.

No entanto, esta é uma verdade parcial. No pensamento moderno desenvolve-se um veio ontológico que, todavia, foi repudiado e negado pela burguesia. Tal veio começa com a “última grande filosofia burguesa” (Lukács, 1968): a filosofia de Hegel.

Entre o pensamento iluminista e Hegel há diversos pontos de continuidade, mas também de descontinuidade. Lessa (s/d) destaca como Hegel ainda trabalha com uma noção a-histórica de essência e Lukács (1979b), por sua vez, destaca a continuidade de uma concepção em que a razão é onipotente. É importante sublinhar as descontinuidades pois, ainda segundo Lukács o autor, elas são provenientes da distinta situação histórica de Hegel: enquanto o iluminismo era a filosofia pré-1879, Hegel produziu a filosofia dos efeitos da Revolução Francesa. O enorme peso desta diferença sobre o pensamento de Hegel é bem ilustrado pela seguinte afirmação:

As grandes descobertas das ciências naturais, as experiências históricas de séculos marcados por alterações decisivas, haviam abalado – na imagem do mundo concreta-cotidiana dos homens – a antiquíssima ditadura de uma substancialidade eterna, parada, imóvel; em outras palavras, o domínio absoluto da objetividade cósmica primária em face do movimento, considerado secundário (Lukács, 1979b, p. 67).

Os avanços de Hegel, em relação ao pensamento anterior, são enormes. Aqui são destacados alguns deles e o seu destino histórico. Em primeiro lugar, Hegel superou a concepção profundamente equivocada do Iluminismo de tentar derivar da natureza humana

os princípios que regulam a vida social. Na tentativa de superar os preconceitos transcendentais e as concepções teleológicas anteriores, os iluministas analisaram a vida social como se ela fosse derivação das leis da natureza. Em Hegel há uma diferenciação superior: Hegel concebe a natureza como base e pré-história muda da sociedade, enquanto a história da sociedade desdobra-se mediante categorias novas e distintas da natureza (Lukács, 1979b).

Este avanço de Hegel decorre de duas concepções ontológicas fundamentais de seu pensamento: (1) a contradição é princípio ontológico fundamental e (2) o presente tem centralidade ontológica, porque é tomado enquanto realização da razão. Justamente por dar ao presente uma centralidade ontológica, Hegel deve cancelar a prioridade de todo e qualquer “dever-ser”. Com isso, elimina o papel da natureza enquanto determinação que cria um “dever-ser” para a vida social. No entanto, ao colocar que o presente coincide com a realização da razão, a superação do presente converte-se em uma impossibilidade lógica para Hegel que acaba, assim, em uma concepção teleológica de história.

Esse exemplo permite ilustrar algo que Lukács (1979b), em sua análise do pensamento de Hegel, ressalta diversas vezes: as aquisições de Hegel sempre aparecem marcadas por antinomias e contradições. Hegel, ainda segundo Lukács (1979b), superou o pensamento iluminista ao criticar a unidade entre razão e natureza, mas desembocou em diversas novas contradições porque a posição ontológica que a natureza ocupava no pensamento iluminista é substituída pela concepção de espírito. A noção de espírito permite abordar a relação entre indivíduo e sociedade em um patamar superior ao dos iluministas, mas resulta também em certos enrijecimentos, na inversão da dialética

histórica (o sujeito da história vira predicado e vice-versa: espírito/razão é o sujeito e a atividade humana o predicado) e em diversos problemas²⁴.

Hegel, segundo Lukács (1979b), resgata a processualidade como categoria central de uma nova ontologia, afirma a mobilidade dialética e contraditória do mundo, mas faz isso de uma forma completamente nova: Hegel afirma que a processualidade dialética do absoluto vale para todo o mundo da finitude, isto é, Hegel supera uma concepção dualista de realidade em que há abismo entre essência e fenômeno propondo uma concepção unitária de realidade. Nesta nova ontologia:

ele concebe a realidade como uma totalidade de complexos que são em si mesmos, relativamente, também totalidades; a dialética objetiva consiste na gênese real e na autoexplicitação, interação e síntese reais desses complexos; por isso, também o absoluto (...) não poderá jamais converter-se na imobilidade de uma indiferença transcendente com relação aos movimentos concretos; ao contrário, enquanto síntese concreta de movimentos reais, ele é (...) também movimento, processo (Lukács, 1979b, p.74).

Hegel supera o abismo entre essência e fenômeno que caracterizou todo o pensamento anterior a ele. Ao conceber que essência, fenômeno e aparência são indissociáveis e que não se pode defini-los de forma excludente, Hegel redefiniu essas categorias cruciais de toda ontologia:

toda aparência ou fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo, nenhuma das duas pode estar presente sem essa relação dinâmica, contraditória; cada qual existe no momento mesmo em que ininterruptamente conserva e cede sua própria existência, no momento em que se esgota nessa relação antitética (Lukács, 1979b, p.84).

²⁴ Para mencionar apenas um de importância crucial: Hegel procede a identidade sujeito-objeto, um logicismo que, conseqüentemente, violenta a ontologia verdadeira de Hegel. Acima de tudo, as distorções e deformações existentes em Hegel procedem da prioridade metodológica que a lógica possui na sua filosofia (Lukács, 1979b).

Tal como Lessa (s/d) sintetizou essa discussão: Hegel fez do não-essencial uma essência que se mostra. Esta é uma superação do pensamento anterior, ainda que conserve uma concepção da essência como determinação ontológica decisiva:

Ainda que Hegel reconheça que a essência só pode ser essência se se mostrar enquanto fenômeno, ao menos até atingir o Absoluto; ainda que, por isso, o fenômeno possua uma relevância decisiva no processo de elevação ao Absoluto, relevância essa que é uma completa novidade se compararmos com a concepção medieval onde o fenomênico é o *locus* da temporalidade e do pecado – ainda assim, o ser do fenômeno é decorrente, é delegado, é consequência do ser da essência (Lessa, s/d, p. 15).

Em síntese, a filosofia de Hegel, enquanto filosofia dos efeitos da revolução francesa, chegou no auge da elaboração do pensamento burguês. Hegel elaborou uma concepção de história e formulou uma imagem ontológica de mundo, tirando todas as conclusões das aquisições da economia política clássica para compreender a história e a vida social (Lukács, 1979b). Todavia, ela padecia das graves limitações provenientes das concepções de mundo da burguesia. A solução para os problemas e as contradições do pensamento burguês foi elaborada por Marx que, ao expressar o ponto de vista do proletariado, foi capaz de se apropriar de todas as conquistas do período “heroico” da burguesia e elevá-las a um patamar qualitativamente superior.

Quando se discutiu a decadência ideológica resgatou-se a afirmação de que a economia política clássica foi a maior ciência burguesa e a filosofia de Hegel foi a última grande filosofia burguesa (Lukács, 1968). Destacou-se também que a economia política acabou sendo convertida pelo pensamento burguês decadente em apenas uma disciplina especializada que se ocupava de problemas superficiais do processo de circulação.

Em certa medida, este foi o mesmo destino do pensamento de Hegel. Após a sua morte travou-se uma grande disputa pelo legado hegeliano. No interior da disputa,

destacou-se um setor à direita e outro à esquerda. O centro da disputa permeava-se sobre a já mencionada relação entre razão e presente no pensamento hegeliano. Os hegelianos de direita enfatizavam o presente enquanto realização da razão e identificavam no estado prussiano existente a realização da razão. Já os hegelianos de esquerda enfatizavam a realização da razão enquanto negação do existente. Para estes, haveria em Hegel uma contradição entre método e sistema: o método hegeliano, que toma a história enquanto processualidade dinâmica, deveria ser resgatado, enquanto seu sistema, marcado por um enorme logicismo, deveria ser rejeitado (Assunção, 2004).

Esta disputa foi uma etapa do processo de diferenciação daqueles que reivindicavam o legado de Hegel e que culmina com a dissolução de seu pensamento. Segundo Netto (1983), este processo começou com as controvérsias sobre o problema da religião, foi para as questões lógico-metafísicas e chegou no terreno da vida sócio-política – momento em que a crítica feuerbachiana de Hegel ganha espaço e marca os jovens hegelianos (de esquerda).

O processo de diferenciação é agravado com a entronização de Frederico Guilherme IV em 1840. Frederico IV perseguiu os jovens hegelianos de esquerda – por exemplo, excluiu Bruno Bauer da universidade de Berlim e nomeou em seu lugar um filósofo crítico de Hegel – e estes se fragmentaram internamente tendo como ponto de disputa que posição tomar diante da nova situação. Alguns se refugiaram na pura especulação e outros conformaram uma fração democrática. A dissolução do legado hegeliano teve seu auge com as revoluções de 1848 e a dura repressão que se seguiu à ela e àqueles, como os jovens hegelianos de esquerda, que a apoiaram (Assunção, 2004; Netto, 1983).

4.2. *Marx: Herdeiro de Hegel e da economia política clássica*

As principais aquisições do pensamento burguês – iluminismo, economia política clássica e filosofia hegeliana – foram apropriadas e desenvolvidas por aqueles que adotaram o ponto de vista do proletariado. A promessa de emancipação humana pela burguesia não foi além disso – da promessa – e se manteve nos limites de uma mera emancipação política. Ao ficar claro, para diversos setores envolvidos nos processos revolucionários, que a burguesia não poderia jogar mais nenhum papel progressivo para a humanidade, porque ela restringiu sua meta à mera substituição de uma classe dominante por outra, também ficou claro outro aspecto: a tarefa de aprofundar o conhecimento do real para, assim, realizar as promessas não cumpridas pela burguesia, só poderia ser feita pela classe social antagonista da burguesia, o proletariado.

O conhecimento objetivo do real só pode ser realizado por aqueles que dependem do desvelamento das principais forças e contradições da nova sociedade. Em uma situação histórica, tal como a que particulariza a sociedade burguesa, em que há crescente antagonismo entre o grau alcançado de desenvolvimento do gênero humano e as possibilidades de apropriação individual deste patrimônio, a ciência e a filosofia não reproduzem as mistificações ideológicas da classe social dominante tão-somente mediante a investigação, a crítica e a denúncia do conjunto de problemas fundados a partir de tal contradição. Isto significa que a construção de um reflexo adequado da realidade social²⁵ está estritamente ligada com a adoção do ponto de vista do proletariado²⁶.

²⁵ Em nenhuma medida, reflexo significa cópia idêntica e imediata da realidade. Justamente pela consciência constituir uma realidade ontologicamente distinta da realidade social, não há qualquer possibilidade de que o reflexo seja uma cópia idêntica da realidade (ver Lessa, 1997; Lukács, 1966).

²⁶ Isso não significa que somente setores pertencentes ao proletariado são capazes de elaborar um reflexo correto da realidade social. Lukács (1968) trata precisamente deste aspecto ao colocar que a superação dos limites pela decadência ideológica depende da relação dialética objetiva entre indivíduo e classe. Isto significa que as demais classes sociais não podem superar em massa os mencionados limites, mas que membros individuais podem. Neste processo são determinantes não só as possibilidades disponíveis para o indivíduo, mas suas circunstâncias, a situação da ciência e da cultura, a existência ou não de choques revolucionários e assim por diante. Nas palavras do filósofo húngaro: “A burguesia possui tão-somente a aparência de uma existência humana. Entre aparência e realidade, portanto, deve surgir em cada indivíduo da classe burguesa uma viva contradição; depende, então, em grande parte, do próprio indivíduo se ele deixará

Esta não é uma questão epistemológica, mas uma necessidade ontológica que decorre da especificidade do ser social. Nas palavras de Lukács (1968/2007, p. 235):

assim como, no próprio trabalho, o saber real sobre os processos naturais envolvidos em cada caso concreto é imprescindível para poder desenvolver com êxito o intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza, do mesmo modo um certo saber sobre a natureza dos homens, sobre suas recíprocas relações sociais e pessoais, é aqui indispensável para induzi-los a efetuar as posições teleológicas desejadas.

Se Marx (1844/2005) está correto ao afirmar que a abolição da exploração do proletariado tem na abolição de toda exploração a sua condição fundamental, então a sua vitória nas lutas de classes depende do conhecimento objetivo da realidade e de seus fundamentos ontológicos. Segundo Löwy (1989), isto é profundamente diferente do que caracterizou a revolução burguesa: ao buscar apenas substituir uma dominação de classe por outra, à burguesia não interessava o conhecimento do real, mas apenas daquilo que era necessário para realizar os seus fins e as suas necessidades particulares e, portanto, a mistificação ideológica poderia ser um instrumento tão válido, quanto a elaboração de um verdadeiro reflexo do real.

Esta limitação fundamental da burguesia resultou em uma concepção de homem em que este não era tomado, radicalmente, como o sujeito da história. Ainda mais, até o estabelecimento de bases materiais que criassem a possibilidade ontológica de dissolução das classes sociais – isto é, a abundância (sobre isso ver Lessa, 2005; Mandel, 1982) – toda e qualquer ontologia era formulada de forma a universalizar os traços particulares da classe social dominante. A superação da necessidade histórica das classes sociais e a explicitação

que esta contradição adormeça, por efeito de narcóticos ideológicos que sua classe continuamente lhe ministra, ou se ela permanecerá viva nêle e o conduzirá a romper inteira, ou pelo menos parcialmente, os véus enganadores da ideologia burguesa. Na esmagadora maioria dos casos, naturalmente, será a consciência burguesa de classe que levará a melhor” (Lukács, 1968, p. 73).

da radical historicidade do mundo social²⁷ possibilitaram a elaboração de uma ontologia que não opõe história e essência (Lessa, s/d, Tonet, 2005a; 2005b).

Esta foi precisamente uma das realizações e das descobertas de Marx. A seguir apresenta-se uma breve discussão sobre como Marx elaborou uma crítica das maiores expressões do pensamento burguês, a economia política clássica e a filosofia hegeliana e, neste processo, elaborou uma concepção inteiramente nova de mundo, uma ontologia sem qualquer precedente em sua radical historicidade.

Para abordar este problema cabe remontar até o período imediatamente anterior a 1843, isto é, no período em que a trajetória de Marx ainda transitava no interior do legado hegeliano, ainda que a relação de Marx com o pensamento de Hegel seja muito diferente das proposições que caracterizavam os demais hegelianos de esquerda que eram seus contemporâneos (Assunção, 2004).

As polêmicas e as publicações de Marx entre janeiro de 1842 e março de 1843 são marcadas por uma crítica do Estado existente, tomando como ponto de partida o que um Estado racional deveria ser. Por exemplo, neste período, Marx publicou na Gazeta Renana²⁸ diversas polêmicas com a existência real do Estado de Frederico Guilherme IV, partindo do pressuposto de que ele não era a realização do Estado racional. Ao Estado racional caberia “converter os fins individuais em fins gerais, os toscos impulsos em inclinações morais, a independência natural em liberdade espiritual, ao fazer que o

²⁷ Como as ideias não caem do céu, a elaboração de uma ontologia radicalmente nova associa-se a condições históricas específicas. Assim, uma concepção capaz de captar a radical historicidade da essência só pode ser elaborada em condições sociais que explicitem tal traço do ser social. Isso significa que as concepções de essência que precederam o pensamento marxiano não decorrem de uma mera ausência de inteligência dos pensadores precedentes, mas sim da inexistência de relações sociais que demonstrassem na vida cotidiana a radical socialidade do ser social. Por exemplo, Lukács (1981/s/d) lembra que a visibilidade da relevância do tempo de trabalho socialmente necessário na determinação do valor de troca depende da difusão do valor de troca, o que, como se sabe, atingiu seu auge com o desenvolvimento do capitalismo.

²⁸ Periódico da burguesia liberal da região do Reno que, na época, fazia oposição às ações de Frederico IV. A imprensa de então, era o único organismo político que possibilitava a expressão dos ideais da burguesia liberal e dos debates filosóficos, já que os hegelianos de esquerda foram purgados das universidades (ver Assunção, 2004; Eidt, 2001; Netto, 1983).

indivíduo goze na vida do todo e o todo nas intenções do indivíduo” (Marx, 1842a/1982, p. 228). Para ele: “o Estado que não seja a realização da liberdade racional é um Estado ruim (*schlechter Staat*)” (Marx, 1842a/1982, p. 235).

Esta perspectiva é ainda mais clara com a tomada de posição de Marx diante dos debates que resultaram na criação de uma lei que convertia o recolhimento de lenha em crime. Neste texto, Marx (1842b/1982) toma a defesa dos interesses populares e afirma que a lei representa uma perversão do Estado, que deveria ser universal, pelos interesses particulares de setores específicos da sociedade civil.

Se o Estado deve superar a miséria dos interesses particulares que caracterizam a sociedade civil, então uma lei que favorece uma esfera particular da sociedade civil é uma aberração. Ao Estado, cabe representar a comunidade humana e, conseqüentemente, quando favorece um conjunto de interesses particulares em detrimento de outros, o Estado está apenas se autodestruindo:

O Estado, portanto, deve ver no infrator que recolhe lenha, acima disto, um ser humano, um membro vivo da comunidade por cujas veias corre o sangue desta, um soldado chamado a defender a pátria, uma testemunha cuja voz deve ser escutada diante dos tribunais, um membro da comunidade capacitado para ocupar postos públicos, um pai de família cuja existência deve ser sagrada e, sobretudo, um cidadão do Estado, o qual não pode descartar apressadamente de um de seus membros todas estas funções, pois o Estado, ao fazer do cidadão um delinqüente, amputa a si mesmo (Marx, 1842b/1982, p. 259).

Ao criminalizar aqueles que recolhiam lenha e ao favorecer os proprietários do bosque, a Dieta Renana “degradou o poder executivo, as autoridades administrativas, a vida dos acusados, a idéia de Estado, o próprio delito e a pena ao convertê-los em *meios materiais a serviço do interesse privado*” (Marx, 1842b/1982, p. 280).

A importância destes textos e diversos outros que caracterizaram a atividade de Marx enquanto jornalista decorre do fato de que eles representam as primeiras aproximações de Marx aos problemas econômicos (como as implicações econômico-sociais da proibição do recolhimento de lenha), assuntos políticos e religiosos (o papel do Estado, a crítica à intromissão da Igreja nos assuntos de Estado) e as temáticas que dizem respeito à imprensa (especialmente o combate à censura). Todos estes debates obrigaram Marx a se posicionar em relação à filosofia de sua época (Assunção, 2004; Eidt, 2001; Netto, 1983).

O recrudescimento da censura e, portanto, a inviabilização prática da atividade jornalística de Marx resultou no seu pedido de demissão da Gazeta Renana e em um recolhimento autoimposto em 1843. Abriu-se uma vaga para Marx realizar uma crítica de Hegel. Marx partiu tanto de sua prática política, quanto da atmosfera filosófica da época (processo de dissolução do hegelianismo) quando colocou para si mesmo a tarefa de confrontar a filosofia do direito de Hegel, isto é, o terreno sobre o qual caminhavam todas as polêmicas filosóficas de seu entorno sobre o Estado moderno (Netto, 1983).

Na sua crítica à filosofia do direito de Hegel, Marx (1843/2005) apontou a inversão idealista hegeliana que define o Estado enquanto sujeito e a sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) enquanto predicado e, a partir daí, conclui que a compreensão do Estado moderno não se dá nas esferas jurídica e política, mas reside na sua base material: a sociedade civil. “Não se deve condenar Hegel porque ele descreve a essência do Estado moderno como ela é, mas porque ele toma aquilo que é pela *essência do Estado*” (Marx, 1843/2005, p. 82)²⁹.

²⁹ A indicação da enorme importância desta passagem foi dada por Netto (1983).

Este problema da filosofia do direito de Hegel decorre, ainda segundo Marx, do procedimento logicista do primeiro. Daí, o alvo da crítica marxiana ser o idealismo de Hegel. O problema fundamental de Hegel é ele partir da Ideia e não do Real (*Wirklich*):

Ele [Hegel] transformou em um produto, em um predicado da Idéia, o que é seu sujeito; ele não desenvolve seu pensamento a partir do objeto, mas desenvolve o objeto segundo um pensamento previamente concebido na esfera abstrata da lógica. Não se trata de desenvolver a idéia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política uma relação com a Idéia abstrata, de dispô-la como um membro de sua biografia (da Idéia): uma clara mistificação (Marx, 1843/2005, p. 36).

Da crítica da inversão entre sujeito e predicado, Marx passou à busca dos fundamentos ontológicos da sociedade, isto é, das relações reais entre homem, natureza e sociedade. Os textos posteriores de Marx refletem, explicitamente, este aspecto. Após a crítica de Hegel, Marx criticou os hegelianos de esquerda em sua discussão sobre a emancipação política³⁰ propiciada pelas revoluções burguesas.

Ao quebrar as cercas impostas pela filosofia hegeliana e analisando o Estado a partir de uma “anatomia da sociedade civil”, Marx pôde criticar a emancipação política e aqueles que a confundem com a emancipação humana. Pensadores como Bauer e Ruge (contemporâneos de Marx e que faziam parte do grupo de jovens hegelianos de esquerda) confundiam as duas perspectivas porque se mantinham dentro do terreno hegeliano e, assim, não conseguiam criticar a sociedade civil, pois o que criticavam era um Estado específico e não o Estado em si (Marx, 1843/1982).

Por ter ido além de qualquer outro hegeliano em sua crítica da tematização filosófica do Estado por Hegel, Marx pôde criticar a ordem burguesa, notando que a

³⁰ As diferenças entre emancipação política e emancipação humana estão presentes em dois textos de Marx (1844/1982; 1844/1995) e uma discussão sobre isso pode ser encontrada em trabalhos de Tonet (1989; 1995; 2005a). Na realidade, a breve discussão que é apresentada a seguir seria impossível sem o estudo das contribuições de Tonet.

emancipação política não resulta em emancipação humana. Segundo Marx (1843/1982), a emancipação política é a libertação do Estado da religião – isto é, do Estado do Antigo Regime, da ordem feudal – mas isto não resulta em emancipação humana. “O limite da emancipação política se manifesta no fato de que o *Estado* pode se libertar de uma trava sem que o homem se liberte *realmente* dela, de que o Estado pode ser um *Estado livre* sem que o homem seja *um homem livre*” (Marx, 1843/1982, p. 468).

Na realidade, ainda segundo Marx (1843/1982), a emancipação política instaura uma sociedade civil marcada pela divisão entre homem público (*citoyen*) e homem privado (*bourgeois*). “A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, ao indivíduo *egoísta independente*, e, de outro lado, ao *cidadão do Estado*, à pessoa moral” (Marx, 1843/1982, p. 484). O indivíduo burguês, o indivíduo egoísta é a premissa fundamental do Estado: “nenhum dos direitos do homem vai mais além do homem egoísta, do homem tomado como membro da sociedade burguesa” (Marx, 1843/1982).

Em outro trabalho, Marx (1844/1995) afirma, textualmente, que a “escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno” (p. 81) e que:

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (Marx, 1844/1995, p. 81).

É precisamente esta a perspectiva da emancipação humana. Ao invés de uma revolução política que instaura uma sociedade civil marcada pela cisão entre *citoyen* e *bourgeois* e que instaura direitos que, no limite, apenas são a representação jurídica da vida real do homem burguês, Marx propõe uma revolução social que só é possível conceber tendo em vista a totalidade:

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque - mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial - ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana (Marx, 1844/1995, p. 89).

Em um texto posterior, Marx (1844/2005) avança em sua nova perspectiva e desenvolve, ainda mais, a necessidade de uma análise da realidade social e da revolução ao apontar um sujeito histórico para a superação dos problemas vividos na Alemanha. O texto abre com a afirmação de que a crítica da religião – personificação do Antigo Regime – é o pressuposto de toda crítica e que, a partir daí, pode-se fazer a crítica da realidade social. O argumento de Marx é que a superação da religião depende da superação das condições sociais que a criaram e isto, portanto, coloca a necessidade de se realizar a crítica da sociedade. A tarefa passa a ser a análise do mundo social: “A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, *a crítica da religião em crítica do direito e a crítica da teologia em crítica da política*” (Marx, 1844/2005, p. 146).

Neste texto, Marx também aprofunda uma idéia já presente nas *Glosas Críticas* (Marx, 1844/1995): a tese de que há uma determinação social do conhecimento. Assim, Marx nota que a filosofia alemã existe numa relação de determinação reflexiva com a realidade alemã e, assim, afirma que a crítica da filosofia do direito e do Estado deve ser também a crítica do Estado moderno e da realidade a ele associada.

Ao tratar do problema da emancipação humana, Marx (1844/2005) trata do sujeito deste processo. Em sua anatomia, ainda inicial, da sociedade civil, Marx afirma que as barreiras da sociedade alemã, ainda marcada pelos anacronismos do Regime Antigo, só podem ser resolvidas com a destruição das barreiras gerais da política de seu tempo presente. Assim, a emancipação na Alemanha é uma tarefa do único setor da sociedade

civil que concentra todos os males sociais e que, portanto, tem como condição de sua libertação específica a libertação em geral. A possibilidade de emancipação na Alemanha reside:

Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular*, porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*, de uma esfera que não se oponha a conseqüências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma, a *perda total* da humanidade, portanto só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado* (Marx, 1844/2005, p. 155-156).

O sujeito histórico da revolução, após a crítica de Hegel e a crítica da emancipação política, em Marx, assim como em Engels, é o proletariado. Somente o proletariado pode ir além dos limites que a burguesia possui, pois “os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões” (Marx & Engels, 1848/2002, p. 69). Para eles, não se trata de justificar o mundo, mas de compreendê-lo para poder transformá-lo, tal como Marx colocaria magistralmente em sua décima primeira tese sobre Feuerbach (Marx, 1845/s/d).

Esta longa trajetória, facilitada pelo encontro com Engels, levou Marx ao estudo e à crítica da economia política clássica. Após se defrontar com problemas materiais, perceber a insuficiência do sistema hegeliano e que a solução para os problemas constituintes da sociedade burguesa dependeria de um estudo aprofundado, Marx passou ao estudo da

“maior ciência burguesa”. As importantes aquisições da economia política clássica – como a teoria do valor-trabalho, a análise do processo produtivo e suas principais categorias – foram tomadas por Marx e analisadas com o fim de formular uma teoria que reproduzisse idealmente o movimento real da sociedade capitalista com a finalidade de contribuir para a ação revolucionária. No entanto, Marx supera qualitativamente uma das principais limitações da economia política clássica: a concepção de que as suas categorias seriam determinações naturais (Netto & Braz, 2006).

Em sua teoria do movimento real da sociedade burguesa, Marx historicizou as categorias da economia política clássica, mas ao fazer isso criou uma concepção de mundo inteiramente nova, superando todas as ontologias precedentes. Negando elementos problemáticos, conservando as principais aquisições e elevando para um patamar superior a última grande filosofia burguesa e a maior ciência burguesa, Marx produziu uma obra que é síntese do estudo e da crítica da ordem social regida pelo capital com o fim de superá-la. Em tal empreendimento, Marx notou que a sociedade burguesa é produto de um desenvolvimento de séculos e isto obrigou-o a buscar uma determinação mais ampla sobre o ser humano, a compreender as determinações ontológicas que caracterizam o ser social. A obra marxiana, então, pode ser tomada enquanto uma ontologia do ser social (Lukács, 1979a; Netto, 1985; Tertulian, 2004; Tonet; 2005a).

4.3. A ontologia do ser social e a radical historicidade humana

Nesta seção, discute-se como Marx superou as principais aquisições do pensamento burguês e fundou uma ontologia materialista e dialética. O propósito aqui não é o de apresentar uma discussão exaustiva da ontologia marxiana e o tratamento que Lukács deu a ela, mas apenas apresentar alguns dos problemas cruciais para a discussão até aqui desenvolvida. Assim, esta seção discute tão-somente – e de forma muito limitada – três

problemas: (a) a compreensão de que o elemento decisivo da obra marxiana é a fundação de uma ontologia dialética-materialista; (b) a articulação das categorias essência e fenômeno na nova ontologia; (c) a especificidade ontológica do ser social³¹.

Marx fundou uma ontologia nova e específica sobre o mundo, uma ontologia sem precedentes acerca das relações entre homem, natureza e sociedade. (Lessa, s/d; Lukács, 1968/2007; 1979a; Tonet, 2005a). No pensamento marxiano há, antes de tudo, uma teoria do ser que funda uma teoria do conhecimento, isto é, trata-se de uma postura ontológica – diferente das posturas lógico-gnosiológicas – que parte da determinação dos fundamentos mais gerais sobre o ser (Lessa, 2000; Lukács, 1968/2007; 1981/s/d; Tonet, 2005a).

A teoria do ser presente na teoria marxiana busca explicar a origem do ser social – uma forma de ser qualitativamente distinta do ser inorgânico e do ser orgânico – a partir da transformação da natureza operada pelo homem com o fim de satisfazer suas necessidades mais vitais. Hegel aproximou a história da ontologia e destacou o papel do homem na criação do ser social, mas, como todo idealista, sua ontologia ainda colocava a atividade humana como um desdobramento de determinações a-históricas. Marx foi além: partiu da aproximação entre história e ontologia realizada por Hegel, assim como do olhar deste para o mundo social, mas superou todo elemento logicista e transcendental que existia em Hegel (Lessa, s/d; Lukács, 1968/2007; 1979b).

A crítica de Marx a Hegel sobre a inversão idealista da relação entre sujeito e predicado refletia a postura estritamente ontológica que permeou toda a reflexão marxiana. A questão central não é a partir da razão ordenar o mundo real, mas a partir do mundo real ordenar a razão. O estudo da história do capitalismo por Marx é estritamente articulado com uma ontologia materialista-dialética, isto significa que não há qualquer separação

³¹ A exploração dos complexos fundamentais da ontologia marxiana foi realizada por Lukács e diversos estudiosos das obras de Marx e Lukács (Lessa, s/d; 2007a; Lukács, 1968/2007; 1981/s/d; 1979; Netto, 1985; 1996b; Tertulian, 2004; Tonet, 2005a, 2005b). As discussões mais aprofundadas sobre trabalho em Marx e Lukács foram realizadas por Lessa (2002; 2007b).

entre ontologia e história, não há uma história que careça de fundamentos sobre a sua gênese, seu desdobramento, suas conexões e sua direção (Lukács, 1981/s/d).

A superação da oposição entre ontologia e história por Marx é dada por sua tematização das categorias essência e fenômeno. Lessa (s/d) destaca como, para Marx, essência e fenômeno são igualmente reais, como são processualidades de todo e qualquer ente, de toda e qualquer processualidade histórica. Assim, não há em Marx qualquer oposição entre essência e fenômeno e, portanto, entre ser e existência.

A diferença entre essência e fenômeno reside na distinta relação destas dimensões do ser com a continuidade. Lukács (1979a) demonstra esta constatação ontológica de Marx ao discutir como a substância tem na historicidade o seu traço fundamental: substância é a continuidade em movimento; continuidade na perenidade e permanência na mudança. Ainda segundo Lukács (1979a, p. 78):

...o persistente é entendido como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir.

Assim, substância não se contrapõe à historicidade e nem ao movimento da matéria, pelo contrário: “a continuidade na persistência, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, é indício de tendências ontológicas à historicidade como princípio do próprio ser” (Lukács, 1979a, p. 79).

Trata-se de uma concepção de substância que rompe com qualquer hierarquização na relação entre essência e fenômeno; este não é mero resultado daquela. A essência passa a ser histórica, processual e a diferença entre ambas está na articulação continuidade/descontinuidade. Assim: “a substancialidade não é uma relação estática-

estacionária de autoconservação, que se contraponha em termos rígidos e excludentes ao processo do devir; ao contrário, ela se conserva em essência, mas de modo processual, transformando-se no processo, renovando-se, participando do processo” (Lukács, 1979a, p. 160). Em outras palavras:

O desdobramento categorial do ser dá origem a dois momentos distintos, porém intrinsecamente articulados. Um primeiro momento é composto por aqueles elementos que articulam em unidade o processo enquanto tal. Tais elementos marcam a continuidade do processo no interior de seu devir, são a sua essência. O segundo momento é dado por aqueles elementos que distinguem cada instante de todos os outros instantes. Essa esfera fenomênica, todavia, apenas pode vir a ser se articulada aos momentos de continuidade, que fazem dessas características fenomênicas partícipes de um dado processo mais geral (Lessa, 2002, p.57).

O fenômeno não é simples desdobramento da essência e, na realidade, pode exercer um efeito sobre o desenvolvimento da essência. No caso do mundo social, isto se reflete no simples fato de que tanto o nível imediato das situações históricas concretas, quanto as suas determinações mais essenciais são produto da atividade humana (Lessa, s/d). Com isto, colocam-se os traços fundamentais da novidade teórica existente na obra marxiana: fundar uma ontologia histórico-materialista que afirma a radical historicidade de todo ser (Lukács, 1968/2007; 1979a).

Na análise do ser social isto tem implicações de enorme importância. Em primeiro lugar, sendo a essência tão histórica quanto o fenômeno, é possível estudar o ser social buscando a sua determinação essencial, sem fazer referência a qualquer força

transcendental. Este traço fundamental é perfeitamente destacado por Lukács. Aqui é realizada uma breve digressão sobre como o ser social se desenvolveu para demonstrar como se relacionam essência e fenômeno na ontologia marxiana.

Lukács (1968/2007; 1979a; 1981/s/d) nota que é impossível uma correta apropriação do ser social se a sua relação com as outras formas de ser é ignorada. Assim, o marxista húngaro aponta que o ser social só pode surgir tendo como base o ser orgânico que, por sua vez, surgiu a partir da natureza inorgânica. O nascimento de uma forma mais complexa de ser ocorre mediante salto, mediante mudanças qualitativas e não meras deduções das formas mais simples. Após o salto ontológico, a nova forma de ser se desenvolve de forma a desdobrar e explicitar as categorias específicas e distintas das formas anteriores de ser (Lukács, 1968/2007).

O traço comum de todas as distintas formas de ser é a reprodução: “ser significa, em sentido estrito, se reproduzir” (Lukács, 1981/s/d, p. 10). No entanto, este traço que marca o ser em geral se particulariza de forma muito específica nas distintas esferas específicas do ser. A reprodução do ser inorgânico é marcada por um mero “tornar-se outra coisa”, enquanto a reprodução do ser orgânico é uma “adaptação passiva” e a do ser social uma “adaptação ativa” (Lukács, 1968/2007). As distintas formas de ser não se desenvolveram de forma súbita, mas processual. Assim, Lukács (1981/s/d) destaca, por exemplo, que o ser social é uma forma de ser qualitativamente distinta de todas as outras formas de ser anteriores, mas sua especificidade, ainda que represente um salto ontológico, explicita-se processualmente, é produto de um processo histórico contraditório e desigual.

Esta digressão é necessária para destacar a sua implicação metodológica. Dados os traços anteriormente destacados sobre o ser, coloca-se o imperativo metodológico de toda análise ontológica ser histórico-genética. Aqui não se trata de nenhuma operação lógica, mas de um imperativo posto pelo objeto. A análise ontológica deve “indagar que categoria

ou complexo categorial teria a prioridade ontológica em relação ao outro, qual pode existir sem aquele cujo ser, ao invés, pressupõe ontologicamente o ser de outro” (Lukács, 1981/s/d, p. 30)³².

Deduz-se, assim, a necessidade de considerar que o ser social é incompreensível sem buscar sua base insuprimível: a reprodução biológica da vida humana. Assim, “sem a reprodução biológica dos homens não é possível nenhum ser social” (Lukács, 1981/s/d, p. 30). Neste sentido, Engels (1883/1983, p.355) afirmou que uma das principais descobertas de Marx foi a de um “fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc.”.

Isto não é o mesmo que realizar uma identidade entre natureza e sociedade, mas quer dizer apenas “que para poder ‘fazer história’ os homens devem ser capazes de viver” (Lukács, 1981/s/d, p. 31). O ser social tem na reprodução biológica da vida uma base insuprimível. Mas a forma especificamente social de reprodução dos homens altera profundamente a natureza e cria determinações que não podem ser compreendidas mediante analogias com a natureza. Na realidade, como em todo salto ontológico, o novo ser, mais complexo, subjuga e transforma as categorias das formas de ser mais simples e desenvolve categorias próprias que passam a ser cada vez mais predominantes – o que não significa que as categorias das outras formas de ser são eliminadas.

Se a base do ser social é a reprodução dos homens, a sua especificidade deve ser buscada na forma que os seres humanos se reproduzem. É justamente aí que reside a essência do ser social, o trabalho. Novamente, é crucial deixar claro aqui que não se trata

³² Para que não existam dúvidas, cabe reforçar que a busca da prioridade ontológica não significa a elaboração de juízos de valor sobre as categorias. Assim, apresentar a prioridade ontológica de uma categoria ou de complexos sobre outros não significa que estes são insignificantes e devem ser ignorados. Lukács tenta eliminar essa abordagem equivocada, ao enfatizar que: “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação à outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível” (Lukács, 1979, p. 40).

de uma definição de caráter lógico, mas de uma determinação ontológica. Se a existência humana não decorresse de seu intercâmbio orgânico com a natureza, então o trabalho não seria uma categoria dotada de centralidade ontológica³³ (discussões detalhadas sobre a questão da centralidade ontológica e algumas confusões contemporâneas sobre este problema podem ser encontradas em Lessa, 2002; 2007a; 2007b).

A centralidade ontológica do trabalho decorre deste constituir a forma especificamente social pela qual os homens garantem a sua reprodução biológica. O trabalho é uma resposta humana a necessidades que resulta em produtos necessários à reprodução da vida humana. No entanto, diferentemente de todas as formas de reprodução que caracterizam os demais seres vivos, a relação do organismo humano com a natureza é marcada por um elemento inteiramente novo: a teleologia. O trabalho é a transformação teleologicamente orientada da natureza (Lukács, 1968/2007; 1979a).

Assim, pode-se afirmar que o ser social “começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho” (Lukács, 1979a, p.17), no intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Neste processo, o homem converte os objetos da natureza em meios para sua reprodução. Diferentemente dos outros seres vivos, que no processo de reprodução operam uma mera estabilização muda com a natureza, o ser humano transforma ativa e intencionalmente a natureza para satisfazer suas necessidades. O ser social parte do processo orgânico de reprodução comum a todos os seres vivos, mas vai além da adaptação passiva ao meio ambiente, porque, pelo trabalho, os seres humanos satisfazem suas necessidades de uma forma completamente nova (Lukács, 1968/2007).

³³ Neste sentido, pode-se dizer que a centralidade atribuída à linguagem nas imagens de mundo produzidas pelas abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas só pode ser uma ação profundamente arbitrária e fundada em uma “racionalidade empobrecida” (Coutinho, 1972, p. 74) que ignora a dependência ontológica da linguagem em relação ao trabalho. Tendo isso em vista, não é muito difícil compreender como uma ideologia subjetivista e formalista, como o estruturalismo, abriu espaço, com tanta facilidade, para as mais distintas formas de irracionalismo pós-moderno.

O ponto nodal desta novidade é a consciência. A especificidade do trabalho reside no fato de que na produção dos meios materiais necessários à sobrevivência, o produto do trabalho é determinado pela consciência do ser que trabalha. O trabalho é um processo conduzido pela consciência, pela busca permanente do homem de adequar a natureza aos suas necessidades elaborando previamente ideias que orientam a atividade humana (Lessa, 2007a; Lukács, 1968/2007; 1979a).

O papel central da consciência no processo de trabalho é expresso na afirmação de Lukács (1968/2007) de que o homem é “um ser que dá respostas” (p. 229). No início de todo ato de trabalho podem ser encontradas necessidades que são tomadas pelo homem como problemas que devem ser solucionados. As necessidades e as possibilidades de satisfazê-las são convertidas em perguntas que guiam a atividade humana. Tal atividade é necessariamente teleológica, intencional: a relação do homem com a natureza passa a ser permeada pela permanente tentativa de adequar intencionalmente a natureza às necessidades humanas.

A transformação da natureza operada pelo trabalho é, portanto, a objetivação de prévias-ideias que foram elaboradas pela consciência antes da realização da atividade concreta. Somente pela elaboração de ideias que precedem a atividade humana, os seres humanos podem tomar elementos da natureza enquanto objetos que podem ser transformados para se atingir um determinado fim (Lukács, 1968/2007; 1979a; Lessa, 2002; 2007a).

Com o “pôr teleológico do trabalho” a natureza é transformada em algo distinto. O complexo de relações que constituem a natureza é convertido em um novo complexo e, portanto, dele emergem novas relações, conexões e objetivações. Este complexo é a sociedade. Há aqui um leque, extremamente amplo, de problemáticas inauguradas pelo processo de trabalho, a relação entre sujeito e objeto, os processos de objetivação e

exteriorização, a tensão permanente entre teleologia e causalidade que caracteriza o ser social, além de outras que são impossíveis de serem aqui abordadas.

O que importa, para o momento, é destacar um fato decisivo: com a consciência a história humana não é mais uma história natural, mas sim a história das relações sociais. O trabalho inaugura um complexo processo de desenvolvimento social em que os objetos, as possibilidades, os complexos e as categorias não são mais redutíveis à natureza. Esta, ainda que permaneça enquanto base insuprimível da existência humana é, cada vez mais, transformada pela atividade humana. Cada vez mais, complexos socialmente determinados, que não são redutíveis à natureza, passam a predominar na determinação da história humana (Lessa, 2007a; Lukács 1968/2007; 1981/s/d).

No entanto, é preciso advertir, a teleologia existe tão-somente no ato de trabalho, pois ao tomar contato com o mundo real constituído por um complexo de causalidades, ela desaparece. Assim, só há teleologia antes da objetivação pelo trabalho. Lukács é enfático quanto a isso: o desenvolvimento do ser social não é teleológico, pois a teleologia existe “apenas” nas posições singulares dos indivíduos. “Todo evento social decorre de posições teleológicas individuais, mas, tomado em si mesmo, é de caráter puramente causal” (Lukács, 1968/2007, p. 235).

A grande questão, e aqui reside o aspecto central para a argumentação deste texto, é que no fato de todas as cadeias causais em movimento no ser social serem postas – isto é, são sínteses das posições teleológicas postas pelos indivíduos – está implícito um problema ontológico crucial: a esfera da essência tem no fenomênico um momento decisivo.

As cadeias causais essenciais do ser social só podem existir na relação com todas as posições teleológicas que as colocaram em movimento. O fato de toda síntese social ir além de todas as posições teleológicas singulares e os resultados destas, usualmente, não corresponderem às finalidades originalmente almejadas não elimina a dependência

ontológica das conexões causais com as diversas posições teleológicas que constituem o ser social:

Sabemos que o movimento ontológico objetivo no sentido de socialidades cada vez mais explicitadas no ser social é composto por ações humanas; ainda que as decisões humanas singulares entre alternativas não levem, no desenvolvimento da totalidade, aos resultados visados pelos indivíduos, o resultado final desse conjunto não pode ser inteiramente independente desses atos singulares (Lukács, 1979a, p. 125).

Os fins que os seres humanos almejam em suas distintas posições teleológicas são o motor fundamental de qualquer processo social e são cruciais nas conexões universais constituintes do ser social, mesmo que eles sejam apenas um dos polos da complexa relação dialética entre finalidades e consequências. Por isso, Lukács (1979a) descreve da seguinte maneira a estrutura fundamental de todos os processos sociais:

partem imediatamente de posições teleológicas, determinadas em sentido alternativo, feitas por homens singulares; todavia, dado o decurso causal das posições teleológicas, essas desembocam num processo causal, contraditoriamente unitário, dos complexos sociais e de sua totalidade, e produzem conexões legais universais (Lukács, 1979a, p. 95).

Na concepção de que a esfera fenomênica coloca para a ação humana a possibilidade de retroagir sobre o processo histórico-social em sua totalidade reside a concepção de que a essência é radicalmente histórica e tem no fenômeno uma mediação ineliminável. Tal como Lessa (s/d) destaca, o mesmo ato individual que funda o

desdobramento mais imediato de uma situação histórica está, ao mesmo tempo, constituindo as suas determinações mais essenciais.

Netto (2002) oferece uma síntese sobre quais seriam os elementos centrais da ontologia marxiana e que, de alguma forma, tentou-se apresentar aqui: (a) a centralidade da categoria trabalho; (b) redimensionamento da relação entre essência e fenômeno e, assim, uma tematização completamente nova da categoria substância; (c) atentar para a articulação e distinção entre natureza e sociedade sem reduzir um ao outro, sem realizar identidade entre ambos e sem perder a especificidade qualitativa do ser social; (d) apontar o caráter objetivo do ser social, um complexo formado por determinações naturais e sociais que envolvem e constituem o pôr teleológico humano; (e) tomar a história enquanto processo de produção e reprodução de objetivações teleologicamente efetivadas.

Com tudo isso, espera-se ter explicitado como Marx superou o pensamento burguês: pela busca das explicações sobre o ser no próprio ser; ao tomar a história humana a partir de sua especificidade ontológica; apropriando e superando a relação entre ontologia e história estabelecida por Hegel; e, por fim, elaborando uma imagem de mundo radicalmente revolucionária, porque explica as determinações da situação histórica atual.

A ontologia marxiana desvela o ser social enquanto um complexo em que subjetividade e objetividade não existem separadamente e no qual os limites, as barreiras socialmente postas ao desenvolvimento humano não decorrem de nenhuma necessidade natural, mas das ações dos próprios homens que, assim como criaram estes obstáculos, podem superar e pôr um fim às diversas alienações as quais caracterizam a sociedade contemporânea. Tonet (2005b) sintetiza plenamente o enorme avanço que representou a impositação marxiana:

Aprender a realidade social como algo que é integralmente resultado da atividade social dos próprios homens, ainda quando

se lhes opõe como um poder hostil (alienação); compreendê-la como uma totalidade de partes, articuladas, em processo, cuja matriz fundante é o trabalho; nunca perder de vista que qualquer fenômeno social é sempre o resultado da interação entre subjetividade e objetividade; ao fazer ciência, partir dos dados imediatos, mas dissolvê-los, buscando a lógica mais profunda da qual eles são manifestação e, com isso, possibilitar a superação de sua forma atual. Isso caracteriza o novo patamar filosófico-científico instaurado por Marx. Essa forma de fazer ciência e filosofia deve ser resgatada se se quer um instrumento teórico adequado às enormes tarefas que a classe trabalhadora tem pela frente para superar o capitalismo e construir uma autêntica comunidade humana (Tonet, 2005b, p. 121).

Se, nos dias de hoje, o pensamento marxiano perdeu boa parte do espaço que ele ocupou nas décadas passadas, isso não quer dizer nada sobre a sua validade. Não é possível afirmar que uma teoria é vigente apenas quando ela predomina em uma determinada sociedade ou em uma determinada ciência, isto é, relacionar a justeza de uma teoria com o grau de sua divulgação em determinados períodos históricos. Tal como Tonet (2005a) destacou, isto apenas revela qual classe social no curso das lutas sociais está vencendo em uma de suas frentes imprescindíveis: a luta ideológica. Caso não fosse assim, seria preciso reconhecer que a eugenia é uma teoria correta, visto que predominou em um determinado período histórico ou que, caso todos passem a acreditar que os porcos são o motor fundamental do desenvolvimento histórico, então está é uma elaboração teórica que provou a sua justeza e adequação à realidade. Uma coisa é explicar a perda de espaço do marxismo em certos círculos como um indicador de que a tradição marxista não é mais capaz de

explicar os problemas fundamentais do atual momento histórico; outra é dizer que há uma crise do marxismo em decorrência das diversas derrotas sofridas ao longo do século XX pela classe trabalhadora.

Também é completamente falso tomar como critério de vigência de uma teoria a sua data de nascimento. A partir deste critério, não há qualquer possibilidade de se pensar o marxismo enquanto uma teoria vigente e nisto já reside uma profunda diferença entre as análises pós-modernas ou positivistas e o marxismo (Dias, 2005; Eagleton, 2005; Jacoby, 1977). Não é raro escutar falas que fazem uma desqualificação elegante do marxismo – “Marx é interessante, mas foi um pensador de seu tempo”; “hoje o mundo mudou, é muito diferente da sociedade em que Marx viveu” – para, em seguida, tal como Lessa (2007b) apontou, operar reformas no pensamento marxiano que, ao fim das contas, resultam ou em construções carentes de coerência interna ou em uma eliminação do papel do proletariado enquanto sujeito revolucionário.

A vigência de uma teoria decorre de sua capacidade de abordar e analisar o conjunto de problemas que surgiram como consequência do desenvolvimento social da realidade. Assim, só é possível afirmar que o tempo do marxismo já passou quando este não conseguir mais explicar e propor alternativas para os problemas de uma determinada fase histórica do ser social. O complexo de problemas que Marx se propôs a analisar, criticar e superar é a sociedade burguesa, que, para ser devidamente compreendida precisa ser abordada como parte do quadro mais geral de desenvolvimento processual do ser social, iniciado com o processo de hominização fundado pelo trabalho (Tonet, 2005a; 2005b; Lukács, 1979a; Mészáros, 1970/2006).

Assim, para dizer que o marxismo deixou de ser vigente, é necessário afirmar que a situação atual da história humana não pode ser explicada pelo marxismo e que este é incapaz de propor qualquer forma de superação dos problemas vividos pelo homem na

atualidade. No entanto, se há alguma coisa anacrônica nos textos da tradição marxista atualmente, ela não é a crítica do capital, mas o próprio capital que, para sobreviver hoje, coloca em risco a própria existência da humanidade (sobre isso ver Mészáros, 2000; 2009).

Neste capítulo buscou-se apresentar um panorama geral sobre o terreno mais amplo pelo qual transitou o pensamento moderno. Ainda que com muitas limitações, apresentou-se como se deu o desdobramento do pensamento desde as primeiras elaborações ontológicas que foram criticadas pelo pensamento moderno para, em seguida, demonstrar algumas vicissitudes do pensamento moderno e a superação qualitativa deste por Marx.

Com isso, espera-se ter oferecido um panorama do terreno em que a psicologia germinou e aquele que serve como ponto de partida para a crítica que é desenvolvida neste texto. No próximo capítulo discute-se a psicologia e seu desenvolvimento enquanto uma ciência especializada que surgiu no fim do século XIX e que teve como momento predominante³⁴ a apologética da ordem burguesa.

³⁴ Um fenômeno só existe enquanto parte de uma totalidade. Assim, um aspecto característico da obra teórica de Marx vem do fato de que ela: “em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular” (Lukács, 1979, p. 27). Mas, a relação entre as distintas partes constitutivas da totalidade não é homogênea. Em toda totalidade há aquela categoria ou aquele complexo que funciona como a determinação predominante do sentido, da direção do desdobramento da interação na totalidade (ver também Lessa, 2007a).

III. DA AUTOATIVIDADE HUMANA À PSICOLOGIA

Tal como o capítulo anterior não ofereceu uma abordagem exaustiva do trajeto do pensamento burguês e, muito menos, das categorias centrais tratadas por Marx e Lukács, este capítulo não oferece um estudo histórico profundo sobre o desdobramento da psicologia. O foco central é apenas mostrar, a partir de diversos estudos anteriores, como o projeto de estabelecer a psicologia, enquanto ciência independente, nasceu no século XIX e se desenvolveu até o período anterior à II Guerra Mundial, com o fim de argumentar que o desenvolvimento da nova ciência teve como momento predominante a apologética. Espera-se defender este argumento mediante na discussão desenvolvida no fim do capítulo sobre como os traços gerais que marcaram o desenvolvimento da psicologia neste período estão em estreita relação com os caminhos e descaminhos do pensamento moderno na época da decadência ideológica da burguesia.

Toda esta discussão histórica e teórica é precedida por uma breve introdução que visa a: (a) apontar como os problemas ontológicos fazem parte de toda e qualquer elaboração teórica da psicologia, não importando a tradição teórica; (b) criticar o tipo de narrativa tradicional sobre a história da psicologia. O primeiro ponto tem como objetivo sublinhar a relação entre o primeiro capítulo e o presente, enquanto a finalidade do segundo é a de mostrar como a história que a disciplina oferece dela mesma mais obscurece do que revela o processo de gênese e desenvolvimento da psicologia³⁵.

³⁵ Desde os anos 80, no Brasil, surgiram diversos estudiosos que estão reescrevendo a história da psicologia e indo muito além da mitologia que existe no interior da disciplina. Exemplo disto são livros como aquele organizado por Jacó-Vilela, Ferreira e Portugal (2006) ou diversos textos de Figueiredo (1989/2008; 2007) e Ferreira (2006a). O valor destes textos é inestimável por oferecer indicações que são cruciais sobre a história da psicologia e sem eles o presente trabalho seria muito mais frágil. No entanto, os fundamentos gerais destes autores são devedores de pensadores que formam a base do pensamento irracionalista contemporâneo como Michel Foucault e Bruno Latour. Uma história da psicologia articulada com a ontologia marxiana é uma tarefa que ainda está para ser feita – o que não significa que não existam estudos históricos pontuais sobre uma ou outra tradição teórica da psicologia que são profundamente devedores do marxismo. Talvez a exceção sejam os trabalhos provenientes da articulação entre psicologia e marxismo realizada por Klaus

Ao fim do capítulo nota-se como a psicologia desenvolveu-se, predominantemente, enquanto ciência que ignorou as principais aquisições do pensamento moderno e, especialmente, o pensamento de Marx. Obviamente, há exceções, mas estas correspondem a conjunturas históricas muito particulares (algumas delas são abordadas no capítulo seguinte).

1. Sobre a presença de ontologias na psicologia

Em qualquer análise sobre o comportamento humano, a subjetividade, o inconsciente, há uma concepção sobre a relação do homem com a sociedade. Assim, por exemplo, até mesmo nas tendências teóricas que anulam o indivíduo, apontando-o como um epifenômeno do meio, há uma forma de se tratar a relação entre indivíduo e sociedade e uma concepção específica de subjetividade. Esta problemática constitui a ineliminável e determinante dimensão ontológica de toda teoria social. Tal como se discutiu em diversas partes do capítulo anterior, mesmo quando uma proposta teórica afirma ser antiontológica, há fundamentos ontológicos que permeiam as elaborações de tal proposição³⁶. Isto significa que uma teoria crítica só é possível mediante a análise dos fundamentos ontológicos subjacentes a todo e qualquer esforço de teorização. Tal problema é central para as ciências sociais e constitui um conjunto de questões que têm raízes e implicações históricas, políticas, ideológicas.

A psicologia, enquanto ciência, nasceu lidando com a categoria subjetividade, mesmo quando ela não utilizava este conceito ou quando ela tomava tal categoria de forma reificada, fetichista, mistificada e reduzida às suas determinações ou manifestações

Holzcamp e aqueles que se agruparam em torno de seu projeto de construir uma Psicologia Crítica Alemã. No entanto, o presente autor carece de uma apropriação adequada destes trabalhos para ir além dos limites de uma mera hipótese.

³⁶ Relembrando este aspecto: “Partimos do pressuposto de que todo conhecimento acerca da realidade implica – explícita ou implicitamente – uma prévia e determinada concepção acerca da própria realidade. Vale dizer, que uma teoria do ser precede uma teoria do conhecer” (Tonet, 2005b, p.111).

parciais. Estas distorções relacionam-se com a função social que a psicologia desempenhou e desempenha desde o fim do século XIX.

Um exemplo do que se quer dizer está presente na crítica de Ratner (1971) ao behaviorismo e ao humanismo – propostas teóricas que hegemonizavam a psicologia norte-americana quando seu texto foi publicado. O autor argumenta que, tanto o determinismo mecanicista do behaviorismo, quanto o individualismo do humanismo abordam unilateralmente a relação entre sujeito e objeto, favorecendo um dos polos em detrimento do outro. O behaviorismo, que parte do pressuposto de que não é possível um conhecimento objetivo da subjetividade, busca a objetividade pela negação ou redução do papel do sujeito, reduzindo-o a um mero organismo constituído por um conjunto de reflexos resultantes de estímulos ambientais. No extremo oposto, tal como aponta Ratner (1971), o humanismo defende a subjetividade reduzindo ou negando o papel determinante do mundo objetivo. Ao não apreenderem a relação dialética entre sujeito e objeto, as duas construções teóricas ficam impossibilitadas de compreender qualquer polo da relação. Ainda segundo Ratner (1971), a primeira concepção, que nega a subjetividade em prol da objetividade, é uma negação da própria objetividade, pois não há um mundo objetivo constituído sem um indivíduo capaz de problematizá-lo. Da mesma forma, o resgate do indivíduo livre, da subjetividade sem objetividade, proposto pelo humanismo é, em si, uma negação da subjetividade, pois a esvazia de conteúdo real. As fraturas existentes, tanto no behaviorismo quanto no humanismo, são fraturas da relação entre sujeito e objeto e é precisamente esta conclusão que é inspiradora para o presente estudo: as teorias em questão possuem formulações ontológicas sobre a existência humana.

A argumentação deste capítulo parte deste ponto. Implícita ou explicitamente, há, nas teorias sociais, concepções sobre o homem e a sociedade dando algum tratamento para as diversas configurações da relação entre subjetividade e objetividade que se efetivaram

na história. Sempre há uma ontologia, seja ela explícita ou não, em toda teoria social. Isto vale mesmo para aquelas “novas” teorias em psicologia, especialmente devedoras do pós-estruturalismo³⁷ e do chamado “giro linguístico” (*linguistic turn*), que afirmam que qualquer proposta de ontologia é desnecessária ou indesejável (por ex. Gergen, 1999). O fato é que – parafraseando a afirmação de Osterkamp (1999) de que em toda teoria psicológica existem noções sobre natureza humana – no debate sobre ontologia, a questão não é pensar qual tendência teórica desenvolve uma ontologia, mas sim qual expõe e elabora explicitamente sua ontologia.

Raramente, a análise das teorias psicológicas e de suas condições de surgimento parte de uma discussão explicitamente ontológica. No entanto, a inexistência da demonstração explícita dos fundamentos ontológicos da psicologia não elimina a presença de concepções sobre o ser e a complexa relação entre sujeito e objeto. Ao contrário, o que a análise cuidadosa demonstra é que não só as teorias psicológicas possuem fundamentos ontológicos, mas que tais teorias são permeadas por ontologias fictícias³⁸ – no caso dos já citados exemplos, a ideia de individualidade livre desconexa de um campo de possibilidades objetivas ou a ideia de indivíduo enquanto organismo que responde mecanicamente a estímulos.

Analisar e criticar as ontologias presentes nas teorias psicológicas permite desmontar mistificações ideológicas, assim como revelar suas funções prático-sociais,

³⁷ Neste trabalho os termos “pós-estruturalismo”, “pós-modernidade”, “estudos culturais”, “teoria pós-colonial” dentre outros “pós” são tomados como sinônimos. É reconhecido que existem diferenças importantes, mas a semelhança é mais importante: todos fazem parte da modalidade de irracionalismo característica da ofensiva neoliberal. Este aspecto é discutido no capítulo V.

³⁸ Uma ontologia fictícia não deixa ter uma função prático-social (Lukács, 1979). A crítica de Marx (1844/2005) à religião aponta precisamente para este aspecto: “O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (p. 145). Sobre isso, ainda podem ser consultadas a discussão de Lessa (2007a) sobre a *intentio obliqua* e as análises de Lukács (1966) em sua “*Estética*” sobre o papel da *intentio recta* da vida cotidiana para o conhecimento da realidade e a função social das distintas formas de reflexo existentes na Antiguidade. Já na ontologia, quando Lukács (1979) analisa o pensamento de Marx, destaca que, para este existe uma “função prático-social de determinadas formas de consciência, independentemente do fato de que elas, no plano ontológico geral, sejam falsas ou verdadeiras” (p.14).

especialmente a justificação e naturalização de uma ordem social desigual e injusta. Todavia, não basta reconhecer as ontologias fictícias produzidas pela psicologia, é preciso analisar o processo histórico pelo qual estas ontologias se tornaram hegemônicas na vida cotidiana, produzindo explicações sobre o devir humano. De acordo com Parker (2007a), é este último elemento que torna necessário problematizar seriamente a psicologia.

2. Histórias da gênese da psicologia³⁹

Para além da constatação de que algumas teorias psicológicas fundaram-se a partir de ontologias fictícias, é preciso analisar a gênese histórica da psicologia enquanto um complexo ativo na sociedade. A melhor maneira de se explicar a existência de ontologias fictícias, de falsas explicações sobre a natureza humana é buscar a sua gênese histórica, fazer uma análise histórico-genética da psicologia.

Tal como argumenta Parker (2007a), um estudo histórico-crítico da psicologia permite entender elementos constituintes do modo de produção capitalista. As transformações nas relações da propriedade privada, do Estado e da família, engendradas pelas forças que resultaram na instauração da ordem social regida pelo capital, explicam o surgimento da psicologia em seu duplo sentido: experiência de individualidade isolada⁴⁰ e

³⁹ É importante destacar dois aspectos sobre o texto apresentado a seguir. Primeiro é preciso afirmar que boa parte da análise aqui empreendida abordou teorias psicológicas diretamente devedoras do neokantismo e do positivismo. Ainda que tenham existido diversas manifestações irracionistas na psicologia, o fato é que a história da disciplina foi marcada pela hegemonia de tradições neokantianas e positivistas. O segundo aspecto a ser destacado é que, neste trabalho, assume-se que as diferenças entre a gênese e o desenvolvimento da psicanálise de um lado e da psicologia de outro são muito mais importantes que possíveis semelhanças existentes entre elas. Assim, diferentemente do que realizam alguns autores (González Rey, 2003; Hook, 2004a) que identificam teorias psicanalíticas como teorias psicológicas, neste trabalho, tal como Parker (2007a), considera-se que não é possível realizar tal identidade.

⁴⁰ Pode ser traçado um paralelo entre a noção de individualidade isolada desenvolvida por Parker (2007a) e a de “experiência de subjetividade privatizada” desenvolvida por Figueiredo (ver Figueiredo, 2007; Figueiredo & Santi, 2000). No momento, apenas importa destacar que a experiência de subjetividade privatizada caracteriza processos de subjetivação contemporâneos que traçam raízes no século XVI, quando são criadas as bases para que os pensamentos, sentimentos e projetos dos indivíduos sejam tomados enquanto algo interiormente possuído por eles, independentemente dos outros. Esta experiência surge na passagem do Renascimento para a Idade Moderna e é universalizada com o desenvolvimento pleno de um sistema mercantil. Parker (2007a) localiza mais precisamente as bases da individualidade isolada nas mudanças

corpo de conhecimento, técnicas e práticas que cumprem um papel de apologética da ordem, refinando argumentos justificadores e naturalizadores das desigualdades de classe, gênero e raça existentes no capitalismo⁴¹. Justamente porque a psicologia desempenha este papel no ordenamento capitalista, a crítica de sua história e de suas teorias pode revelar elementos não tão explícitos da ordem imperante.

No entanto, a história descrita pelos manuais de introdução à psicologia ou boa parte dos livros específicos sobre história da psicologia é algo completamente diferente do que se acabou de descrever. O que se encontra, normalmente, é a descrição de uma sucessão de fatos ordenados em que ideias místicas, especulativas e filosóficas sobre a psique humana evoluíram para dados empíricos e teorias científicas sobre a humanidade. A mencionada evolução é descrita como um empreendimento intelectual da humanidade, no qual os acontecimentos na economia, na política e em uma sociedade marcada por profundas divisões de classes são secundários diante das realizações de grandes homens brancos.

engendradas pelo capitalismo nas relações sociais que permeiam a propriedade, o Estado e a família. Tais mudanças resultaram em condições sociais que fizeram as pessoas tomarem suas experiências como sua própria propriedade privada. Nesta última discussão, há uma explícita dívida do autor com as discussões de Machpherson (1964) sobre o individualismo possessivo.

⁴¹ A presente afirmação não é um exagero. Além dos inúmeros exemplos sobre como a psicologia contribuiu para justificar, naturalizar e fortalecer as desigualdades históricas de classe, raça e gênero apresentados pela psicologia crítica (Hepburn, 2003; Parker, 2007a; Prilleltensky, Fox & Austin, 2009 e outros), vale a pena resgatar um caso ilustrativo. No livro “Raça, evolução e comportamento”, o psicólogo J. Philippe Rushton (1999) explica porque é importante estudar raça. A tese do autor é a de que a criminalidade, os problemas na educação de crianças, a disseminação de AIDS, os distintos níveis de inteligência e até mesmo crenças políticas possuem bases biológicas e podem ser explicadas pelas diferenças entre as raças. O pesquisador afirma que existem três raças: negros (*blacks*), orientais e brancos. Negros têm cérebros menores, menores índices de coeficiente intelectual (QI), maiores índices de ovulação, são mais propensos a fazer sexo, possuem as maiores genitálias e são mais agressivos. Por outro lado, orientais fazem menos sexo, possuem genitálias menores, ovulam menos, enquanto são mais inteligentes e menos agressivos. Os brancos, sempre ficam no meio desses dois extremos, mas mais próximos dos orientais. Estas diferenças, argumenta o autor, explicam a maior proliferação de AIDS entre negros, a pobreza da África e o fato dos negros constituírem a maior população carcerária dos EUA e em outros países. Esta explicação racista foi produzida por um psicólogo que esteve entre os 11 estudiosos mais citados da área entre 1986 e 1990 e que é apresentado por Hans J. Eysenck como um acadêmico “respeitado”, “rigoroso” e “original” (citado em Rushton, 1999, p. 3). Críticas mais aprofundadas sobre a relação entre psicologia e racismo podem ser encontradas no trabalho de Foster (1999). Gould (1999) realizou um estudo aprofundado sobre a relação entre racismo científico e algumas das teorias da inteligência da psicologia.

Uma crítica de certas histórias da psicologia e de certos elementos do desenvolvimento histórico da psicologia é necessária para compreender o processo pelo qual algumas teorias e alguns mitos foram construídos e se tornaram hegemônicos na psicologia.

2.1. *A psicologia experimental: Apogeu das ideias psicológicas?*

O típico tratamento dado à história da psicologia é aquele que mostra que esta, enquanto ciência independente, corresponde ao grau máximo de desenvolvimento das ideias sobre o ser humano. Neste tipo de história, o primeiro recurso retórico utilizado é a afirmação de que ideias psicológicas fizeram parte de todas as culturas que já existiram na história humana. Em geral, a filosofia da Grécia Antiga é tomada como o marco inicial desta longa trajetória e a psicologia é a síntese de debates que apareceram na filosofia grega e em tendências filosóficas diversas como o empirismo, o associacionismo, o materialismo etc.

Por exemplo, esta é a história contada por Michael Wertheimer (1977), cujo texto de história de psicologia é inspirado no clássico “*A history of experimental psychology*” publicado em 1929 por E. G. Boring, um dos pioneiros da psicologia norte-americana. Tal como boa parte da literatura especializada, o autor assume como marco histórico fundacional da psicologia a criação do laboratório de psicologia da Universidade de Leipzig em 1879 por Wilhelm Wundt (1832-1920)⁴². Este, segundo Wertheimer (1977), é

⁴² Há polêmicas sobre a data de 1879 – por exemplo, mesmo Wertheimer (1977) lembra a publicação de *Elementos de Psicofísica* em 1860 por Gustav Theodor Fechner ou a realização de experimentos psicológicos em espaços acadêmicos em 1875 por Wundt na Alemanha e William James nos Estados Unidos. De qualquer forma, em geral, a discussão sobre o surgimento da psicologia enquanto ciência independente faz referência ao último quarto do século XIX. Ferreira (2006a) e Vidal (2006) questionam essa tese, afirmando que já no século XVIII é possível falar de uma psicologia em sentido positivo – o que não elimina, segundo Ferreira (2006a), as grandes diferenças que existem entre a psicologia do século XVIII e aquela do século XIX.

o marco zero da psicologia experimental, tomada enquanto superação científica da “psicologia pré-experimental”.

Nesta reconstrução, o autor aponta a existência dos “filósofos-psicólogos da Grécia e da Idade Média” (1977, p. 18), afirma que Aristóteles “foi o primeiro homem a escrever tratados sistemáticos de psicologia” (p. 22) e descreve o materialista mecanicista francês La Mettrie – que teve sua principal obra publicada em 1748 – como o “primeiro behaviorista” (p. 60).

Apesar de todos estes antecedentes, Wertheimer (1977) reconhece que a origem da psicologia do século XIX pode ser compreendida, principalmente, a partir das tendências inauguradas no Renascimento e que floresceram do século XVI em diante. O autor descreve distintas tendências no campo da ciência e da filosofia que confluíram na criação da ciência psicológica. No campo da ciência, as principais tendências são a fisiologia, as discussões sobre evolução na biologia, a abordagem atomista, o pensamento quantitativo e a criação de laboratórios. No campo filosófico, o autor descreve três tendências: o associacionismo (Hartley, John e James Mill, Spencer e Darwin), o empirismo crítico (Descartes, Hobbes, Spinoza, Locke, Hume, Kant e outros) e o materialismo científico (La Mettrie, Condillac e outros)⁴³. Tudo isso contribuiu para o surgimento da “nova ciência da psicologia experimental”.

A obra de Wundt, ainda segundo Wertheimer (1977), teria um caráter seminal por personificar todas as tendências anteriores. O autor exemplifica isto argumentando que o trabalho de Wundt teve muito mais influência e poder de atração do que diversos outros trabalhos psicológicos produzidos por outros estudiosos da psicologia na mesma época,

⁴³ Apesar de ser impossível aprofundar a discussão, pode-se destacar que os rótulos “associacionismo”, “empirismo crítico” ou “materialismo científico”, tal como são usados por Wertheimer (1977), eliminam diferenças importantes existentes entre os pensadores que ele cita. Também é preciso destacar que não há qualquer menção às formulações de Hegel, Marx e Engels – tal exclusão, ainda que possa ser inconsciente, não é acidental.

como: Brentano, Ebbinghaus, Ernst Mach (considerado, por muitos, o pai do positivismo lógico), Stumpf (que foi uma das principais influências de Husserl), G. E. Müller e outros.

Segundo Wertheimer (1977), a psicologia wundtiana tem como objeto de estudo a experiência *imediate*, ou seja, dimensão da experiência que é distinta da experiência mediata, objeto das ciências naturais. A experiência imediata é definida por Wundt, nas palavras de Wertheimer (1977), como aquela que se dá diretamente ao observador, enquanto a mediata é aquela que foi sujeita a conceitualizações que tiram a dimensão subjetiva da experiência. Os métodos da psicologia são a experimentação e observação. A experimentação é realizada pela introspecção e serve para estudar processos básicos da experiência imediata, enquanto a observação serve para estudar os processos de consciência superiores que são inacessíveis à experimentação. Todavia, Wertheimer (1977) prontamente descarta este último método – do qual, segundo ele, emergiu o monumental projeto de uma “psicologia dos povos” (*Völkerpsychologie*)⁴⁴ – descrevendo-o como um produto da “tradição romântica generalizada na Alemanha em fins do século XIX”⁴⁵ (Wertheimer, 1977, p.84).

Ao fim do século XIX, a psicologia surgia como uma ciência que estudava a experiência, que tentava compreender a consciência e que tinha na introspecção o seu método central. O traço marcante desta psicologia, diferentemente dos “tratados psicológicos” anteriores, deixa de ser o estudo da alma e passa a ser a busca de “reduzir os fenômenos psicológicos a fenômenos fisiológicos” (Wertheimer, 1977, p. 106).

⁴⁴ Não há tradução consensual para o termo. Figueiredo (1986) traduz como “psicologia étnica”; Danziger (1998) em alguns momentos traduz como psicologia social ou cultural. Outros traduziram como psicologia dos povos (Araújo, 2006; Figueiredo & Santi, 2000). Optou-se pela última alternativa, por estar mais próxima de uma tradução literal.

⁴⁵ Ferreira (2003) nota que E. G. Boring realiza o mesmo tipo de cisão forçada para descartar os elementos “desagradáveis” da obra de Gustav Fechner com a finalidade de utilizá-la confortavelmente em sua história celebratória do presente. Desta forma, segundo Boring, há uma obra racional em Fechner, a psicofísica, e outra que é o produto dos momentos de lazer, o panpsiquismo.

Mas se Wertheimer (1977) localiza na vida e na obra de Wilhelm Wundt o nascimento da psicologia enquanto ciência independente, ele logo passa para o que seria o apogeu da psicologia: a mudança do centro de produção de conhecimento psicológico da Europa (especialmente a Inglaterra, a França e a Alemanha) para os EUA. O marco inicial desta mudança é a publicação de “Princípios de Psicologia” pelo funcionalista William James que, dentre outras contribuições, discutiu o papel do hábito e elaborou uma teoria das emoções. James também foi responsável por divulgar os trabalhos de Wundt nos Estados Unidos e foi seguido por diversos psicólogos nos EUA. Já no fim do século XIX, existiam diversos ex-alunos de Wundt nos Estados Unidos reproduzindo suas contribuições teóricas e criando laboratórios por todo o país.

A Associação Americana de Psicologia (*American Psychological Association*, APA) foi criada em 1882 e, daí em diante, consolidaram-se quatro escolas de pensamento psicológico no início do século XX – estruturalismo (Titchener), funcionalismo (Angell, Carr, Thorndike, Woodworth), psicologia da Gestalt⁴⁶ (Max Wertheimer, Koffka, Köhler) e o behaviorismo (Watson, Hunter, Hull)⁴⁷ – que perduraram até o início dos anos 1940, quando, finalmente, a psicologia consolida-se enquanto ciência objetiva e as escolas deixam de existir com diferenças rígidas (Wertheimer, 1977).

É importante ressaltar que nesta descrição, o autor aponta diversas divergências que existiam no interior da psicologia norte-americana, mas tudo isso é apresentado como parte do avanço linear da psicologia rumo à sua maturidade, processo cuja força motora são as descobertas de grandes cientistas. O fim da era das escolas, para Wertheimer (1977), é o

⁴⁶ Daqui em diante, todas as vezes que se mencionar a psicologia da Gestalt, está se referindo à tradição inaugurada pelos psicólogos mencionados no trabalho de Wertheimer (1977) e não às proposições teóricas de Friedrich Perls, ainda que se possa estabelecer uma relação entre ambos conjuntos de estudos.

⁴⁷ Wertheimer (1977) chega a mencionar a psicanálise, mas afirma que esta não é uma escola psicológica de fato e nem chega a detalhar o desenvolvimento dela nos EUA. Por isso, não foi sumarizada nas principais escolas que Wertheimer descreve sobre a psicologia. No entanto, não deixa de ser paradoxal o fato de que um dos pioneiros da psicologia experimental norte-americana, E. G. Boring, em sua autobiografia, tenha descrito a si mesmo por meio de diversas noções psicanalíticas (ver Boring, 1952).

sinal de que a psicologia saiu da adolescência e entrou na maturidade. O principal sinal disso é a generalização do que ele chama de método empírico. “A tendência mais importante era o tranqüilo mas poderoso avanço do método empírico objetivo, que entrou em terrenos complexos até então jamais estudados cientificamente” (Wertheimer, 1977, p. 183). O que é, então, a psicologia em sua maturidade?

A psicologia é uma ciência empírica, quantitativa e sofisticada, que cresce rapidamente, e que pode ser aplicada, pelo menos tentativamente, para ajudar na solução de muitos dos problemas práticos da sociedade. Não é um corpo de verdades estabelecidas, de sabedoria clínica, ou de especulações filosóficas, porém um conjunto complexo, vigoroso e potente de métodos sofisticados para a descoberta de relações fundamentais que podem ser de grande significação para cada homem, e um conjunto de generalizações científicas úteis (Wertheimer, 1977, p. 196).

2.2. Para uma crítica da mitologia da psicologia norte-americana

A história da psicologia proposta por Wertheimer (1977) é aquela que está presente em diversos manuais tradicionais da psicologia hegemônica⁴⁸. O objetivo, em geral, é o de afirmar que os problemas psicológicos confundem-se com a origem da humanidade e que a construção da psicologia é o ponto máximo de desenvolvimento destas ideias, já que a disciplina seria capaz de explicar a natureza humana fazendo menção aos dados empíricos obtidos experimentalmente (Danziger, 1998; Ferreira, 2006a; Parker, 2007a). Trata-se de uma construção que celebra o triunfo do experimentalismo e cientificismo da psicologia como uma vitória do conhecimento científico sobre a especulação filosófica. É uma história presentista em que os eventos históricos são construídos de forma a reforçar e glorificar o presente (Harris, 2009).

⁴⁸ Um exemplo típico é o manual de R. L. Atkinson, R. C. Atkinson, Smith, Bem e Nolen-Hoeksema (2002). Outros manuais que seguem essa linha são citados por Ferreira (2006a) e Parker (2007a).

Essa história só pode emergir mediante a depuração de fatos, o repúdio de construções teóricas que contradizem a história contada, a hipertrofia e a mistificação de certas “descobertas” científicas da psicologia, em síntese: a reconstrução arbitrária da história. Este é o caso da história contada por Wertheimer (1977) e de boa parte da história da disciplina contada pela psicologia hegemônica.

Em geral, as leituras menos abusivas da obra dos pioneiros da psicologia moderna, apontam para diversos elementos que foram negligenciados pelas histórias “oficiais” dos manuais de psicologia. Em alguns momentos, as obras dos pioneiros são reavaliadas, mas somente para resgatar elementos que podem cumprir a função de justificar e fortalecer uma tendência da moda na psicologia. Por exemplo, Blumenthal (1975) publicou um artigo de reavaliação da obra de Wundt afirmando, corretamente, que parte substancial da obra do pioneiro alemão foi ignorada ou distorcida. O autor resgata diversos textos de Wundt para demonstrar aspectos negligenciados do seu projeto de psicologia e concluir que este antecipa diversas tendências existentes na psicologia moderna. Na conclusão do texto há uma afirmação que demonstra claramente que a reavaliação de Wundt tem a finalidade de legitimar o “giro cognitivo” da psicologia norte-americana:

Por mais estranho que possa parecer, Wundt pode ser mais facilmente compreendido hoje do que ele poderia ter sido alguns anos atrás. Isto é por causa da atual psicologia cognitiva moderna e de pesquisas recentes sobre o processamento humano de informações (Blumenthal, 1975, p. 1087).

No entanto, estas leituras parciais da obra de Wundt são profundamente questionadas por outras releituras que tomam a totalidade de sua obra inserida em um período histórico específico. Ao invés de encontrar a psicologia experimental e introspeccionista que, usualmente, é retratada pela psicologia hegemônica, o que as leituras de Wundt realizadas por Danziger (1979; 1998) e Figueiredo (1986) revelaram é uma obra

cheia de contradições e na qual há um Wundt opositor da introspecção e cético quanto ao experimentalismo, especialmente o tipo de experimento de laboratório que predominou nos EUA no século XX (este ponto também é destacado por González Rey, 2003).

3. A obra psicológica de Wundt

3.1. A necessidade da psicologia e a legalidade específica da consciência

Wilhelm Wundt foi um fisiólogo que se tornou professor de filosofia e criou um laboratório de psicologia na universidade de Leipzig no fim do século XIX (mais detalhes biográficos podem ser encontrados em Araújo, 2006). No entanto, seus estudos psicológicos faziam parte de uma concepção geral de ciência e filosofia que determinou diretamente o tipo de prática de pesquisa desenvolvida em Leipzig na segunda maior universidade alemã da época.

Já na discussão sobre as unidades básicas de análise de Wundt é possível perceber algumas deformações da “história” de Wertheimer (1977) que cumprem o papel de omitir o fato de que a psicologia wundtiana não era concebida como uma ciência natural. Araújo (2006) explica que na concepção de psicologia de Wundt há um conceito crucial: a experiência concebida enquanto todo unitário e coerente. Este todo possui duas dimensões distintas, uma mediata e outra imediata. No entanto, diferentemente das definições oferecidas por Wertheimer (1977), Araújo (2006) argumenta que, para Wundt, a experiência imediata é o conteúdo subjetivo da experiência; refere-se ao sujeito da experiência. Enquanto a experiência mediata é o conteúdo objetivo da experiência, analisado independentemente do sujeito da experiência. Só esta última é objeto das ciências naturais, especificamente, da física.

Esta também é a leitura realizada por Danziger (1998) que mostra que a concepção geral de ciência de Wundt parte da clássica divisão entre as ciências da natureza

(*Naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). Tal divisão explica o estudo de um todo unitário dotado de coerência lógica, a experiência, por dois campos distintos. A experiência possui duas causalidades distintas que só podem ser compreendidas de forma complementar: a causalidade física explicada pelas ciências naturais e a causalidade psíquica explicada pela psicologia.

Estes aspectos permitiram Figueiredo (1986) apresentar a obra de Wundt como um “monismo ontológico” articulado com um “dualismo epistemológico”. Wundt seria um monista do ponto de vista ontológico, porque concebe o mundo enquanto unidade psicofísica, mas é um dualista epistemológico porque afirma que o estudo deste mundo demanda dois domínios científicos distintos que explicam duas formas gerais de causalidade – a física e a psíquica.

Isto decorre do fato de que a obra de Wundt foi profundamente influenciada pelos legados kantiano e pós-kantiano. Todavia, o que importa para o momento é explicar que Wundt repetiu a posição de Kant tanto na definição do objeto de estudo da psicologia, quanto na discussão sobre o melhor método para estudar este objeto. Wundt, tal como Kant, criticou duramente a introspecção⁴⁹ ao afirmar que esta se constitui enquanto um método completamente inadequado para o estudo da consciência privada, pois, para Wundt (assim como para Kant) há uma diferença entre a percepção de eventos subjetivos e a sua observação metódica. Para ambos, a introspecção apenas revela como o sujeito percebe os eventos subjetivos e isto não seria suficiente para a observação e o estudo metódicos da subjetividade. Cabe notar aqui uma segunda distorção de Wertheimer (1977): longe de ser

⁴⁹ Ainda que a definição de introspecção varie de acordo com as diferentes definições sobre o que é a consciência, a introspecção pode ser definida como o método de auto-observação sistemática de percepções e sensações conscientes. Historicamente, a introspecção surge como método consequente da crença na existência de um mundo privado da experiência interna. O termo, em inglês, surgiu para se referir a uma prática de auto-observação e, assim, criticar certas filosofias da mente como a de John Locke que deu ênfase à consciência de estados mentais (Danziger, 1998).

um introspeccionista, Wundt se opôs à introspecção enquanto método científico (Araújo, 2006; Danziger, 1998; Figueiredo, 1986).

A observação científica da consciência, para Wundt, não é possível pelo relato de uma experiência interna, mas somente mediante a manipulação das condições da percepção interna do sujeito para aproximá-las das condições de percepção externa de um observador (Danziger, 1998). Para alcançar isto, Wundt “criou” o experimento psicológico, isto é, um procedimento que, na visão de Wundt, teria superado as limitações da introspecção e, assim, converteria a consciência em um objeto de estudo científico. Todavia, as condições de manipulação experimental concebidas por Wundt restringiam duramente o estudo da consciência. Danziger (1998) nota que o cientista alemão, partindo do pressuposto de que certos estímulos geram experiências subjetivas semelhantes em distintos sujeitos, só admitia a existência de dados cientificamente aceitáveis sobre a percepção interna se as condições experimentais possibilitassem a replicação irrestrita da experiência interna. No entanto, isso só era possível no estudo de experiências sensoriais simples.

Em outras palavras: a tensão entre objeto de estudo e o método experimental foi resolvida por Wundt, restringindo enormemente o escopo do experimento psicológico. Este deveria se limitar ao estudo daqueles processos mais próximos da objetividade mundana: a sensação e a percepção. Outros processos como o pensamento, o afeto, a atividade voluntária (vontade) são irreduzíveis ao experimento e deveriam ser estudados pela “psicologia dos povos” que tomaria como objeto as diversas manifestações culturais da atividade humana, o que, por sua vez, exigiria da psicologia uma aproximação das demais ciências do espírito (Danziger, 1998; Figueiredo, 1986).

Assim, Wundt propôs dois métodos distintos e, de certa forma, duas psicologias distintas: (a) uma psicologia individual que estuda os processos básicos e fisiológicos mediante o método experimental; (b) uma psicologia “social”, a *Völkerpsychologie*, que

estuda as formas superiores de consciência recorrendo à antropologia e a filologia (Figueiredo, 1986; Figueiredo & Santi, 2000).

A relação entre estas duas psicologias é definida por Wundt nos seguintes termos: (a) a psicologia experimental é apenas uma parte limitada da psicologia; (b) a psicologia experimental deve ser complementada pelo estudo dos processos mentais superiores em suas manifestações sociais; (c) os estudos da psicologia dos povos não são menos objetivos do que os estudos da psicologia experimental (Danziger, 1998; Leary, 1979). Danziger (1998) chega a afirmar que, com o passar do tempo, a psicologia experimental perdeu cada vez mais importância na obra wundtiana, justamente por seus resultados serem de pouca valia para o seu projeto de psicologia e, por isso, Wundt dedicou os últimos anos de sua vida elaborando a psicologia dos povos. Com isso, fica evidente a terceira distorção de Wertheimer (1977): a psicologia dos povos longe de ser algo descartável, era central no sistema wundtiano.

A presença destas duas psicologias na obra de Wundt é problematizada por Figueiredo (1986). Para o autor, a cisão na coerência interna da psicologia é apenas um desdobramento do dualismo epistemológico de Wundt. Ao cindir, epistemologicamente, o ponto de vista das ciências físicas (a experiência mediata) do ponto de vista da psicologia (a experiência imediata), Wundt tornou a unidade da experiência psicofísica dos sujeitos algo inconcebível e, por isso, foi obrigado a passar para um segundo nível de duplicidade – a psicologia individual e a psicologia social. Contraditoriamente, ainda segundo Figueiredo (1986), isto permitiu a Wundt colocar uma posição ambígua para a psicologia: esta seria tanto ciência empírica do sujeito, que lida com os fatos da consciência, quanto ciência transcendental, que estuda o sujeito como condição de toda experiência e, assim, cumpre uma função de fundamentação epistemológica de todas as outras ciências.

Esta “ambiguidade” da psicologia tem um sentido preciso no interior da concepção de ciência de Wundt. Tal como explica Danziger (1998), Wundt nunca separou a psicologia da filosofia, pois sua meta não era construir uma disciplina independente, mas sim rejuvenescer a filosofia mediante novos meios. Em última instância Wundt estava respondendo a problemas colocados pela filosofia, tal como foi elaborada por Kant; a psicologia era uma resposta para dilemas no interior de um debate filosófico mais geral. Com isto, fica clara uma última distorção da história de Wertheimer (1977): a psicologia, enquanto disciplina independente, não foi uma invenção de Wundt, mas sim uma criação norte-americana (Danziger, 1979; 1998; González Rey, 2003).

3.2. A psicologia nos debates kantianos e pós-kantianos

A discussão anterior possibilita alguma compreensão sobre o projeto de psicologia wundtiano, mas não possibilita analisar o significado teórico da consciência no interior do sistema teórico de Wundt. Este estuda a consciência para explicar a causalidade psíquica da experiência. A psicologia, segundo Wundt, é necessária porque os fatos da consciência possuem uma legalidade própria que não é redutível à física ou à biologia (Figueiredo, 1986).

Na realidade, esta tese fundamental de Wundt é profundamente devedora de Kant. Para explicar isso, cabe apresentar as ideias e os debates mais influentes na construção do sistema teórico de Wundt, sendo que a influência fundamental foi a intervenção teórica de Kant que negou, epistemologicamente, a possibilidade de existir uma psicologia racional. Novamente, Danziger (1998) oferece uma discussão importante sobre as ideias de Kant para explicar que o ponto de partida das discussões de Kant e Wundt sobre a psicologia e a introspecção está na crença de que existe o mundo privado da experiência interna.

Cabe lembrar, tal como já se apontou no capítulo anterior, que a filosofia kantiana é parte do pensamento moderno e do Iluminismo. Se na escolástica do pensamento greco-medieval, o conhecimento e a atividade humana eram tomados como contemplativos e passivos, o pensamento moderno – produto de complexas transformações sociais, econômicas e políticas – concebe o sujeito como ser ativo e capaz de transformar o mundo ainda que existam limites *naturais* para tal. O pensamento moderno também realiza uma mudança crucial: o ponto de partida não é mais o ser, a ontologia, mas o processo de conhecimento pelo sujeito⁵⁰ (Lessa, s/d; Tonet, 2005a). A filosofia de Kant é um exemplo clássico disso: o centro de sua elaboração teórica é o processo de conhecimento (Leary, 1978; Tonet, 2005a).

De interesse para a presente discussão são as críticas de Kant à psicologia. Danziger (1998) destaca que de Descartes a Locke é possível encontrar a construção de uma nova forma de se referir à experiência humana (o mesmo argumento existe em Figueiredo, 2007). Kant aceita a noção lockeana de um mundo da experiência privada e dá um passo adiante. A filosofia da mente, proposta pelo empirista inglês, aponta para duas fontes do conhecimento: a sensação – que possibilita o conhecimento do mundo externo e à qual corresponde uma filosofia da natureza – e a reflexão – à qual corresponde uma filosofia da mente. Em sua tentativa de sintetizar empirismo e racionalismo, Kant vai para além de Locke ao diferenciar, de um lado, consciência dos estados mentais e, de outro, observação deliberada dos estados mentais; o primeiro caso pertence ao mundo empírico, enquanto o segundo ao “sujeito transcendental”, isto é, fornece as categorias que caracterizam a experiência humana em geral. Esta diferença entre autoconsciência

⁵⁰ Ferreira (2003) também aponta para o giro gnosiológico como uma característica fundamental da filosofia ocidental. Todavia, sua perspectiva teórica, como fica claro em outro trabalho (Ferreira, 2006a) é muito diferente do tipo de crítica que Tonet (2005a) e Lessa (s/d) desenvolvem sobre a transição do pensamento greco-medieval ao pensamento moderno. Para Ferreira (2003; 2006a) o problema do pensamento moderno seria a razão em si, o que permite o autor colocar no mesmo saco todas as ideias psicológicas gestadas entre o século XIX e XX sem analisar as idas e vindas da burguesia.

subjetiva e estudo dos princípios gerais da vida mental não existe em Locke. Este é o âmbito da filosofia, aquele é o âmbito da psicologia.

Com esta diferenciação, ainda segundo Danziger (1998), Kant deu identidade a um campo especificamente psicológico que, por sua vez, possibilitou o filósofo questionar se o “sentido interno” (*inner sense*) do mundo da experiência privada pode dar base a uma ciência, tal como os “sentidos externos” (*outer senses*) serviram de base para as ciências naturais.

Neste debate, Kant dirige boa parte de suas críticas às diversas propostas da psicologia do século XVIII que buscavam psicologizar o conhecimento e a filosofia: “a tarefa da psicologia era fornecer o conhecimento das operações mentais que a lógica deveria comandar” (Vidal, 2006, p. 55)⁵¹. Este tipo de psicologia teve força particular na Alemanha, o que é representado pela obra de Christian Wolff e suas propostas de psicologia empírica e psicologia racional e foi para criticar estas proposições que Kant negou qualquer possibilidade de uma psicologia racional (Vidal, 2006).

Para Kant, a construção de uma verdadeira ciência só é possível quando a razão pode ordenar sistematicamente a experiência sensorial. Uma verdadeira ciência natural deve ir além da experiência *a posteriori* do sujeito, ela demanda o tratamento desta base empírica pelas categorias *a priori* da razão. Assim, uma verdadeira ciência possui tanto um componente empírico, quanto racional – que é possível pelo tratamento matemático dos dados. No caso da psicologia, Kant reconhecia uma experiência privada que é a base para uma ciência empírica, mas, ao mesmo tempo, afirmava que tal experiência, por si só, não fundamenta uma ciência racional, principalmente por tal experiência interna ser irreduzível à matemática e ir além das possibilidades da razão – se a base empírica da psicologia é a

⁵¹ Na análise de Vidal (2006), é mencionado o fato de David Hume rejeitar a psicologia por não ser possível um conhecimento racional da “alma”. Tal juízo aproxima-se da rejeição da psicologia por Kant e isto parece estar de acordo com a avaliação de Figueiredo (2007) de que a filosofia de Kant seria, mais ou menos, um equivalente alemão às ideias de Hume e Berkeley – este ficou conhecido por reduzir a física à semiótica.

experiência privada do sujeito, então ela sempre estará fora do alcance da razão. Com esta descrição, a conclusão de Kant é a de que a psicologia poderia ser tão somente uma ciência empírica que carece do componente racional fundamental de uma verdadeira ciência (Ferreira, 2003; Leary, 1978; Vidal, 2006).

A crítica kantiana à psicologia não se restringe à afirmação de que esta só pode ser uma disciplina empírica porque a experiência privada não é redutível à matemática. Kant vai além e afirma que uma ciência empírica consistente exige a experimentação, a análise metódica dos fenômenos psicológicos mediante o controle experimental. No entanto, a psicologia não consegue controlar os fenômenos que ela se propõe a estudar e, por isso, o psicólogo consegue, no máximo, mediante a introspecção, relatar seus próprios fenômenos mentais. Esta situação problemática é agravada pelo fato do próprio ato de auto-observação alterar e distorcer o estado do objeto de estudo da psicologia. Assim, Kant concluía que até mesmo o caráter de ciência empírica é problemático para a psicologia (Leary, 1978).

Em síntese, a psicologia para Kant possui base empírica, mas não possui o elemento metodológico necessário para existir enquanto ciência independente. Kant deu identidade para o campo psicológico, mas tomou este campo como algo que carece da importância da filosofia e da consistência da ciência (Danziger, 1998; Leary, 1978).

Todavia, Leary (1978) demonstra que longe de ter eliminado os esforços para construir a psicologia, a crítica kantiana foi tomada pelos filósofos pós-kantianos como uma série de desafios a serem superados. O autor mostra como três pensadores alemães pós-kantianos buscaram superar a crítica de Kant à psicologia ao longo do primeiro quarto do século XIX.

O primeiro foi Jakob Friedrich Fries (1773-1843) que, concentrando-se nas bases do processo de conhecimento, propôs novos métodos e novas conceituações para a filosofia de base kantiana. Sua principal mudança no sistema kantiano foi colocar a psicologia como

uma ciência fundamental e fundadora de toda filosofia – o que, de certa forma, é um retorno à noção de psicologia, existente no século XVIII, enquanto uma ciência determinante para se entender o processo de conhecimento (Vidal, 2006). Fries argumentou que as observações empíricas provenientes da psicologia possibilitaram a descoberta de bases racionais para a disciplina e para todo o conhecimento. Assim, ao invés de ser uma fragilidade, o caráter empírico da psicologia é, na perspectiva de Fries, sua principal fonte de força. Ao proporcionar a análise dos fenômenos mentais, a psicologia é a base da elaboração de princípios racionais. Desta forma, o que Fries fez foi restituir o caráter racional da psicologia negado por Kant (Leary, 1978).

O segundo pensador apontado por Leary (1978) é Johann Friedrich Herbart (1776-1841) que criticou o subjetivismo de Fries em sua tentativa de colocar a psicologia como base da filosofia. Para Herbart, é a filosofia que oferece base racional para a psicologia. O que o pensador critica em Kant é a tese de que a experiência interna é irreduzível à razão matemática. Herbart construiu uma psicologia matemática que distingue os diferentes graus de intensidade dos fenômenos psicológicos mediante a atribuição de valores numéricos. Todavia, Herbart não estabeleceu qualquer tipo de padrão “objetivo” pelo qual a sua mensuração poderia ser validada.

Esta limitação de Herbart foi apontada por Friedrich Eduard Beneke (1798-1854) o qual, ao tentar superá-la, realizou a última revisão da crítica kantiana necessária para abrir caminho para a psicologia afirmando que a experimentação permitiria superar as lacunas de Herbart. É possível, para ele, a psicologia testar seus resultados empíricos mediante experimentos. Assim, Beneke completou os esforços iniciados por Fries de restituir um lugar para a psicologia ao afirmar que ela pode ser racional, matemática e experimental (Leary, 1978).

Os debates sobre os vetos kantianos, tal como demonstra Ferreira (2003; 2006b), não se restringiram aos filósofos que eram herdeiros diretos de Kant, mas foram também abordados por outros estudiosos que contribuíram diretamente para o projeto da psicologia como ciência.

Os estudiosos que formularam respostas aos vetos kantianos analisados por Ferreira (2003; 2006b) foram: Johannes Müller (1801-1858), Hermann Von Helmholtz (1795-1878) e Gustav Fechner (1801-1887). Os fisiólogos Müller e Helmholtz elaboraram críticas a dois dos vetos kantianos à psicologia em trabalhos publicados, respectivamente em 1826 e 1860. Ao estabelecer uma teoria das energias nervosas específicas, Müller questionou a asserção de Kant de que para a psicologia faltaria um elemento objetivo que poderia servir de base para a análise de estudos científicos. Tal teoria concebia que “cada via nervosa aferente possuía uma energia nervosa específica que se traduziria em uma sensação específica de cada nervo” (Ferreira, 2006b, p. 86). Com o trabalho de Müller, as representações psicológicas passam a ter um elemento objetivo: a sensação.

Helmholtz questionou um segundo veto kantiano consequente do primeiro: a impossibilidade de estudar o elemento objetivo constituinte da psicologia sem misturar sujeito e objeto. Helmholtz elaborou uma teoria que afirma que a organização das sensações é determinada pelas experiências passadas armazenadas de forma a produzir representações psicológicas. A análise das sensações dar-se-ia pela introspecção experimental, isto é, por um método que realizaria uma análise consciente da experiência discriminando as sensações que dão base para representações (Ferreira, 2003; 2006b).

Surgiu, finalmente, a psicofísica e o panpsiquismo de Fechner como respostas à negação da possibilidade de se reduzir a experiência privada à matemática. A importância do trabalho de Fechner residiu no estabelecimento de uma lei matemática na psicologia que aborda a relação entre o físico e o psicológico. Desta forma, ao superar, no campo da

ciência, o último veto kantiano, Fechner abriu espaço para a formulação da psicologia enquanto projeto científico (Ferreira, 2003; 2006b).

Wundt construiu seu sistema psicológico em cima de todos estes debates precedentes. Por exemplo, Wundt repetiu a posição de Kant nos debates sobre objeto e métodos de estudos da psicologia, isto é, aceitou a consciência privada como objeto de estudo da psicologia e criticou a introspecção enquanto método que não possibilita a conversão da consciência em objeto de estudo científico. Para resolver o problema metodológico, Wundt recorreu a sua formação enquanto fisiólogo, influenciado por pensadores como Fechner e outros, para propor um tipo de experimento científico que permitisse sujeitar a consciência à análise científica (Danziger, 1998).

Assim, o que é possível concluir é que a construção da psicologia por Wundt foi parte de um debate filosófico, no qual cada proposta foi cuidadosamente elaborada para responder críticas de distintas ordens no interior da tradição kantiana. A definição wundtiana de psicologia enquanto ciência empírica do sujeito e, ao mesmo tempo, enquanto ciência transcendental, nada mais é do que uma intervenção no debate filosófico de sua época.

Apesar disso, a proposta de Wundt ficou reduzida a uma visão idiossincrática de um único indivíduo. Por isso, Danziger (1998) afirmou que Wundt teve muitos estudantes, mas, contraditoriamente, nenhum discípulo e que o processo do nascimento da psicologia do século XX foi um processo de eliminação e repúdio do legado wundtiano.

3.3. Do debate kantiano à metodolatria positivista

O projeto wundtiano foi completamente transformado por seus ex-alunos. No entanto, antes de passar ao tratamento da psicologia pós-wundtiana, é preciso relembrar algumas considerações gerais realizadas no capítulo anterior sobre o positivismo para

explicar por que a psicologia do início do século XX foi marcada por um “repúdio positivista de Wundt” (Danziger, 1979).

Comte, tal como Kant, rejeitou a possibilidade da psicologia desenvolver-se enquanto ciência independente – nos termos especificamente comteanos, enquanto ciência positiva (Danziger, 1979). É preciso lembrar que no positivismo a centralidade da epistemologia é reduzida à centralidade do método. O método tem papel fundamental no programa comteano. Uma ciência estuda um fenômeno específico e sua unidade é garantida pela metodologia utilizada para estudá-lo (Madureira, 2005).

De acordo com Danziger (1979), a entrada do positivismo na psicologia deu-se a partir das formulações de herdeiros de Comte, por neopositivistas como Avenarius e Mach. Estes, tal como Comte, defendiam que o a ciência teria como meta o estabelecimento de leis universais considerando a descrição e observação de dados empíricos. Neste processo, o método seria crucial e seu grau de cientificidade estaria estritamente ligado a uma ordenação hierárquica entre as ciências, tal como Comte também defendia, na qual as ciências mais básicas servem como fundamento-guia de todas as outras. Para estes neopositivistas, a ciência mais importante era a física e seus métodos e procedimentos deveriam servir como base de todas as outras ciências. Assim, o objeto de estudo e os métodos de pesquisa da psicologia deveriam assemelhar-se o máximo possível com aqueles provenientes da física. Oswald Külpe, que foi discípulo de Wundt e estudioso de Mach, reconceitualizou a psicologia justamente de acordo com esta hierarquia: como a experimentação era o método de estudo que mais aproximava a psicologia da física, então ela deveria ser tomada como o procedimento válido para a pesquisa da psicologia científica⁵².

⁵² O processo de conversão dos métodos das ciências naturais em critério último de cientificidade para todo e qualquer tipo de conhecimento científico resulta da contribuição enorme que as ciências naturais deram para o processo de subjugação da natureza pelo capitalismo (processo notado por Henriques, 1978). Com isso, tal

Neste sentido, no interior da psicologia desenvolveu-se uma disputa entre uma concepção que reduzia a psicologia às explicações e métodos positivistas inspiradas nas ciências naturais e outra concepção que afirmava a existência de uma causalidade especificamente psicológica que não podia ser reduzida à natureza. Tal disputa iniciou-se quando Wundt polemizou com o projeto de psicologia proposto por Külpe. Danziger (1979) explica que se em Wundt o estudo da experiência imediata caracterizaria a psicologia como a mais geral das *Geisteswissenschaften*, Külpe propôs um giro do “indivíduo psíquico”, enquanto princípio explicativo da psicologia científica, para o “indivíduo corpóreo” – ou “indivíduo biológico” na terminologia do neopositivista Avenarius – que deveria ser estudado por uma ciência natural. Tal como Mach e Avenarius, Külpe reconhece que a psicologia pode ser científica, desde que exista uma reconceitualização do seu objeto de forma a aproximá-lo das ciências naturais. Assim, a psicologia poderia se constituir enquanto uma nova ciência natural ao tomar como objeto de estudo o “indivíduo biológico”. Na proposta de Külpe, não existe qualquer distinção entre experiência física e psíquica, mas apenas uma experiência que pode ser estudada por meio dos elementos independentes do sistema biológico – a física – ou por meio dos elementos dependentes do sistema *biológico* – a psicologia (Danziger, 1979).

Wundt criticou as propostas de Külpe defendendo a não redutibilidade das *Geisteswissenschaften* às *Naturwissenschaften*, pois isto implicaria em subordinar a psicologia à biologia e neste processo o papel das ciências naturais seria exageradamente ampliado, como se estas pudessem explicar não só os objetos, mas também os sujeitos da experiência. Para Wundt, segundo Danziger (1998), o que Külpe fazia era, no máximo, uma pseudoexperimentação, porque exagerava a importância do experimento para a ciência psicológica.

como afirmou Danziger (1978), conhecimento científico tornou-se sinônimo de conhecimento produzido pelos métodos das ciências naturais.

O conflito entre eles sobre os limites do método experimental na psicologia era uma consequência direta de suas distintas filosofias das ciências e de suas definições sobre o escopo científico da psicologia. Se a psicologia é definida puramente como uma ciência natural, então a experimentação, característica das ciências naturais, passa a ter o mesmo grau de amplitude que a psicologia. Se, por outro lado, a psicologia é essencialmente uma *Geisteswissenschaft*, ainda que dotada de ligações definidas com as ciências naturais, então o uso do método experimental será legítimo somente na mesma medida de suas ligações, mas não mais do que isso. Em contraste com isso, a filosofia positivista não distinguia entre dois tipos de experiência, dois tipos de conhecimento, mediata e imediata. Para o positivismo, todo conhecimento merecedor deste nome era do mesmo tipo e o que não se conformava a isto era ficção, imaginação ou fantasia. A definição deste tipo singular de conhecimento era dada pelos dados e métodos das ciências naturais (Danziger, 1979, p. 213)⁵³.

Külpe não foi o único ex-aluno de Wundt que realizou uma apropriação positivista do projeto de psicologia deste. Outro conhecido aluno de Wundt, e que foi um dos pioneiros da psicologia nos EUA, realizou o mesmo tipo de modificação no projeto de psicologia wundtiano: Edward Titchener. Trabalhando na Universidade de Cornell, este desenvolveu uma proposta de “psicologia estrutural”⁵⁴ apresentando-a como um desdobramento direto da obra de Wundt (Danziger, 1979; 1998).

A importância do trabalho de Titchener em um contexto norte-americano é reconhecida em qualquer livro tradicional de história da psicologia, enquanto o mesmo não ocorre com a “Escola de Würzburg” de Külpe – que desenvolveu ideias similares àquelas

⁵³ O conflito entre Wundt e Külpe não foi isolado. Nos mesmos anos da polêmica, surgem as polêmicas entre Dilthey e Ebbinghaus sobre as possibilidades e limites da psicologia científica. Ebbinghaus, também inspirado por Mach, defenderá a psicologia enquanto ciência natural, enquanto Dilthey, que elogia Wundt, critica esta visão e defende uma cisão radical entre ciências do espírito e ciências naturais (Danziger, 1979).

⁵⁴ Estruturalismo aqui é entendido em um sentido inteiramente diverso das propostas de Saussure, Levi-Strauss, Althusser e outros. Todavia, não deixa de ser interessante notar como um formalismo subjetivista com vestimentas de “objetivismo” seja comum às duas propostas.

propostas por Titchener. Isto decorre de um processo importante que começou no fim do século XIX e que teve enormes consequências para a nascente ciência psicológica: o centro de produção intelectual da psicologia deslocou-se da Europa para os EUA, processo que tem nas duas guerras mundiais eventos decisivos. Isto decorre de dois acontecimentos importantes: (a) em primeiro lugar, o deslocamento do centro imperialista mundial da Europa para os EUA; (b) em segundo lugar, o fortalecimento do irracionalismo enquanto postura dominante no pensamento moderno europeu, enquanto nos EUA se fortaleceram as tendências agnósticas e diretamente apologéticas da ordem imperante nesta sociedade⁵⁵.

O transplante das ideias de Wundt para o contexto norte-americano só foi possível mediante uma reformulação, que tinha a finalidade de abordar dois temas inexistentes no projeto wundtiano e que eram importantes no novo contexto em que a psicologia se desenvolveu: (1) utilitarismo-tecnista – uma ciência boa e verdadeira tem como critério último de avaliação a utilidade do conhecimento científico produzido por ela; (2) cientificismo – uma boa ciência não se restringe a proposições teóricas “especulativas” ou “metafísicas”, mas tem seu centro na pesquisa de fatos observáveis (Danziger, 1998).

O “estruturalismo” titcheriano é uma das manifestações da adequação da psicologia aos padrões vigentes de cientificidade nos EUA. O contexto social em que Titchener e diversos ex-alunos de Wundt desenvolveram a psicologia é inteiramente diverso daquele em que Wundt desenvolveu seu projeto de ciência: existiam outras concepções teórico-filosóficas hegemônicas e outras demandas sociais (Danziger, 1998).

Titchener, repetindo as propostas de Mach e Avenarius, rejeitou a atividade conceitual e construtiva do projeto de psicologia wundtiano, assim como reavaliou a importância das ciências naturais para o conhecimento da consciência. Para Titchener, os

⁵⁵ Hobsbawm (2008) oferece uma descrição muito interessante sobre como as duas guerras mundiais devastaram a Europa e, ao mesmo tempo, abriram a enorme vaga histórica para os EUA converterem-se no centro do imperialismo mundial.

fatos mentais não eram explicativos e nem dotados de legalidade própria, portanto só poderiam ser explicados mediante a referência dos processos nervosos do organismo. Ao entender que os fenômenos mentais não possuem legalidade própria e que sua explicação só seria possível mediante o recurso aos processos fisiológicos do sistema nervoso, o projeto titcheneriano de psicologia rejeitava o princípio de causalidade psíquica e, com isso, eliminava boa parte do sistema teórico wundtiano como as categorias de apercepção e a “psicologia dos povos” (Danziger, 1979; Figueiredo & Santi, 2000).

No plano metodológico, Titchener, seguindo o receituário neopositivista, ampliou enormemente o escopo do experimento psicológico. Este deixou de ser *um* meio de pesquisa e se tornou *o* método de pesquisa definitivo da psicologia. Assim, houve uma transformação do método para responder as mudanças na concepção teórica acerca do objeto da psicologia. A “introspecção sistemática experimental”, para Titchener, poderia substituir as “especulações” teóricas sobre a consciência pela observação direta dos eventos mentais e, assim, gerar um corpo de fatos consensualmente validados pelo experimento. Surgia um projeto ainda mais contraditório que o de Wundt: Titchener rejeitava a autonomia da consciência e concebia a introspecção como a via prioritária para a pesquisa psicológica. A finalidade última da experimentação de tipo titcheriano era a de estudar sistematicamente a consciência eliminando todo tipo de “significado” produzido pelo sujeito para, assim, restringir-se apenas aos “fatos” (Danziger, 1979; 1998)⁵⁶.

Nesta proposta de psicologia, há uma rejeição total e completa do projeto de “psicologia dos povos”⁵⁷ e de categorias teóricas do sistema wundtiano que partiam da

⁵⁶ A mudança metodológica realizada por Titchener não implica somente em um resgate da introspecção, mas em uma transformação da situação social (divisão de tarefas, diferenciação entre experimentador e sujeito da pesquisa etc.) criada no interior do experimento psicológico. Este aspecto é um dos principais focos de análise de Danziger (1998).

⁵⁷ Parker (1989) nota que Titchener, em seu obituário de Wundt, afirmou que a “psicologia dos povos” foi produto de um estudioso senil.

ideia de que a atividade da consciência era autônoma em relação aos processos nervosos dos sujeitos (Araújo, 2006).

Com estas colocações, pode-se fazer uma pequena observação sobre a história da psicologia de Wertheimer (1977). Esta, ao invés de ser um conjunto de distorções grosseiras resultantes de um erro individual, é, na realidade, um conjunto de distorções grosseiras construídas historicamente pelos primeiros neopositivistas da psicologia norte-americana. Ao se contrastar a história de Wertheimer com as ideias de Titchener apresentadas anteriormente, pode-se ver que o primeiro apresenta o projeto wundtiano sob uma ótica titcheriana em quatro aspectos fundamentais: (a) a definição de experiência enquanto unidade psicofísica dotada de uma dimensão imediata e outra mediata; (b) o papel da introspecção no sistema wundtiano; (c) eliminação da psicologia dos povos enquanto parte central da psicologia; (d) a concepção da psicologia enquanto ciência independente de toda filosofia.

As mudanças realizadas por Titchener nestas dimensões correspondem a um processo de adequação do projeto wundtiano para uma concepção neopositivista de ciência. No entanto, as inconsistências do programa titcheriano eram enormes e isto resultou em um acelerado esgotamento desta “tradição” no contexto norte-americano. Ao adaptar o projeto wundtiano à filosofia positivista e, neste processo, eliminar a legalidade própria da consciência, Titchener chegou em uma rua sem saída: reivindicar a introspecção enquanto método e, ao mesmo tempo, rejeitar o objeto de estudo deste método. Tal programa de pesquisa rapidamente se estagnou, já que a eliminação da legalidade própria da consciência é completamente contraditória com toda abordagem metodológica que tem na consciência sua base fundamental. Neste sentido, o “giro behaviorista” na psicologia, mais do que uma “revolução” que eliminou a consciência da psicologia, é apenas uma

radicalização de pressupostos básicos já presentes nas ideias propostas por Titchener (Danziger, 1979; Figueiredo & Santi, 2000; González Rey, 2003).

De qualquer forma, o que importa destacar é que tal modificação não foi uma ação isolada de Titchener, mas resultou da hegemonia do positivismo na psicologia. Os debates entre Wundt e Külpe, assim como a redução positivista do projeto wundtiano realizada por Titchener são produtos diretos da ascensão hegemônica das ciências naturais nas ciências sociais e na filosofia.

No entanto, por apenas responder parcialmente às demandas do novo contexto social de desenvolvimento da psicologia, o programa de pesquisa de Titchener – que, tal como Wundt, nutria uma completa indiferença à aplicabilidade da psicologia à vida cotidiana – terminou no isolamento em um contexto social que, como já foi sublinhado, demandava das ciências a demonstração de sua utilidade prática (Ferreira & Gutman, 2006).

A tarefa de dar à psicologia uma relevância prática foi realizada por outros ex-alunos de Wundt – que também alteraram o projeto original deste – e psicólogos que seguiram o veio funcionalista da psicologia desenvolvido por William James, Harvey Carr, James Angell e outros. Nesta tradição, encontra-se um projeto de psicologia com claras finalidades práticas e em pleno acordo com as concepções em voga nos EUA: a psicologia é tomada como uma ciência natural que estuda os processos mentais enquanto uma função adaptativa do organismo ao meio ambiente (Ferreira & Gutman, 2006; Figueiredo & Santi, 2000; González Rey, 2003).

Na base deste projeto de psicologia está a tradução de ideias evolucionistas de origem darwiniana na análise da sociedade. A mistura entre ideias evolucionistas e o funcionalismo é tão intensa que alguns chegam a afirmar que o funcionalismo não passa de um desdobramento direto do darwinismo: “A teoria da evolução mediante a seleção natural

de Darwin não foi somente uma influência no desenvolvimento do funcionalismo americano. Ela foi o fundamento básico do funcionalismo, cuja finalidade era praticamente substituir as bases fisiológicas da psicologia de Wundt” (Green, 2009. P. 81)⁵⁸.

Não obstante as diferenças entre funcionalismo e estruturalismo, ambos os projetos compartilhavam diversos pressupostos comuns: a psicologia era tomada enquanto ciência natural, assim como seu objeto era reduzido às bases biológicas da consciência. O sistema psicológico de Wundt, produto de uma cuidadosa elaboração teórica, é perdido tanto no estruturalismo de Titchener (Danziger, 1979), quanto na tradição funcionalista que teve como uma de suas principais marcas a assistemática (Ferreira & Gutman, 2006). No entanto, o processo de eliminação do sistema teórico de Wundt foi apenas o primeiro episódio de um processo de eliminação de todo e qualquer sistema teórico que não correspondesse aos pressupostos teóricos implícitos que caracterizaram o que Wertheimer (1977) chamou de “amadurecimento do método empírico” ou que Danziger (1998), em termos mais críticos, chamou de “metodolatria”.

A ascensão da metodolatria, na psicologia foi um processo marcado por dois desdobramentos: (1) substituição gradual das práticas de experimento psicológico de tipo wundtiano por práticas de pesquisa originadas nas ideias de Sir Francis Galton; (2) conversão das práticas de pesquisa neogaltonianas de simples meios para alcançar metas específicas em um fim em si mesmo (Danziger, 1998).

⁵⁸ O que Green (2009) chama de “psicologia de Wundt” (p.81) é, na realidade, a tradução do projeto wundtiano realizada por Titchener. Da mesma forma, o que Green chama de “teoria da evolução de Darwin” é uma conversão das ideias darwinianas na ideologia cientificista do darwinismo social. Os trabalhos de Ferreira e Gutman (2006), Greenwood (2009), Ratner (2006) e Portugal (2006) demonstram que diversas teses darwinianas sobre o processo de evolução foram modificadas para que pudessem ser aplicadas ao estudo da sociedade – o que geralmente resultou na justificação e naturalização das desigualdades sociais presentes em sociedades nas quais predomina a “guerra de todos contra todos”. Para se ilustrar o enorme grau de distorção das teses evolucionistas originais pode-se citar um pequeno exemplo. Green (2009) afirma que Lloyd Morgan foi um dos teóricos que defendeu “uma continuidade entre as habilidades humanas e as de outros animais” (p. 81), enquanto Greenwood (2009) demonstra que em Morgan há uma rejeição de qualquer tipo de continuidade entre animais e seres humanos. Para defender esta tese, diferentemente de Green (2009), o autor cita Morgan, o qual negou que “quaisquer animais tenham alcançado aquele estágio de evolução mental em que eles sejam incipientemente racionais” (Morgan citado em Greenwood, 2009, p. 558).

No contexto norte-americano estes desdobramentos foram impulsionados pela busca da psicologia de atender as necessidades mais prementes dos grupos dominantes nos EUA. A questão central que o projeto titcheriano foi incapaz de responder para a psicologia do início do século XX concernia o problema de sua relevância social. Tal preocupação ocupou a atenção dos principais envolvidos na construção da psicologia nos EUA entre a última década do século XIX e o primeiro quarto do século XX. Por exemplo, em 1906, Lewis M. Terman, um proeminente psicólogo nos EUA, abriu sua tese de doutoramento afirmando: “Um dos problemas mais sérios confrontando a psicologia é a sua ligação com a vida” (Terman citado em Samelson, 1977, p. 274).

Mas, nem todos se envolvem nesse empreendimento e, por isso, no início da psicologia norte-americana há uma divisão nada amistosa entre aqueles envolvidos na pesquisa básica e outros envolvidos no trabalho aplicado. De um lado, desenvolve-se a psicologia básica voltada ao estabelecimento e fortalecimento da psicologia enquanto uma “verdadeira ciência”⁵⁹, de outro lado, desenvolve-se uma psicologia aplicada, voltada ao desenvolvimento de conhecimento prático, de um conhecimento que responde às demandas postas por um determinado setor da sociedade norte-americana e, em especial, pelo mercado. Os primeiros momentos da psicologia básica foram marcados pelo tipo de pesquisa desenvolvida por Titchener, enquanto o desenvolvimento da psicologia aplicada foi marcado pela criação de um modelo de pesquisa próprio; que tem como base fundamental o tipo de experimentação concebido por Sir James Galton, isto é, um tipo de prática de pesquisa muito diferente daquela desenvolvida por Wundt em Leipzig (Danziger, 1998; Green, 2009).

⁵⁹ Cabe lembrar que esta busca por fundamentar a psicologia enquanto uma ciência não é tanto uma busca pela elaboração de um reflexo verdadeiro de um objeto de estudo específico da psicologia, mas sim pela adequação da psicologia às convenções sociais que eram chamadas de ciência nos EUA. Este problema é desenvolvido posteriormente neste trabalho, mas sua discussão mais aprofundada foi realizada por Danziger (1998).

O tipo de prática de pesquisa iniciada por Galton respondia diretamente às demandas sociais com que a psicologia norte-americana se defrontava. Em um contexto marcado pela competição, pela racionalização de instituições sociais – especialmente educativas – e que primava pela conversão dos problemas sociais em problemas individuais, a prática de pesquisa que mais poderia florescer não era aquela que buscava o estudo da mente humana individual, mas sim aquela que estudava o desempenho do indivíduo em comparação com uma norma estatística. Aqui, a crença fundamental é a de que um conjunto de dados que agrega um grande número de sujeitos é uma base válida de conhecimento. Esta base de dados é estatisticamente tratada e as regularidades encontradas são interpretadas enquanto manifestações de leis científicas quantitativamente demonstráveis. Para saltar deste ponto para a noção de que a regularidade estatística permite inferir a conduta individual não foi necessário muito esforço (Danziger, 1998).

Enquanto, de um lado, a meta do experimento de tipo wundtiano é estudar a mente individual generalizada, o experimento de tipo galtoniano centra-se na comparação da *performance individual*. No modelo galtoniano, o dado obtido experimentalmente é atribuído a um agregado de indivíduos que constitui a norma estatística. O dado só ganha relevância mediante a comparação. Paradoxalmente, esta sujeição do indivíduo à norma estatística foi chamada por Galton de estudo das diferenças individuais. É precisamente neste aspecto que reside um enorme absurdo que a psicologia apropriou-se de forma totalmente acrítica e que perdura até hoje em diversas áreas da psicologia: tomar a diferença estatística como sinônimo de diferença individual.

O empobrecimento da teoria operado por Galton é compensado por uma hipervalorização do dado empírico gerado pela manipulação experimental e pela apropriação de dogmas biologicistas que passam a servir como princípios explicativos dos “dados”. A generalização dos “achados” da pesquisa galtoniana é produto da interpretação

da performance individual em termos de propriedades inerentes de cada indivíduo⁶⁰. Para afirmar que a situação social criada no experimento de tipo galtoniano é uma pesquisa empírica que possibilita a produção de um conhecimento com validade universal e a-histórica são impostas algumas condições ao sujeito da pesquisa. O experimento é criado mediante a construção de uma situação que controla a circunstância imediata em que se dá a relação sujeito e experimentador de forma a reduzir toda complexidade, ambiguidade e elaboração de significados subjetivos. A atividade do sujeito é controlada pela imposição de uma estrutura física que limita e segmenta a sua atividade em unidades quantificáveis⁶¹. Como se pode ver, neste processo, a mensuração de atributos psicológicos demanda uma imposição do número ao sujeito da pesquisa e, conseqüentemente, isso exige limitar o espectro de possíveis respostas que o sujeito pode dar aos estímulos manipulados experimentalmente (Danziger, 1998)⁶².

Outra alteração diz respeito à natureza do sujeito de pesquisa: diferentemente do experimento wundtiano que demandava que o sujeito fosse outro pesquisador treinado e dotado de conhecimentos, a identidade do sujeito de pesquisa no experimento galtoniano é irrelevante. O centro é estabelecer uma base de dados com uma amostra estatisticamente

⁶⁰ “Quando a psicologia experimental foi levada e desenvolvida nos Estados Unidos, por exemplo, ela foi associada ao trabalho de Francis Galton e, portanto, a uma versão de teoria evolucionária que contava uma história (*story*) que encaixava bem com a ideologia da sociedade capitalista; os indivíduos melhores e mais aptos são aqueles bem-sucedidos e ricos, e os pobres são os perdedores na luta pela sobrevivência” (Parker, 2007a, pp. 19-20)

⁶¹ A partir de Holzkamp, Brandt (1979) descreve a diferença entre os experimentos de Wundt e aqueles que predominaram nos EUA da seguinte maneira: “Desde o início da psicologia experimental no laboratório de Wundt em Leipzig, Alemanha, até o trabalho de Titchener na Universidade de Cornell e o trabalho dos psicólogos da Gestalt na Universidade de Berlim, o *S[ujeito]* era um psicólogo altamente qualificado, tal como o *E[xperimentador]*, ambos frequentemente trocavam os papéis e os nomes de ambos apareciam nos relatórios publicados. Sempre existia um pequeno número de *Ss* porque, em princípio, somente um *S* era necessário para fazer as observações necessárias” (p. 81). Com as revoluções funcionalista e behaviorista: “o *S* psicologicamente ingênuo se converteu em um elemento estatístico e anônimo no estudo do comportamento. A relação entre *E* e *S* se tornou assimétrica. Somente *E* tinha participação na situação experimental e, portanto, *S* não podia mais se comunicar livremente com *E*, tal como era possível até o estruturalismo” (p. 81). Danziger (1998) oferece uma descrição detalhada da estrutura do experimento wundtiano e seus contrastes com o experimento galtoniano apropriado pela psicologia norte-americana.

⁶² Parker (2007a) e Holzkamp (1984a/1991) desenvolvem análises mais ou menos próximas desta sobre o processo de quantificação na psicologia.

relevante. Nesta metafísica da quantificação, o caráter ontologicamente específico do sujeito é gradualmente eliminado e convertido em um estudo de processos e leis universais e a-históricos (Danziger, 1998).

Esta é a base fundamental de uma ficção central para a psicologia experimental pós-wundtiana: a afirmação de que existe um laço de continuidade entre animais e seres humanos, assim como entre processos psicológicos básicos e processos psicológicos superiores. Qualquer diferença entre animais e seres humanos é concebida como uma variação de gradação e não de qualidade (ver Greenwood, 2009). Destes pressupostos teóricos absurdos surgem as, não menos absurdas, conclusões sobre a conduta humana a partir de estudos feitos com animais ou da redução do ser humano a mero organismo biológico⁶³.

Este foi o modelo de pesquisa que cresceu na medida em que a psicologia adentrou no mercado norte-americano. A adoção da abordagem galtoniana ao estudo do indivíduo foi crucial para a realização do ideal de uma ciência útil, que se desenvolveu se adaptando às oportunidades dadas pelo contexto histórico dos EUA no início do século XX.

Existia uma dupla pressão sobre os psicólogos no início do século XX; primeiro, eles tinham que mostrar que seu conhecimento era fundado em evidências ao invés de mera especulação – a psicologia tinha que se afastar da filosofia para encontrar este fundamento mais seguro – e, segundo, intimamente associado com o tipo de “evidência” que as autoridades tinham em mente, eles tinham que elaborar um tipo de conhecimento que seria bem-sucedido na predição do comportamento. A predição de relações de causa e efeito – relações entre coisas e não entre pessoas –

⁶³ Por exemplo: discute-se a “influência social” a partir da análise do desempenho de baratas em corridas; analisa-se a “facilitação social” cronometrando o tempo que uma pessoa leva para urinar quando existe um estranho presente (exemplos recolhidos, dentre outros, de Parker, 1989); e tiram-se conclusões machistas sobre o cuidado materno, a partir de estudos sobre o comportamento de primatas fêmeas que foram propositalmente estupradas (o trabalho de Donna Haraway de crítica à “primatologia” é citado por Parker, 2007a).

também tinha que se associar com controle; quando os psicólogos dizem que eles querem desenvolver uma ciência baseada em “predição e controle”, eles realmente querem dizer isso (Parker, 2007a, p. 20).

O clímax desta adaptação oportunista às possibilidades conjunturais foi a intervenção da psicologia durante a I Guerra Mundial (Danziger, 1998). Samelson (1977) mostra como a I Guerra Mundial foi crucial para que a psicologia norte-americana saísse de uma situação em que seu prestígio era mínimo e, nos anos 1920, caísse nas graças do público. O fato do exército ter convocado a psicologia para contribuir no aumento da sua eficiência, mediante a avaliação da inteligência, resultou no enorme trabalho, liderado por Robert Yerkes, de elaboração e aplicação massiva de testes de inteligência em mais de dois milhões de militares. Esta realização contribuiu para que a psicologia passasse a ser reconhecida como uma ciência legítima, isto é, que pode dar contribuições práticas para a sociedade. Houve um crescimento impressionante da psicologia decorrente de sua intervenção na I Guerra Mundial, ainda que, tal como Samelson (1977) destaca, os resultados dos testes apenas tenham refletido preconceitos raciais vigentes⁶⁴ e os altos oficiais tenham ficado decepcionados com a inutilidade prática desta enorme empreitada⁶⁵.

Apesar disso, a “psicologia aplicada” saiu profundamente fortalecida da I Guerra Mundial. O movimento funcionalista, que sempre buscou não se reduzir ao estudo da adaptação do organismo, mas também ser um instrumento de adaptação (Ferreira & Gutman, 2006) espalhou-se pelos EUA, por meios dos trabalhos de Walter Dill Scott na seleção profissional, de Adolf Meyer no campo clínico, de Stanley Hall na educação, de

⁶⁴ Dentre as “descobertas” de Yerkes encontram-se as seguintes pérolas: a idade mental média dos recrutas era de 13 anos (quando, na época, um débil mental tinha a idade mental de 12 anos) e os negros eram menos inteligentes que os brancos – os dados da pesquisa de Yerkes são usados como fontes válidas na revisão bibliográfica de J. P. Rushton (1999) para fundamentar seu racismo científico. Gould (1999) dedica uma parte substancial do seu livro para uma profunda análise de todos os problemas nos trabalhos de Yerkes.

⁶⁵ Uma outra modalidade de psicologia aplicada, conquistou o interesse do exército: a seleção de pessoal (ver Danziger, 1998; Green, 2009). Boring (1952) também detalha como tentou fazer com que a psicologia contribuísse nas atividades do exército norteamericano.

Thorndike no campo da aprendizagem e outros (Green, 2009). A I Guerra Mundial, para usar as palavras de Samelson (1977), colocou a psicologia no mapa.

O crescimento da psicologia aplicada – assim como as transformações teóricas e metodológicas provocadas por ela – foi tão intenso que E. G. Boring e diversos outros psicólogos ligados ao campo da “psicologia básica” começaram a lutar contra o crescimento da área aplicada. A própria “História da Psicologia Experimental” escrita por Boring pode ser entendida como uma intervenção política realizada no fim dos anos 1920 – quando o desemprego gerado pela crise de 1929 passava a ser uma fonte de pressão para a psicologia ser mais ampla – com a finalidade de mostrar o que é a “verdadeira” psicologia e criticar duramente o tipo de ciência produzida pela psicologia aplicada (Danziger, 1998; Finison, 1976; O’Donnel, 1979; Parker, 1989).

Assim, o que se nota é que a aliança com um setor específico da sociedade norte-americana, aquele que se beneficiava da gestão tecnicista da sociedade ou da conversão dos problemas sociais em problemas individuais, foi o atalho tomado pela psicologia para se legitimar socialmente. Para atender a esta demanda, as práticas de pesquisa foram transformadas: a psicologia aplicada criou o seu próprio método de pesquisa e, conseqüentemente, um tipo de conhecimento psicológico específico (Danziger, 1998).

Danziger (1998) aponta que o modelo de Galton tinha um apelo especial para a nascente psicologia por diversas razões: (1) é um modelo marcado por um individualismo radical, que elimina o contexto social e, assim, permite a generalização da situação “experimental” para situações fora dela; (2) ao ter como foco o estabelecimento de normas sociais que permitem contrastar o desempenho individual em relação a um dado agrupamento social, o modelo converge com a sociedade competitiva em seu entorno; (3) o modelo evita controvérsias teóricas, já que a informação coletada corresponde à conversão

do sujeito individual em um dado estatístico e é com base nessa premissa idealista que o conhecimento, supostamente, deixa de ser especulativo para ser empírico.

O enorme sucesso da psicologia aplicada acabou contribuindo para mudanças na psicologia básica. Ao contrário do mito cientificista de que a teoria, o método e a prática da psicologia aplicada são fundamentados no conhecimento gerado pela pesquisa básica, o que ocorreu no início da psicologia norte-americana foi uma transformação da psicologia básica pela psicologia aplicada. Apesar de críticas e protestos isolados por parte daqueles que estavam ligados ao programa de pesquisa titcheriano (como Boring), o fato é que entre 1894 e 1936, tal programa praticamente desapareceu (Danziger, 1998).

Esta transformação da psicologia básica correspondeu ao sucesso que os métodos da pesquisa galtoniana tiveram durante e após a I Guerra Mundial (como a mensuração da inteligência), a enorme simplificação da atividade de pesquisa e, acima de tudo, a necessidade fundamental da psicologia aplicada ter uma aura de cientificidade em suas práticas de controle social⁶⁶. A penetração da pesquisa galtoniana na pesquisa básica fez com que este modelo de pesquisa deixasse de ser meramente um conjunto técnico, mas se convertesse em um fim em si mesmo, ou seja, passou a representar a cientificidade em si mesma. Danziger (1998) mostra como o trabalho sobre aprendizagem desenvolvido por Thorndike representa esse processo: os “achados” produzidos por atividades em instituições educacionais eram interpretados como dados que revelavam processos universais, constitutivos de todo e qualquer ser vivo. Uma metodologia utilizada para um contexto restrito foi ampliada para o domínio do comportamento de todos os organismos.

A hegemonia da quantificação possibilitou à psicologia apresentar-se como ciência exata, qualitativamente distinta de empreendimentos especulativos e independentes da

⁶⁶ “Não bastava que os seus métodos produzissem resultados que eram úteis para os grupos socialmente dominantes; os próprios métodos tinham que ser vistos como racionais, o que, naquele contexto histórico particular, significava que eles tinham que exibir os padrões da ciência” (Danziger, 1998, p. 119).

filosofia. Já do ponto de vista da vida interna da disciplina, a quantificação permitiu a superação de diversas divisões internas, decorrentes da falta de consenso sobre o que seria o objeto de estudo da psicologia, como estudá-lo etc. As controvérsias teóricas sobre o objeto de estudo de psicologia foram, simplesmente, descartadas como “especulação filosófica” e a coesão interna da disciplina foi conquistada mediante o estabelecimento de regras institucionalizadas que regulavam e coordenavam a atividade dos indivíduos envolvidos na vida interna da disciplina. Tal conjunto de regras constitui o chamado “método”. O imperativo quantitativo na metodologia da psicologia foi a solução perfeita para superar os problemas teóricos da nascente psicologia: a questão central deixou de ser a elaboração de uma teoria consensual e passou a ser a interpretação de dados quantitativos. Como o modelo de pesquisa hegemônico na psicologia tomava a realidade estatística como sinônimo de realidade psicológica, o problema sobre como interpretar o dado foi reduzido a um problema de estatística inferencial. O projeto científico da psicologia foi reduzido a um problema técnico – como se esta “técnica” fosse livre de teoria – e, assim, a questão central para que uma proposição fosse validada enquanto conhecimento psicológico tornou-se, meramente, um problema de significância estatística (Danziger, 1998).

Assim, ainda segundo Danziger (1998), a metodolatria foi a salvação de uma disciplina que não construiu um corpo teórico preciso ou geralmente aceito por seus praticantes e que era marcada pela ambiguidade dos resultados de suas pesquisas. O tecnicismo substituiu a teoria enquanto critério último para julgar o valor e a aceitabilidade das pesquisas psicológicas. As convenções metodológicas foram o que garantiram o projeto disciplinar da psicologia – ainda que, aqui ou ali, surgissem críticas ao “animal

médio”⁶⁷, esta ficção cada vez mais era base da pesquisa psicológica marcada por um gigantesco fetiche metodológico tecnicista. Sem a teoria, a generalização do conhecimento psicológico dependeu brutalmente da adesão acrítica às construções ideológicas hegemônicas, especialmente a mais pervasiva de todas e que está na raiz do próprio nascimento da psicologia: o indivíduo isolado.

Por isto, para Danziger (1979; 1998) o desenvolvimento da psicologia pós-wundtiana foi marcado pela negação e pelo repúdio das principais ideias daquele que é apontado como fundador da disciplina. No entanto, assim como é argumentado na próxima seção, esta transformação não foi de qualidade: tal como o “giro behaviorista” foi apenas o desdobramento último de sementes já presentes no projeto titcheriano, a metodolatria é o desdobramento último de potencialidades já presentes no projeto wundtiano. O fino fio de continuidade que liga um e outro é justamente o primado da gnosiologia na psicologia desde o seu nascimento.

4. O momento predominante da psicologia: A apologética

Após apresentar os primeiros passos da psicologia, pode-se desenvolver mais diretamente o argumento de que o momento predominante no desenvolvimento desta foi a apologética da ordem instituída. Para defender este argumento, apresenta-se o fio de continuidade que liga o projeto de psicologia wundtiano e a tecnocracia behaviorista—tese que vai de encontro à reavaliação do significado da obra de Wundt realizada por Danziger (1979; 1998). Tal continuidade só pode ser enxergada tendo-se em vista o terreno mais amplo do qual brotou a psicologia e que se tentou, minimamente, descrever no capítulo anterior.

⁶⁷ Cabe lembrar que a média é uma mera ficção. “A média é uma construção estatística feita através da concentração de traços num hipotético ponto intermediário (o que se faz excluindo os elementos divergentes, as extremidades), e não algo realmente existente na realidade” (Frederico, 1997, p.49).

A visão mais ampla propiciada pela localização do pensamento de Wundt, no interior do pensamento moderno, possibilita enxergar aspectos da obra do psicólogo alemão não tão explícitos ou que não foram apropriados por alguns de seus estudiosos. Tal como é defendido aqui, diversas das contradições presentes no pensamento wundtiano são plenamente inteligíveis, ao se ter em conta o contexto histórico particular em que ele trabalhou.

Em seguida, apresenta-se uma hipótese explicativa sobre o fortalecimento da perspectiva positivista na psicologia dos EUA e detalha-se o debate sobre o qual se funda a avaliação de que a psicologia do início do século XX é um empreendimento subjetivista.

Na segunda parte desta seção, espera-se demonstrar como a apologética se manifesta em distintas abordagens teóricas da psicologia, tanto aquelas devedoras do agnosticismo positivista, quanto aquelas devedoras do irracionalismo humanista/existencialista. Em todas as abordagens mencionadas, o que se pode ver é que a apologética constitui o elemento comum que possibilita compreendê-las enquanto parte de um empreendimento comum, que permite enxergar a unidade que é ocultada pela aparente diversidade de projetos na psicologia.

4.1. As marcas da decadência ideológica no nascimento da psicologia

Em geral, a história da psicologia aponta para o trabalho de Wundt como o marco fundacional da disciplina. O empreendimento de Wundt não foi isolado e diversos outros estudiosos começaram a trabalhar com a ideia de uma nova ciência, a psicologia, para explicar alguns aspectos específicos dos seres humanos. Todos estes esforços, em seu conjunto, marcaram o nascimento dos primeiros projetos de construir a psicologia enquanto ciência independente e autônoma.

Isto não significa que só no século XIX o termo psicologia veio à tona e, muito menos, que não existiam formulações teóricas em torno do termo psicologia. Já se apontou, a partir de Vidal (2006), que o século XVIII foi marcado por diversos trabalhos sobre psicologia. Massimi (1986; 2006) também aponta para a presença de “ideias psicológicas” na cultura lusobrasileira desde o período colonial, citando uma enorme variedade de estudos sobre as paixões, o comportamento, a alma, enfermidades do ânimo, o conhecimento de si mesmo etc. No entanto, o fio de continuidade que liga estes estudos e a psicologia do século XIX é o mesmo que liga esta com toda a herança do pensamento moderno refletido, especialmente, no iluminismo.

A psicologia do fim do século XIX é completamente diferente de todas as propostas de psicologia ou das “ideias psicológicas” anteriores, simplesmente porque antes da segunda metade do século XIX a psicologia era parte de um projeto crucial que caracterizou todo o pensamento moderno: a compreensão da autoatividade humana. Explicar o sujeito, a sua natureza e a sua especificidade era um problema central para o pensamento burguês. De certa maneira, o que se buscava era dar uma resposta ao problema da liberdade, da ampliação do campo de possibilidades disponíveis para o desenvolvimento do ser humano que foi criado com as enormes mudanças sociais que se iniciaram com o Renascimento.

A psicologia do século XIX é, em tudo, diversa de todas estas proposições. A partir do século XIX há uma paulatina transformação do problema constituinte das ideias psicológicas. Não se trata mais de buscar uma compreensão da autoatividade humana para lidar com o problema da liberdade, mas de estudar a autoatividade humana com o fim de controlá-la ou de produzir explicações sobre o ordenamento social que fossem

convenientes à classe dominante⁶⁸. O momento predominante da psicologia que se desenvolveu a partir do século XIX foi a entrada da burguesia na decadência ideológica.

Assim, desde o fim do século XIX até o início do século XX, o que se assiste é o gradual desaparecimento de toda problemática que caracterizou o pensamento moderno anterior à decadência ideológica. O clímax deste processo desenvolve-se na década de 1920. Sobre este problema Danziger (1998) afirmou:

Os anos 1920 foi um período durante o qual os antigos ideais de uma disciplina acadêmica devotada à análise cuidadosa dos processos mentais individuais desabaram diante da nova meta de colocar a predição psicológica a serviço do controle social em larga escala (p. 228).

O principal projeto de psicologia que predominou em toda a história da psicologia norte-americana surgiu nos anos 1920: o behaviorismo. Algumas páginas atrás notou-se, de passagem, que o tipo de transformação que Titchener e, conseqüentemente, seus discípulos, como Boring ao buscarem estudar a consciência eliminando o significado, abriu caminho para o behaviorismo. Ao invés de uma revolução, o que o behaviorismo fez foi levar até as últimas conseqüências o projeto titcheriano: afinal, se o significado tinha que ser eliminado, não existia qualquer razão para continuar estudando a consciência e, por isso, à psicologia caberia estudar o comportamento – entendido enquanto produto da relação entre um organismo e seu meio ambiente imediato (Danziger, 1979; Figueiredo & Santi, 2000).

Outra base de sustentação fundamental do giro behaviorista foi o funcionalismo que, por sua vez, possuía fortes raízes no darwinismo social. Toda a preocupação “prática”

⁶⁸ Apesar de ser uma repetição, vale resgatar as palavras, já citadas, de Marx sobre este problema: “Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é o verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética” (Marx citado em Lukács, 1968, p.50).

da psicologia funcionalista foi apropriada pelo behaviorismo o qual radicalizou todas as teses do pragmatismo-funcionalismo de James e eliminou qualquer preocupação com a consciência que poderia ter existido anteriormente. Assim, o significado da revolução behaviorista foi o de reconciliar os distintos projetos de psicologia existentes anteriormente – de um lado uma psicologia “científica” de caráter positivista, mas sem qualquer preocupação com o mundo em volta e, de outro, uma psicologia “prática” que, todavia, para se legitimar buscava obter certa aura de cientificidade – e reconfigurá-los em uma nova alternativa que, em última análise, estava revitalizando o positivismo e a sua hegemonia na psicologia (Danziger, 1979).

Danziger (1998) acerta ao colocar como o projeto de psicologia consolidado nos anos 1920 foi marcado pela sua relação com o mercado, com a ordem instituída e com uma explícita aliança com os setores dominantes da sociedade. No entanto, ele não capta o fio de continuidade que liga a psicologia do século XX (norte-americana) e aquela que se desenvolveu na segunda metade do século XIX (europeia): a decadência ideológica. Mesmo no projeto wundtiano, a psicologia já era profundamente marcada pelos traços fundamentais da decadência ideológica e se eles não eram tão claros foi porque o pensamento de Wundt era de caráter transicional: ainda continha alguns traços das conquistas do pensamento burguês e, ao mesmo tempo, representava a decadência ideológica. Para dar corpo a este argumento, cabe retomar algumas ideias já apresentadas.

Com Lukács (1981) afirmou-se anteriormente que a sociologia nasceu como resultado da dissolução da “maior ciência burguesa” e que, neste processo, as ciências como um todo foram cindidas, fragmentadas em uma divisão social do trabalho científico que, necessariamente, resultou em uma fratura da totalidade. Assim, inauguram-se estudos sobre a sociedade, sem fazer referência aos seus fundamentos econômicos, estudam-se processos econômicos sem olhar para a história ou a sociedade. Em síntese, criam-se

imagens parciais, distorcidas, falsas e falseadoras dos objetos de estudo. Desta forma, impede-se qualquer formulação teórica dos problemas decisivos da vida social na sociedade burguesa.

Na medida em que ela [a sociologia] se torna, tal como a economia, uma ciência particular rigorosamente especializada, as tarefas que se lhe impõem – como às demais ciências sociais singulares – são condicionadas pela divisão do trabalho própria do capitalismo. Entre essas, situa-se em posição de destaque a tarefa, que nasce espontaneamente e que jamais se torna consciente na metodologia burguesa, de enviar os problemas decisivos da vida social de uma disciplina especializada (que, enquanto tal, não é competente para resolvê-los) para uma outra disciplina especializada, a qual, por sua vez, e com igual razão, declara-se incompetente. Trata-se sempre, naturalmente, das questões decisivas da vida social, diante das quais o interesse da burguesia decadente expressa-se cada vez mais no sentido de impedir que sejam claramente formuladas e eventualmente resolvidas (Lukács, 1981, 134).

Lukács (1981) ainda salienta que, no caso da Alemanha, o desenvolvimento da sociologia começa a partir de 1870 e este fato é importante por indicar que o desenvolvimento da especialização positivista das ciências ocorreu, na Alemanha, muito mais tarde do que na Inglaterra e na França e encontrou oposição pelo tipo de filosofia e ciência que ali se consolidou.

Nesta época, ainda segundo Lukács (1981), operava-se a unificação da Alemanha sob o tacão de Bismarck que levou a cabo um duro combate contra a social-democracia. Esta unificação tardia refletia o atraso alemão no desenvolvimento do capitalismo e a debilidade da burguesia alemã que não assumiu o poder derrotando o absolutismo feudal, mas sim se aliando a ele. O início do desenvolvimento capitalista na Alemanha, ainda que tardio, deu um enorme impulso para o desenvolvimento de certa compreensão dos

fenômenos sociais postos pela sociedade burguesa. Assim, o que predominou até o início dos anos 1870 foi uma epistemologia filosófica que se opunha a qualquer tentativa de compreender processos históricos por meio de categorias sociológicas, ainda que isso não significasse a inexistência de ciências singulares rigidamente especializadas.

Após essa digressão, cabe retornar a Wundt. Já se mencionou que o seu projeto de psicologia estava plenamente de acordo com os debates que marcaram a epistemologia filosófica dos círculos acadêmicos de sua época. No entanto, o que é crucial salientar aqui é que se trata, justamente, de uma época de transição – unificação alemã, desenvolvimento tardio do capitalismo, repressão do movimento operário etc.

Toda a ambiguidade do projeto wundtiano, as polêmicas que ele enfrentou e a sua completa indiferença aos fundamentos econômicos da vida social podem ser pensados de uma nova maneira, se este contexto é levado em conta. A seguir, espera-se oferecer alguns detalhes sobre esse aspecto.

Em primeiro lugar, o projeto wundtiano é, explicitamente, um projeto lógico-gnosiológico, que, tal como Kant, não tem na realidade o seu ponto de partida, mas sim nas operações lógicas da razão. Ao conceber que à ciência cabe o estudo da experiência, Wundt está operando no nível da razão fenomênica. Tem no interdito da essência, da coisa em-si um elemento fundamental e, tal como se apontou, este interdito tem em Kant a sua expressão mais qualificada (Tonet, 2006).

Com isto posto, é possível arriscar um desacordo com a leitura proposta por Figueiredo (1986) de que a obra de Wundt era marcada pela contradição entre um “monismo ontológico” e um “dualismo epistemológico”. O “dualismo epistemológico” que cinde o estudo da experiência em campos irreconciliáveis é produto de um “dualismo ontológico” implícito na obra de Wundt. O fato deste reduzir a realidade à experiência pode, aparentemente, parecer um monismo, mas é um dualismo implícito, pois a

experiência pressupõe uma esfera do ser que é, justamente, a esfera da essência, da coisa em-si que, para Kant, era incognoscível e que desaparece em Wundt.

O projeto wundtiano mantém-se estritamente no terreno da gnosiologia, na centralidade do sujeito. Isso significa que Wundt era herdeiro de todas as tentativas precedentes de compreensão da autoatividade humana. Mas, Wundt estuda a autoatividade humana em um contexto muito específico, em uma época, na qual, o pensamento moderno subordinava as tentativas de compreensão da autoatividade humana ao combate a todas as forças antagonistas da ordem regida pelo capital e pela busca de impossibilitar que o pensamento caminhe rumo a conclusões socialistas. Como se destacou anteriormente, um momento crucial desse processo é a compartimentalização das ciências que, por sua vez, impossibilita o conhecimento da totalidade e, portanto, elimina toda possibilidade de compreender o movimento real do ser social ou de qualquer um dos complexos parciais que fazem parte dele.

Wundt explicitamente assumia e reproduzia a compartimentalização das ciências e tem na cisão da realidade o seu ponto de partida. Isto é visível na forma como Wundt projetou as possibilidades de renovar a filosofia: criando uma nova ciência, a psicologia, que se ocuparia, especificamente, dos fatos da consciência. Não satisfeito com isso, Wundt vai além e cinde a nova ciência em dois setores que parecem, de acordo com a evolução de sua obra, cada vez mais irreconciliáveis, a psicologia individual e a psicologia dos povos (Danziger, 1998). Cabe ressaltar que o que se perde neste processo é, precisamente, qualquer referência aos fundamentos mais gerais que constituem e determinam a história humana e, portanto, a consciência individual, isto é, perde-se de vista “os problemas decisivos da vida social” (Lukács, 1981, p.140).

O terceiro elemento que se pode destacar sobre o pensamento wundtiano é o seu caráter transicional. A transição que vivia a Alemanha nos anos da década de 1870 se

refletiu no plano do pensamento. As duas propostas de psicologia presentes em Wundt refletem essa transição: de um lado está uma epistemologia filosófica que tem raízes no neokantismo e, de outro, diversas proposições sobre a ciência que caracterizariam os futuros desdobramentos da psicologia. Ao criar um laboratório para o estudo científico da consciência humana pela psicologia científica e ao propor uma psicologia dos povos para estudar as manifestações culturais da atividade humana, Wundt não só reproduzia a fragmentação da totalidade típica do pensamento decadente, mas refletia as diversas pressões presentes no plano do pensamento em uma realidade em transformação. Wundt refletia a transição alemã tentando conciliar todas as tendências que estavam em gestação, mas, contraditoriamente, sem modificar qualquer uma delas. Tal como Danziger (1998) destacou, na psicologia experimental de Wundt refletia-se a formação do estudioso alemão enquanto fisiólogo, na psicologia dos povos se refletia a formação no campo da filosofia. A psicologia wundtiana é um produto que mostra uma novidade que está por nascer, mas também a manutenção daquilo que a antecedeu.

O período transicional é claramente explícito na luta de Wundt contra a chegada do positivismo – o que se reflete em suas polêmicas com Külpe e Ebbinghaus (Danziger, 1979; 1998) – e contra a fenomenologia de Husserl (Lukács, 1967b⁶⁹). Não é uma mera coincidência o fato de que só no fim de sua vida, Wundt tenha dedicado seus esforços para a construção da enorme *Völkerpsychologie*, pois ela emergiu, precisamente, na época em que começou a nascer aquela necessidade de certa compreensão cindida dos fenômenos sociais que foi apontada por Lukács (1981) e mencionada anteriormente.

⁶⁹ A referida obra de Lukács, *El asalto a la razón*, é crucial para elaborar e aprofundar boa parte das teses desenvolvidas neste capítulo e, especialmente, no capítulo anterior. Todavia, só foi possível tomar contato com a obra em um momento muito tardio da redação da presente tese de doutoramento, o que impossibilitou um estudo cuidadoso do livro que permitiria sua utilização. Por isto, optou-se em fazer duas referências meramente pontuais, mas que são de grande importância para a argumentação desenvolvida neste momento.

Uma obra marcada por tantas tendências inconciliáveis só poderia fracassar e foi isto que aconteceu. O já mencionado fato de que Wundt foi um professor com muitos alunos, mas sem nenhum discípulo (Danziger, 1998), reflete precisamente isto. Com a abertura de um novo período na história da humanidade, com a entrada da sociedade burguesa na fase imperialista, a obra de Wundt só poderia ser apropriada mediante a depuração de aspectos incômodos e a hipervalorização de outros. Obviamente, o que se perdeu neste processo é a própria especificidade da obra de Wundt. No entanto, este não foi o destino trágico de um só homem. Segundo Lukács (1967b) a construção de sistemas teóricos acadêmicos cuja abrangência e complexidade correspondem à irrelevância ulterior foi uma das marcas do pensamento alemão no período imediatamente posterior à dissolução do hegelianismo.

Sabemos que ainda depois de Hegel, surgiram sistemas filosóficos acadêmicos (tais como os de Wundt, Cohen, Rickert e outros), mas sabemos também que estes sistemas não influenciaram em nada o desenvolvimento da filosofia. Sabemos, também, que este ocaso do sistema abriu espaço, no pensamento burguês, a um insondável relativismo e agnosticismo, como se a renúncia à sistematização idealista, imposta pela necessidade, levasse consigo, ao mesmo tempo, a renúncia à objetividade do conhecimento, à real concatenação da própria realidade e à sua cognoscibilidade (Lukács, 1967b, p. 260).

Foi precisamente isto que ocorreu. Como foi visto, ainda durante a vida, Wundt enfrentou o agnosticismo presente no projeto positivista de Külpe e o irracionalismo de Husserl⁷⁰. Após a sua morte, estas duas tendências fortaleceram-se, ainda que de formas distintas. Segundo a periodização anteriormente apresentada sobre o trajeto do pensamento

⁷⁰ Lukács (1967a), de forma muito passageira, menciona a crítica de Wundt à Husserl. Para o primeiro, o procedimento fenomenológico se reduz ao seguinte: oferecer um amplo leque sobre o que um conceito não é, para em seguida estabelecer uma tautologia, afirmando que “A” só pode ser “A”.

burguês decadente, a entrada na fase imperialista resultou no fortalecimento de tendências irracionais como o existencialismo, a filosofia de Nietzsche, a fenomenologia e outros.

As contradições do pensamento de Wundt não deram espaço para que a criatura sobrevivesse ao criador. No entanto, é interessante destacar que a primeira tentativa de se conceber a psicologia a partir dos cânones do positivismo também teve pouca durabilidade na Alemanha. A escola de Würzburg fundada por Oswald Külpe padecia, praticamente, do mesmo destino do trabalho de Wundt e isto não poderia ser diferente. Naquela situação específica histórica, o período entre 1880 e 1890, o irracionalismo ascendia triunfalmente.

O projeto positivista de psicologia encontrou terreno mais fértil no capitalismo dos EUA. Coutinho (1972) nota que a especificidade histórico-geográfica dos EUA resultou em um caminho relativamente distinto daquele existente na Europa. No caso dos EUA, as tendências irracionais encontraram menos espaço porque este país encontrou, após as duas guerras mundiais, uma vaga para o crescimento acelerado de sua economia e se converter no centro hegemônico do imperialismo mundial. Além disso, toda a tragédia social que marcou os países europeus praticamente inexistiu nos EUA: a destruição e a devastação resultantes das duas guerras mundiais no continente europeu não tiveram equivalente nos EUA (Hobsbawm, 2008).

Desta forma, ao mesmo tempo em que o irracionalismo cavalgava triunfalmente na Europa entre o fim do século XIX e o início do século XX, a especificidade histórica do capitalismo nos EUA possibilitou um fortalecimento da razão agnóstica, algo marcante na construção da incipiente psicologia norte-americana.

Assim, a metodolatria que marcou a psicologia norte-americana é produto da onda expansiva do capitalismo norte-americano. Anteriormente, foram mencionados alguns traços gerais da metodolatria como: separação rígida entre sujeito pesquisador e objeto de estudo, metodolatria e instrumentalismo com a finalidade de ordenar e conceitualizar

dados aparentemente caóticos, atomismo, o foco sobre o que é estritamente observável, redução da realidade objetiva ao quantificável, exclusão de tudo o que não é reduzido à quantificação, à situação experimental, ao instrumental; a exclusão de tudo que represente mudança, irregularidade, contradição etc. (ver Danziger, 1998; González Rey, 1997; 2003).

Não é difícil notar como estes traços são manifestações da “miséria da razão” produzida pelo pensamento burguês decadente. É fundamental enfatizar, novamente, que nenhum deles rompe com a postura lógico-gnosiológica do pensamento moderno. Tal como se apresentou, a partir da discussão elaborada por Danziger (1998), todo o suposto objetivismo da metodolatria não passa de uma criação da subjetividade, de uma criação resultante de uma série de convenções sociais criadas, arbitrariamente, com a finalidade de se evitar toda e qualquer controvérsia no interior de uma ciência marcada por uma profunda miséria teórica que buscava se legitimar a todo custo.

A “objetividade” produzida no interior das tradições marcadas pela metodolatria é uma abstração, uma criatura inventada por uma ciência apologética que destaca de forma arbitrária, manipulatória e formalista algumas manifestações empíricas da totalidade. Manipulatória, porque o “dado empírico” é obtido mediante a criação de uma “situação experimental”, isto é, uma relação social destacada da realidade imediata dos sujeitos envolvidos e construída de forma a possibilitar a manipulação de variáveis e, a partir destas, controlar a manifestação de fenômenos que são definidos como objeto de estudo. Perde-se de vista, aqui, que, diferentemente das ciências naturais, toda e qualquer situação experimental que envolve sujeitos humanos é, ineliminavelmente, uma relação social. Formalista, porque o método é reduzido a uma técnica que permite a captação de dados empíricos de uma determinada maneira. O estudo de um determinado objeto é marcado pela criação e aplicação de instrumentos, os quais convertem uma manifestação parcial da

subjetividade por meio de uma técnica como o único conhecimento válido e fidedigno do comportamento humano (Danziger, 1998)⁷¹.

4.2. *Apologética na psicologia: Unidade na diversidade*

A decadência ideológica não se refletiu somente no âmbito da pesquisa psicológica, mas também nas diversas teorias da personalidade da psicologia, na psicopatologia e nas distintas áreas aplicadas da psicologia: educação, organizações, clínica etc.

Distintos trabalhos de crítica aprofundada já foram desenvolvidos sobre estes problemas. Aqui não é possível e nem é necessário resumir parte destes trabalhos de crítica. O exposto, até o momento, sobre o nascimento da psicologia e a sua adesão cada vez mais oportunista às necessidades do mercado, desde o fim do século XIX até o período que antecedeu a II Guerra Mundial, assim como o impacto que esta adesão teve na produção de “conhecimento” cada vez mais deformado e deformador é o suficiente para ilustrar a relação intrínseca entre psicologia e decadência ideológica⁷².

⁷¹ Neste sentido, todas as críticas ao positivismo e outras manifestações da razão agnóstica que partem do pressuposto de que o seu problema crucial é o “objetivismo” estão fundamentalmente equivocadas. Obviamente, um diagnóstico equivocado resulta em um tratamento não menos errôneo e este é o caso das mencionadas críticas. Como o problema seria o “objetivismo” do positivismo, a solução acaba sendo recorrer ao outro polo da relação: a subjetividade. Em última análise, o subjetivismo é combatido com outro subjetivismo.

⁷² Já existe uma extensa literatura que criticou as diversas manifestações da apologética na psicologia, ainda que sejam raros os trabalhos que realizam a crítica a partir dos termos utilizados no embate aqui empreendido. A indicação de alguns trabalhos de crítica às distintas abordagens da psicologia pode bastar para indicar a enorme amplitude de temas que foram criticados. Uma revisão crítica das principais tradições teóricas que predominaram na psicologia norte-americana até o início dos anos 90 foi realizada por Prilleltensky (1994); Sève (1979) realizou uma crítica marxista a diversas teorias da personalidade – neste processo, realizou várias críticas ao projeto althusseriano – e apresentou uma alternativa teórica positiva (não muito bem-sucedida, tal como aponta Holzkamp, 1984a/1991). Sloan (2002) também realizou diversos estudos críticos sobre as teorias da personalidade e, a partir de contribuições da Escola de Frankfurt, mostrou a relação entre teoria da personalidade e ideologia. Jacoby (1977) criticou a psicologia humanista e algumas revisões da psicanálise. Martín-Baró (1983/2004) analisou quase todas as categorias da psicologia social predominante. Parker (1989), influenciado pelo estruturalismo, criticou a psicologia social que predominou até os anos 70 e também algumas das “alternativas” que emergiram durante o chamado período de “crise da psicologia social”. Anos mais tarde, o mesmo autor realizou uma crítica explicitamente marxista de um leque amplo de teorias psicológicas nas mais distintas áreas: psicologia política, psicologia social, psicologia da saúde, psicologia e espiritualidade etc. (Parker, 2007a). No Brasil, também podem ser encontrados diversos textos de revisão crítica das principais abordagens da psicologia. Yamamoto (1987) fez uma análise crítica da psicologia nas áreas do trabalho (emprego), da saúde e da educação. Lane (1984/2001; 1987) abordou a

O que importa, neste momento, é fazer brevíssimas considerações sobre como não houve nenhuma mudança substantiva entre os projetos de psicologia que foram analisados anteriormente e os projetos de psicologia que surgiram posteriormente. A apologética, direta ou indireta, da ordem instituída reinou nesta ciência criada com a finalidade de impedir qualquer tomada de consciência crítica em relação à vida social.

No capítulo anterior indicou-se brevemente como, após a II Guerra Mundial, as formações sociais capitalistas passaram a integrar cada vez mais as esferas da produção e da circulação (consumo). A ameaça representada pelas crises de superprodução resultou na criação de vários mecanismos que tentavam reduzir a intensidade das crises ou prolongar os períodos de prosperidade do ciclo de desenvolvimento capitalista: maior intervenção (direta ou indireta) do Estado, ampliação do setor de serviços, combate à tendência ao subconsumo garantindo crédito, inflação etc (Netto & Braz, 2006; Lessa, 2007b). A questão crucial era organizar o mercado de forma a reduzir as crises garantindo a realização da mais-valia e, neste processo, a manipulação passou a ser, tal como Coutinho (1972) aponta, crucial:

Elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos, homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo “calculável” e previsível; tão-somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de “padrões” estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples “dado”, em uma coisa passiva (Coutinho, 1972, p. 57).

psicologia social; trabalhos como o de Patto (1991) e Guzzo (2003; 2007b) trataram da psicologia na área da educação. Estes são apenas alguns exemplos retirados mais ou menos aleatoriamente de um leque muito amplo. A unidade teórica entre estes escritos é praticamente nula.

É a partir deste período que dois projetos distintos de psicologia emergiram: o behaviorismo radical⁷³ e o humanismo. Uma breve crítica sobre ambos foi apontada quando foram apresentadas algumas ideias de Ratner (1971) na introdução deste capítulo, mas analisar isto mais profundamente serve para aprofundar a tese aqui desenvolvida. Estes dois exemplos têm especial importância, porque um se define em radical oposição ao outro.

O behaviorismo radical de B. F. Skinner apresenta-se enquanto uma superação do behaviorismo metodológico (desenvolvido por John Watson durante os anos 1920). Provavelmente foi a tendência mais influente da psicologia na sociedade americana impactando sistemas de ensino, locais de trabalho, aparatos de propaganda etc. Para Prilleltensky (1994), nesta abordagem há uma explícita contradição entre uma retórica que defende a mudança social e uma filosofia do ajustamento. A proposta skinneriana não só promete produzir melhorias sociais por meio da ciência, mas afirma que a ciência poderia resolver qualquer questão moral e que o conhecimento tecnológico daria autoridade para definir os rumos da sociedade. Estes são definidos mediante uma tautologia: “o que é bom se baseia no que existe, e como o existente existe porque foi positivamente reforçado, o reforço positivo do que existe é bom” (Prilleltensky, 1994, p. 73)⁷⁴.

Assim, o bom é identificado ao que é mais eficiente. Há uma proposta de reforma social, mas que, tal como Prilleltensky (1994) aponta, está circunscrita à ordem imperante. Melhorar a sociedade depende do progresso tecnológico que pode aperfeiçoar e otimizar a ordem social mediante o controle do comportamento humano.

⁷³ Desnecessário afirmar que entre o behaviorismo de Watson e as ideias de Skinner há diferenças significativas (ver Skinner, 1982). Todavia, um e outro, partiam da mesma concepção, positivista, de ciência.

⁷⁴ Segundo Skinner (1982, p. 44): “o comportamento ocorre porque mecanismos apropriados foram selecionados no curso da evolução”. Neste processo, o reforço é todo estímulo que incentiva a reincidência de um comportamento. É positivo quando se adiciona um estímulo reforçador, é negativo quando se remove um estímulo aversivo, punitivo.

A retórica da mudança social, ainda segundo Prilleltensky (1994), é combinada com uma teoria que afirma reiteradamente que o seu foco é o ambiente e não o que se passa na cabeça do indivíduo⁷⁵, mas, contraditoriamente, boa parte das intervenções inspiradas pelo behaviorismo não superam a culpabilização das vítimas focando apenas indivíduos ou pequenos grupos, deixando políticas e regras institucionais e sociais intactas: “A mudança foca-se no nível molecular, com uma tentativa de alterar somente as contingências mais imediatas, deixando os arranjos estruturais intactos” (Prillentesky, 1994, p. 75).

Brandt (1979) argumenta que o behaviorismo apenas desenvolveu um corpo de conhecimentos que se resume a uma técnica de adaptação a-histórica que, no caso da psicologia clínica, pode limitar alguns sintomas, mas que ao invés de levar as pessoas à autoreflexão, apenas prolonga rituais de submissão a autoridades instituídas. Mas este é apenas um dos lados do problema: “a psicologia positivista fornece ao governo e ao comércio técnicas de propaganda e publicidade, designadas para manipular consumidores e votantes a se adaptarem às condições existentes, queiram eles ou não” (Brandt, 1979, p. 87)⁷⁶.

⁷⁵ A personalidade para o behaviorismo radical não passa de uma coleção de padrões de comportamento que não são permanentes e mudam com as situações. É “um repertório de comportamento partilhado por um conjunto organizado de contingências” (Skinner, 1982, p. 130). Este conjunto organizado de contingências torna qualquer tipo de introspecção desnecessário: “Um organismo comporta-se de determinada maneira devido à sua estrutura atual, mas a maior parte disso está fora do alcance da instropeção. De momento, devemos contentar-nos, como insiste o behaviorista metodológico, com a história genética e ambiental da pessoa. O que observamos introspectivamente são certos produtos colaterais dessas histórias” (Skinner, 1982, p. 19).

⁷⁶ A relação entre comportamentalismo e publicidade (aparato, por excelência, manipulatório) não é nada distante. O fundador do behaviorismo, John Watson, organizou a primeira campanha publicitária bem-sucedida de uma célebre companhia de cigarros, a Lucky Strike. O sucesso da campanha foi tão grande que pouco tempo depois, Watson se tornou vice-presidente da companhia, posto que ocupou por anos (Wertheimer, 1977). As habilidades de Watson como propagandista podem ser notadas em sua própria capacidade de divulgar um experimento fracassado, o clássico caso Albert, como a maior prova de que o behaviorismo pode provocar e eliminar emoções e comportamentos (a análise sobre como o fracasso de Watson em condicionar o pequeno Albert foi convertido em um mito-fundador do behaviorismo foi realizada por Harris, 1979).

Se o behaviorismo corresponde diretamente à racionalidade burocrática e tecnicista que caracteriza a intensificação dos processos manipulatórios do capitalismo pós-guerras, a alternativa que foi construída tentando superá-lo não parece oferecer coisa muito melhor: o humanismo.

O humanismo, apesar de tomar como ponto de partida, justamente uma valorização das capacidades do indivíduo, apenas contribui para a reificação deste. Esta é a conclusão de Jacoby (1977), o qual elaborou uma dura crítica à psicologia humanista. O autor, ao analisar o culto da subjetividade livre pelas escolas humanistas dos EUA (G. Allport, A. Maslow, R. May, C. Rogers e outros), não tem muitas dificuldades para mostrar como elas não ultrapassam a glorificação do sistema dominante. Diante da sociedade desumana, a resposta dos humanistas é a busca do indivíduo autêntico, uma unidade autônoma cuja felicidade depende de si, pois ele possui uma tendência à realização pessoal (Rogers) ou à autoatualização (Maslow). Trata-se de uma concepção em que a subjetividade encontra seu início, meio e fim, em si mesma; é uma subjetividade pura, enquanto a realidade é totalmente irredutível ou diretamente dominada à ela. Tal visão tem consequências sérias, que são reveladas nas promessas de liberdade que estas tendências oferecem no interior de uma sociedade que aprisiona os espaços mais íntimos do indivíduo.

Desta forma, Parker (2007a), analisando especificamente a psicologia humanista de Rogers, afirma que este oferece um complemento às terapias cognitivo-comportamentais, pois, por uma via distinta, converte o isolamento individual em uma virtude e normaliza certas formas históricas de individualidade constituídas a partir do pressuposto de que se pode encontrar realização pessoal sem confrontar a natureza das relações sociais existentes.

Rogers elabora uma trajetória de desenvolvimento que leva de um estado de graça inicial – “consideração positiva incondicional” da mãe – para um estado de “incongruência” e infelicidade, até que o indivíduo percebe que as respostas estão dentro dele. (...). A

“consideração positiva incondicional” que Rogers e o terapeuta rogeriano prometem serve, portanto, para normalizar certos tipos de desenvolvimento (Parker, 2007a, p. 126).

A ênfase na libertação pessoal e global por meio da autoatualização individual, a promessa de um poder individual quase ilimitado são elementos que refletem uma sociedade norte-americana em que o capital passa a governar cada vez mais o terreno do “tempo livre”. As incursões do capital na esfera do consumo têm na intensificação do individualismo um elemento fundamental que é, justamente, a força motriz das teorias humanistas.

A discussão aqui poderia prolongar-se abordando diversas outras tendências teóricas da psicologia ou as suas variadas aplicações, mas é algo completamente desnecessário. Outros autores já realizaram esta tarefa e não é preciso aprofundá-la neste momento. Apenas para sustentar o argumento sobre os traços similares que sustentam as diversas teorias e aplicações da psicologia pode-se recorrer ao trabalho de Prilleltensky (1994).

Fundamentando-se em certa interpretação – menos à direita – da noção liberal de justiça distributiva de John Rawls, mesclada com resquícios de análises marxistas sobre o capitalismo e uma defesa do estado de bem-estar social, o autor analisou como teorias psicológicas contribuíram para a preservação do *status quo*. A discussão que o autor realiza sobre as injustiças e desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, assim como algumas de suas tendências ideológicas – individualismo, cientificismo e tecnicismo etc. – serve para problematizar dois elementos do discurso psicológico predominante: que este normalmente endossa e reproduz o *status quo* – ainda que existam raras exceções de questionamentos – e que várias teorias psicológicas possuem raízes na ordem social.

Após extensa revisão bibliográfica de diversas áreas da psicologia – psicanálise, behaviorismo, humanismo, cognitivismo, psicopatologia, psicologia

industrial/organizacional, psicologia escolar – Prilleltensky (1994) apontou para sete elementos ideológicos que predominaram na psicologia e que contribuem para a reprodução do *status quo*: (1) a tendência a atribuir peso excessivo aos fatores individuais, ocultando as determinações políticas e sócioeconômicas na explicação do comportamento individual e social; (2) a propensão a analisar em termos de desajustamento psicológico problemas cujas raízes estão em uma estrutura sócioeconômica patriarcal, racista e classista; (3) a análise do comportamento como entidade abstraída e isolada das condições sócioeconômicas; (4) a tendência a endossar soluções tecnicistas para problemas políticos, econômicos, sociais e éticos; (5) a ausência de reflexões sobre o potencial conformista das prescrições dadas por teorias ou práticas psicológicas que se apresentam como neutras; (6) a propensão a retratar os valores que favorecem os segmentos sociais dominantes, como valores que favorecem toda a sociedade; (7) a dissipação de *insights* críticos de novas teorias ou práticas por meio de um processo de institucionalização que retira o foco dos problemas centrais e passa a priorizar apenas com problemas superficiais e secundários.

Assim, como se pode ver, o terreno do qual partem duas teorias aparentemente antagônicas, behaviorismo radical e humanismo, é o mesmo. A psicologia pós-guerra é uma ciência apologética que não só toma a divisão social do trabalho como algo dado, mas é profundamente instrumental para a classe social que mais se beneficia com esta divisão. A diversificação das teorias psicológicas apenas reflete o crescimento da variedade de possibilidades de capitulação diante das diversas manifestações fenomênicas do capitalismo.

A unidade teórica comum das distintas psicologias é a individualidade isolada, já apontada no início deste capítulo a partir de Parker (2007a). Danziger (1998) também sublinhou a centralidade do indivíduo isolado no desenvolvimento das ideias psicológicas.

O autor referiu-se a esta centralidade, afirmando que o mito de Robinson Crusoe⁷⁷ seria o que caracterizaria a psicologia do século XX. O autor nota que o “conhecimento” produzido pela psicologia não poderia generalizar-se somente baseado em uma aura mística dos números ou dos laboratórios, mas que dependia profundamente de certas pressuposições ideológicas, especialmente a do indivíduo isolado. Argumenta o autor que não se trata de um mito inventado pela psicologia, ela mesma é produto tardio de civilização individualista, mas ao aderir a este mito a psicologia oferece novas justificações e legitimações para este mito.

Tendo em vista esta intrínseca relação entre as condições sociais capitalistas e as ideias psicológicas, teóricos da Psicologia Crítica Alemã (*Kritische Psychologie*) afirmam que a caracterização das ideias predominantes meramente como *mainstream* (predominante, hegemônico) não permite captar a raiz fundamental delas e, por isso, usam a terminologia *psicologia burguesa*. A principal característica da psicologia burguesa seria a de tomar os indivíduos de forma isolada, isto é, tem como ponto de partida uma antropologia do indivíduo abstrato e isolado (Maiers, 1991; Holzkamp, 1984a/1991; Tolman, 1994).

A psicologia apreendeu a atividade e a subjetividade de seres humanos concretos vivendo em condições sociais (*societal conditions*) historicamente determinadas enquanto o

⁷⁷ Lukács (1979) fez referência a este mito ao criticar o individualismo imanente de diversas teorias. O marxista húngaro fala de “robinsonadas da decadência” (p. 143) se referindo às propostas existencialistas e fenomenológicas. Nelas: “o indivíduo isolado seria, no mundo humano, o fato ontologicamente primário, a base de todo o resto” (p. 143). Em seguida, Lukács (1979) retoma a crítica de Marx ao individualismo nos *Grundrisse* e termina afirmando: “Marx polemiza contra a imaginária constituição do indivíduo isolado (algo puramente mental, não ontológico), tendo sempre presente as grandes questões da teoria da sociedade. Em última instância, ele chega mesmo a dizer que os indivíduos não ‘constroem’ a sociedade, mas ao contrário surgem da sociedade, do desenvolvimento da sociedade; e que, portanto, para repetir o que já afirmamos várias vezes, o complexo real tem sempre prioridade ontológica sobre os seus componentes” (p. 144). É interessante destacar esta semelhança, pois ela reforça o argumento de que distintas manifestações teóricas da psicologia partem de um terreno comum. Se Lukács (1979) polemiza com Kierkegaard e Husserl (autores caros ao movimento humanista dos EUA), Danziger (1998) está centralmente focado nos teóricos da psicologia experimental e da psicologia aplicada dos EUA ligados ao funcionalismo, ao positivismo e ao behaviorismo.

comportamento ou a experiência de indivíduos abstratos colocados em oposição a ou determinados por um ambiente (que em si é distorcido em termos a-históricos e naturalísticos). Esta distorção não era apenas uma inadequação teórica proveniente da adoção implícita de um postulado epistemológico imediatista que simplesmente deve ser abandonado. Pelo contrário, assim como a sua inversão subjetivista, que hipostasia os indivíduos enquanto unidades empíricas últimas de análise cujas formas de vida são explicadas por poderes essenciais interiores, ela é uma expressão da “falsa consciência necessária” (Maiers, 1991, p. 29).

Esta “falsa consciência” reflete a inversão real das relações sociais na sociedade burguesa que, em sua superfície, aparecem como relações entre indivíduos privados e isolados uns dos outros. Ao não ir além desta “ilusão psicológica” proveniente da superfície da sociedade burguesa, a psicologia existente pode ser chamada de uma psicologia burguesa (Maiers, 1991; Holzkamp, 1984a/1991).

Parker (2007a) leva este argumento um pouco mais além. O problema estaria na própria psicologização, na conversão da subjetividade em psicologia. Para o autor, o capitalismo mudou enormemente as relações sociais e isso significou, concretamente, mudanças estruturais em complexos sociais fundamentais como a propriedade, o Estado e a família. As novas relações sociais regidas pelo capital mudaram a compreensão que as pessoas tinham sobre o seu lugar no mundo. A instauração de condições sociais que demandam e resultam em individualismo e competição era parte de um processo de autonomização do indivíduo que criou uma realidade, cuja vida cotidiana faz com que as pessoas tomem suas experiências como sua própria propriedade.

Esta sociedade capitalista é exploradora e alienante e, com certeza, intensifica experiências individuais, mas ela constitui essa experiência individual como algo “psicológico”, enquanto algo que opera como se estivesse no interior de cada pessoa. Seja como

processo mental ou emocional, o psicológico opera simultaneamente como algo que é propriedade privada do indivíduo e como algo que não pode ser completamente compreendido por ele. A alienação não é meramente a separação de nós mesmos (*our selves*) dos outros, mas um tipo de separação de nós mesmos (*our selves*), na qual nós experienciamos a nós mesmos como habitados e impulsionados por forças que nos são misteriosas (Parker, 2007a, p.5).

Segundo o autor (2007a), a própria ideia de psicologia já enseja uma ficção. Psicologizar é converter a subjetividade e a própria natureza humana em uma entidade falsa, que reflete as condições de alienação criadas pelo capitalismo e necessárias ao seu funcionamento e a manutenção de sua desordem.

Definir estas atividades [a interpretação e transformação do mundo por seres sociais] como “psicologia” é cometer um sério erro conceitual, um erro ideológico sobre o que a natureza humana realmente é. Não existe uma “psicologia” enquanto tal que explicará o que nós fazemos; o comportamento abstrato e o processamento mental individual que são estudados pelos psicólogos são uma ficção, ficção científica, mas que é vivida por aqueles que são alienados dos outros e deles mesmos. A redução e a distorção da atividade social humana ocorrem hoje por meio da psicologização e esta é realizada por acadêmicos e profissionais que, por exemplo, tomam pesquisas da biologia e as re-apresentam para nós como se elas revelassem algo de nossa psicologia que está profundamente escondido dentro de nós (Parker, 2007a, p. 34).

Se, talvez, Parker (2007a) exagera o papel e a importância da academia e dos profissionais “psi” na efetivação da psicologização⁷⁸, há um claro acerto em sua análise: a

⁷⁸ Ao se criticar o conhecimento hegemônico na psicologia, não se pode incorrer no erro de identificar mecanicamente saber e poder e, assim, colocar somente sobre os ombros da psicologia a produção de ontologias fictícias (que, em geral, fortalecem uma ordem social injusta) sobre a individualidade. Provavelmente este exagero na avaliação do papel da técnica e da ciência psicológica decorre da avaliação

partir do momento em que a subjetividade é tomada pela psicologia, cria-se uma ficção. Uma ontologia fictícia que pouco tem a revelar sobre a autoatividade humana e a complexa constituição do ser social fundada por ela.

Com a decadência ideológica cria-se na ciência e na filosofia uma situação paradoxal: complexos sociais, cuja origem ontológica é a necessidade de um conhecimento cada vez mais próximo dos nexos causais da natureza e da sociedade, passam a ser deformados e, cada vez mais, convertem-se em obstáculos à compreensão do movimento do real (Lukács, 1968; 1979a).

Compreender as contradições do desenvolvimento social é cada vez mais contraditório com o desenvolvimento das ciências e isto se reflete explicitamente no caso da psicologia. O desenvolvimento desta ciência só se intensificou com a eliminação ou mera omissão das descobertas ontológicas operadas ao longo do século XX.

Tolman (2001), por exemplo, demonstrou como as filosofias de Kant e Hegel permitiriam uma compreensão muito mais rica e articulada da natureza única da mente humana do que aquelas que se desenvolveram ao longo do século XX. O autor delinea as teses de Kant e Hegel sobre psicologia e as contrapõe às proposições de William James, representantes do behaviorismo como John Watson e de neopositivistas como Külpe.

No caso de Kant houve um intrincado processo de transformação e repúdio de propostas psicológicas que traçavam raízes em sua filosofia. O caso de Hegel, o qual superou diversas antinomias de Kant, é ainda mais grave. Segundo aponta Tolman (2001), suas teses foram completamente ignoradas, quando é possível encontrar no sistema

equivocada que o autor faz de Foucault. Se no seu último livro Parker (2007a) realiza uma autocrítica da avaliação exageradamente positiva que tinha do pós-estruturalismo na sua análise da “crise da psicologia social” (Parker, 1989), o autor ainda não realizou uma crítica adequada dos limites e dos erros de Foucault – na realidade, parece existir uma tendência do autor de tentar “marxizar” Foucault, ao afirmar que muitas das análises de Foucault sobre o poder eram “bastante marxistas” (Parker, 2007a, p. 154). Merquior (1985), um explícito antimarxista, realizou uma interessante análise sobre as vicissitudes da mecânica identidade entre saber e poder realizada por Foucault.

hegeliano não só ideias sobre a mente humana, mas duras críticas às aplicações da estatística à psicologia, ao experimentalismo e às “psicologias” desenvolvidas pela fisiognomia e frenologia – as quais foram bases fundamentais da teoria galtoniana que, por sua vez, formou a base fundamental do desenvolvimento da psicologia do início do século XX.

Esta ignorância, ainda segundo Tolman (2001), não decorre de mera falta de conhecimento, mas sim de um clima profundamente antifilosófico, anti-intelectual e marcadamente pragmático. Assumir que o que funciona é o mesmo que conhecimento científico é uma pressuposição que marcou boa parte do desenvolvimento da psicologia. Neste sentido, todo e qualquer debate filosófico mais amplo era descartado e tomado como mera especulação.

A conclusão que o texto de Tolman (2001) permite tirar é a seguinte: a apologética é tão constitutiva da psicologia que nem mesmo as principais aquisições do período heroico da burguesia são aceitáveis em seu desenvolvimento interno. O desenvolvimento da psicologia enquanto ciência independente está em estreita contradição com as maiores filosofias burguesas. Mas o que dizer da relação da psicologia com aquela ontologia que superou os limites do pensamento moderno? Qual é a relação entre, de um lado, uma ontologia radicalmente histórica, que demonstra a sociabilidade humana e a possibilidade ontológica da revolução e, de outro, a psicologia?

Abordar esta problemática e a presença de revoltas críticas contra a apologética na psicologia é o objetivo do próximo capítulo.

IV. MARXISMO, CRÍTICA E PSICOLOGIA

1. Introdução

Fazendo um breve resumo, pode-se afirmar que as principais ideias apresentadas até o momento foram:

- as revoluções burguesas resultaram em um novo patamar de elaboração e debates na ciência e na filosofia;
- o pensamento moderno-burguês não superou os principais fundamentos ontológicos das ontologias antecedentes, especialmente a concepção a-histórica de essência e o estabelecimento de uma relação de exterioridade entre essência e fenômeno;
- o pensamento marxiano superou todas as impositões ontológicas anteriores e fundou uma ontologia nova, na qual a essência é radicalmente histórica e, por isto, sua relação com o fenômeno não é de exterioridade – na realidade, nesta nova ontologia, a essência tem no fenômeno um momento ineliminável;
- a conversão da burguesia em classe conservadora refletiu-se na inauguração de um período de decadência ideológica; a partir daí a prioridade deixou de ser o domínio do mundo pela razão e passou a ser o atendimento das necessidades de reprodução e expansão do capital;
- a psicologia é uma ciência tardia que, tal como a sociologia, emergiu após a entrada da burguesia na decadência ideológica e, portanto, é marcada pelos seus principais traços: evasão da realidade, ausência de apresentação de problemas substancialmente novos, aceitação e reprodução da divisão social do trabalho e posturas teóricas marcadamente agnósticas ou irracionistas;

- tal como todas as ciências especializadas, a psicologia cumpre a função social de produzir “conhecimento” sobre o homem e a sociedade sem abordar os problemas decisivos da vida social;
- a psicologia toma uma forma histórica de individualidade, o indivíduo isolado e abstrato, enquanto a individualidade humana em geral, isto é, o estudo da subjetividade pela psicologia é também uma conversão da subjetividade em fenômeno psicológico; uma abstração desconectada das determinações reais da subjetividade humana;
- sendo um produto da entrada da burguesia na decadência ideológica, a psicologia entra em contradição com todas as aquisições do período heroico da burguesia e, obviamente, tudo aquilo que superou sua limitada perspectiva, tal como a ontologia marxiana.

Junto com esta discussão, enfatizou-se como a definição do objeto de estudo da psicologia não é algo arbitrário, que depende apenas de sujeitos, mas é uma elaboração condicionada historicamente sobre o complexo formado pela relação entre subjetividade e objetividade. Cada elaboração teórica acerca desta relação possui raízes e horizontes sociais que, se perdidos de vista, limitam qualquer estudo que busca analisar as conexões existentes entre, de um lado, o conjunto de teorias e práticas psicológicas e, de outro lado, a sociedade como um todo.

No capítulo anterior abordou-se como o desenvolvimento da psicologia acompanhou os debates filosóficos predominantes no desenvolvimento social do capitalismo em contextos históricos específicos. Na discussão, tentou-se revelar como a psicologia encontrou na apologética o seu momento predominante. Este capítulo discorre sobre uma problemática ligada a este último aspecto: se há contradição entre psicologia e conhecimento do desenvolvimento real do ser social, qual é o significado das distintas

críticas à psicologia que emergiram em momentos históricos específicos? Aqui são abordadas diversas críticas à psicologia com a finalidade de demonstrar seu solo histórico, suas possibilidades e seus limites teóricos.

Partindo das ideias apresentadas nos dois capítulos anteriores, pode-se afirmar que existem dois tipos de críticas nos campos da filosofia e da ciência: aquelas que se desenvolvem a partir da razão fenomênica, típica do pensamento burguês decadente e aquelas que partem da superação do pensamento burguês por Marx e suas impostações ontológicas. No primeiro caso, não há ultrapassagem dos limites do pensamento burguês decadente; há, no melhor dos casos, protestos românticos anticapitalistas, que refletem a angústia resultante das crises cíclicas do modo de produção capitalista. Por se manterem dentro dos limites da sociedade burguesa, resultam em apologias indiretas da ordem instituída. Retomando a ideia desenvolvida por Coutinho (1972) que foi citada no capítulo anterior: ao transmutar em condição humana geral uma situação histórica específica, as proposições irracionalistas terminam justificando a ordem social⁷⁹.

Outro tipo de crítica é aquela que se propõe a ir além dos limites do pensamento burguês e que encontra no contributo marxiano ou na tradição marxista, os elementos fundamentais para problematizar a realidade com o fim de superá-la. Em geral, a força motora destas críticas é a atividade de mudar o mundo enquanto ele é interpretado e naqueles raros momentos em que o proletariado passa à ofensiva política e realiza revoluções sociais há uma profunda transformação nas formas de se viver e de se compreender a vida humana. Parker (2007a) pontuou este aspecto:

A revolução abala as categorias que usamos para dar sentido à experiência; mostra o quão artificial, ainda que convincente, é a separação entre o “individual” e o “social” sob o capitalismo,

⁷⁹ O exemplo clássico está na relação entre a concepção de mundo fascista e as “aquisições” irracionalistas de Nietzsche, Heidegger e outros. Esta tese é detalhada em estudos sobre o irracionalismo já citados anteriormente (Coutinho, 1972; Lukács, 1967; 1967a; Netto, 1978).

assim como a atividade de mudar enquanto se interpreta o mundo revela que nossa individualidade é completamente social (Parker, 2007a, p. 147).

Junto com o desafio colocado ao ordenamento burguês pela atividade de interpretar e mudar o mundo do proletariado, emerge um intenso combate às noções hegemônicas de indivíduo e sociedade. As mais duras críticas à psicologia, assim como as mais ricas e articuladas tentativas de reconstruí-la, são um subproduto das ofensivas proletárias.

Ao mesmo tempo em que os sistemas existentes de conhecimento são reavaliados, a revolução é uma oportunidade de fazer um balanço sobre o que pode ser conservado das velhas formas de compreender o mundo. É nestes momentos que disciplinas como a psicologia, que fazem do isolamento individual uma virtude, são abaladas em seu âmago e podemos começar a ver algo completamente diferente surgir (Parker, 2007a, p. 148).

Sendo a psicologia um complexo social resultante da reificação da autoatividade humana e sendo o marxismo a impostação teórica fundamental da crítica e superação da sociedade burguesa, as possibilidades de crítica da psicologia residem nas idas e vindas do processo histórico de autoconstrução humana e nos avanços e retrocessos das lutas da classe trabalhadora.

É com a penetração do marxismo na psicologia que foram desenvolvidas as mais importantes críticas à psicologia que ampliaram os horizontes da ciência e este processo encontrou, nas ofensivas históricas do proletariado, sua força fundamental. Indicador disto é que boa parte das limitações das críticas marxistas à psicologia encontram, em última análise, sua raiz nas limitações das revoluções do século passado. Este capítulo dedica-se a analisar precisamente a íntima associação entre, de um lado, a crítica marxista da psicologia e, de outro, as tentativas de construir alternativas históricas ao capitalismo. É demonstrado também que, na mesma medida em que as ofensivas proletárias foram cada

vez mais esmagadas ou marcadas por deformações resultantes de revoluções passadas, as “alternativas” à psicologia tornaram-se cada vez menos “alternativas”; cada vez mais próximas do pensamento moderno decadente e, portanto, voltaram a ter na apologética sua força fundamental.

O capítulo começa com uma discussão sobre as condições históricas que marcaram as ofensivas proletárias no século XX. Neste momento, aborda-se a revolução russa, sua degeneração burocrática, assim como as transformações que o pensamento marxiano sofreu nas mãos de forças políticas que se construíram como representantes do proletariado internacional. Com esta discussão, espera-se demonstrar que boa parte do que foi tomado como socialismo ou marxismo no século XX, nada mais era do que uma expressão da derrota das revoluções com finalidades socialistas na Rússia e no mundo. A principal manifestação destas derrotas foi a emergência e a consolidação do stalinismo que, acima de tudo, cumpriu um papel conservador e regressivo diante de todas as lutas proletárias do século XX.

Não obstante tal papel, o stalinismo também possibilitou a abertura de mais espaço para o desenvolvimento de teses marxistas nos debates teóricos e acadêmicos, mediante um duplo movimento: (1) obrigando certo setor da intelectualidade simpática ao marxismo, mas crítica ao stalinismo, separar-se das lutas imediatas e se institucionalizar em espaços acadêmicos; (2) possibilitando a intensificação de lutas anticapitalistas e anti-imperialistas porque representava, concretamente, ainda que de forma muito limitada e contraditória, uma alternativa ao capitalismo e, portanto, era exemplo vivo de que era possível contestar e questionar as concepções teóricas e ideológicas da burguesia.

Após traçar este terreno mais geral, discute-se como os acontecimentos da revolução russa marcaram indelevelmente o desenvolvimento da psicologia. Com a revolução russa, nasceu um novo projeto de psicologia que rompia com as concepções

wundtianas e com as distintas particularizações da razão decadente da burguesia na psicologia (estruturalismo titcheriano, funcionalismo, behaviorismo etc.). No entanto, os retrocessos da revolução russa também resultaram em bloqueios concretos ao desenvolvimento desta nova ciência.

Por fim, passa-se à apresentação de algumas propostas teóricas que partiram de ofensivas proletárias ou do espaço que o stalinismo abriu para o desenvolvimento da tradição marxiana. Novamente aqui, destaca-se a intrínseca relação entre o surgimento de novas teses teóricas na psicologia que traçam raízes no marxismo e, de outro lado, lutas anti-imperialistas ou anticapitalistas. Fecha-se o capítulo com algumas considerações conclusivas apontando que o legado stalinista manifesta-se na psicologia possibilitando novas elaborações de homem, mas amarrando *todas* as propostas alternativas de psicologia no interior dos limites do pensamento moderno-burguês⁸⁰

2. A revolução russa: Um legado contraditório

2.1. A revolução russa: Vitória na derrota⁸¹

Em outubro de 1917, pela primeira vez na história, o proletariado, com o apoio dos camponeses pobres, tomou o poder em um país inteiro. A revolução russa constituiu a primeira tentativa de edificação do comunismo. Este evento marcou todo o século XX e colocou possibilidades e limitações inéditas para o movimento operário internacional.

A Rússia, em 1917, era um país onde predominava uma economia expansionista, colonizadora, de caráter comercial e no qual o desenvolvimento da indústria capitalista ainda era incipiente. A sua burguesia refletia todos os traços desta classe social em países

⁸⁰ A tese de que o stalinismo funcionou tanto como força possibilitadora quanto limitadora para o surgimento de proposições teóricas alternativas foi apontada por Parker (2007a).

⁸¹ A expressão “vitória na derrota” foi reproduzida do texto de Deutscher (2005). Este empregou a expressão para explicitar como na vitória dos revolucionários russos estavam as sementes do fracasso de seu intento revolucionário.

atrasados e na época imperialista: dependência em relação ao capital estrangeiro (especialmente o capitalismo inglês e francês) e estabelecimento de uma relação de acomodação, ao invés de contestação, com a aristocracia feudal e de uma relação de oposição ao proletariado, tomado enquanto o seu principal antagonista (Bettelheim, 1979; Deutscher, 2005; Mandel, 1982).

Em fevereiro de 1917, como decorrência de diversos levantes operários, da fome, da crescente oposição à guerra pelos soldados – a enorme maioria era composta por camponeses – e das lutas no campo houve a derrubada do regime czarista e a composição de um governo provisório formado por uma coalizão de partidos representando distintos setores da sociedade russa: a burguesia nacional, setores moderados do movimento operário e da pequena-burguesia camponesa. A este governo cabia a tarefa de realizar todas as bandeiras levantadas por revoluções democrático-burguesas:

derrubar o absolutismo; conquistar as liberdades democráticas bem como uma constituição; libertar os camponeses das sobrevivências semi-feudais; libertar as nacionalidades oprimidas; criar um mercado nacional unificado para assegurar a rápida expansão do capitalismo industrial, indispensável para preparar a ulterior vitória de uma revolução socialista (Mandel, 1982, p. 160).

No entanto, alguns revolucionários, como Lênin e Trotsky, a partir das análises de Marx sobre a burguesia pós-1848, concluíram que a realização das tarefas “clássicas” das revoluções democrático-burguesas, não era possível sem a tomada de medidas socialistas, isto é, sem a eliminação da propriedade privada, tarefa que caberia tão-somente ao proletariado. Partia-se então, da consciência de que a possibilidade de resolução dos problemas da sociedade russa residia na conquista do poder pelo proletariado em aliança com os camponeses pobres (Colletti, 1970; Deutscher, 2005; Mandel, 1982; Trotsky, 1931/1979).

Foi precisamente isto que ocorreu em outubro de 1917. O governo provisório mostrou-se completamente incapaz de realizar as aspirações das massas revolucionárias. Tal como aponta Bettelheim (1979), entre fevereiro e outubro de 1917, as contradições entre aspirações das massas e a natureza de classe do governo provisório aprofundaram-se. Reforma agrária, reforma constitucional, saída da guerra, combate à fome: nenhum dos problemas que provocaram a derrocada do regime czarista foi resolvido pelo governo provisório. Neste período assistiu-se a proliferação dos sovietes (conselhos) – organismos de poder do proletariado, em que a gestão de problemas provenientes dos locais de trabalho e moradia era exercida diretamente. Se em maio de 1917 existiam pouco mais de 400 sovietes, já em outubro mais de 900 sovietes existiam por toda a Rússia (Bettelheim, 1979).

O desgaste do governo provisório e a ação do partido bolchevique⁸² com o apoio das massas operárias e camponesas resultaram em uma insurreição que coincidiu com a realização do Segundo Congresso Pan-russo de Sovietes, o qual decidiu pela passagem do poder político para os organismos do proletariado. Com estas ações, deu-se início a um processo revolucionário que resultou em uma série de transformações políticas e econômicas que marcaram o século XX. O congresso dos sovietes também decidiu: estabelecer o controle da produção pelos proletários, realizar a reforma agrária, estabelecer a paz, solucionar a questão nacional e criar um verdadeiro poder soviético. Estas medidas

⁸² O Partido Bolchevique tem suas origens no segundo congresso do Partido Operário Social Democrata Russo ocorrido em julho de 1903. Naquele evento, o partido, ainda filiado na Internacional Socialista, dividiu-se em duas frações – bolcheviques (maioria) e menchevique (minoria) – por disputas em torno do estatuto do partido. Posteriormente, as diferenças políticas aprofundaram-se ainda mais e em 1917, na época da revolução russa, existiam duas organizações distintas e com programas políticos radicalmente diferentes. Em 1917, os mencheviques apoiavam a construção de um governo burguês, afirmando que o socialismo só poderia surgir após a realização de uma revolução democrático-burguesa e, portanto, não era possível e nem necessário organizar o proletariado para tomar o poder. Os bolcheviques defendiam que qualquer consigna democrático-burguesa progressiva só poderia ser efetivada pelos trabalhadores que, no processo de implementação de reformas democráticas, seriam obrigados a realizar transformações de caráter socialista. A concepção menchevique de revolução, posteriormente, seria resgatada pelo stalinismo e ficou conhecida como etapismo (ver Deutscher, 2005; Mandel, 1982).

só puderam ser implementadas em associação com a luta pela eliminação da propriedade privada, o que se expressou na nacionalização de quase todos os setores produtivos da sociedade russa e no estabelecimento do controle operário (Bettelheim, 1979; Mandel, 1982; Trotsky, 1931/1979).

Todavia, este processo deu-se em condições econômicas extremamente difíceis; foi permeado por uma luta política e militar contra a burguesia que resultou em uma sangrenta guerra civil e na invasão do território russo por diversos exércitos estrangeiros que buscavam dar fim à revolução. Assim, se a desorganização econômica, a fome e a doença predominavam nas condições de vida das massas na Rússia antes mesmo da guerra civil, esta situação, após a vitória contra as burguesias da Rússia e de países imperialistas⁸³, agravou-se ainda mais e com um problema adicional: boa parte da base operária revolucionária foi dizimada durante a guerra civil ou migrou para o campo, tentando escapar da fome⁸⁴ (Bettelheim, 1979; Colletti, 1970; Deutscher, 2005; Mandel, 1982; Paulino, 2008).

Além disso, a revolução ocorreu em um país atrasado, marcado por resquícios feudais, pela fome e pela pobreza generalizadas. Mais de 90% da população era camponesa, estava espalhada pelo país e contava com um parco desenvolvimento técnico.

Na Europa Ocidental, a burguesia chegou ao poder político depois de séculos de acumulação de seu poder econômico, de um longo processo de preparação e de luta contra o absolutismo feudal. Na Rússia, diferentemente, o proletariado russo, ao realizar uma

⁸³ Paulino (2008) oferece um breve quadro sintético desta situação: “Ao término da guerra civil em 1921, a produção industrial do país atingia, em uma visão otimista, um quinto do volume de antes da guerra. A produção de aço caiu mais de 23 vezes, de 4.200.000 para 183.000 toneladas. Com o cerco ao país, o comércio exterior reduziu-se de 2,9 bilhões para apenas 30 milhões de rublos. (...). Os camponeses, descontentes com a supressão do comércio e com as requisições forçadas, não semeavam ou escondiam seu excedente. Uma terrível fome alastrou-se pelo país, chegando a ocorrer casos de canibalismo. Havia, além da batalha das frentes, outra luta interna, travada contra a escassez, a fome avassaladora, as epidemias, o cansaço, a desesperança e a desmoralização” (p. 53).

⁸⁴ “Foi destacado que, de 1917 a 1920, a população urbana da Rússia europeia caiu em 35,2%. Petgrado, que tinha uma população de 2.400.000 em 1916, tinha não mais que 740.000 em 1920, enquanto Moscou caiu, no mesmo período, de 1.900.000 para 1.120.000” (Colletti, 1970, p. 71).

revolução inicialmente democrática que se transformou rapidamente em socialista, deu um gigantesco salto ao suprimir não só a monarquia semifeudal, como ultrapassar e expropriar de uma só vez sua própria burguesia, instalando uma ditadura proletária. Mas a burguesia russa não havia criado as condições, a base material que Marx e Engels viam como pressupostos para a instauração do socialismo. As novas relações jurídico-políticas de propriedade e o programa socialista estavam em flagrante contradição com o terreno técnico e cultural demasiado atrasado herdado pelo proletariado. As bases políticas estavam dadas pelo caráter do partido no poder e pelo programa socialista, assimilando do que havia de melhor no pensamento europeu ocidental: o marxismo. Mas a base material estava em gritante descompasso com aquelas (Paulino, 2008, p. 46).

O que determinou os rumos tomados pela revolução russa foi o fracasso da onda revolucionária que atingiu a Europa de 1918 a 1923. Quando Lênin, Trotsky e diversos bolcheviques realizaram a revolução russa, eles viam na realização da revolução socialista nos países capitalistas avançados a única possibilidade de vitória. Os marxistas russos esperavam que, com a realização da revolução russa, com a quebra do “elo mais frágil da corrente”, apenas estariam dando o primeiro passo em um processo revolucionário mundial que possibilitaria a criação de uma base material para o surgimento de uma sociedade sem classes (Colletti, 1970; Mandel, 1982; Trotsky, 1931/1979; Paulino, 2008).

Como Mandel (1982) apontou, realmente se abriu uma onda revolucionária por toda a Europa: em países como Alemanha, Áustria e Hungria foram criados conselhos operários; na Itália todas as fábricas foram ocupadas em 1920; Finlândia, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Holanda e Grã-Bretanha viram o movimento operário na ofensiva. No entanto, ainda segundo Mandel (1982), esta vaga revolucionária fracassou e os levantes foram violentamente reprimidos. Para o marxista belga, a derrota relacionou-se

com, pelo menos, quatro fatores gerais: (1) os revolucionários russos não puderam apoiar outros movimentos revolucionários, pois enfrentavam suas próprias dificuldades internas; (2) a social-democracia – tradição que, no passado, organizou e representou o movimento operário europeu – apoiou a contra-revolução; (3) um relativo apaziguamento do proletariado decorrente das diversas concessões econômicas que a burguesia, em conjunto com a social-democracia, fez aos trabalhadores para interromper o ascenso revolucionário; (4) erros sectários ou oportunistas dos revolucionários que ainda não tinham sintetizado as experiências revolucionárias recentes⁸⁵.

Os revolucionários russos encontraram uma situação marcada por enormes dificuldades: atraso material, devastação social iniciada com a I Guerra Mundial e agravada pela guerra civil, assim como pelo isolamento inesperado que se prolongou enormemente. O processo de transição a uma sociedade sem classes encontrava-se diante de dificuldades gigantescas e terminou sendo impedido pela tomada do poder político pela burocracia (Mandel, 1982; Paulino, 2008).

Diante desta situação desesperadora, tomaram-se diversas medidas que, a longo prazo, mostraram-se profundamente antiproletárias e, assim, abriram espaço para uma contra-revolução política. Os dirigentes do processo revolucionário, encarnados especialmente no partido bolchevique, implementaram políticas que, naquele contexto, eram vistas como temporárias e emergenciais, com o fim de dar uma sobrevida ao processo

⁸⁵ Paulino (2008) acrescenta ainda o fenômeno da “aristocracia operária” formada pelas concessões realizadas pela burguesia: “Um dos elementos explicativos para que a revolução não tenha ocorrido na Europa, deixando assim o proletariado russo entregue à sua própria sorte, foi o surgimento do fenômeno da aristocracia operária, do reformismo no seio do movimento sindical na Europa, do qual talvez os revolucionários marxistas russos e europeus, apesar da intensa polêmica que desenvolveram contra ele, não tivessem, provavelmente, notado a sua real dimensão. Esse processo de assimilação do proletariado pelo capital, com o surgimento do oportunismo político entre seus representantes, através de mecanismos até hoje pouco entendidos pelo movimento socialista, reduziu em muito a possibilidade de revolução social no Ocidente. Apesar da grave crise pela qual passava o capitalismo europeu e das altas taxas de desemprego no decorrer da década de 20, ele ainda pôde fazer concessões para acomodar os trabalhadores. (...). As concessões e a diferenciação de remuneração entre os trabalhadores formaram a base social do reformismo e do oportunismo político no movimento socialista, da corrente política que passou a ser conhecida como *social-democracia* na Europa, e que, em vários países, se associou aos capitais nacionais durante a primeira guerra imperialista” (p. 50).

revolucionário⁸⁶. Estas medidas resultaram, no curto prazo, na diminuição dos problemas sociais vividos, mas, contraditoriamente, abriram espaço para a contra-revolução por resultarem na diminuição do poder político e econômico do proletariado. Dentre elas, podem ser mencionadas algumas sintetizadas a partir das análises de Bettelheim (1979) e Paulino (2008):

- Nomeação do diretor único da fábrica. Isto significou a eliminação do poder político dos comitês de fábrica e a centralização absoluta dos planos de produção. Também foram criados diversos mecanismos de controle sobre a classe operária (criação de carteiras de trabalho, punições aos operários que abandonam o serviço etc.) – o que, posteriormente, resultou na manutenção e intensificação da exploração do proletariado por um extensivo aparelho policial-repressivo.
- Utilização sistemática da coerção estatal. O que se deu, principalmente, na relação com as massas camponesas. No período caracterizado como “Comunismo de Guerra” (1918-1921), o partido recorreu, intensivamente, a medidas coercitivas contra as massas camponesas, como, por exemplo, as requisições de alimentos. Estas medidas criaram diversos levantes camponeses e forçaram o partido bolchevique a recuar. Após esse período, Lênin fez um balanço crítico sobre a política de requisições e elaborou a “Nova Política Econômica” (NEP), como uma forma de reconstituir a aliança operário-camponesa, por meio de concessões às reivindicações das massas camponesas. No entanto, após a sua morte, a utilização

⁸⁶ “O partido, suspenso entre uma classe trabalhadora desgastada, uma mera sombra de seu passado, e um campesinato ansioso por lucro das terras distribuídas na revolução, tinha que enfrentar a tarefa de carregar uma sociedade fraturada e paralisada, totalmente preocupada com comida, vestimentas e aquecimento, de volta à vida. As grandes metas revolucionárias foram deixadas de lado; os programas políticos abriram espaço para a rotina cotidiana, a teoria subversiva para a prática tradicional. O partido foi forçado a desempenhar um papel onipresente, não só político, mas administrativo, social e econômico. Ele foi então obrigado a inchar suas fileiras, não com agitadores ou militantes políticos, mas com administradores que poderiam controlar, gerir, manobrar e supervisionar os homens necessários para esta nova situação” (Colletti, 1970, p. 71).

da coerção estatal passou a ser prática sistemática e regular na relação com camponeses e operários.

- Aumento da centralização nos órgãos estatais. Pode-se dizer que a fragilização dos organismos de poder das massas, ao invés de contribuir para a extinção do Estado, potencializou uma absorção extremamente acelerada dos principais quadros do partido bolchevique pelo aparelho estatal. Todas as ações do partido bolchevique tornaram-se subordinadas ao aparelho estatal e o ponto culminante deste processo foi o anúncio feito por Stálin, em 1939, de que a URSS era um Estado inteiramente socialista. Tal anúncio era, na realidade, a sinalização da acomodação triunfal de uma camada burocrática dotada de interesses próprios e antagônicos aos interesses e necessidades do proletariado.
- Transformações no interior do partido bolchevique. Foram tomadas diversas medidas que tendiam a privar, cada vez mais, as instâncias do partido de poder político real. Passou a existir uma tendência a certo centralismo administrativo, isto é, os órgãos administrativos do partido começaram a se autonomizar em relação aos órgãos políticos dirigentes. Sobre o critério político para a definição de dirigentes, comitês etc. predominou o método de “nomeações” e “transferências” de postos. Assim, o uso de manobras administrativas acabou servindo como instrumento para eliminar linhas políticas divergentes.
- O partido único. Outra mudança determinante foi a proibição do direito de tendências e a redução da liberdade de debate no interior do partido. Junto com isto veio a proibição de outros partidos. Estas medidas foram tomadas durante a guerra civil, mas a sua manutenção após o término da guerra favoreceu a crescente centralização, a passividade das massas e a necessária pluralidade no debate para a realização de balanços e decisões.

Diversos autores (por ex. Bettelheim, 1979; Linhart, 1976) mostram como erros cometidos pelo partido dirigente da revolução, o partido bolchevique, abriram espaço para a ascensão desta camada burocrática. Para eles, tais medidas resultaram de limites históricos e teóricos das concepções predominantes no partido bolchevique. O limite histórico relaciona-se com o fato de que a experiência soviética era a *primeira* experiência histórica de tentativa de ruptura com o capitalismo em um país inteiro. Assim, muitos dos erros dos bolcheviques só puderam ser compreendidos enquanto erros *a posteriori*, isto é, após um período de avaliação das consequências de suas ações. Já os limites teóricos seriam provenientes de uma ruptura incompleta de Lênin e diversos outros bolcheviques com o marxismo vigente na Segunda Internacional⁸⁷, sendo que o principal problema deste tipo de marxismo seria o de dar prioridade ao desenvolvimento das forças produtivas em detrimento das relações de produção. Isto incorreu, por exemplo, em uma visão que defendia a neutralidade da técnica, uma avaliação contraditória e que reforçava o capital ao defender o papel dos especialistas e do diretor único de fábrica⁸⁸.

⁸⁷ Desde a redação, por Marx e Engels (1848/2002), do “*Manifesto Comunista*”, surgiram diversas tentativas de criar organizações internacionais que coordenariam as lutas do proletariado. Neste texto seminal, os autores afirmam que os interesses objetivos da classe operária extrapola fronteiras e, por isso, ela deve se organizar, internacionalmente, para destruir o capitalismo. As organizações internacionais mais importantes ficaram conhecidas, respectivamente, como Primeira, Segunda, Terceira e Quarta Internacional. A primeira foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual participaram Marx e Engels. Ela foi fundada em 1864 e formalmente dissolvida em 1876, especialmente por causa da derrota da Comuna de Paris. A Internacional Socialista foi fundada em 1889, entrou em profunda crise com a I Guerra Mundial em 1914 e se dissolveu em 1916. Os partidos ligados a ela, em geral, ficaram conhecidos como partidos social-democratas e o seu partido mais importante foi o Partido Social-Democrata Alemão. No interior dela se formaram importantes marxistas como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Anton Pannekoek, James Connolly, Vladimir I. Lênin, Leon Trotsky e outros. A Internacional Comunista (Comintern) foi fundada após a revolução russa de 1917, no ano de 1919 em Moscou. Ela foi oficialmente dissolvida por Stalin em 1943, para assegurar uma convivência pacífica com os “aliados”. A Quarta Internacional foi fundada pelos militantes que compunham a Oposição de Esquerda Internacional, que tinha em Trotsky o seu principal representante. Ela surgiu a partir de uma leitura de que a Terceira Internacional sob o controle stalinista já estava morta por ter se convertido em um mero instrumento para atendimento das necessidades da burocracia soviética. No entanto, após o assassinato de Trotsky e de diversos militantes trotskistas durante a II Guerra Mundial, ela passou por uma série de divisões e deixou de existir, ainda que hoje coexistam diversas organizações internacionais que se apresentem como a Quarta Internacional. Discussões sobre estas organizações podem ser encontradas em diversos textos (por exemplo: Andrade, 2005; Andreucci, 1982; Deutscher, 2005; Konder, 1984; 1988; Lênin, 1979; Mandel, 1982; Trotsky, 1938/2004).

⁸⁸ Linhart (1976) afirma que esta visão é explícita na análise de Lênin sobre o taylorismo. No seu livro encontra-se uma análise da apropriação que Lênin realizou do taylorismo e conclui que o marxista russo

É importante destacar que em nenhum momento Lênin via nos especialistas, no diretor único de fábrica ou mesmo no Estado soviético, a realização plena do socialismo – algo muito diferente do que ocorreu após sua morte. É de suma importância, também, notar a relação destas medidas com uma luta em curso no seio da sociedade soviética, cujo resultado final não estava previamente determinado. Mesmo com medidas que fragilizavam o caráter proletário do poder soviético, ainda não existia um processo irreversível⁸⁹.

O caráter provisório das medidas anti-proletárias e o reconhecimento de sua natureza burguesa por setores do partido; a existência de uma certa atividade livre das massas – cada vez mais restrita, no entanto – e a possibilidade de estas se organizarem na defesa de seus interesses imediatos; a existência de uma luta de tendências garantida por uma relativa liberdade de expressão dentro do partido bolchevique; a possibilidade de que viesse a constituir-se uma verdadeira aliança operário-camponesa, todos esses elementos, mesmo que se revelassem insuficientes para permitir à classe operária retomar a ofensiva contra a persistência de relações sociais capitalistas na sociedade soviética, revelavam que *o processo revolucionário ainda estava em curso, que ele ainda não houvera se esgotado, e que a classe operária e o conjunto das massas ainda não haviam sofrido uma derrota irreversível* (Naves, 2005, p. 61).

O principal fruto destas medidas foi a perda de poder político e econômico do proletariado, assim como a elevação, sobre ele, de uma nova camada privilegiada, uma burocracia que usurpou o poder operário e exerceu o poder político e econômico. Esta

realizou uma crítica insuficiente, o qual apontava para a técnica enquanto algo neutro e que poderia ser usado a favor dos socialistas.

⁸⁹ É importante enfatizar que os erros cometidos pelos bolcheviques não foram determinantes para a consolidação da burocracia stalinista. Sobre eles, assim como afirmou Paulino (2008), predominaram as condições desesperadoras do país. Esta situação extremamente complexa precedeu a ascensão de uma camada burocrática que vivia do sobre-trabalho do operariado russo e do fenômeno caracterizado por stalinismo.

camada burocrática foi formada por quadros do partido bolchevique, funcionários e burocratas provenientes do antigo aparato estatal czarista, oportunistas e carreiristas provenientes de diversos setores da sociedade russa (Mandel, 1982; Paulino, 2008)⁹⁰.

A degeneração burocrática do processo revolucionário não foi assistida passivamente pelos revolucionários russos. Lênin, no fim de sua vida, já tinha percebido o problema e elaborava um plano de luta política para combater a degeneração burocrática. Distintas oposições surgiram desde os anos 1920 e todas elas apresentaram programas para impedir o avanço da burocracia soviética. Assim, não se tratava de um processo definitivo ou de uma mera “evolução natural” do partido bolchevique. Na realidade, todos os quadros revolucionários do partido bolchevique, com a exceção de Lênin que morreu antes da consolidação do stalinismo, foram fisicamente eliminados pela burocracia stalinista (Bettelheim, 1979; Mandel, 1982; Paulino, 2008).

A reversão definitiva do processo revolucionário deu-se com a consolidação do stalinismo. Os seus pilares fundamentais foram: derrota da onda revolucionária e das lutas proletárias após 1923 e o atraso da economia soviética (Mandel, 1982). Nas palavras de Colletti (1970, p. 72):

A ascensão de Stalin à liderança, primeiro no interior do Partido e depois no Estado, deve ser vista sob esta perspectiva. Sua importância começa a emergir com a crescente burocratização do Partido e do Estado. Mas a burocracia, por sua vez, desenvolveu-se e expandiu por causa do atraso e isolamento extremos da

⁹⁰ Ao se caracterizar a base social do stalinismo como uma camada burocrática privilegiada que usurpou o poder político e econômico do proletariado, se está seguindo por uma via diferente de análise daquela tomada por teóricos como Bettelheim (1979) que afirmaram que a base social do stalinismo era uma nova forma de burguesia que dirigia um “capitalismo de estado”. A análise assumida no presente trabalho é aquela criada por Trotsky e apresentada por Mandel (1982): “A burocracia não é uma nova classe dominante. Não representa qualquer papel indispensável no processo de produção. É uma camada privilegiada que usurpou o exercício das funções de gestão no Estado e na economia soviética, e que, sobre a base desse monopólio do poder, se arroga substanciais vantagens no domínio do consumo (remunerações elevadas, vantagens em espécie, armazéns especiais etc.). Não é proprietária dos meios de produção. Não detém nenhuma garantia de conservar essas vantagens nem de as transmitir aos seus filhos; tudo está ligado ao exercício de funções específicas” (p. 174).

Rússia; foi o produto de uma revolução em retrocesso, presa no interior dos limites de uma economia marcada pela pobreza, dependente de uma enorme massa de camponeses primitivos.

Assim, o stalinismo emerge como expressão da degeneração burocrática da revolução. Na União Soviética sua consolidação se expressa de distintas maneiras:

o stalinismo, como ficou conhecido por muitas décadas, consolidou-se definitivamente entre 1927 e 1931 com a derrota das distintas oposições; a coletivização forçada no campo e os planos plurianuais centralizados, impostos através do terror e da coação; o culto à personalidade do grande líder; a imputação da acusação de crime contra o Estado a qualquer crítica ou dissidência e um rigoroso monolitismo policial, assegurado por um papel destacado da polícia política secreta sobre todos os aspectos da vida da sociedade (Paulino, 2008, p. 108).

No período anterior ao stalinismo, existia uma situação de tensão permanente no partido bolchevique: todas as medidas tomadas eram vistas como provisórias e estavam voltadas, crucialmente, a dar uma sobrevida para a revolução. Se as medidas resultavam em retrocessos para o avanço da revolução, elas eram rapidamente revistas. Com o stalinismo, há uma mudança de qualidade: “Stalin irá transformar, entretanto, em código *permanente* aquilo que para Lênin era apenas *extraordinário, transitório*” (Paulino, 2008, p. 74). A revolucionária palavra de ordem “todo poder aos soviets” foi, tragicamente, substituída por palavras de ordem apresentadas pela ideologia stalinista como “os quadros decidem tudo” (Bettelheim, 1979; Naves, 2005). A perspectiva da “revolução permanente” foi substituída pela pseudo-marxista consigna do “socialismo num só país”, que cumpria o papel de obscurecer, justificar e glorificar a realidade imediata vivida pela União Soviética (Mandel, 1982; Trotsky, 1931/1979).

A teoria do “socialismo num só país” levantava a possibilidade de realizar uma transição para o socialismo em um país atrasado e isolado. Nesta perspectiva, seria

possível à URSS chegar até mesmo no comunismo, tal como efetivamente Stalin proclamou, sem que uma revolução internacional ocorresse, sem que se eliminasse o Estado, ou mesmo sem eliminar a vigência da teoria do valor (Mandel, 1982).

Em síntese, a revolução russa não resultou em uma sociedade sem classes, mas em uma formação social profundamente complexa, na qual a transição para o socialismo foi impedida por uma camada burocrática que tirou sua principal força do atraso da formação soviética e do fracasso da revolução internacional. Nesta formação social combinaram-se, contraditoriamente, todas as conquistas do processo revolucionário (nacionalização dos meios de produção, planificação econômica etc.) e de outro lado, todos os retrocessos e vicissitudes que precederam e sucederam a guerra civil.

Paulino (2008) oferece um breve quadro sobre as características econômico-sociais e políticas da formação social soviética que revela esta contradição. As características econômico-sociais são: (1) eliminação da propriedade privada, nacionalização dos setores-chaves da economia, reforma agrária e coletivização das terras realizada pela coerção; (2) planos econômicos centralizados impostos por aparelho estatal profundamente coercitivo; (3) industrialização e modernização aceleradas que resultaram na elevação do padrão de vida, da escolarização e da atenção à saúde; (4) manutenção da exploração do trabalho assalariado e apropriação de parte substancial do sobre-produto deste para manutenção do crescimento econômico e para consumo da burocracia; (5) vigência da lei do valor, que se reflete, por exemplo, no estabelecimento do trabalho por peça ou tarefa; (6) manutenção da divisão social do trabalho, da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual⁹¹.

⁹¹ Lessa (2007b) a partir de um estudo aprofundado de “*O Capital*” destaca que, para Marx, trabalho intelectual é expressão das lutas de classes e, no capitalismo, é uma atividade de controle necessária para a extração da mais-valia. Esta atividade de controle impõe-se externamente ao trabalho manual, atividade de intercâmbio orgânico do homem com a natureza que foi submetida ao capital e, por isso, deixou de ser manifestação das forças vitais do trabalhador. Assim, para que o trabalho manual seja executado, é necessário ao capital uma atividade de controle e direção que se impõe aos trabalhadores; esta atividade é o trabalho intelectual.

Enquanto características políticas, Paulino (2008) aponta para: (1) hipertrofia do aparelho estatal, estabelecimento de um controle absoluto da sociedade pelo Estado e repressão de toda iniciativa da sociedade civil; (2) ditadura política do partido único fundido com o Estado, marcada por opressão, terror policial, medo, delação, expurgos, assassinatos de todos que são tomados como opositoristas, comando sobre todos os setores da sociedade (o que inclui ciência, arte, imprensa etc.); (3) supressão de autonomia de todas as organizações sociais, o proletariado não possuía qualquer organismo independente para combater a opressão e a exploração.

Neste sentido, a sociedade soviética era uma sociedade pós-capitalista, mas que não completou a transição ao socialismo. Nela conviviam tendências contraditórias que apontavam para dois caminhos: aquelas que se manifestavam em distintas formas de resistência dos trabalhadores (tanto no plano nacional, quanto no plano internacional), as quais poderiam resultar em uma revolução política que derrotaria a burocracia para, assim, completar a transição ao socialismo; e aquelas que apontavam para uma restauração do capitalismo (Mandel, 1982; Paulino, 2008).

O enorme impacto histórico que todos os acontecimentos descritos anteriormente tiveram não pode ser subestimado. A história do século XX foi marcada pelos acontecimentos engendrados pela revolução russa. Do ponto de vista das lutas proletárias e do marxismo, o stalinismo foi determinante. Poucos anos após a revolução russa de 1917, foi criada a Internacional Comunista, um organismo que tinha a intenção de sintetizar as experiências revolucionárias do proletariado internacional e, assim, contribuir para a realização da revolução socialista internacional.

Com a consolidação da burocracia stalinista, a Terceira Internacional tornou-se apenas um instrumento que servia aos seus interesses. Por um lado, a revolução russa e a formação da Internacional Comunista fortaleceram diversos movimentos revolucionários,

mas, por outro, funcionaram como amarras para o desenvolvimento das lutas proletárias, porque converteu os partidos comunistas em correias de transmissão dos interesses da burocracia soviética – sendo que o fracasso das revoluções chinesas de 1925-28 e da revolução espanhola que precedeu o início da Segunda Guerra Mundial são exemplos significativos disso (Mandel, 1982).

Ao mesmo tempo, a consolidação da linha política do “socialismo num só país” só poderia resultar em uma enorme desmoralização do internacionalismo operário. Esta tragédia é bem sintetizada por Mészáros (2009, p. 80):

A controvérsia sobre o “socialismo num só país” foi, desde logo, um complexo desconcertante, um assunto, na realidade, que confunde, no qual é suposto que um país subdesenvolvido e devastado, em situação de isolamento e cerco, daria, por si próprio, o grande salto à frente por toda a humanidade. Mas o pior estava por vir. Com a história do stalinismo no movimento operário internacional, esse ponto se tornou ainda mais confuso, na medida em que o “caminho soviético para o socialismo” veio a ser proclamado como modelo compulsório para toda transformação socialista possível, e acriticamente adotado como tal pelos integrantes do Comintern, inclusive pelos maiores partidos comunistas ocidentais, cujas circunstâncias socioeconômicas objetivas careciam da relativa justificativa histórica do “atraso asiático” e do cerco para advogar aquela estratégia.⁹²

⁹² A degradação stalinista do internacionalismo anteriormente esposado pelos bolcheviques reflete-se na forma como a burocracia utilizou a Terceira Internacional. A esta citação de Mészáros, pode-se acrescentar o balanço realizado por Colletti (1970, p. 75): “A chegada desta nova elite política, que na maior parte dos casos expressou uma abordagem “nacional-socialista” em detrimento de uma internacional, explica a nova direção imposta por Stalin sobre a Terceira Internacional – que ele logo viria a chamar de ‘a loja’ (*the shop*). Nos anos em que o Comintern ainda era um organismo vital, envolvendo Lênin, Trotsky e Zinoviev em uma atividade febril, ele não mostrou interesse por isso. Ele começou a se preocupar somente depois de 1924, quando ela deixou de servir às necessidades da revolução mundial e se tornou uma máquina burocrática e um instrumento para a promoção da política russa ou meramente para seus planos pessoais. Aqui o abandono de qualquer perspectiva internacionalista foi completo. As perspectivas e as metas internacionais foram substituídas por manobras diplomáticas inescrupulosas com vários estados capitalistas; o movimento operário

Aqui fica patente o papel conservador da burocracia stalinista: não há nada que se sobreponha aos seus privilégios e, assim, ela se opõe a toda e qualquer iniciativa revolucionária que signifique uma ameaça aos seus interesses objetivos (Mandel, 1982).

Ao mesmo tempo em que a consolidação da burocracia stalinista na URSS representou um enorme golpe para todos os intentos revolucionários que se seguiram a ela, a manutenção de diversas conquistas, já mencionadas, da revolução significavam, concretamente, a possibilidade histórica de uma alternativa ao capitalismo. A URSS foi uma força fundamental na derrota do nazi-fascismo e, acima de tudo, representava uma demonstração prática, ainda que deformada, dos enormes potenciais da planificação econômica. Com isso, ela atraiu corações e mentes de milhões e possibilitou a formação de poderosos partidos comunistas por todo o mundo⁹³.

Isto foi especialmente verdade para a explosão de diversas lutas anti-imperialistas. Ainda que não existisse qualquer interesse da burocracia soviética pelo avanço da luta dos povos oprimidos contra o colonialismo, a existência da URSS contribuía, concretamente, para que movimentos nacionalistas tirassem conclusões socialistas. Assim, ainda que, predominantemente, o *stalinismo* tenha representado um freio, uma força profundamente conservadora, para alcançar a emancipação humana (comunismo) proposta por Marx, a existência da *União Soviética*, em alguma medida, serviu para que diversas lutas que explodiram por todo o mundo passassem a buscar uma sociabilidade alternativa ao

(*working-class movement*) mundial e seus partidos comunistas foram definitiva e totalmente subordinados aos interesses do Estado Soviético”.

⁹³ Claudín (1986) oferece diversos dados sobre o enorme crescimento dos partidos comunistas, especialmente após a II Guerra Mundial. Alguns números são significativos: na Áustria o partido comunista possuía 16.000 membros em 1935, passou para 150.000 em 1948; na Holanda passou de 10.000 em 1938 para 33.000 em 1946; na China passou de 40.000 em 1937 para 1.200.000 em 1945; na Itália de 5.000 em 1943 para 2.000.000 em 1946; na França de 300.000 em 1943 para quase um milhão em 1946.

capitalismo (Hobsbawm, 2008)⁹⁴. Este legado contraditório do stalinismo refletiu-se no plano das ideias e no destino histórico do marxismo.

2.2. *Transformando Marx: As consequências do stalinismo*

Lukács (1979a), ao tratar da obra de Marx em sua “*Ontologia do Ser Social*”, afirmou que, para estudar o pensamento marxiano, pode-se “deixar de lado tanto o período da Segunda Internacional quanto o período de Stalin” (p. 16). Isto significa que, para Lukács (1979a), todas as elaborações da tradição marxista, característica dos principais organismos políticos que se sucederam à morte de Marx, foram marcadas por uma profunda transformação do pensamento marxiano, da qual resulta uma criatura em que não se pode reconhecer as principais aquisições teóricas marxianas. As reflexões e as análises, tanto da Internacional Socialista, quanto da Internacional Comunista, foram marcadas pela adaptação pura e simples do instrumental marxiano às suas próprias conveniências políticas imediatas.

O primeiro processo importante de adequação do instrumental marxiano a uma camada burocrática ligada ao movimento operário iniciou-se em 1898, poucos anos após a morte de Marx. Neste momento, falava-se de uma crise do marxismo no interior da Segunda Internacional e, especialmente, seu partido-guia o Partido Social-Democrata Alemão, SPD (Hobsbawm, 1982). Esta crise teria sua solução na revisão de Marx e o primeiro a realizar isto foi Bernstein, cuja intenção declarada era complementar e retificar aspectos supostamente equivocados ou ausentes do marxismo, com contribuições teóricas distantes do núcleo fundamental do pensamento marxiano.

⁹⁴ Hobsbawm (2008) nota como os nomes dos países que emergiam de processos revolucionários, após a Segunda Guerra Mundial, refletiam o seu alinhamento internacional. Diversos países que buscavam no “socialismo” uma alternativa acrescentavam “popular” em seus nomes. Junto com isso, rapidamente copiavam o modelo político do stalinismo, especialmente o unipartidarismo.

Tal revisão tinha, em última instância, a função de efetivar o abandono da dialética e expressar ideologicamente o abandono da luta pelo comunismo e a adaptação reformista dos setores majoritários do SPD (Andrade, 2005; Hobsbawm, 1982; Konder, 1984). Esta primeira “crise do marxismo” mostra que toda abordagem ao marxismo não se trata puramente de disputa teórica asséptica, mas é também político-ideológica.

Esta primeira “crise do marxismo” ocorrera no seio das disputas políticas existentes na Segunda Internacional em um período de massificação dos partidos social-democratas (naquele período os partidos operários que defendiam o socialismo, assumiam a denominação “social-democracia”) na Europa e no mundo, concomitante com um relativo *boom* do desenvolvimento do capitalismo, que deu bases materiais para as direções dos partidos social-democratas priorizarem as conquistas parciais e não mais a revolução social (Andrade, 2005; Andreucci, 1982; Hobsbawm, 1982).

Apesar do enorme sucesso dos partidos da Segunda Internacional – especialmente do SPD – na divulgação de uma doutrina marxista, tal processo não ocorreu sem um empobrecimento teórico, uma crescente associação do marxismo a ideias positivistas e evolucionistas e crescente mescla com doutrinas estranhas ao conjunto de ideias elaborado por Marx e Engels (Andreucci, 1982). Tudo isto fermentou o giro reformista destes partidos, isto é, contribuiu para a redução e abandono da perspectiva de construção do comunismo por meio da luta revolucionária e facilitou a criação de justificativas “teóricas” para os novos fins da social-democracia: a busca por conquistas parciais realizadas, prioritariamente, por ações institucionais ou parlamentares, deixando a realização do comunismo para um futuro incerto ou para as discussões de fim de semana.

A Segunda Internacional entrou em crise com a emergência da I Guerra Mundial. O abandono da perspectiva revolucionária veio junto com o abandono da perspectiva internacionalista, isto é, da ideia de que os interesses da classe trabalhadora transbordavam

fronteiras. Em cada país beligerante na I Guerra Mundial, os partidos social-democratas apoiaram suas respectivas burguesias. Tal decisão de passar à defesa dos interesses nacionais refletia o abandono de qualquer perspectiva que remontasse às necessidades objetivas do proletariado internacional.

Cabe destacar que não se trata de uma crise que ocorreu sem contradições internas nos partidos da Segunda Internacional. Muitos membros da geração mais jovem desta organização (por exemplo: K. Liebknecht, R. Luxemburgo, A. Rosmer, P. Monatte, o Partido Social-Democrata Holandês, V. I. Lênin, L. Trotsky etc.) denunciaram-na e romperam com ela, colocando a necessidade de reconstrução de um novo instrumento de luta internacional (Anderson, 1976/2004; Andrade, 2005; Hobsbawm, 1982; Mandel, 1982).

A superação desta “crise do marxismo” deu-se na teoria e na prática com a situação histórica que permeou a preparação e a realização da Revolução Russa em 1917 e a criação da chamada Terceira Internacional. Na realidade, o pós-guerra criou uma situação social que pôs o movimento operário na ofensiva e possibilitou o desenvolvimento de profundas experiências e debates no interior do marxismo. Ligado a este período estão as produções singulares de marxistas como V. I. Lênin, L. D. Trotsky, R. Luxemburgo, K. Liebknecht, A. Gramsci e G. Lukács. O último referiu-se a este período da seguinte maneira: “a grande crise revolucionária surgida com a Primeira Guerra Mundial e com o nascimento da República Soviética estimulou, em diversos países, um estudo do marxismo em termos novos, frescos, não deformados pelas tradições da social-democracia aburguesada” (Lukács, 1979a, p.33)⁹⁵.

⁹⁵ Apesar desta afirmação de Lukács, não se pode omitir o fato de que o marxista húngaro não tinha qualquer simpatia pelas ideias de Trotsky. Na realidade, Lukács aderiu à tese do “socialismo em um só país” e alimentou uma postura de profunda oposição ao trotskismo. Lessa (2007a) discute brevemente sobre a relação entre Lukács e o stalinismo, assim como Mészáros (1984) aponta, ainda que de passagem, para o fato de que a crítica incompleta de Lukács ao stalinismo deixou marcas sobre a sua obra – como, por exemplo, a

Assim, nota-se que, com a crise inaugurada pela I Guerra Mundial, a ofensiva de diversas lutas proletárias e acontecimentos revolucionários pelo mundo facilitaram certo ressurgimento do marxismo, enquanto instrumental de análise do processo de reprodução do capital. No entanto, a onda revolucionária, que tomou conta da Europa entre 1918 e 1923, foi derrotada e a Rússia ficou isolada em uma situação extremamente difícil e dela emergiu vitoriosa uma pernicioso burocracia, que dominaria todos os setores da vida social na União Soviética e apresentaria o “socialismo num só país” como a saída para a situação caótica da Rússia.

O marxismo soviético eliminou qualquer possibilidade do marxismo ser “reprodução ideal do movimento do real”. Konder (1984) destaca que a consolidação do stalinismo resultou na conversão do marxismo em taticismo, em mera apologética das decisões da burocracia soviética. A redução stalinista do marxismo ficou conhecida como marxismo-leninismo. Esta doutrina cumpria uma função mistificadora e justificadora das idas e vindas da burocracia que vivia do sobre-trabalho da classe trabalhadora na URSS.

No âmbito do “marxismo-leninismo”, tal como ele se achava codificado no final dos anos 20, a perspectiva de Marx – mutilada de sua dimensão dialética – não podia incitar ninguém a refletir sobre o conceito de práxis, sobre a existência das *alternativas* na história, sobre o irrompimento do *novo* ou sobre o papel do *acaso* no processo histórico. Numerosas questões cruciais eram afastadas dos horizontes dos comunistas, porque a direção stalinista as achava supérfluas, vagas, “confusionistas”, inquietantes e passíveis de um uso político que não convinha ao partido (Konder, 1988, p. 43).

O marxismo-leninismo era a expressão teórica da brutal e sanguinária máquina de exploração e opressão, que se constituiu como “porta-voz oficial” do marxismo dentro do

sua afirmação de que na sua época ainda não era possível escrever uma nova interpretação de conjunto do sistema capitalista mundial.

movimento comunista, isto é, no movimento diretamente relacionado com a Terceira Internacional (Konder, 1984). Neste sentido, o marxismo-leninismo era tão subjetivista, quanto as diversas manifestações do pensamento burguês. A questão central não era estudar o movimento da realidade, mas justificar, como marxista, toda e qualquer movimentação da URSS. “Na terminologia marxista, começou a imperar um subjetivismo total e totalmente arbitrário, que era, porém (e para alguns o é ainda hoje) o meio adequado para legitimar com métodos sofisticados qualquer resolução como sendo um corolário lógico do marxismo-leninismo” (Lukács, 1979a, p. 34).

O “marxismo soviético” não existiu sozinho. Um subproduto de sua hegemonia sobre o movimento operário e na URSS foi o surgimento de um conjunto amplo, heterogêneo e diversificado de tendências e elaborações teóricas inspiradas pelo instrumental marxiano muito distintas de todas aquelas que existiram na Internacional Socialista e na Internacional Comunista. Elas ficaram conhecidas como “marxismo ocidental”, expressão criada por Merleau-Ponty e que foi melhor estudada e sistematizada por Anderson (1976/2004; 1983/2004).

Para o autor, o marxismo ocidental é o contraponto teórico da derrota do movimento operário e da consolidação do “marxismo soviético”. O primeiro foi produto de três derrotas históricas: (a) da onda revolucionária de 1918-23; (b) das iniciativas de Frente Popular⁹⁶ no final da década de 1930; (c) ascensão do nazismo. Assim, entre a manutenção

⁹⁶ A Frente Popular é uma tática criada pela Internacional Comunista em seu período stalinista e representa uma perversão da tática leninista de Frente Única. Esta parte da avaliação de que as diferentes experiências históricas do proletariado produzem, espontaneamente, um processo de diferenciação política no seu interior. A frente única tenta evitar que tal diferenciação resulte em um enfraquecimento das lutas operárias propondo a unidade das diversas organizações operárias em torno de bandeiras comuns – tanto no plano econômico (luta contra demissões, redução de salários, defesa da redução da jornada de trabalho etc.). A tática da frente popular é uma adaptação oportunista da frente única: enquanto esta propõe aliança apenas entre setores da classe trabalhadora, a primeira afirma que a classe operária deve se aliar com setores “progressistas” da burguesia. Historicamente, a frente popular apenas contribuiu para travar o avanço das lutas operárias e abrir caminho para a repressão destas pela burguesia (ver Mandel, 1982). Esta tática foi generalizada para todos os partidos comunistas do mundo. No Brasil, dois exemplos são paradigmáticos. Durante os anos 60, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) buscou fazer aliança com a burguesia brasileira e, com isso, abriu caminho para

do capitalismo nos países avançados e a consolidação do stalinismo na URSS, nasce uma “teoria marxista” marcada pela ruptura entre teoria e prática no seio de uma tradição, cuja radicalidade e novidade residiriam, justamente, na unidade entre teoria e prática. O marxismo ocidental era um produto do isolamento de intelectuais marxistas independentes tanto do stalinismo, quanto do movimento operário. Sua vigência poderia ser localizada no período que vai de 1918 até 1968, isto é, desde quando foram elaboradas as obras de Gramsci, K. Korsch e G. Lukács até os trabalhos de outros como T. Adorno, M. Horkheimer, H. Lefebvre, L. Althusser, Sartre, S. Timpanaro, L. Colletti e outros. Os países em que o marxismo ocidental desenvolveu-se foram, especialmente, Alemanha, França e Itália (Anderson, 1976/2004; 1983/2004).

Esta resposta à derrota do movimento operário internacional, ainda segundo Anderson (1976/2004), possibilitou a ampliação dos estudos marxistas em campos anteriormente pouco explorados ou mesmo inexplorados como estética, vida cotidiana, semiótica, ética etc. Anderson (1976/2004; 1983/2004) ainda destaca que, enquanto nos períodos anteriores, a intelectualidade marxista estava profundamente envolvida com partidos, sindicatos etc., a intelectualidade típica do marxismo ocidental seria, predominantemente, universitária, elaborando teorias cada vez mais abstratas, distantes das lutas reais e de análises políticas, econômicas e estratégicas. Aliás, esta separação das lutas reais da classe trabalhadora seria a força motriz e o elemento qualitativamente distintivo do marxismo ocidental⁹⁷.

o golpe militar de 1964. Atualmente, a tática é aplicada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que compõe um governo típico de Frente Popular: faz alianças com setores que, supostamente, representam a burguesia “progressista” representada na figura do vice-presidente, José Alencar, e também com os setores mais arcaicos da sociedade brasileira e que fizeram parte do mesmo regime de ditadura militar que perseguiu, torturou e matou diversos comunistas, como José Sarney e Paulo Maluf.

⁹⁷ Quando Anderson redigiu este trabalho, ele afirmou que o marxismo ocidental estava se esgotando e poderia entrar em crise – o que, em outro texto (Anderson, 1983/2004a), ele confirmou, ao dizer que o fim do marxismo ocidental deu-se com a retomada de lutas sociais no fim dos anos 60 e com a relativa renovação do marxismo que foi resultado dela, ainda que a unidade entre teoria e prática não tivesse sido restaurada e nem a “crise do marxismo”, representada pelo marxismo ocidental, superada.

O marxismo enquanto discurso deslocou-se gradualmente dos sindicatos e dos partidos políticos para institutos de pesquisa e departamentos universitários. Inaugurada com o surgimento da Escola de Frankfurt no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, a tendência era praticamente absoluta no período da Guerra Fria nos anos 1950, quando dificilmente se encontraria um teórico marxista de alguma importância que não fosse detentor de uma cátedra na academia, em vez de um posto na luta de classes (Anderson, 1983/2004, p. 151).

Um último aspecto importante do marxismo ocidental destacado por Anderson (1976/2004; 1983/2004) é o recurso de diversos teóricos a intelectuais que precederam Marx para complementar o pensamento deste. Assim, nas propostas teóricas dos marxistas ocidentais nota-se a influência de idealistas como Kant, Spinoza, Hegel ou Croce.

A classificação proposta por Anderson não deixa de ser forçosa e o termo “marxismo ocidental” é bastante inadequado. Netto (1996b) fez uma breve discussão crítica da classificação de Anderson, mostrando algumas de suas incongruências. Por exemplo, a inclusão de Gramsci e Lukács, ativistas do movimento revolucionário que participaram da fundação de um partido comunista (Gramsci) ou de um governo revolucionário (Lukács), em um leque que abrange teóricos que tiveram pouco ou nenhum envolvimento com o movimento operário, partidos, sindicatos etc.

A conclusão de Netto (1996b) é que o termo “marxismo ocidental” pode ser útil para localizar algumas concepções teóricas nascidas no interior da tradição marxista que possuem como elemento distintivo a disjunção entre pensamento e realidade, que se expressa pela elaboração de um veio antiontológico, epistemologicista e historicista no interior da tradição marxista. Desta forma, de um lado ficariam manifestações do marxismo como aquelas da Escola de Frankfurt, do althuserianismo etc. De outro, um marxismo

inerentemente ontológico, tal como se manifestou nas elaborações de Gramsci e Lukács⁹⁸ – no caso deste último, Netto (1996b) diferencia o historicismo do jovem Lukács, de “História e consciência de classe” da obra de Lukács desenvolvida a partir de 1930.

Outra tradição, concomitante ao marxismo soviético e ao marxismo ocidental, foi o trotskismo. A partir da degeneração do estado soviético, diversos militantes revolucionários agruparam-se em torno da Oposição de Esquerda Internacional, com a finalidade de organizar uma revolução política na URSS e derrotar o stalinismo lá e no plano internacional. Estes ativistas, após o acordo entre Hitler e Stálin que antecedeu a II Guerra Mundial, formaram a IV Internacional. O trotskismo foi capaz de manter a unidade entre teoria e prática, ao caracterizar os fundamentos histórico-sociais da URSS, analisar a derrota da classe trabalhadora no sistema soviético, elaborar uma alternativa política e programática para a superação do capitalismo no mundo. A IV Internacional, porém, após a II Guerra Mundial, foi marcada por uma série de cisões e pela incapacidade de se consolidar enquanto uma alternativa mundial ao capitalismo. As razões para isto podem ser encontradas no fato de que o fim da II Guerra Mundial foi seguido por um *boom* do desenvolvimento capitalista e pelo fortalecimento do bloco stalinista. Estes processos divergiam daqueles que Trotsky (1938/2004) tinha previsto e que possibilitariam o fortalecimento da IV Internacional: crises sociais e econômicas no capitalismo e no sistema soviético. Junto a isso, houve a eliminação física de diversos militantes trotskistas de todo o mundo pela enorme máquina policial criada pela URSS – sendo que o exemplo mais significativo foi o brutal assassinato de Trotsky por um agente secreto.

⁹⁸ Esta diferença também vale para a afirmação de Anderson (1976/2004; 1983/2004) de que a novidade do pensamento marxiano no marxismo ocidental aparecia edulcorada dada a sua mistura com pensadores não-marxistas. Se é correto isto, quanto ao caso de filósofos que recorreram a Spinoza ou Kant, por exemplo, não é correto para aqueles que buscaram aprofundar o estudo de Marx mediante uma análise do sistema hegeliano. A dívida teórica de Marx com Hegel foi enorme e reconhecida por ele mesmo, o que não ocorreu nos casos de Kant e Spinoza (Netto, 1996a).

De certa forma, desde o período de Marx e Engels até o colapso da Internacional Comunista o que se pode ver é que as principais mudanças vivenciadas pelo marxismo tinham profunda relação com revisões as quais, por meio de complementações, eliminações etc., procuravam retirar os elementos dialéticos e revolucionários do marxismo. Os períodos de renascimento e ressurgimento do marxismo foram marcadamente períodos em que a atividade de mudar e interpretar o mundo do proletariado foi o momento predominante. Em momentos de ofensiva histórica do proletariado, as deformações e adequações do marxismo aos interesses de burocracias, como aquelas que constituíram os partidos ligados à Segunda Internacional e à Internacional Comunista, foram duramente atingidas e criticadas.

Isto não significa que, em momentos de derrotas ou retrocessos de movimentos revolucionários, inexistam análises e elaborações que retenham o núcleo fundamental do pensamento marxiano. No entanto, as condições para a sua proliferação são profundamente adversas. Um exemplo ilustrativo é o trágico destino da maior obra de Lukács: a ontologia do ser social buscou revitalizar o marxismo mediante um retorno a Marx, mas a sua publicação coincidiu com a inauguração de uma onda contra-revolucionária que relegou o estudo de sua obra a pequenos círculos existentes em alguns países do mundo⁹⁹.

3. A revolução russa e a construção de uma nova psicologia

A revolução mudou completamente a organização social e política da Rússia. Enormes mudanças e progressos ocorreram nos campos da arte, da ciência, da educação etc. Novas leis e novas concepções mudaram a vida cotidiana de diversos setores que, anteriormente, viviam sob duras condições de opressão. O desenvolvimento da indústria, a

⁹⁹ Esta problemática foi expressa pelo próprio Marx (1844/2005) ao afirmar que não basta o pensamento tender a realidade, mas que também a realidade deve tender ao pensamento. Esta tese marxiana foi utilizada por Netto (2002) para analisar o destino da obra de Lukács no final do século XX.

elevação das condições de vida de toda a população e o atendimento de necessidades básicas foram algumas das diversas realizações da URSS. No entanto, diversas das conquistas foram perdidas com a ascensão do stalinismo – por exemplo, o internacionalismo operário deu lugar ao nacionalismo russo (Colletti, 1970), avanços científicos deram lugar a uma concepção partidista de ciência que resultou, por exemplo, nas bizarras proposições genéticas de Lysenko¹⁰⁰ (Jiménez Domínguez, 1994; Young, 1996), conquistas para as mulheres ligadas ao casamento, à sexualidade e à infância foram eliminadas (Parker, 2007a).

Isto também se refletiu na psicologia. Nesta seção exploraremos algumas delas, mostrando que a revolução russa abriu espaço para uma concepção de homem na psicologia que rompia com todas anteriores. A principal expressão deste processo foi a obra de Lev S. Vygotsky. Os retrocessos da revolução russa também resultaram em retrocessos na psicologia, com a canonização de alguns autores em detrimento de outros, com o empobrecimento dos debates e com a proibição de textos “profanos”.

3.1. Marxismo e psicologia após a revolução russa

O enorme atraso da Rússia refletia-se também no desenvolvimento de suas universidades. O primeiro Instituto de Psicologia do país foi fundado em 1912 na Universidade de Moscou, como resultado de uma iniciativa de um psicólogo idealista, Tchelpanov que, anos mais tarde, foi duramente criticado por Vygotsky. Este instituto foi o único do país até 1917, e os debates que nele se desenvolviam apenas refletiam os avanços

¹⁰⁰ Durante o período imediatamente posterior ao fim da II Guerra Mundial, a burocracia stalinista lançou uma ofensiva ideológica de oposição a tudo aquilo que representava o “capitalismo”. Isso deveria refletir-se na ciência: existiria uma ciência burguesa e outra proletária. Assim, tudo o que era produzido pela burguesia deveria ser rejeitado em sua totalidade. Neste contexto, Lysenko apresentou um ponto de vista “proletário” na biologia ao defender um “ambientalismo” que se oporia à genética “burguesa” de Mendel. Em 1948, os pontos de vista de Lysenko foram declarados corretos e de 1938 até 1960 nenhum livro de genética foi publicado. Este idealismo profundamente subjetivista teve resultados desastrosos na agricultura e na medicina soviéticas (ver Jiménez Domínguez, 1994; Young, 1996).

da psicologia na Europa (especialmente a Alemanha e a França) e nos EUA (Jiménez Domínguez, 1994; Leontiev, 1997).

A revolução de outubro de 1917 mudou, radicalmente, esta situação. As primeiras medidas dos revolucionários no campo da ciência possibilitaram uma explosão no desenvolvimento científico. No campo da psicologia passou-se pouco tempo até que surgissem as primeiras tentativas sistemáticas de elaborar uma “psicologia marxista”. Neste sentido, surgiram, em 1921, as propostas de Blonsky, que atuava no campo da paidologia (âmbito da psicologia que lidava com o desenvolvimento da criança, especialmente em contextos educacionais), sobre como desenvolver uma psicologia científica, a intervenção sobre “psicologia e marxismo” de Kornilov, no I Congresso Nacional de Psiconeurologia em 1923 – neste mesmo ano, Kornilov foi nomeado diretor de Instituto de Psicologia de Moscou, substituindo Tchelpanov – o qual, posteriormente, desdobrou-se em uma proposta “marxista” de psicologia, a reatologia. Também explodiram diversos outros desenvolvimentos teóricos como a reflexologia de Pavlov e Bechterev, a psicotecnia (um equivalente russo da psicologia industrial/do trabalho, ainda que com um sentido completamente distinto) proposta por Schpilrein, Gellerstein e outros. Além disso, também se abriu espaço para as discussões mais “tradicionais” da psicologia, como a psicanálise, a psicologia da Gestalt e outros (Jiménez Domínguez, 1994; Leontiev, 1997; Vygotsky, 1927/1997).

É no interior desta pluralidade e a partir do encontro de diferentes tendências que surgiu a intervenção de Vygotsky, a qual se desdobrou em uma proposta de psicologia histórico-cultural. Antes da consolidação do stalinismo, Vygotsky (1927/1997) escreveu

um ensaio seminal, “*O significado histórico da crise da psicologia*”, e, a partir do qual, desdobrou-se todo o programa de pesquisa ulterior de sua curta carreira¹⁰¹.

Neste ensaio, Vygotsky (1927/1997) afirma que há uma crise na psicologia e que ela decorre da incapacidade desta de coordenar dados heterogêneos, sistematizar leis, interpretar resultados, depurar métodos e conceitos ou estabelecer princípios fundamentais. Estes problemas, argumenta, são fundamentalmente metodológicos, isto é, são problemas que se referem à determinação do objeto da pesquisa, ao caráter e à natureza da ciência¹⁰².

Tal incapacidade refletiria o estágio embrionário do desenvolvimento da psicologia, que ainda não elaborara uma psicologia geral, uma ciência geral que possibilitasse a elaboração de princípios generalizadores, princípios essencialmente filosóficos. “No caso da psicologia, a ciência geral é a filosofia das disciplinas particulares” (Vygotsky, 1927/1997, p. 277).

A necessidade dessa ciência geral é apresentada por Vygotsky mediante dois caminhos. Primeiro, ele desenvolve uma teoria sobre o desenvolvimento das ciências e, em seguida, discute como a psicologia passou por esse processo de desenvolvimento até chegar em uma crise que representaria, justamente, a necessidade da ciência psicológica passar para uma fase de desenvolvimento posterior.

¹⁰¹ Vygotsky morreu extremamente jovem, com 38 anos e pouco antes do terror stalinista atingir o seu ponto máximo (ver, dentre muitos: Jiménez Domínguez, 1994; Tuleski, 2002; Van Der Veer & Valsiner, 1999).

¹⁰² Vygotsky (1927/1997) diferencia metodologia do conhecimento, o problema fundamental da psicologia, e metodologia de pesquisa – conjunto de técnicas de pesquisa. Muitas leituras de Vygotsky confundem estas duas noções de metodologia e terminam com conclusões bastante pragmáticas e ecléticas. Duarte (2000) aponta precisamente este problema em sua reflexão sobre a psicologia de Vygotsky. Por outro lado, pode-se encontrar no texto de Shah-Shuja (2008) uma percepção correta sobre a diferença entre metodologia do conhecimento e metodologia de pesquisa, mas sem tirar qualquer conclusão coerente com esta percepção. Assim, a autora cai em um ecletismo tão grande quanto as inconsistências de boa parte de suas teses. De qualquer forma, é importante enfatizar que a palavra “metodologia” realmente facilita a criação de equívocos, quando claro está que a necessidade apontada por Vygotsky é a de uma crítica ontológica do desenvolvimento científico da psicologia (sobre o papel da crítica ontológica para o desenvolvimento das ciências: ver Henriques, 1978; Lukács, 1979). Há que se destacar a existência de diversas imprecisões nos textos de Vygotsky, como referências equivocadas (por exemplo, trocar Marx por Engels no texto “A transformação socialista do homem”) e outros. Isto, tal como Leontiev (1997) apontou, decorre da corrida de Vygotsky contra a deterioração de sua saúde causada pela tuberculose que provocou sua morte.

Na discussão sobre o desenvolvimento geral das ciências, Vygotsky (1927/1997) – em uma análise que lembra muito a abordagem hegeliana ao desenvolvimento do Espírito (existe uma apresentação esquemática sobre isto em Tolman, 2001) – afirma que as ciências podem passar por duas fases fundamentais em seu desenvolvimento. Na primeira fase, a relação entre ciência geral e ciências específicas ocorre por uma diferenciação qualitativa. Neste momento, a ciência geral define um objeto geral, um conceito abstrato que deve permear todas as disciplinas particulares que, por sua vez, abordam indivíduos ou grupos de uma mesma categoria de objetos. Neste sentido, a ciência geral só afirma que a psicologia ocupa-se do que é “próprio de todos os homens” (Vygotsky, 1927/1997, p. 265). Esta conceitualização é decorrente da eliminação de todos os traços concretos da diversidade real dos fenômenos estudados. Neste estágio, as descobertas das ciências particulares que tendem a virar princípios explicativos percorrem um trajeto comum: (1) descoberta que muda a compreensão corrente sobre os fenômenos estudados pela ciência particular; (2) propagação da influência da nova ideia para fatos distintos dos que originalmente ela abrangia, mas para isso se realizar há uma transmutação da ideia, ela é formulada em termos mais abstratos e, conseqüentemente, diminuem as suas conexões com os fatos dos quais ela se originou; (3) ao modificar-se a configuração estrutural da ideia, esta muda o alcance da disciplina em que ela surgiu, isto é, há uma maior integração da ideia com a disciplina, a primeira chega a se apossar da segunda; (4) a ideia desprende-se do seu conceito inicial e estabelece conexões com domínios mais amplos de conhecimento, podendo estabelecer relações entre disciplinas distintas, integrar-se a um sistema filosófico ou a uma ideologia; (5) na última fase, a ideia é levada até uma radical generalização filosófica e, neste processo, ela se mostra, tal como realmente é e se converte em um fato da vida social, isto é, retorna ao ponto de onde surgiu¹⁰³.

¹⁰³ Sobre esta última fase, Vygotsky (1927/1997) afirma: “Por mais estranho que pareça, precisamente

Nesta primeira fase do desenvolvimento da ciência, há uma explícita tendência à criação de princípios explicativos a partir de domínios particulares e isto resulta em uma disputa entre disciplinas particulares que realizam descobertas parciais sobre princípios gerais. Na realidade, o desenvolvimento científico acaba revelando que, nesta fase, inexistem uma ciência geral capaz de articular um sistema teórico universalmente reconhecido, estabelecer princípios fundamentais etc.

Para Vygotsky (1927/1997) a ciência só passa à maturidade, a um grau de cientificidade, propriamente dito, em uma segunda fase de seu desenvolvimento: quando a articulação entre ciência geral e ciências particulares é puramente quantitativa, isto é, há uma relação orgânica entre estes dois níveis do conhecimento. Para defender esta tese, o autor afirma que não há uma diferença radical entre fato e conceito, tal como defendem diversas concepções de ciência. Todo fato é, em si, uma abstração da realidade e, portanto, já contém em si uma dada forma de conceitualização, enquanto todo conceito, por mais abstrato que seja, reflete relações e processos reais. Assim:

Se a base de qualquer conceito científico é constituída pelos fatos e, por sua vez, a dos fatos científicos radica nos conceitos, decorre disso inevitavelmente que, quanto ao objeto de análise, a diferença entre as ciências gerais e as empíricas é puramente quantitativa e não conceitual: tratam-se de diferentes graus e não de diferentes naturezas de um fenômeno. As ciências gerais não se ocupam de objetos reais, mas de abstrações; não estudam as plantas e os animais, mas a vida: seu objetivo são os conceitos científicos. Mas a vida também é parte da realidade e estes conceitos têm

quando foi levada até sua forma filosófica, quando parece velada por numerosas camadas e se coloca muito distante de suas raízes diretas e das causas sociais que a engendraram, somente agora ela descobre o que quer, o que é, de que tendências sociais procede, a que interesses de classe serve” (p. 272). A partir desta última fase, a ideia é confrontada por outras ideologias, outras tendências e forças sociais e ela morre ou continua existindo como parte de outras ideologias, outras tendências. Isto ocorre porque Vygotsky (1927/1997), partindo de Engels, afirma que as ideias sempre se concentram em torno de dois polos da vida social que representam as principais classes sociais em luta, o idealismo e o materialismo. Quando a ideia converte-se em dado filosófico, sua natureza social manifesta-se mais facilmente que enquanto dado científico.

protótipos na realidade. As ciências particulares têm como objetos fatos reais com existência efetiva: não estudam a vida em geral, mas classes e grupos reais de plantas e animais. Mas também as plantas e os animais, a bétula e o tigre, e até mesmo *esta* bétula e *este* tigre são conceitos. O fato e o conceito constituem o objeto de umas e outras disciplinas, mas somente em grau diferente, em proporção diferente (Vygotsky, 1927/1997, p. 282).

Vygotsky ainda argumenta que a constatação de que a diferença entre a ciência geral e as ciências particulares reside numa articulação distinta com os fatos e os conceitos, não dá base para se concluir que a ciência particular apenas se utiliza de conceitos gerados pela ciência geral para estudar fatos ou que a segunda olhe unicamente para os conceitos sem pensar nos fatos. Pelo contrário, é na ciência particular que nascem os conceitos que a ciência geral estuda, porque conhecer o fato é conhecer o conceito, enquanto o estudo do conceito pela ciência geral só pode ser realizado pelo recurso ao núcleo real sedimentado no conceito.

Neste sentido, à ciência geral cabe trabalhar com o material gerado por uma série de ciências particulares com a finalidade de criar uma elaboração e generalização teóricas qualitativamente superiores, o que é impossível no âmbito das ciências particulares. A ciência geral é a dialética da psicologia, isto é: “a ciência das formas mais gerais do devir tal e como se manifesta no comportamento e nos processos de conhecimento” (Vygotsky, 1927/1997, p. 290).

O segundo caminho tomado por Vygotsky para apresentar a necessidade de uma ciência geral na psicologia é a análise sistemática do próprio desenvolvimento da psicologia. Assim, para mostrar que a psicologia ainda carece de uma ciência geral, o autor mostra como três ramos particulares da psicologia – a psicologia teórica, que se ocupa do homem normal; a psicopatologia, que se ocupa do homem anormal; e a psicologia animal, que se ocupa do comportamento biológico – competiam para se constituírem enquanto

ciência geral da psicologia. A carência da ciência geral, ainda segundo o autor, também se mostra com diversas ciências particulares tentando derivar de conceitos parciais, princípios explicativos que, não obstante seu potencial heurístico no âmbito particular, acabam se mostrando completamente inadequados. Isto ocorre no caso da psicanálise freudiana que tenta generalizar os conceitos de inconsciente e sexualidade, no caso da reflexologia, que tenta generalizar o conceito de reflexo, no caso da psicologia da Gestalt, que tenta encontrar nas *Gestalten* o fundamento do mundo e, também, no caso do personalismo, que tenta encontrar na personalidade individual as explicações gerais.

Para Vygotsky (1927/1997), todas estas tentativas de universalizar ideias específicas são indicativas da necessidade de desenvolver uma “ideia-mestra”. O estudioso soviético ainda analisa os casos de teorias que tentam criar uma teoria geral mediante três procedimentos distintos, mesmo que parecidos: (1) pela tradução direta de leis, fatos e teorias de uma escola científica para outra, atuando mediante a “anexação” de territórios alheios; (2) pela associação de ideias entre sistemas teóricos distintos, realizando uma aliança que só é possível pela sobreposição de conceitos (por exemplo, associar Marx e Freud como se um e outro fossem diretamente conciliáveis); (3) pela importação de princípios explicativos gerados em outros sistemas sem dispor de um conjunto de princípios próprios.

Se na discussão sobre a relação entre fato e conceito Vygotsky (1927/1997) concluiu que “toda palavra é uma teoria” (p. 284), então, para ele, a crise da psicologia também se manifesta na carência de um vocabulário especificamente psicológico. Em geral, haveria na psicologia três tipos de vocabulários que seriam provenientes do emprego de: (1) palavras da vida cotidiana e, com isso, haveria uma espécie de redução da teoria ao senso comum; (2) terminologia filosófica traduzida em um sentido psicológico; (3) palavras das ciências naturais.

Assim, todas essas manifestações revelam uma crise da ciência psicológica, a qual carece de um sistema científico universalmente reconhecido, uma crise que resulta no surgimento de várias psicologias que estão em permanente luta entre si. Não obstante a enorme pluralidade de teorias que se manifestam na psicologia, Vygotsky (1927/1997), seguindo a tese de Engels sobre toda ideia polarizar-se em torno do idealismo ou do materialismo, conclui que, em última análise, todas as “psicologias” podem ser reduzidas a apenas duas: uma psicologia idealista e uma psicologia científica-naturalista ou psicologia materialista.

Vygotsky (1927/1997) entende que as raízes da psicologia estão no idealismo, isto é, nas discussões da filosofia idealista alemã sobre a “psicologia empírica”¹⁰⁴, mas, afirma que a crise da nova ciência resultou na divisão da psicologia empírica em uma psicologia materialista e outra idealista. Para ele, somente a primeira permitiria construir um projeto autenticamente científico; somente a psicologia materialista possibilitaria a construção de uma ciência geral que colocaria a psicologia em uma fase superior.

Antes de passar a uma explicação mais aprofundada sobre como a psicologia poderia alcançar uma maturidade científica, Vygotsky (1927/1997) afirma que a sua crise tinha uma força-motriz que também seria responsável pelo surgimento de um ramo materialista. Esta força-motriz era, para Vygotsky (1927/1997), a psicologia aplicada. Isto porque esta possuía três características que expressavam tudo o que poderia haver de progressivo na psicologia: (1) a prática, pois esta obrigaria a psicologia a reestruturar os seus princípios para superar a prova de realidade, isto é, confrontar suas teses teóricas com o real; (2) a necessidade de toda prática ser pensada e, assim, a psicologia aplicada demandava a elaboração de uma metodologia da ciência (que, para Vygotsky, é a

¹⁰⁴ Sobre a “psicologia empírica” abordou-se, ainda que superficialmente, no capítulo anterior. Vidal (2006) realiza uma didática discussão sobre os projetos de “psicologia empírica” no século XVIII, enquanto Danziger (1998) analisa a evolução posterior sobre esta proposta com as intervenções de Kant e, posteriormente, de Wundt.

filosofia); (3) a psicologia aplicada seria unilateral, isto é, para ela só importaria o que é causal e objetivo, o que serve à formulação de “uma teoria científica que leve à subordinação e ao domínio da psique, ao manejo artificial do comportamento” (p. 358).

Uma psicologia científica, objetiva, causal, ainda segundo Vygotsky (1927/1997), só pode ser produto do ramo materialista. Argumenta o autor que somente este ramo pode ser devidamente chamado de psicologia, pois é nele que existe uma tendência verdadeiramente científica, enquanto “a segunda psicologia [o ramo idealista] é impossível enquanto ciência” (p. 396). Todas as conquistas científicas da psicologia culminariam, necessariamente, em uma psicologia materialista. Esta seria a única herdeira de todos os avanços da psicologia ao longo de sua história:

A idéia de psicologia dinâmica e matemática de Herbart, dos trabalhos de Fechner e Helmholtz, a concepção de H. Taine sobre a natureza motriz da psique, assim como também a doutrina de Binter sobre o psiquismo postural ou a mímica interna, a teoria motriz de Ribot, a teoria periférica das emoções de James-Lange, inclusive a doutrina da escola de Würzburg sobre o pensamento, ou sobre a atenção enquanto atividade. Em poucas palavras, cada passo até a verdade em nossa ciência nos pertence. Porque de dois caminhos, escolhemos um não porque gostamos dele, mas porque o consideramos verdadeiro (Vygotsky, 1927/1997, p. 397).

A esta psicologia científica cabe estudar a psique, o que Vygotsky efetivamente tentou realizar em diversos trabalhos posteriores. Cabe ainda ressaltar uma polêmica abordada por Vygotsky neste ensaio seminal: o problema da psicologia marxista. Como foi apontado anteriormente, na época em que Vygotsky elaborou esta intervenção, explodiam diversas tentativas de articular psicologia e marxismo e, neste processo, construir uma “psicologia marxista”.

No seu trabalho sobre a crise da psicologia, Vygotsky critica todas as tentativas de encontrar nos clássicos do marxismo (especialmente Marx, Engels e Plekhanov) uma fórmula pronta e acabada sobre o psiquismo, como se fosse possível uma “ciência antes da própria ciência” (Vygotsky, 1927/1997, p. 366). Nos clássicos não há resolução para os problemas do presente, pois simplesmente eles não estavam colocados. Assim: “a única aplicação legítima do marxismo na psicologia seria a criação de uma psicologia geral cujos conceitos formulem-se em dependência direta com a dialética geral, porque esta psicologia não seria outra coisa que a dialética da psicologia” (Vygotsky, 1927/1997, p. 388). Isto porque:

O materialismo dialético é a ciência mais abstrata e sua aplicação direta às ciências biológicas e à psicologia, tal como se faz atualmente, não é mais que um amontoamento de estruturas lógico-formais, escolásticas, verbais, sobre categorias gerais, abstratas, *universais*, de fenômenos concretos, cujo sentido interno e cuja correlação se desconhece. *No melhor dos casos essa aplicação pode conduzir ao acúmulo de exemplos e ilustrações* (Vygotsky, 1927/1997, p. 390).

Com isso, Vygotsky afirma que é impossível uma aplicação direta do materialismo dialético à psicologia; que é preciso construir uma ciência intermediária entre a psicologia e o marxismo e, tal ciência, é precisamente a psicologia geral, a “dialética da psicologia” (p. 389). Não há qualquer possibilidade de encontrar uma fórmula acabada sobre o psiquismo nos clássicos e, por isso, Vygotsky (1927/1997) coloca que para aqueles que buscam ligar o marxismo à psicologia cabe apenas “apreender *em sua globalidade* o método de Marx, como se constrói a ciência, como focar a análise da psique” (p. 391).

Tendo estabelecido essas bases, Vygotsky dedicou seus esforços ao estudo das funções psíquicas em sua especificidade. A atividade científica de Vygotsky produziu diversas e formulações teóricas inteiramente novas na psicologia. Apesar da enorme

importância destes trabalhos, para o momento cabe, apenas, fazer uma menção superficial, com a finalidade de oferecer alguns exemplos ilustrativos do abismo que separam as ideias de Vygotsky e as ideias psicológicas que foram mencionadas no capítulo anterior¹⁰⁵.

A primeira e fundamental elaboração de Vygotsky foi a diferenciação entre processos psíquicos inferiores e superiores. Em 1930, publicou um ensaio em que discutiu as abordagens tradicionais da psicologia às categorias psiquismo, consciência e inconsciente. Neste ensaio, o autor criticou as abordagens da psicologia descritiva e da fenomenologia à psique, porque tomavam-na como algo isolado da realidade e sem ligação alguma com a materialidade do real. Também critica as abordagens teóricas, especialmente a psicanálise, que tomam o inconsciente como categoria central e aquelas que renunciam a qualquer estudo da consciência ou do psiquismo, tal como a reflexologia. A partir desta crítica, Vygotsky (1930/1997) afirma que a única resolução satisfatória pode ser dada por uma psicologia dialética que é capaz de entender a unidade do psíquico e do fisiológico, entendendo que o psiquismo é produto do desenvolvimento da natureza e de um salto qualitativo ocorrido em tal processo. Os processos psíquicos são, portanto, expressão subjetiva das funções cerebrais superiores e não podem passar por uma redução aos seus aspectos fisiológicos, assim como também é irreal abordar os processos superiores como algo completamente separado e sem base nos processos fisiológicos.

Assim, Vygotsky (1930/1997) defende que os processos psicológicos – o que é o mesmo que processos psíquicos superiores – são únicos e devem ser estudados em sua especificidade e a sua base real: as relações sociais reais estabelecidas entre os seres

¹⁰⁵ Sínteses importantes podem ser encontradas em uma enorme gama de trabalhos facilmente acessíveis. Todavia, há que se destacar que a maior parte desses trabalhos tenta diminuir, depurar ou eliminar pura e simplesmente a presença do marxismo na obra de Vygotsky – que, ao contrário do que se tentou demonstrar anteriormente, é o núcleo central de todas as formulações da psicologia histórico-cultural. Sobre este problema, há discussões realizadas por Tuleski (2002), Duarte (2001) e Elhammoumi (2001). O trabalho de Van der Veer e Valsiner (1999) é um exemplo claro de tentativa de reduzir o papel do marxismo na obra de Vygotsky e de desenvolver a tese de que a riqueza da obra vygotkiana é decorrente de sua inserção na comunidade intelectual da época.

humanos. Esta tese é explicitamente colocada em um manuscrito não finalizado de 1929: “a relação entre as funções psicológicas superiores foi outrora relação real entre pessoas” (Vygotsky, 1929/2000, p. 25).

Neste mesmo texto, o autor ainda desenvolve a ideia de que a existência em si da personalidade é mediada pela relação com os outros e estes são condição fundamental para o desenvolvimento para-si da personalidade.

A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Este é o processo de constituição da personalidade. Daí está claro, porque necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si (Vygotsky, 1929/2000, p. 24).

E para não deixar qualquer dúvida, o autor afirma em suas considerações conclusivas: “A personalidade é o conjunto de relações sociais. As funções psíquicas superiores criam-se no coletivo” (Vygotsky, 1929/2000, p. 35). Aqui está uma nova concepção de personalidade, de psicologia humana. Para Vygotsky, não há qualquer possibilidade de se produzir uma verdadeira ciência sem entender a intrínseca relação entre psicologia humana e atividade prática do homem.

Consequentemente, emerge uma psicologia que articularia em unidade indissociável o pensamento e a linguagem, assim como o processo de desenvolvimento e aquisição da linguagem e a atividade prática humana (Leontiev, 1997). Estas teses têm diversas implicações. Destacam-se aqui duas: para o campo da educação e para o campo dos estudos neurológicos.

No campo da educação, a afirmação de que os processos psíquicos superiores são produtos das relações sociais reais entre os indivíduos, só pode resultar na necessidade ineliminável de se colocar a relação dos sujeitos participantes do processo educativo com o

gênero humano. Não há qualquer possibilidade de se pensar uma educação sem fazer referência ao processo de transmissão das criações do gênero humano.

O desenvolvimento sócio-cultural do indivíduo é o desenvolvimento de um indivíduo histórico, portanto situado na história social humana. Para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que o indivíduo se aproprie dos produtos culturais, tanto aqueles da cultura material como aqueles da cultura intelectual (Duarte, 2000, p. 83).

Esta é a raiz da noção vygotskiana de zona de desenvolvimento próximo. Se os processos psíquicos superiores são produto das relações sociais, o processo educativo da criança deve diferenciar aquilo que surgiu espontaneamente, aquele conjunto de problemas que a criança pode resolver de forma independente, daquilo que constitui a zona de desenvolvimento próximo, isto é, do que a criança realiza em uma relação social, com o adulto atuando enquanto suporte no processo de aprendizagem. Duarte (2001), a partir de Vygotsky, mostra como a noção de zona de desenvolvimento próximo parte da compreensão de que o psiquismo é um produto social: os processos psíquicos constituídos de forma planejada resultam em produtos qualitativamente superiores aos formados espontaneamente¹⁰⁶.

No campo dos estudos psiconeurológicos Vygotsky (1934/1997) avançou para muito além das abordagens tradicionais e apontou diversas conclusões fundamentais. Após estabelecer o conjunto de características essenciais da consciência, Vygotsky (1934/1997) empreendeu uma série de pesquisas que permitiram superar todas as perspectivas anteriores sobre a localização das funções psíquicas no cérebro. Primeiramente, o autor nota como uma função complexa parcial em sua complexa relação com a totalidade da atividade cerebral constituída por relações dinâmicas determinadas e determinantes da função

¹⁰⁶ Shah-shuja (2008) apresenta uma interessante aplicação da zona de desenvolvimento próximo para o estudo de movimentos sociais, ainda que seja um estudo marcadamente eclético e sem qualquer preocupação com o estabelecimento de uma coerência interna de suas teses.

parcial. Neste mesmo texto, Vygotsky afirma que os estudos sobre patologias cerebrais revelam que elas são profundamente determinadas por alterações provenientes das relações extra-cerebrais, isto é, as relações sociais e a atividade prática humana mudam as atividades cerebrais:

A pesquisa de afasias, agnosias e apraxias leva-nos à conclusão de que, na localização destes transtornos, as alterações das conexões extra-cerebrais desempenham um importante papel na atividade do sistema de centros que assegura o funcionamento correto das formas superiores da linguagem, do conhecimento e da atuação. Esta conclusão é apoiada empiricamente pelas observações sobre a história do desenvolvimento das formas superiores de atividade da consciência, que nos mostram que inicialmente todas estas funções atuam em estreita conexão com a atividade externa e somente posteriormente parecem se interiorizar, transformando-se em atividade interna (Vygotsky, 1934/1997, p. 138).

Destas descobertas sobre o objeto de pesquisa, Vygotsky (1934/1997) tira conclusões quanto ao método: (1) a necessidade de substituir a análise elementarista dos complexos psicológicos, por outra que seja capaz de analisar partes específicas em unidades que conservam as propriedades inerentes ao conjunto; (2) priorizar a análise das conexões e relações interfuncionais; (3) abandonar as pesquisas com animais, pois estas não só não revelam qualquer coisa sobre o funcionamento cerebral humano, como só podem fundamentar conclusões profundamente enganosas.

3.2. A determinação histórica e o destino da obra de Vygotsky

Ainda que a apresentação anterior de algumas das teses centrais da obra de Vygotsky seja limitada, ela é suficiente para mostrar que a revolução russa abriu vias para o nascimento de uma proposição teórica sem precedentes no campo da psicologia.

Sem a localizar no interior da revolução russa e do marxismo, a obra de Vygotsky é incompreensível, pobre e inócua. Na contemporaneidade esta é a leitura predominante de Vygotsky. Este tipo de leitura foi facilitado pelo fato de boa parte das traduções das obras mais importantes de Vygotsky para o inglês terem eliminado tudo o que existia de “controverso”, isto é, marxista na obra do autor (ver Tuleski, 2002). Mas, obviamente, este problema não se reduz a isso. Mesmo cientistas que estudaram Vygotsky diretamente em seus escritos originais tentam eliminar o papel do marxismo na psicologia histórico-cultural e a afirmar que esta é o produto do engajamento crítico de Vygotsky com a sua comunidade intelectual. Esta tese idealista, desenvolvida por Van der Veer e Valsiner (1999), obviamente tem raízes no pensamento burguês.

Elhammoumi (2001) também demonstra que a recente explosão de abordagens sócio-histórico-culturais na psicologia decorre da busca de diversos cientistas, insatisfeitos com as pobres formulações do cognitivismo, por uma abordagem mais articulada e rica, tal como a psicologia histórico-cultural. No entanto, a prioridade desta leitura é, explicitamente, a de compreender a cognição humana sem olhar para a sociedade. A explícita subordinação da semiótica, dos signos e da cognição à atividade prática humana e diversas categorias fundamentais da psicologia histórico-cultural de Vygotsky simplesmente desaparecem nestas “novas” leituras.

A profunda interligação entre o projeto de Vygotsky e as novas condições sociais que emergiram com a revolução russa pode ser notada das mais diversas formas. O texto mais esclarecedor é, provavelmente, o ensaio “A transformação socialista do homem” em que Vygotsky (1930/2006) argumenta que a partir do momento em que o homem constituiu-se enquanto ser histórico e social não há qualquer barreira natural para o desenvolvimento humano. Daí, toda miséria e toda limitação humana decorre, puramente, das leis que

regulam o desenvolvimento sócio-histórico, isto é, leis que podem ser modificadas, destruídas, superadas.

Por isto, ainda segundo Vygotsky (1930/2006), a personalidade tem seus aspectos fundamentais determinados pela evolução social. Conseqüentemente, quando a sociedade é marcada pela divisão entre classes sociais, a personalidade se reduz a um desenvolvimento unilateral, no qual as capacidades humanas emergem de forma distorcida. Assim, Vygotsky (1930/2006) não tem a menor dúvida em concluir que: “Tão-só uma elevação de toda a humanidade a um nível mais alto de vida social – a libertação de toda a humanidade – pode conduzir à formação de um novo tipo de homem” (p. 11-12). Processo, no qual, a educação desempenharia um papel fundamental: “*As novas gerações e suas novas formas de educação representam a rota principal que a história seguirá para criar o homem tipologicamente novo*” (p. 10).

Com este aspecto pode-se demonstrar que a proposta de uma nova psicologia por Vygotsky visava a responder a uma série de problemas sociais postos pelo processo revolucionário. Assim, Tuleski (2002) aponta que boa parte das formulações de Vygotsky eram animadas pelos problemas da nova sociedade. Construir uma nova ciência era uma resposta a todas transformações que o povo russo vivia em sua vida cotidiana; olhar para a educação ou explicar como o social predomina sobre o biológico, eram respostas elaboradas por alguém preocupado com a formação do homem novo, com a superação definitiva da velha ordem.

O maior indicador sobre como a realidade da revolução era a fonte fundamental das perguntas que Vygotsky colocava para si mesmo está no valor que ele dava para a psicologia aplicada. Já se apontou que, para Vygotsky (1927/1997), as respostas e os dilemas da psicologia aplicada eram a força-motriz da crise da psicologia. É importante destacar que, na mesma época, diversos psicólogos norte-americanos também estavam

transformando a psicologia, a partir dos problemas práticos da sociedade capitalista dos EUA (ver capítulo anterior). Mas a diferença entre as respostas formuladas é abismal. Nos EUA, criou-se uma pseudo-ciência, uma cristalização ideológica fetichista do indivíduo isolado; na Rússia revolucionária chegou-se à prioridade ontológica da atividade prática humana sobre qualquer processo psicológico.

Tanto na psicologia soviética, quanto na psicologia que se desenvolveu nos EUA, a psicologia aplicada foi o ponto nodal para o desenvolvimento ulterior da psicologia. Isto decorre do fato dela estar em uma relação muito mais direta com as pressões sociais, do que qualquer projeto acadêmico de psicologia. Todavia, eram pressões sociais de naturezas absolutamente distintas. Em um país, nos EUA, os setores aliados da psicologia não eram trabalhadores, mas agentes das necessidades de reprodução e expansão do capital; em outro, na Rússia pós-revolucionária, a psicologia aplicada visava a responder, diretamente, à luta contra as forças do capital. O próprio Vygotsky tem consciência disso, quando afirma:

Nossa ciência não podia e nem pode desenvolver-se na velha sociedade. Ser dono da verdade sobre a pessoa e da própria pessoa é impossível enquanto a humanidade não é dona da verdade sobre a sociedade e da própria sociedade. Pelo contrário, na nova sociedade, nossa ciência converter-se-á no centro da vida (Vygotsky, 1927/1997, p. 406).

Também é precisamente no âmbito da psicologia aplicada que se pode notar os retrocessos da revolução russa e a emergência da burocracia stalinista. No início dos anos 1930, diversas modalidades de psicologia aplicada começam a ser condenadas, atacadas e até mesmo sancionadas. O caso da psicotecnia (psicologia industrial/do trabalho) é paradigmático.

No ensaio de Vygotsky (1927/1997) sobre a crise da psicologia, é justamente a psicotecnia que é tomada enquanto modalidade de psicologia aplicada superior a todas as outras proposições teóricas da psicologia. A tensão da psicotecnia com a realidade, para Vygotsky (1927/1997), obrigava até mesmo psicólogos idealistas como Münsterberg¹⁰⁷ tirarem conclusões mais próximas de uma psicologia científica do que de uma psicologia idealista. Qual a base desta visão positiva de Vygotsky da psicotecnia?

Segundo Jiménez Domínguez (1994), a I Conferência sobre Organização Científica do Trabalho na URSS ocorreu em 1921 e foi presidida por Bechterev (teórico da reflexologia). Este foi nomeado por Lênin que, naquele momento, preocupava-se com a criação de um estado que fosse capaz de tratar os operários de uma forma diferente do capitalismo. Assim, os temas abordados pelo congresso eram muito próximos de qualquer projeto de psicologia industrial – acidentes de trabalho, fadiga, orientação vocacional, processo de seleção etc. – mas o motivo básico dos estudos e das intervenções da psicotecnia era a proteção ao trabalhador – o que é muito diferente do que animou os trabalhos de psicologia industrial nos EUA dos anos 1920.

O autor ainda destaca que, a partir deste ano em diante, há uma expansão da psicotecnia que seria interrompida em 1931, quando ela caiu em desgraça, junto com Bechterev, Schpilrein e outros. Uma das acusações era a de que estes psicólogos atuavam como filantropos dos operários. O contexto era dado pelo processo de industrialização acelerada da URSS comandado pela burocracia stalinista e que, concretamente, resultou na intensificação da exploração da classe operária soviética. Em 1934, a tarefa de motivar e formar os trabalhadores tornou-se prerrogativa do partido e em 1935 nasceu o movimento

¹⁰⁷ Cabe notar uma pequena curiosidade. O segundo “papa” da psicologia experimental dos EUA, E. G. Boring, trabalhou por muito tempo na mesma universidade que Münsterberg e colocou para si mesmo a necessidade de combater todas as proposições teóricas defendidas por ele (Boring, 1952). Obviamente, dentre elas, deveria estar a visão de Münsterberg sobre a psicologia aplicada, já que Boring também combatia veementemente as propostas de psicologia aplicada (ver Finison, 1976; O’Donnel, 1979).

stakhanovista, inspirado em um super-operário que, supostamente, minou mais de 102 toneladas de carvão. Cada vez mais, o projeto de racionalização do trabalho na URSS estava voltado à otimização da exploração dos trabalhadores e não à defesa de seus interesses objetivos (Jiménez Domínguez, 1994).

Diante disto, tal como Jiménez Domínguez (1994) aponta, alguns psicólogos ligados à psicotecnia, como Schpilrein, desde 1929, vinham protestando contra a intensificação do regime de trabalho. Este psicólogo, posteriormente, foi acusado de trotskista e exilado do país (Jiménez Domínguez, 1994). A condenação da psicotecnia refletia a mudança no caráter do processo revolucionário.

Outra modalidade de psicologia aplicada, a paidologia, também foi condenada. Em 1936, ano em que Stalin declara que o socialismo já tinha se realizado na URSS, surge um decreto repudiando a paidologia, proibindo a sua entrada nas escolas e o seu ensino. A virada foi tão brusca que no Instituto de Psicologia da Universidade de Moscou diversos professores não sabiam o que poderiam ensinar para seus estudantes (Jiménez Domínguez, 1994).

Obviamente, as sanções e as imposições da burocracia stalinista não se colocavam somente sobre a psicologia aplicada. Em 1930, no I Congresso sobre o Comportamento Humano, há a proclamação oficial da adesão da psicologia soviética ao materialismo dialético. Daí em diante, a psicologia soviética assemelhar-se-ia cada vez mais com a psicologia típica das sociedades burguesas, ainda que com as especificidades da ideologia do período staliniano. Uma das marcas é um profundo subjetivismo em que predominam as citações de clássicos do marxismo (agora com Stalin entre eles) sobre qualquer outra forma de elaboração teórica¹⁰⁸ (Jiménez Domínguez, 1994; Teo, 1999).

¹⁰⁸ Na abertura de um dos seus livros, Lukács (1968) explica como foi obrigado a recorrer à tática das “citações protocolares” de textos de Stalin, para poder publicar seus trabalhos, mesmo quando se tratavam de explícitas polêmicas às elaborações stalinistas.

Por exemplo, Jiménez Domínguez (1994), a partir de McLeish, mostra como não se precisava de muito esforço para construir uma psicologia “científica”, bastava evitar um dos seis pecados capitais: “idealismo, materialismo mecanicista, reducionismo, dualismo, essência humana abstrata e ecletismo” (p. 17). Assim, bastou a Sergei Rubinstein combinar uma ênfase na consciência com citações dos clássicos, para ganhar o Prêmio Stalin em 1942¹⁰⁹ e bastou a Boris Teplov afirmar que seu trabalho psicológico fundava-se nas doutrinas de Marx, Engels, Lênin, Mitschurin, Lysenko e Pavlov para que seu trabalho de psicologia diferencial fosse reconhecido, no início dos anos 1950, como um avanço na psicologia científica (ver Teo, 1999).

¹⁰⁹ Rubinstein ficou mais conhecido por um livro, “*Ser e consciência*”, publicado na década de 1950, quando houve uma redução da repressão stalinista, o que permitiu uma relativa abertura nos debates teóricos. González Rey (1986; 2006), a partir de psicólogos russos como Annaniev, Abuljanova e outros, saúda o trabalho de Rubinstein por ele reconhecer o papel ativo do sujeito e dos processos de consciência, possibilitando, assim, uma compreensão adequada da personalidade humana. Neste caso, González Rey está fazendo referência aos trabalhos de Rubinstein que foram publicados após a década de 1950. Cabe investigar se esta ênfase seria produto de um subjetivismo imanente que se adequaria tanto às obrigações subjetivistas do stalinismo, quanto ao período de relativa “abertura” que se seguiu às denúncias dos crimes de Stalin realizadas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. No entanto, existe a possibilidade da leitura de González Rey (1986; 2006) dos trabalhos de Rubinstein refletir suas próprias noções teóricas, pois aqui se trata de um teórico que cinde materialismo e dialética e que define como a melhor via para a psicologia olhar tão-somente para a dialética, pois: “Um aspecto central da dialética é compreender o desenvolvimento de um sistema por meio de sua organização interna e das contradições dessa organização, e não pelas forças externas que atuam de forma imediata sobre o sistema” (2006, p. 352). Esta cisão culmina em uma hipertrofia da subjetividade, tal como realizam todas as teorias pós-modernas da contemporaneidade. É importante ainda destacar uma outra questão sobre as avaliações de González Rey acerca da psicologia soviética. O psicólogo cubano em diversos espaços tratou de apontar a obra de A. N. Leontiev como distante da psicologia de Vygotsky e como expressão teórica do objetivismo característico da época stalinista (ver González Rey, 1987; 2003; 2006). Todavia, não se pode ignorar alguns fatos que colocam em questão a avaliação do autor: Leontiev escreveu, dois anos antes da morte de Vygotsky, uma carta para ele lamentando as críticas cada vez mais intensas contra o trio Vygotsky, Leontiev e Luria); Vygotsky, poucos meses antes de morrer, tinha incluído Leontiev nos planos de criar uma nova instituição de pesquisa; com a ascensão do stalinismo, Leontiev ficou sem emprego e voltou a trabalhar mais intensamente durante a II Guerra Mundial em hospitais e encontrou espaço definitivo para seus estudos a partir da década de 1950, isto é, na mesma década da desestalinização; as obras de Vygotsky foram proibidas e só foram publicadas graças a um esforço de Luria e Leontiev que encontraram dificuldades enormes para publicar os trabalhos da psicologia histórico-cultural; Leontiev sempre se apresentou como um continuador dos trabalhos de Vygotsky (as informações foram retiradas de Lompscher, 2006; Tunes & Prestes, 2009). É claro que o stalinismo pode ter deixado marcas sobre a obra de Leontiev, assim como deixou sobre a de qualquer um – até mesmo Vygotsky, que buscou estudar, em conjunto com Luria, os efeitos positivos gerados pela coletivização forçada de Stálin na década de 1930 nos *kolkhozes* do Uzbequistão (este trabalho é relatado por Elhammoumi, 2001; assim como por Van der Veer e Valsiner, 1999). Também é verdade que, em alguma medida, existiu uma maior proximidade de Leontiev com a burocracia soviética, especialmente após os anos 1960. Contudo, assim como os trabalhos de Duarte (2000; 2001; 2006), Lompscher (2006) e outros vêm indicando, parece existir uma distância significativa entre o stalinismo e as proposições da teoria da atividade. Todas essas colocações representam algumas hipóteses que podem e devem ser estudadas. De qualquer forma, elas não reduzem a importância do trabalho de divulgação e elaboração de González Rey sobre a psicologia soviética.

O stalinismo não parou por aí. Após a II Guerra Mundial, em uma ofensiva antiocidente na Guerra Fria, Stalin escolheu Pavlov como o teórico fundamental da psicologia e, daí em diante, todos os psicólogos tinham que construir seus sistemas teóricos, supostamente aderentes do materialismo dialético, a partir da teoria dos reflexos de um cientista que nunca teve simpatia com os ideais da revolução (Jiménez Domínguez, 1994).

Desde a morte de Stalin em 1953 e, especialmente, com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956, inaugurou-se um período novo na URSS. As denúncias dos crimes de Stalin (os expurgos, os danos humanos gerados pela industrialização acelerada, pela coletivização forçada etc.) realizadas por Krushev, abriram um período de autocrítica na burocracia stalinista. Obviamente, por se tratar de um movimento gerado apenas por uma reacomodação de forças no interior da burocracia soviética, sem as massas lutando por uma revolução política, o processo de “desestalinização” foi profundamente limitado e nas primeiras manifestações de ameaças à burocracia esta fez de tudo para manter seu domínio intacto (Mandel, 1982; Paulino, 2008).

Estas mudanças também ocorreram em estreita associação com diversos outros acontecimentos. Ingrediente fundamental foi o desencadeamento de revoluções em diversos países atrasados e o despertar de atividades oposicionistas no interior das sociedades dominadas por burocracias “socialistas”. Isto tudo indicava o início de uma crise no sistema soviético que resultou em cisões no movimento comunista internacional, assim como na tentativa de revoluções políticas em alguns países que foram duramente reprimidas pela intervenção militar. Em 1948 houve uma cisão entre URSS e Iugoslávia e desde 1956 desenvolveram-se conflitos entre as burocracias soviética e chinesa que se desdobraram em um conflito aberto entre as duas potências nos anos 1960. Junto com isso,

ocorreram levantes populares na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968, ambos reprimidos duramente.

Konder (1984) tenta explicar parte destas crises fazendo referência ao fato de que, com as revelações dos crimes de Stálin, o PCUS perdeu boa parte de sua autoridade. Isto se refletiu nas tensões com a China, na Hungria e na Tchecoslováquia. Todavia, segundo Mandel (1982), a cisão do “movimento comunista internacional” refletia as disputas das distintas burocracias consolidadas em distintos países “socialistas”, a diminuição da passividade das massas diante dos avanços econômicos dos países socialistas (especialmente a URSS) e a crescente necessidade de reformas econômicas com o fim de manter o crescimento das economias do leste europeu e da URSS, intensamente prejudicado pelos desperdícios gerados pelos planos de planificação econômica criados por uma burocracia interessada em, acima de tudo, manter e aumentar seus privilégios.

Tudo isso sinalizava o início da crise do sistema soviético e de reformas que, todavia, não conseguiam ir às raízes do problema e, em última análise, apenas reproduziram as contradições do stalinismo. Estas crises, segundo Mészáros (2009), não podem ser compreendidas sem entender que elas eram as primeiras manifestações da falência histórica de toda tentativa de controlar o capital por uma força estatal.

Este período de crise teve enormes reflexos no interior da URSS. Após 1956, surgiram maiores possibilidades para a retomada de um desenvolvimento mais autônomo da ciência, ainda que isto não tenha eliminado todas as ingerências provenientes do PCUS. Com a relativa abertura de 1956 há uma reabilitação de Vygotsky, além de aumentarem os espaços para o desenvolvimento autônomo de teorias científicas, de debates e eventos científicos e para a criação de novos periódicos e sociedades científicas (Jiménez Domínguez, 1994; Tunes & Prestes, 2009).

Lompscher (2006) elaborou uma pequena sistematização sobre três momentos cruciais do desenvolvimento da teoria histórico-cultural da atividade (*Cultural-Historical Activity Theory*) que permite enxergar o impacto dos mencionados acontecimentos sobre a psicologia soviética. O autor apresenta três tendências inauguradas em períodos históricos distintos, resumidas a seguir:

- O primeiro período vai do diagnóstico de Vygotsky sobre a crise da psicologia até as primeiras ideias da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade de Leontiev. Enquanto, de um lado, Vygotsky elaborou as primeiras formulações de uma nova forma de estudar o psiquismo e realizou estudos sobre consciência, linguagem, emoções etc., de outro, Luria e, especialmente, Leontiev avançaram na elaboração de uma posição materialista sobre o psiquismo que só poderia ocorrer mediante a análise e o estudo da atividade humana. Neste período forma-se o trio composto por Vygotsky, Luria e Leontiev, assim como o grupo de jovens estudantes (Zaporozhets, Bozhovich, Slavina, Morozova e Levina) que colaboraram com os primeiros.
- A segunda fase tem seu início nos anos 1950, quando a teoria histórico-cultural passa a ser estudada mais aprofundadamente e aplicada em diversos campos por pessoas que estudaram com aqueles que trabalharam junto com Vygotsky. Neste período surgiram diferentes abordagens dentro da “escola geral” e, em geral, os estudos focavam diferentes tipos de atividades como jogar/brincar (*play*), comunicação, aprendizagem e política. Surgem as discussões sobre sentido, significado e questões ligadas à teoria da personalidade, assim como à metodologia. Neste período, há uma relativa secundarização dos aspectos coletivos da atividade humana e, com isso, de diversos problemas abordados pelo pensamento marxiano (este aspecto é destacado também por Engeström, 1999).

- O terceiro período coincide com as transformações que impactaram o mundo ao longo dos anos 1980 (queda do muro de Berlim, início do neoliberalismo, transformações tecnológicas etc.) e é marcado por dois aspectos: aplicação da teoria histórico-cultural da atividade no estudo dos novos fenômenos sociais e por um *boom* no desenvolvimento da teoria. Neste período, duas teses que foram secundarizadas no período anterior são resgatadas: as mediações materiais e ideais da atividade humana e o caráter coletivo da atividade humana, mesmo nas ações individuais.

A periodização de Lompscher (2006) é particularmente valiosa por revelar que: (1) as proposições teóricas de Vygotsky só encontraram espaço com o arrefecimento da brutalidade da burocracia soviética e, portanto, podia-se passar do naturalismo presente na reflexologia de Pavlov para uma concepção histórica sobre o desenvolvimento do psiquismo; (2) a explosão no desenvolvimento teórico da teoria da atividade, assim como da psicologia histórico-cultural ocorreu secundarizando a sua base marxista, isto é, o caráter determinante da atividade prática humana; (3) existiram tentativas de resgatar a base marxista enquanto pilar central das proposições de Vygotsky ou Leontiev.

Estes desdobramentos são verdadeiros tanto para a apropriação da obra de Vygotsky na URSS, quanto em outros países. Por exemplo, no trabalho de González Rey (1986), há a discussão das ideias de diversos psicólogos soviéticos – Vygotsky, Leontiev, Bozhovich, Rubinstein, Ananiev – sobre a personalidade. O autor defende a tese de que o estudo das funções psíquicas pela psicologia marxista só pode avançar após a superação do objetivismo da teoria da atividade, a concepção de conhecimento reflexo do marxismo e, a partir daí, olhar para a especificidade qualitativa e sistêmica da personalidade.

Na apresentação dos psicólogos soviéticos, González Rey (1986) enfatiza centralmente a necessidade de superar compreensões que reduzem a consciência a um

reflexo da subjetividade. Assim, o autor afirma que o conceito de “interiorização”, usado por Vygotsky para se referir aos processos externos que foram convertidos em operações psicológicas, foi mal compreendido, especialmente por Leontiev que teria se apropriado de forma unilateral deste conceito enfatizando apenas “o momento objetual, material, das operações que passam para um plano interno” (González Rey, 1986, p. 58).

González Rey (1986) ainda afirma que outros psicólogos soviéticos superaram a concepção de Leontiev. Assim, o autor cita Bozhovich, que reformulou a noção de motivação proposta por Leontiev. Segundo a ótica de González Rey (1986), a motivação, em Leontiev, é um objeto que representa uma determinada necessidade dada, enquanto para Bozhovich a motivação converte-se em uma combinação de necessidades, desejos e intenções. A partir desta definição, Bozhovich coloca como centro do estudo da motivação as complexas sínteses entre cognitivo e afetivo.

Já Rubinstein, ainda segundo González Rey (1986), vai mais além ao afirmar que “o conhecimento da vida do homem em geral (...) só pode ser conquistado mediante o conhecimento integral da psicologia humana” (p. 71). O foco do psicólogo soviético é compreender a construção da personalidade sem eliminar o caráter ativo do sujeito e também sem eliminar a unidade entre afetivo e cognitivo. González Rey (1986) ainda cita o trabalho de Ananiev, que redefiniu a atividade enquanto integração sistêmica do conhecimento, da comunicação e da atividade prática humana, sendo que, neste sistema, nenhum elemento é redutível ao outro.

No fim do texto, há uma tentativa de destacar os elementos comuns de todos os autores analisados em suas propostas teóricas sobre a personalidade: (1) conceber a personalidade em suas dimensões histórico-sociais, mas sem deixar de considerar a comunicação; (2) ênfase no papel da autoconsciência humana; (3) a necessidade de estudar a cognição e o afeto em sua unidade; (4) o caráter integral dos processos psicológicos

superiores; (5) a adesão a concepções teóricas do marxismo como, por exemplo, o papel ativo do sujeito (González Rey, 1986).

O mais importante é notar como nestas proposições teóricas há uma ênfase muito maior sobre o desenvolvimento dos processos psíquicos em sua independência, do que a interrelação com processos sociais mais gerais. Desta forma, pode-se perceber como, no próprio desenvolvimento da psicologia soviética, emergiram concepções psicológicas que visavam a eliminação da relação entre estudo dos processos psíquicos superiores e categorias como relações sociais de produção, trabalho e outras (Elhammoumi, 2001).

Este processo é ainda mais explícito na apropriação das propostas de Vygotsky nos países em que a intelectualidade não era obrigada a fazer referências formais ao marxismo. Neste caso, aparece a outra face da moeda. Os principais exemplos são as apropriações do instrumental teórico vygotskiano pelo cognitivismo liberal e pela chamada psicologia sócio-cultural. Segundo Papadopoulos (1995), estas duas tradições teóricas realizaram uma apropriação de Vygotsky criando um novo Vygotsky, mais adequado as suas necessidades teóricas.

O autor aponta que as ideias de Vygotsky foram levadas para o movimento cognitivista¹¹⁰ na psicologia nos anos da década de 1960 pelas mãos de Jerome Bruner que na tentativa de superar o esquema estímulo-resposta (S-R) do behaviorismo inseriu uma nova variável no esquema: o pensamento mediado por signos. Com isso, a resposta

¹¹⁰ O cognitivismo, segundo Prilleltensky (1994), contém um amplo leque de abordagens teóricas que enfatizam estruturas e processos mentais enquanto os elementos mais centrais e determinantes do comportamento humano. Trata-se de um resgate do “mentalismo” desdenhado pelo behaviorismo, ainda que não supere qualquer dualismo presente no behaviorismo acerca da interação mente e corpo. Segundo Prilleltensky (1994), o cognitivismo é marcado pela reificação do indivíduo ao tomar os processos mentais individuais enquanto uma realidade completamente desconexa do contexto sócio-histórico. A sua ênfase recai sobre regras, esquemas e representações internas do indivíduo evitando uma “contaminação” proveniente do ambiente. No campo da psicoterapia, por exemplo, o objetivo do terapeuta é erradicar crenças irracionais que levam a desordens emocionais. Nas palavras de Parker (2007a, pp. 105-6): “A Terapia Cognitivo-Comportamental não só reforça o foco no “aqui e agora”, em detrimento de fatores históricos e sociais. Não só a exploração e a opressão que a pessoa sofre são colocadas entre parênteses porque o psicólogo está apenas preocupado com como seu “paciente” ou “cliente” pensa e sente sobre isso durante a avaliação, mas é a história que é colocada entre parênteses. A história pessoal é tratada até mesmo como algo que pode ser enganoso, como uma fonte de erro.

expressa no comportamento passa a ser uma função do pensamento que, por sua vez, não é mais tratado como problema especulativo ou impossível de determinar, mas enquanto uma ferramenta para regular o comportamento.

Bruner, segundo Papadopoulos (1995), limita a teoria de Vygotsky à mediação do signo na relação entre o estímulo e resposta. O processo de aprendizagem ligado à zona de desenvolvimento próximo é reduzido à mera aquisição de novas ferramentas cognitivas, trata-se apenas de uma nova forma de controlar a conquista de metas de aprendizagem. A linguagem na caricatura de Vygotsky criada por Bruner é uma categoria envolvida em um dualismo: ela se refere à sociedade, enquanto o pensamento diz respeito tão-somente à esfera do indivíduo. Em síntese: “Ainda que Bruner tenha incorporado alguns conceitos isolados de Vygotsky de uma forma quase consistente, ele fracassou em compreender o seu programa científico e suas visões metodológicas” (Papadopoulos, 1995, p. 149).

A segunda abordagem típica de adaptação das ideias de Vygotsky destacado por Papadopoulos (1995) é o da psicologia cultural. Neste caso, Vygotsky é utilizado para o estudo dos processos cognitivos em uma abordagem culturalista. Afirma-se que a individualidade humana é formada pela interiorização de dispositivos sociais criados em interações sociais e que todo processo cognitivo só tem significado no interior de uma cultura específica. Com estas formulações, a psicologia cultural abre caminho para o relativismo e, neste processo, distorce a relação entre indivíduo e sociedade por alimentar uma visão de cultura enquanto fenômeno autosuficiente, autônomo em relação à estrutura mais fundamental da qual fazem parte todas as entidades sociais (Papadopoulos, 1995).

Ratner (2006) repete esta crítica ao analisar diversas abordagens da psicologia cultural, afirmando que elas são marcadas por um subjetivismo que toma a cultura enquanto produto de significados e sentidos dos indivíduos nas suas micro-interações

cotidianas, ou seja, hipertrofiaram o papel da subjetividade – usualmente reduzida à sua dimensão simbólica – na história.

No mesmo sentido das críticas anteriores, caminham as críticas de Elhammoumi (2001) e Tuleski (2002). O primeiro argumenta que a psicologia cognitiva e a psicologia cultural, cada uma a sua maneira, separaram consciência e atividade da estrutura concreta em que elas se desenvolvem: a primeira centra-se nos processos intra-psicológicos dos indivíduos, enquanto a segunda se reduz ao estudo da semiótica. Assim, conclui Elhammoumi (2001), ao não compreenderem que o trabalho de Vygotsky é uma extensão da concepção materialista da história, estas perspectivas teóricas são incapazes de compreender o significado real da psicologia histórico-cultural.

Tuleski (2002) realiza uma discussão crítica das traduções de diversos textos de Vygotsky que tentaram criar um estudioso “asséptico”, “limpo”, sem a retórica marxista que seria apenas um subproduto de imposições do contexto revolucionário facilmente cindível da verdadeira contribuição psicológica de Vygotsky. Assim, argumenta Tuleski (2002), se nos anos 1930 os trabalhos de Vygotsky enfrentaram uma censura do stalinismo, a sua apropriação no Ocidente passa por uma censura burguesa da sua formação intelectual marxista e do seu compromisso com a revolução¹¹¹.

Ambos os autores, Tuleski (2002) e Elhammoumi (2001), são enfáticos em mostrar a necessidade de se olhar para a intrincada relação entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção para se entender como é possível o desenvolvimento do psiquismo. Foi este o intento de Vygotsky em sua proposta de psicologia histórico-cultural e, em geral, ele foi perdido nas propostas psicológicas que surgiram no interior da URSS durante os anos 1930, na sua divulgação no Ocidente desde os anos 1960 e no *boom*

¹¹¹ No trabalho de Tuleski (2002) é possível encontrar referência a diversos autores que fazem este tipo de leitura de Vygotsky. O mesmo é possível encontrar em Duarte (2001).

de estudos que surgiram dos anos 1980 em diante (Elhammoumi, 2001; 2006; Jiménez Domínguez, 1994; Tuleski, 2002).

A vitalidade do trabalho de Vygotsky residia, fundamentalmente, nos acontecimentos revolucionários das duas primeiras décadas do século XX. Após este período, as condições para a superação das distintas formas de individualismo e irracionalismo produzidas pela psicologia foram mais favoráveis em outros países que passaram por ondas revolucionárias.

4. De 1920 até as lutas anti-imperialistas

4.1. Psicologia e marxismo na França e nos EUA

Ao mesmo tempo em que Vygotsky desenvolvia sua crítica à psicologia e redesenhava o terreno sobre o qual ela caminhava, na França dois marxistas chegavam às mesmas conclusões que Vygotsky quanto à situação de crise da psicologia e à necessidade de desenvolver uma proposição teórica mais rica e menos limitada que aquelas produzidas pela psicologia existente. Assim, Henri Wallon proporia uma “psicologia dialética” e Georges Politzer uma “psicologia concreta”.

Wallon foi um militante que esteve ligado ao Partido Socialista (PS) da França, aderindo posteriormente, em 1942, ao Partido Comunista Francês (PCF), participou ativamente da luta contra o fascismo e foi deputado entre 1945-46 presidindo uma comissão por uma reforma nacional na educação (Galvão, 2003)¹¹². No campo da

¹¹² As datas não deixam muitas dúvidas para afirmar que Wallon aderiu ao stalinismo. A sua entrada no PCF aconteceu quando o partido estava completamente stalinizado. Continuou membro de um partido que defendeu a ocupação da Polônia por Hitler para não entrar em conflito com a burocracia soviética e aturou a ocupação da França pelo exército nazista, até o momento em que Hitler invadiu a União Soviética. Diante desta situação e sob o chicote da burocracia stalinista o PCF passou a organizar a luta de resistência. Além disso, Wallon foi deputado quando o PCF apoiava o governo francês e, assim, favoreceu a restauração do capitalismo na França, ao invés da realização da revolução: clamou os trabalhadores para aumentar a produção; foi conivente com os massacres sistemáticos dos povos oprimidos pelo colonialismo francês – o Ministro de Defesa da França no início de 1947 era um membro do PCF sendo que entre 1946 e 1947 o exército francês realizou incursões sistemáticas contra o Vietnã, assim como o governo votou os créditos da

psicologia, Wallon criticou diversas abordagens psicológicas, tanto idealistas, quanto mecanicistas que reduziam o pensamento ao organismo e apontou para o materialismo dialético, enquanto ponto de partida fundamental para resolver os problemas das diversas propostas de psicologia por ele analisadas (Galvão, 2003).

No interior desta perspectiva, Wallon desenvolveu uma proposta psicogenética completamente original e polemizando com todas as teses correntes de sua época. A psicologia genética, tal como Wallon (1971; 1979) propõe, busca a gênese dos processos psíquicos com o fim de entender a totalidade da vida psíquica. Neste sentido, Wallon (1971) publicou um aprofundado estudo focando o desenvolvimento das condições psicobiológicas do psiquismo da criança, abordando como a gênese da consciência é um complexo processo que se inicia já nos primeiros momentos de vida e passa por uma evolução intrincada que envolve múltiplas dimensões como os processos motores, cognitivos e afetivos.

Obviamente, Wallon (1971), em sua proposta de psicogenética, não deixou de analisar as condições sociais do desenvolvimento psicológico da criança. Por exemplo, mesmo nos processos mais básicos do desenvolvimento da criança, o autor destaca a presença crucial do outro. Assim, no caso do surgimento da noção corporal, Wallon (1971) começa destacando que a criança, inicialmente, não estabelece limites claros que separam o mundo exterior e o mundo interior. Gradualmente, a criança vai delimitando e se diferenciando em um processo contraditório: ela adota um ponto de vista unilateral e combate qualquer não-eu de seu eu. Estes desdobramentos fazem com que o sincretismo seja reduzido e que a consciência ganhe autonomia. O predomínio da consciência coloca como exigência para a análise do desenvolvimento da criança, estudar o papel dos grupos e

guerra colonial (ver Claudín, 1986). Não obstante estes fatos, não se deve realizar uma relação mecânica entre convicções políticas e estudos científicos. Assim, a obra de Wallon foi de enorme importância, especialmente, para o estudo dos processos de desenvolvimento do ser humano.

dos meios em que a criança está inserida. Sem eles, é impossível pensar o desenvolvimento da criança em diversos aspectos: condições de vida, formas de pensamento, linguagem, costumes, crenças, formas de conhecimento etc.

Na análise do meio, Wallon (1979) ressalta a sua centralidade para o desenvolvimento do psiquismo e critica a postura que o reduz às disposições naturais e físicas do entorno imediato em que a criança vive. O meio, segundo Wallon (1979), é, sobretudo, produto de processos técnicos e culturais constituindo-se, assim, em um suporte social fundamental para a satisfação de qualquer necessidade.

O caráter histórico-social da psicogênese é explícito na noção de etapas elaborada por Wallon (1979). Encontra-se aqui uma proposta que contraria tanto relativistas que defendem a inexistência de qualquer etapa no desenvolvimento do psiquismo humano, quanto as noções de etapas defendidas pela psicanálise ou por Piaget.

Uma etapa para Wallon (1979) não é algo que ocorre da mesma forma em todas as pessoas, mas é um processo que condiciona o surgimento das diferentes funções orgânicas, afetivas e cognitivas da criança. O ritmo de sucessão das etapas é descontínuo, de rupturas, retrocessos e reviravoltas. O processo de desenvolvimento é uma construção progressiva em que há alternância de uma predominância afetiva e cognitiva e, em cada uma, há o predomínio de um tipo de atividade que correspondem aos recursos da criança para interagir com o ambiente. Se em uma etapa, uma função que era subordinada e secundária no conjunto geral de funções, na etapa seguinte, tal função pode ser predominante e subordinar todas as outras. Assim, no estágio inicial de maturação da criança, o desenvolvimento da noção de próprio corpo subordina todas as outras funções. Tal processo prepara a passagem para etapas posteriores em que o conjunto de funções proprioceptivas deixa de ser predominante e passa a ser subordinado à consciência.

Outro marxista que desenvolveu ideias próximas de Vygotsky e que – como o manuscrito de 1929 (Vygotsky, 1929/2000) indica – chegou a influenciá-lo foi Georges Politzer. Este chegou à França fugindo da repressão na Hungria decorrente da derrota do processo revolucionário húngaro de 1919. Assim como Lukács, Politzer compôs o governo revolucionário liderado por Béla Kun que fracassou e resultou em um enorme banho de sangue realizado pela burguesia húngara¹¹³. Politzer também manteve uma intensa atividade militante ligada ao PCF¹¹⁴ e foi tragicamente executado por nazistas em decorrência de suas atividades antifascistas.

Em um clássico texto, que foi estudado por diversos outros marxistas (por exemplo, Sève, 1979) que abordaram a relação entre marxismo e psicologia, Politzer (1998) realiza uma crítica da psicologia de sua época e, ao fim do texto, indica um caminho a ser seguido com as descobertas da psicanálise. Esta aliança de uma postura marxista com a psicanálise realizada por Politzer foi marcante e perdurou por um longo tempo na França (Ferreira, 2006c).

Cabe destacar aqui tão-somente alguns dos apontamentos críticos que Politzer (1998) dirigiu à psicologia, sem adentrar em sua discussão sobre a psicanálise.

¹¹³ Uma curtíssima referência biográfica a Politzer encontra-se em Ferreira (2006c). No entanto, cabe ressaltar que neste texto há diversas imprecisões. Por exemplo, o autor afirma, em um breve esboço biográfico, que Lukács filiou-se ao Partido Comunista Húngaro em 1928, quando na realidade isto ocorreu em 1919 (ver Konder, 1980). Este pequeno erro é parte de um tratamento inadequado do instrumental categorial do marxismo. Por exemplo, a alienação, complexo processo em que objetivações criadas pelos próprios seres humanos convertem-se em barreiras ao seu livre desenvolvimento, é apresentada enquanto “o ocultamento do que foi operado pelo trabalhador dentro das relações de produção” (p. 367) e a ideologia enquanto “falso saber” (p. 365). Claro está que a leitura do autor do marxismo é reducionista e tem como ponto de partida um outro: a leitura epistemologista de Marx realizada por Althusser. As diversas polêmicas sobre ideologia e alienação no marxismo podem ser encontradas em uma diversidade de trabalhos (Konder, 1980; 1984; 2002; Lessa, 2007a; Vaisman, 1989 e outros) e em nenhum deles aparece uma apresentação tão pobre das categorias marxianas, como a realizada por Ferreira (2006c). O autor também opera com a problemática e idealista separação entre dialética e materialismo que aparece no texto de González Rey (2006).

¹¹⁴ Politzer foi autor, segundo Netto (1985), de um manual de introdução ao marxismo, seguindo a típica redução do “marxismo-leninismo” e, portanto, reproduzindo todas as deformações stalinistas tanto do pensamento de Marx, quanto de Engels e Lênin. É interessante ressaltar que a obra apresentada aqui foi escrita antes de sua filiação no PCF, ocorrida em 1929. Após este acontecimento, Politzer afastou-se definitivamente da psicologia e da psicanálise, dedicando-se ao estudo da economia política e à militância (Bladé, 2005).

Primeiramente, o autor parte de um diagnóstico da ciência psicológica. Apresenta-a como uma sub-ciência que tem na estatística o seu centro e que se protege das críticas teóricas feitas a ela, definindo-as como “metafísicas”. Este problema residiria já na própria criação da psicologia por Wundt em sua tentativa de superar as limitações das psicologias “com alma” do século XVIII e a crítica kantiana. Politzer (1998) ainda nota como em 50 anos de história a psicologia nada avançou no campo da teoria. “Cinquenta anos de psicologia científica só conseguiram chegar à afirmação de que a psicologia científica está apenas começando” (p. 42).

Nestes 50 anos, a psicologia foi uma ciência que permanentemente oscilou entre objetivismo e subjetivismo, mas, na realidade, o principal problema da psicologia, segundo Politzer (1998), seria a sua falsidade. A falsidade só se compararia, segundo o autor, às distintas formas de espiritualismo: “A comparação da psicologia com a física de Aristóteles não é totalmente exata, pois nem é dessa maneira que a psicologia é falsa, mas à maneira das ciências ocultas: o espiritismo e a teosofia que, também, simulam uma forma científica” (Politzer, 1998, p. 43).

Segundo Politzer (1998), a única realização da psicologia, desde os projetos teóricos que emergiram no século XVIII até o presente, foi a de elaborar e racionalizar um mito para, em seguida, criticá-lo, tal como fez Watson e o behaviorismo. No entanto, o próprio behaviorismo apenas criou esterilidade ou a recaída “na fisiologia, na biologia, até mesmo na introspecção mais ou menos disfarçada” (Politzer, 1998, p. 47).

Politzer (1998) destaca que a falsidade da psicologia não é sinônimo de fracasso, mas, pelo contrário, é precisamente na produção de uma compreensão falsa do ser humano que reside o sucesso da psicologia. Foi na falsificação do ser humano produzida pela psicologia que a burguesia encontrou sua mística, assim como as sociedades anteriores tinham sua mística na religião:

A ideologia da burguesia não teria sido completa se não tivesse encontrado a sua mística. Após diversas tentativas, ela parece tê-la, enfim, encontrado: na vida interior da psicologia. A vida interior convém perfeitamente a esse destino. Sua essência é a mesma da nossa civilização, a saber, a *abstração*: só implica a vida em geral e o homem em geral, e os “sábios” atuais são felizes de herdar essa concepção aristocrática do homem com um maço de problemas de alto luxo (Politzer, 1998, p. 45).

Com esse diagnóstico, o autor só poderia concluir que o destino da psicologia só pode ser a dissolução. Para mostrar isso, o autor analisa três tendências: a psicologia da Gestalt, o behaviorismo e a psicanálise. A primeira teria valor por ser uma crítica ao procedimento elementarista da psicologia clássica que quebra a ação humana em elementos isolados para, em seguida, reconstruir esta totalidade a partir desses elementos. O behaviorismo teria uma importância por criticar todos os mitos da psicologia clássica anterior e, conseqüentemente, abrir vias para uma definição concreta do fato psicológico. Mas nenhum deles teria a importância da psicanálise que, por sua especificidade, oferece uma verdadeira visão dos erros da psicologia clássica: “longe de ser um *enriquecimento* da psicologia clássica, a psicanálise é a demonstração da sua *derrota*” (Politzer, 1998, p. 50).

A partir daqui se inaugura uma relação com a psicanálise que poucos teóricos marxistas franceses, que se ocuparam da psicologia, criticaram (por exemplo: Sève, 1979; Wallon, 1971)¹¹⁵. Após Politzer, foram diversas as tentativas de seguir a via aberta por ele: relacionar psicanálise e marxismo. Isso perdurou até o momento em que o marxismo perdeu espaço nos círculos acadêmicos franceses (Ferreira, 2006c).

A redução de espaços para o marxismo na França coincide com a trajetória do PCF desde o período da II Guerra Mundial até os eventos de 1968 e o subsequente esgotamento

¹¹⁵ O caso francês não é único. Na Alemanha também emergiram diversas tentativas de articular Marx e Freud, sendo que o exemplo mais típico e conhecido é o da Escola de Frankfurt (ver Anderson, 1976/2004; Holzkamp, 1984b/1991; Jacoby, 1977).

da onda revolucionária do século XX. Boa parte da intelectualidade francesa que teve alguma relação com o PCF desde o fim da II Guerra Mundial até os anos pós-1968, abandonaria o marxismo partindo de uma postura antistalinista que rapidamente se tornou antimarxista.

Desde os anos 1930 em diante, a stalinização de todos os partidos comunistas pelo mundo e o conseqüente controle doutrinário exercido sobre as ideias marxistas pelo stalinismo contribuiriam para a redução do espaço para o desenvolvimento de abordagens críticas em psicologia. As propostas de “psicologia marxista” que surgiram pelo mundo resumiam-se em repetir as glorificações que na época estavam na moda e que seguiam os padrões formais impostos pela burocracia stalinista, tal como foi descrito na seção anterior (ver Jiménez Domínguez, 1994).

Um exemplo interessante sobre estes desdobramentos é o caso da desconhecida, pouco influente, mas importante relação entre marxismo e psicólogos/psicanalistas nos EUA. Harris (1996) nota como desenvolveu-se um intrincado processo que impediu a concretização de diversas tentativas de construir uma nova psicologia a partir de sua articulação com o marxismo, num país marcado por um enorme sentimento anticomunista e no qual ocorreram expurgos e perseguições que começaram nos anos 1940 e foram intensificados ao longo dos anos 1960.

O fracasso destas tentativas teve alguns fatores externos determinantes como a fragilidade do movimento operário dos EUA e a intensa perseguição aos comunistas que acabou resultando em um comportamento de autocensura por boa parte daqueles intelectuais que simpatizavam com o marxismo. “Por todas as ciências sociais e nos espaços clínicos, ameaças, variando desde a falta de promoções até a perda de emprego, entrada em listas negras e deportação (no caso de emigrantes), suprimiram o conhecimento público do interesse no marxismo” (Harris, 1996, p. 73).

Situação que impediu qualquer visibilidade sobre os estudos marxistas que ocorreram nos EUA. Harris (1996) também mostra que boa parte das relações entre psicologia e marxismo nos EUA esteve, até a entrada no último quarto do século XX, predominantemente relacionada com a atividade militante nos partidos comunista e socialista dos EUA. Assim, era entre psicólogos envolvidos com partidos que aderiam a um programa político marxista que se desenvolveram pequenos núcleos de estudo da psicologia que rompiam completamente com a hegemonia behaviorista da psicologia típica daquele país.

Segundo Harris (1996), desde as primeiras décadas do século XX, o Partido Socialista dos EUA utilizava a ciência como ferramenta para as lutas internas e para a atividade de propaganda do partido. Segundo o autor, a questão central era usar a psicologia para explicar a passividade da classe trabalhadora e o fracasso do Partido Socialista. As explicações variavam desde uma fração de direita, que se fundava no evolucionismo de Herbert Spencer¹¹⁶ para afirmar que as massas não tinham evoluído e que a propaganda era inútil, até outra fração de esquerda que criticava o pessimismo evolucionário e apontava para as forças primitivas do indivíduo como uma força potencialmente libertadora. Na busca por análises que abordassem os fenômenos, tanto no nível individual, quanto no coletivo, estes psicólogos, em geral, recorreram à psicanálise apontando para a repressão dos impulsos instintivos de classes sociais inteiras como um problema a ser superado.

Ao longo dos anos 1930, assistiu-se a um processo de substituição das teorias motivacionais instintivas para explicações mais próximas da Psicologia da Gestalt e que buscavam contribuir para a mudança social mediante a engenharia social. A base destas propostas era, novamente, a passividade da classe trabalhadora que justificava uma

¹¹⁶ Portugal (2006) discute a relação entre ideias de Herbert Spencer e outros evolucionistas com o desenvolvimento da psicologia, especialmente em sua vertente inglesa.

abordagem que não dava muita importância para a sua atividade revolucionária (Harris, 1996).

A partir da segunda metade dos anos 1930, com as rupturas do Partido Socialista e o crescimento da hegemonia do Partido Comunista na esquerda dos EUA, boa parte das discussões sobre psicologia e marxismo passariam pelos espaços impulsionados pelo último. Exemplo disto era o periódico *“Science and Society”*, o qual, de acordo com Harris (1996), teve boa parte de suas páginas preenchidas com discussões sobre a psicologia contendo textos sobre as propostas de Pavlov, Freud e da Psicologia da Gestalt.

O autor ainda aponta que este ecletismo começa a se reduzir a partir de 1941, quando há um giro oportunista do partido que tentava ganhar setores médios da sociedade norte-americana apresentando-se em sintonia com o “americanismo do século XX” – o que definitivamente estava distante das concepções freudianas. A isto se somou a ofensiva ideológica stalinista decorrente do início da Guerra Fria que culminou em um repúdio total e completo da psicanálise. A burocracia stalinista da URSS, para afirmar sua superioridade, glorificou os trabalhos de Pavlov e Lysenko no estudo do comportamento.

Harris (1996) exemplifica como isto resultou em uma campanha antifreudiana no interior do Partido Comunista dos EUA citando o pronunciamento de um dirigente do partido: “Uma luta resoluta deve ser realizada defendendo a linha do partido contra os desvios oportunistas em todas as esferas, o que inclui a ideologia reacionária do freudismo e da psicanálise que, como uma peste, penetrou seriamente entre as camadas médias do partido” (Weinstone citado em Harris, 1996, p. 69).

Junto com isso, o partido, alegando questões de segurança, proibiu a seus militantes de entrarem em terapia e banuiu todo tipo de discussão que partisse de uma psicologia não-pavloviana. Só com a abertura, temporariamente possibilitada com os acontecimentos de 1956, há um processo de autocrítica quanto a campanha antifreudismo, mas, neste

momento, o partido já se encontrava desmoralizado e uma desfiliação massiva de membros tinha diminuído substancialmente o número de intelectuais em suas fileiras (Harris, 1996).

Daí em diante, a esquerda socialista dos EUA fragmenta-se em um enorme leque de pequenos grupos e o projeto de uma “psicologia marxista” passou a ser desenvolvido, prioritariamente, por intelectuais independentes de organizações políticas. Harris (1996) relata que após estes acontecimentos a psicologia ainda apareceu no interior dos pequenos círculos de esquerda na forma de práticas “psicopolíticas”: uma estranha combinação entre militância política, controle autoritário e manipulação da personalidade por líderes de sectos psicoterapêuticos¹¹⁷.

Tendo descrito algumas das articulações entre psicologia e marxismo elaboradas quase no mesmo período histórico de Vygotsky, pode-se notar que suas ideias não eram isoladas. Enquanto ele desenvolvia suas importantes teses, outros teóricos contemporâneos partiam de uma postura tão crítica quanto a de Vygotsky em relação à psicologia – ainda que os caminhos trilhados por Wallon, Politzer e diversos psicólogos dos EUA tenham sido muito distintos, o fato é que ambos tinham em comum o engajamento militante na atividade de transformar o mundo enquanto se o interpreta. Sem este elemento crucial, não existiria qualquer possibilidade de se perceber as limitações fundamentais de uma ciência que reproduziu, segundo a terminologia de Politzer (1998), a mística burguesa sobre o

¹¹⁷ Nos EUA surgiram diversos grupos políticos que combinam a militância política com a formação de grupos terapêuticos que, supostamente, servem para construir uma psicologia humana “alternativa”; uma constituição subjetiva mais próxima do programa político defendido pela organização. Harris (1996) cita o caso do secto organizado em torno de Lyndon LaRouche que buscava formar quadros militantes livres de poluição moral – para ele a psicanálise foi popularizada graças a um complô organizado por Rockefeller e a Nova Esquerda era uma “cabala de prostitutas e psicóticos” (Harris, 1996, p. 71) – mediante a aplicação de técnicas de coerção psicológica que se resumiam a isolar o indivíduo, submetê-lo a uma intensa crítica para extirpar traços burgueses, induzi-lo a depressão e, a partir daí, reconstruir um novo eu. Posteriormente, as propostas de coaconselhamento e terapia social reproduziram práticas mais ou menos semelhantes partindo da ideia de que a psicologia é condição para a política radical; a terapia é definida como a possibilidade de criar performances alternativas pelos indivíduos. Tal como Parker (2007a) aponta, são práticas que claramente subordinam a política à terapia e, assim, não contribuem para qualquer mudança social.

indivíduo. O mesmo foi realizado por diversos psicólogos engajados na militância revolucionária no início do século XX.

Todavia, estes passos embrionários no sentido de criticar a conversão da subjetividade em psicologia foram interrompidos pelo stalinismo. É fato que isso não significa que ideias marxistas no campo da psicologia não tenham se desenvolvido¹¹⁸, mas nada se aproximou do impacto e da profundidade das proposições de Vygotsky. Novas ideias sobre a psicologia, que levaram a rupturas com a apologética burguesa surgiram nas principais revoluções ou tentativas de revoluções que ocorreram após a consolidação do stalinismo, especialmente nas lutas anti-imperialistas.

4.2. Lutas anti-imperialistas¹¹⁹ e a psicologia: Argélia

¹¹⁸ Elhammoumi (2006) apresenta os nomes de diversos psicólogos que entre os anos 20 e 30 do século passado estiveram engajados na construção de uma psicologia marxista. No entanto, há que se fazer um apontamento que mostra que a ideia de que não houve qualquer articulação rica entre psicologia e marxismo desde a hegemonia do stalinismo é correta: (a) dos quatorze nomes mencionados por Elhammoumi, quatro eram psicólogos soviéticos (Lev Vygotsky, Pavel Blonsky, Sergei Rubinstein, Konstantin Kornilov), cinco estavam mais centrados na relação entre psicanálise e marxismo (Georges Politzer, W. Reich, O. Fenichel, Reuben Osborn, Burrill Freedman), um trabalhou crucialmente com crítica literária (Angel Flores), um (Pierre Naville) era militante trotskista, dois eram psicólogos norte-americanos (Junius Brown, Alistair Browne, além daqueles já mencionados) que o stalinismo encarregou-se de patrulhar e suprimir. Assim, pode-se notar que as condições sociais para o desenvolvimento de ideias como aquelas defendidas por Vygotsky eram profundamente adversas e, claramente, resultaram na ausência de trabalhos equivalentes àqueles da psicologia histórico-cultural ou da teoria da atividade por um longo tempo. Mesmo Elhammoumi (2006) reconhece isso ao afirmar que Vygotsky, mais do que qualquer outro, foi o que mais caminhou no sentido de construir uma psicologia marxista.

¹¹⁹ Nesta seção são mencionadas duas propostas psicológicas que estiveram estritamente relacionadas com algumas lutas anti-imperialistas do século XX. No entanto, deve-se fazer alguns destaques: (a) as lutas anti-imperialistas não foram os únicos acontecimentos revolucionários que ocorreram após a consolidação do stalinismo, cabe lembrar a Revolução Espanhola; (b) nem todas resultaram em revoluções sociais e, em poucas, setores marxistas e socialistas tinham grande influência, isto é, a força fundamental das lutas anti-imperialistas era um certo tipo de nacionalismo (ver Hobsbawm, 2008); (c) os exemplos aqui apontados – Argélia (1954-1962) e Cuba (1956-1959) são extremamente diversos em suas especificidades histórica e social; (d) em todos os exemplos a principal expressão da luta anti-imperialista deu-se pela luta armada guerrilheira; (e) a expressão fenomênica do imperialismo foi diferente em cada caso – na França tratava-se de um império típico do velho colonialismo, enquanto Cuba era vítima de outra forma de imperialismo, mais característica do tipo de capitalismo que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial; (f) todas as lutas mencionadas têm raízes em um período anterior à queda do muro de Berlim e, portanto, foram, de alguma maneira, influenciadas pela URSS; (g) o foco da discussão aqui não é tanto apresentar a origem, o desenvolvimento e o término das lutas anti-imperialistas, mas sim estabelecer uma ponte entre estes acontecimentos e os desdobramentos internos da psicologia.

Há que se separar aquelas lutas anti-imperialistas, que contribuíram para a dissolução das potências imperiais após a Segunda Guerra Mundial e aquelas que se desenvolveram posteriormente. No primeiro caso, entra a luta anti-imperialista argelina.

Não é possível compreender o desenvolvimento desta luta sem se levar em conta todos os acontecimentos que levaram ao fim da II Guerra Mundial. Segundo Hobsbawm (2008), boa parte dos países colonizados não nutriam simpatias pela luta antifascista que buscava derrotar o nazismo. Isto ocorria, porque os adversários da Alemanha nazista eram nada mais, nada menos que as grandes potências imperialistas e colonizadoras (Grã-Bretanha, França, Bélgica e Países Baixos). A adesão ao antifascismo ocorreu porque as forças anti-imperialistas dos países dominados pelas potências imperiais encontraram na URSS apoio, material e político, aos movimentos de libertação nacional. Assim:

Apesar de seus conflitos de interesse, que iriam ressurgir após a guerra, o antifascismo dos países ocidentais desenvolvidos e o antiimperialismo de suas colônias viram-se convergindo para o que ambos encaravam como um futuro de transformação social no pós-guerra. A URSS e o comunismo local ajudaram a transpor o fosso, já que significavam antiimperialismo para os primeiros e compromisso total com a vitória para o outro (Hobsbawm, 2008, p. 174).

Além disso, mesmo naqueles países em que não havia grande prioridade em se derrotar o Eixo, esperava-se que o fim da guerra resultaria na libertação nacional, pois a guerra tirou toda legitimidade do antigo colonialismo. Primeiro, porque a guerra mostrou na prática que era possível derrotar os impérios colonizadores. O caso da França era ilustrativo: um império colonizador que foi ocupado pelo exército nazista e que foi dividido segundo as prioridades da nação alemã. Segundo, porque diversas nações colonizadas lutaram ao lado de nações colonizadoras em nome da democracia, da liberdade e de tudo aquilo que o fascismo negava (Hobsbawm, 2008).

Em países como a Argélia, o fim da luta antifascista significou a abertura de um novo período que culminou em uma violenta luta por libertação nacional (Hobsbawm, 2008). No imediato pós-guerra esperava-se que os líderes franceses, especialmente De Gaulle, honrassem o compromisso de dar fim ao domínio imperial. A frustração desta promessa após a Argélia ter perdido 65 mil soldados na luta pela libertação da França, junto com a intensificação da opressão colonial – expressa pela eliminação física de líderes nacionalistas e opositores à potência estrangeira, na proibição de reuniões e na dura repressão a qualquer manifestação de organização política – criou um terreno em que as massas argelinas tornaram-se céticas sobre qualquer possibilidade de conquistar o direito de autodeterminação por meios institucionais ou pacíficos (Lippold, 2005; Sharawy, 2003).

Cabe destacar que diante da intensificação da dominação imperialista da França sobre a Argélia, o PCF desempenhou um papel que, mais tarde, teria consequências desastrosas para a esquerda francesa: a partir do momento em que a burocracia da URSS pronunciou-se dizendo que os povos das colônias francesas deveriam ser liderados por De Gaulle, o PCF atuou de forma a defender a manutenção da “União Francesa” e, mesmo após a matança de mais de 40.000 argelinos em 1945, manteve seu apoio ao governo francês e apenas clamou por uma “atitude mais compreensiva” (Claudín, 1986).

Do esgotamento de todas as alternativas, da inspiração no sucesso da revolução chinesa liderada por Mao Tse-Tung, do papel subserviente do PCF e de uma situação social explosiva gerada pela convivência imediata entre colonos franceses e as forças anti-imperialistas emergiu um violento conflito armado em prol da libertação nacional na Argélia. Com a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN) – que resultou da fusão de diferentes grupos armados e, cujo crescimento foi tão grande que, até mesmo, o Partido Comunista Argelino passou de uma postura crítica para a adesão a-crítica – a luta anti-imperialista passou a um grau superior de organização e, entre 1954 e 1962, assistiu-se ao

desenvolvimento de um conflito extremamente violento¹²⁰ que deixou mais de um milhão de mortos, mas que terminou com a vitória das forças revolucionárias – ainda que o presidente eleito em 1963 e líder da FLN, Ben Bella, tenha sido rapidamente deposto por um golpe militar que foi seguido por diversos outros (Lippold, 2005).

A vida e as ideias de Frantz Fanon, psiquiatra nascido em uma colônia francesa (Martinica) estão profundamente entrelaçadas com estes acontecimentos. Fanon formou-se em psiquiatria e após auxiliar o exército francês na luta contra o fascismo, engajou-se na luta por independência da Argélia compondo a FLN (Lippold, 2005). Fanon não foi psicólogo¹²¹ e nem pode ser considerado um marxista, no entanto, ele teve na psicologia e no marxismo pontos de partida fundamentais para suas ideias. Além disso, a obra de Fanon revela como a ruptura entre elaborações teóricas apologéticas tem na atividade revolucionária o ponto de partida.

A problemática fundamental que permeia as ideias psicológicas de Fanon é a dominação colonizadora. Nos seus trabalhos há um explícito uso da psicologia para atingir determinados fins políticos, isto é, ele buscou politizar a psicologia e, também, levá-la para a política mediante uma análise psicológica do racismo colonial (Hook, 2004a). Mesmo reconhecendo que a natureza do seu trabalho é fundamentalmente psicológica, Fanon afirma que a identidade racial antes de ser psicológica, foi sócio-política. Assim:

O centro da ‘psicopolítica’ de Fanon é exatamente levar em conta ambos os fatores (isto é, o psicológico e o político) *e seus efeitos*

¹²⁰ Hobsbawm (2008) fez uma breve descrição que explicita a gravidade e a violência do conflito: “A guerra argelina foi assim um conflito de uma brutalidade peculiar, que ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de segurança de países que se diziam civilizados. Popularizou o infame uso posterior e generalizado da tortura com choques elétricos aplicados a línguas, bicos de seios e órgãos genitais, e levou à derrubada da Quarta República (1958) e quase à da Quinta (1961), antes que a Argélia conquistasse a independência que o general De Gaulle há muito reconhecia como inevitável” (p.218). Lippoldi (2005) descreve brevemente o desdobramento do conflito argelino.

¹²¹ Todavia, Hook (2004a; 2004b) opera a partir da tese de que há identidade entre psicologia e psicanálise, tomam as ideias de Fanon enquanto ideias psicológicas. No entanto, claro está que elas são fundadas na psicanálise (Hook, 2004b). De qualquer forma, aqui se usará a palavra psicologia para manter uma proximidade com a terminologia existente nas fontes utilizadas para fundamentar a discussão sobre Fanon.

recíprocos e combinados. Crucialmente, deve-se compreender, primeiro, *como a política impacta o psicológico*. Porém, mais do que isto, é preciso tentar compreender *como a psicologia pessoal pode repetir, internalizar e reforçar ainda mais tais efeitos políticos no nível da identidade pessoal*. O projeto de Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*¹²², então, pode ser visto como o de traçar o intercâmbio entre psicologia pessoal, de um lado, e forças sócio-políticas de influência, de outro (Hook, 2004a, p. 90).

Fanon partiu da clássica crítica de que a psicologia ignorou o econômico, o social e o histórico na produção de teorias sobre a psicopatologia que eram, na realidade, universalizações de conceitos eurocêntricos. Fanon tentou superar este problema colocando que toda e qualquer noção sobre psicopatologia deveria ter seu ponto de partida na categoria alienação. O valor desta, para Fanon, residiria no fato dela, necessariamente, ligar a experiência individual com as condições sociais (Hook, 2004a).

No entanto, segundo Hook (2004a), a categoria é adaptada segundo as próprias concepções de Fanon: a base econômica e a relação da alienação com as classes sociais, tal como foram desveladas por Marx, deram lugar a uma concepção cultural e psicológica do fenômeno da alienação. Fanon realiza isto substituindo a centralidade da categoria classe pela de raça.

Partindo deste ponto, Fanon estuda a experiência do sujeito negro, isto é, de um sujeito colonizado. Ser um sujeito colonizado significa: “existir em um estado de poucos ou nulos recursos culturais próprios, porque eles foram erradicados pelo imperialismo cultural do colonizador” (Hook, 2004a, 95). Neste processo, o negro conhece a si mesmo, segundo os termos do opressor e, assim, passa por um processo de despersonalização sistemática que resulta em um complexo de inferioridade socialmente induzido. Esse

¹²² Os dois livros que, em geral, são analisados por psicólogos que discutem as ideias de Fanon são: “Pele negra, máscaras brancas” e “Condenados da Terra”.

processo é inerentemente violento, é parte de um sistema de dominação e poder que impõe ao sujeito colonizado uma visão de si mesmo destituída de valor.

Para abordar estes problemas e a violenta alienação que resulta em sofrimento psíquico, Fanon desenvolve a noção de internalização e propõe uma psicologia sócio-genética, isto é, uma psicologia que compreende como uma realidade sócio-histórica é assimilada em uma realidade subjetiva. Isto significa que “não podemos compreender adequadamente a psicopatologia, ao menos no contexto colonial, sem considerar os desequilíbrios de poder político que a condicionam e originam” (Hook, 2004a, p. 99-100).

Hook (2004a; 2004b) explica que este emprego da psicologia para criticar o racismo cumpre, fundamentalmente, a função de dramatizar o racismo por desvelar a vida psíquica resultante do poder colonial. Pode-se explicitar todo o procedimento de Fanon discutindo, por exemplo, a tematização que ele realiza da “vida psíquica do poder colonial”, tal como ela se desenvolveu na Argélia.

A vida psíquica do poder colonial tem sua origem no encontro colonial, na justaposição entre brancos e negros em um contexto de colonização. Esta situação específica resultaria em uma formação psíquica neurótica (produto do conflito entre pulsão ou desejo básico e a necessidade de reprimi-lo) do negro, uma neurose da negritude (*neurosis of blackness*). A manifestação desta formação neurótica é o desejo de ser branco que, por sua vez, entra em conflito com a condição do negro em uma sociedade racista. Concordando com Freud, Fanon vê na origem de toda formação neurótica um trauma, real ou não, vivido na infância. No caso da neurose analisada por Fanon, o trauma é produto da exposição das crianças negras, desde os seus primeiros momentos de vida, aos valores racistas constituintes de todo e qualquer ambiente colonial. Portanto, o trauma infantil em Fanon, é um trauma cultural, produto da internalização de uma realidade sócio-histórica específica (Hook, 2004b).

Fanon ainda trabalhou com diversas categorias “psi” para realizar sua psicanálise da vida colonial: analisou a constituição do negro enquanto objeto fóbico dos brancos; explico que o racismo tem origem em um mito fundador, o mito do preto (*negro myth*), que constituiu o inconsciente coletivo do contexto colonial; apontou para a conversão do negro em bode-expiatório dos brancos etc. (Hook, 2004b).

Com estes apontamentos Fanon tentava revelar todos os danos, todo o sofrimento gerado pela política racista no nível psíquico. Além disso, ao colocar que a constituição identitária do sujeito negro era profundamente marcada pelo racismo, Fanon afirmaria que o papel da psicologia seria inerentemente político e que ela seria fundamental para restaurar a liberdade dos negros. Se a situação colonial gerava patologia, então era preciso superá-la socialmente pelo ativismo e individualmente pela clínica. Desta forma, ativismo e clínica seriam complementares: “Tal como a psicanálise espera libertar o neurótico de sua neurose pessoal, o texto [Pele negra, máscaras brancas] intencionava oferecer meios de *aliviar formas de neurose racial*” (Hook, 2004a, p. 104).

Hook (2004a) mostra como esta ideia influenciou fundamentalmente o Movimento da Consciência Negra, como Steven Biko propôs. Para este, o primeiro passo para a libertação era “*a destruição do aspecto subjetivo da opressão negra*” (Hook, 2004a, p. 104). Nesta perspectiva, libertação psicológica é pré-requisito da liberdade política¹²³.

¹²³ Esta forma de conceitualizar as condições para a realização de mudanças sociais é repetida por Marcuse (1968; 1979), que a elabora de uma forma brilhante. A sua tese fundamental é a de que as condições objetivas da revolução já estão postas e que o problema liga-se às condições subjetivas, pois, segundo ele, a necessidade subjetiva da mudança social é reprimida de duas formas: satisfação real das necessidades e a manipulação das necessidades (Marcuse, 1968). No entanto, esta situação coloca uma nova estratégia para a mudança social: “temos de ser livres para poder criar uma sociedade livre” (Marcuse, 1968, p. 197). Os grupos marginais e a intelectualidade seriam os setores decisivos da revolução social: os primeiros porque não foram integrados pela ordem capitalista e os segundos podem ser importantes para desvelar as necessidades manipuladas. Em outro texto, Marcuse (1979) ressalta a importância crucial da superação das velhas formas de oposição pela “Nova Esquerda”, que foi capaz de compreender como a mudança da subjetividade é uma condição ineliminável para a mudança social: “A insistência da Nova Esquerda da subversão da experiência e da consciência individual, em uma revolução radical do sistema de necessidades e gratificação, em poucas palavras, a persistente demanda por uma nova subjetividade, coloca para a psicologia um significado político decisivo. Os controles sociais manipulativos que mobilizaram até mesmo o inconsciente em prol da manutenção do *status quo* tornaram a psicanálise um objeto de extremo interesse

No plano teórico, Fanon reflete todas as marcas de seu tempo e de seu contexto histórico. Fanon vivenciou não só a traição da burguesia francesa, que prometeu libertar as colônias, após a vitória da luta antifascista, mas também assistiu a, já mencionada, trágica atuação do PCF no imediato pós-guerra (ver Claudín, 1986).

Nesta época, proletariado urbano e marxismo ficaram identificados com as ações profundamente burocráticas e oportunistas do PCF. Ao mesmo tempo, Fanon vivia os influxos exercidos pela vitória da revolução chinesa, liderada por Mao Tsé-Tung, em 1949. A vitória deste processo revolucionário, a mais importante desde 1917, teve um enorme impacto sobre todas as lutas anti-imperialistas posteriores. É preciso destacar que a revolução chinesa de 1949 tem raízes na violenta derrota política sofrida pela classe operária na revolução de 1929; a primeira foi massacrada pelo partido nacionalista chinês, que chegou ao poder no fim dos anos 1920 com o apoio da Internacional Comunista. Desta derrota, Mao e diversos revolucionários fugiram para o campo e reorganizaram sua luta a partir do campesinato, o que resultou na vitória de 1949 (Trotsky, 1931/1979). Assim, a principal classe social no processo revolucionário chinês foi o campesinato (Mandel, 1982).

Do sucesso da revolução chinesa, desdobraram-se diversas conclusões que pouco tem a ver com a análise ontológica marxiana original. Por exemplo, o campesinato é marcadamente heterogêneo, tendo dentro de si setores mais próximos da burguesia e setores mais próximos da classe operária¹²⁴. Desta situação específica do campesinato, camada social com quem os revolucionários chineses prioritariamente desenvolveram a atividade política, só poderia resultar em uma flexibilização e transformação da

novamente. Somente a libertação de impulsos reprimidos e sublimados pode quebrar o sistema de desejos e necessidades consolidado no indivíduo e criar um lugar para o desejo por liberdade” (Marcuse, 1979, p. 5-6).
¹²⁴ Este debate foi brevemente abordado em um texto publicado anteriormente. Nele é possível encontrar algumas referências importantes (Lacerda Jr. & Guzzo, 2006). Ver também o clássico trabalho de Trotsky (1931/1979).

tematização das classes sociais por Marx. Emerge, assim, uma reavaliação da posição da classe operária no processo revolucionário. Há aqui uma clara confusão entre centralidade ontológica e centralidade política ditada pela conversão da necessidade política em virtude teórica¹²⁵. O maoísmo ainda procedeu ou abriu espaço para outras revisões: por exemplo, na luta internacional, o maoísmo afirmaria que a principal contradição da época imperialista é entre países imperialistas e países colonizados, isto é, as contradições existentes entre nações e não entre capital e trabalho.

O elemento mais problemático é a substituição da categoria classe pela de raça, o que é apenas uma consequência do fato de Fanon ter secundarizado a contradição antagônica entre capital e trabalho, para se centrar na relação entre potência imperialista e colônia¹²⁶. Por isso, Sharawi (2003) apresenta Fanon mais como um nacionalista do que como um socialista.

Além disso, partindo da experiência empírica de apoio do PCF e de vários franceses aos ataques militares sobre a Argélia, Fanon nutriu uma enorme desconfiança do proletariado urbano (Sharawi, 2003). Chegou a afirmar que a classe trabalhadora europeia era tão racista quanto a classe dominante, o que Fanon explicou psicanaliticamente

¹²⁵ Lessa em pelo menos três trabalhos (2002; 2007a; 2007b) faz diversos apontamentos sobre como o pensamento da esquerda do século XX foi marcado por uma enorme confusão entre centralidade ontológica e centralidade política de determinadas classes sociais constituintes do capitalismo. Em geral, estas confusões eram ditadas por um imperativo de converter a necessidade em virtude.

¹²⁶ Hook (2004b) nota que há uma relação entre a negligência da categoria classe social por Fanon e a sua situação de classe específica: médico, bem educado proveniente da classe média de uma colônia francesa. Nesta situação, Fanon encontrava-se em uma situação ambígua, entre uma vida marcada pela máscara branca e pele negra. Por outro lado, setores mais explorados e mais pobres não necessariamente estão sujeitos ao problema da “máscara branca”, simplesmente porque não possuem qualquer possibilidade de ter uma experiência de “branquidade”. Esta hipótese provavelmente está correta, mas a negligência da questão de classe por Fanon também se deve à sua adesão a um projeto político específico durante o processo revolucionário argelino, um projeto fundamentalmente nacionalista. Neste sentido, a mobilização das classes sociais em torno de um projeto de nação não tem na classe social o seu principal elemento, mas sim em categorias que permitiam alianças táticas entre setores socialmente heterogêneos (por exemplo: a burguesia nacional com o operariado). Obviamente, tal como o fracasso da FLN e o mergulho da Argélia em uma sucessão de golpes e em uma prolongada guerra civil mostram, a aliança de interesses heterogêneos era muito frágil e apenas deslocou as contradições entre os interesses objetivos das classes sociais envolvidas na luta revolucionária para um momento posterior, com consequências desastrosas.

utilizando o conceito de “bode expiatório”. O povo colonizado seria a única força social¹²⁷ que não poderia encontrar um “bode expiatório” simplesmente porque sua inferiorização atingia níveis extremos e, portanto, só entre os colonizados a busca por “bodes expiatórios” era interrompida e poderia ser superada (Hook, 2004b). Esta lógica também é aplicada por Fanon na sua avaliação dos setores sociais mais importantes da nação colonizada. Sharawi (2003) nota que Fanon não via na classe operária da Argélia o sujeito revolucionário, mas sim nos camponeses e, especialmente, no lumpen-proletariado, isto é, nos setores mais marginais e excluídos da sociedade argelina¹²⁸.

Neste contexto, Fanon afasta-se do marxismo, mas sem abandonar a contestação e a luta por mudanças sociais. Ceticismo e abandono da análise econômica resultaram em uma análise cultural e psicológica do racismo, cuja originalidade vem do engajamento militante no processo revolucionário argelino. No entanto, ainda que uma intencionalidade anti-imperialista e revolucionária possibilite uma reformulação original de ideias psicanalíticas para fazer um emprego político delas, as análises de Fanon são claramente psicologizantes e individualistas.

Estas contradições de Fanon têm na natureza dos movimentos nacionalistas contra o colonialismo a sua explicação. Eagleton (2005) destaca que os movimentos nacionalistas saíram da dimensão da classe para mobilizar o povo e, neste processo, deslocava-se a atenção dos conflitos de classes para outros, o que, é claro, não significa que as lutas de classes tenham saído intactas. Nessa situação, o marxismo foi repensado para ser adequado às próprias necessidades do nacionalismo revolucionário e, com isso, abriram-se várias portas para a elaboração de uma teoria pós-colonial, completamente distante dos problemas de classe e, portanto, menos contestatória. Esta teoria reflete o resultado ambíguo de boa

¹²⁷ Segundo Sharawi (2003), Fanon preferia falar de “forças sociais” ao invés de “classes sociais”.

¹²⁸ Novamente aqui há uma semelhança com Marcuse (1968; 1979), que via nos setores que não eram “integrados” pela ordem capitalista, os sujeitos revolucionários de uma sociedade marcada pela manipulação de necessidades e do consumo.

parte das lutas anti-imperialistas que marcaram a Ásia e a África após a Segunda Guerra Mundial: “Se os poderes coloniais foram expulsos, os neocoloniais estavam ocupando os lugares deixados vagos” (Eagleton, 2005, p. 48).

Apesar dos movimentos anti-imperialistas terem mudado a face do mundo pós-guerras (Hobsbawm, 2008) suas conquistas foram, quando muito, reduzidas. Assim, resultados contraditórios e desanimadores somados às adequações subjetivistas que foram realizadas no âmbito da teoria, apenas resultaram em concepções teóricas ainda mais subjetivistas e muito menos contestadoras.

Muito da teoria pós-colonial mudou o foco de classe e nação para etnicidade. Isso significou, entre outras coisas, que os problemas específicos da cultura pós-colonial foram, com frequência, falsamente incorporados à questão muito distinta de “política de identidade” do Ocidente. Dado que a etnicidade é, em grande parte, uma questão cultural, essa mudança de foco representou também uma passagem da política para a cultura. De alguma forma, isso refletiu mudanças reais no mundo. Mas também ajudou a despolitizar a questão do pós-colonialismo e a inflar o papel da cultura dentro dele; as maneiras como isso se deu estavam em harmonia com o novo clima pós-revolucionário no próprio Ocidente. ‘Libertação’ já não estava no ar e, ao final da década de 1970, ‘emancipação’ soava como algo um tanto antiquado (Eagleton, 2005, p. 26).

A abertura para essa despolitização está, embrionariamente, presente nas concepções de Fanon: na mesma proposta teórica encontra-se, de um lado, a tentativa de superar a apologética da individualidade isolada por meio da própria psicologia e, de outro, as diversas sementes do irracionalismo subjetivista que passou a predominar nos círculos acadêmicos pós-1968. Ainda que de uma maneira diferente, a avaliação que foi feita sobre a relação entre marxismo e psicologia tal como ela se desenvolveu nos EUA, pode ser

empregada aqui também: o recurso às ideias psicológicas para pensar problemas sociais fez parte de um processo de crise, crítica e distanciamento do ideário marxista (Parker, 2007a).

4.3. Lutas anti-imperialistas e a psicologia: Cuba

A relação entre marxismo e psicologia na América Latina também teve sua força-motriz na ascensão de lutas sociais. Até onde se sabe, as aproximações mais importantes entre marxismo e psicologia também possuem suas raízes nos choques sociais que pulularam pelo continente entre o fim da década de 1950 e o início da década de 1960. Aqui não cabe explorar toda a diversidade de proposições e todas as manifestações históricas que surgiram, mas pode ser destacado um exemplo especialmente importante: a configuração da relação entre marxismo e psicologia resultante da revolução cubana (1956-1959).

As primeiras manifestações da perspectiva socialista na América Latina chegaram por militantes ligados à Segunda Internacional ou ao movimento anarco-sindicalista. Portantiero (1989) destaca que após esta penetração inicial das ideias socialistas na América Latina, ocorrida no fim do século XIX, podem ser destacadas três fases fundamentais de desenvolvimento da luta socialista e do marxismo na América Latina.

- Do início de 1920 até meados da década seguinte – um período revolucionário de ascenso do movimento de massas que é expresso nas ideias de Mariátegui no Peru e de Farabundo Martí em El Salvador. O esgotamento desta fase tem como ponto de virada a sangrenta repressão à insurreição impulsionada pelo Partido Comunista de El Salvador em 1932;
- Entre o início dos anos 1930 até o início dos anos 1960 do século passado – trata-se de um período de estagnação, de repressão do movimento operário, de hegemonia

dos marxismos típicos da Internacional Socialista e da Internacional Comunista e da incapacidade de se responder às necessidades da América Latina;

- O período que se inaugura a partir do início dos anos 1960 – decorrente da vitória da revolução cubana, quando há uma renovação do pensamento revolucionário, mas marcado pela priorização da luta armada como meio principal para se alcançar a vitória.

Nesta periodização, nota-se a enorme importância histórica da revolução cubana: os acontecimentos ocorridos em uma pequena ilha caribenha mudaram todo o clima ideológico e político da América Latina. Os eventos não foram menos dramáticos no interior da ilha. Antes da revolução, Cuba era um mero parque de diversões para os EUA, marcada por corrupção, concentração de terras nas mãos de poucos e pelo domínio do capital estrangeiro, especialmente dos EUA (o capital norte-americano controlava 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% dos serviços públicos e 40% da produção de açúcar). A situação social era explosiva e a ordem social era mantida mediante extrema violência: entre 1953 e 1959, sob a ditadura de Batista, mais de 20 mil pessoas morreram (Taaffe, 2000).

A guerrilha cubana começou em 1956, com a chegada de Castro e um pequeno exército que representava o braço armado do Movimento 26 de Julho. A luta armada aqui também é um produto do ceticismo decorrente dos enormes equívocos de um Partido Comunista deformado pelo stalinismo e que, a partir da afirmação de que não era possível a construção do socialismo na América Latina, apoiou Batista entre 1938 e 1947/48 e mesmo em 1958, quando a guerrilha liderada por Castro e Guevara passava a ofensiva, não defendia a derrubada de Batista (Taaffe, 2000).

Inicialmente, as aspirações do Movimento 26 de Julho não iam além do nacionalismo e de um radicalismo democrático. Sua base social era formada por uma

pequena-burguesia radicalizada que, com o desenvolvimento da guerrilha, fragmentou-se entre um setor mais à esquerda e outro mais conciliatório. Aqueles envolvidos na guerrilha representavam os setores mais avançados e, nesse processo, Ernesto “Che” Guevara cumpriu um papel crucial para pressionar o movimento para a esquerda. Mais tarde, com a enorme pressão do imperialismo norte-americano, os revolucionários cubanos realizaram diversas estatizações e Cuba se declarou socialista em 1961 (Saunois, 1997; Taaffe, 2000).

Após a declaração, Cuba contou com enorme apoio da URSS, mas, conseqüentemente, reproduziu a sua estrutura sócio-política com uma elite burocrática controlando o estado, a economia, o exército e o único partido do país. De qualquer forma, a existência de uma economia planificada, não obstante os erros grosseiros decorrentes do controle por uma elite separada da classe trabalhadora, garantiu a Cuba enormes avanços que jamais seriam possíveis sem uma ruptura com o capitalismo. Um mero exemplo ilustra isto: em 2000, quando Cuba já estava no chamado período especial, a expectativa de vida de um cubano era de 69 anos, enquanto a de um brasileiro era menor que 60 anos (Taaffe, 2000).

As mudanças foram enormes para a psicologia também. O primeiro curso de psicologia foi criado após a revolução, em 1962¹²⁹, e, sendo assim, todas as pressões engendradas pelo processo revolucionário incidiriam sobre o desenvolvimento da psicologia cubana. A construção do próprio curso de graduação teve que ser realizada pelos estudantes, pois existiam pouquíssimos professores de psicologia (González Rey & Mitjans Martínez, 2003; Solé, 2007).

A psicologia cubana, em seus primeiros dias, girou em torno dos problemas práticos colocados pela sociedade pós-revolucionária. Responder aos problemas vividos pela sociedade cubana, assim como às campanhas apresentadas pelo governo, era a

¹²⁹ Solé (2007) menciona que dois cursos de psicologia em universidades privadas foram criados durante os anos 1950, mas fecharam antes da formação de seus estudantes.

prioridade da formação em psicologia que, por sua vez, era realizada quase que totalmente por estudantes. Tanto González Rey e Mitjás Martínez (2003), quanto Solé (2007), concordam que no início da psicologia cubana o que predominou na formação foi o desenvolvimento de atividades de pesquisa-ação.

Assim, no início dos anos 1960, os dois pilares fundamentais da psicologia cubana eram construir uma verdadeira ciência e colocá-la a serviço da revolução (Solé, 2007). Com a relação cada vez mais íntima entre Cuba e a URSS, o desenvolvimento da psicologia acabou sendo marcado pelas tendências predominantes da psicologia da URSS e do antigo leste europeu. Os primeiros doutores em psicologia de Cuba foram formados na URSS, na República Democrática Alemã, assim como diversos convidados para cursos, palestras etc. eram provenientes destes países ou eram intelectuais simpáticos ao “campo comunista”. O trabalho de tradução e divulgação de autores também correspondia ao que ocorria no interior da psicologia soviética.

Quanto mais Cuba subordinava-se aos ditames do stalinismo da URSS, mais isto se refletia no campo da ciência e da psicologia. González Rey e Mitjás Martínez (2003) mencionam, por exemplo, o repúdio das obras de Freud em Cuba nos anos 1970, pouco tempo depois delas terem sido publicadas pelo mesmo governo nos anos 1960. Solé (2007) lembra a enorme influência dos psicólogos soviéticos, notando que, apesar do início da psicologia cubana ter sido marcado por uma enorme variedade de tendências e tradições teóricas, todos estudaram Rubinstein: “Desse livro [Princípios fundamentais da psicologia] bebemos todos, ainda que ele fosse mais de filosofia do que de Psicologia. Acredito que era a urgência que todos sentíamos por nos formarmos marxistas” (Solé, 2007, p. 372).

Assim, duas tendências fundamentais marcaram o desenvolvimento da psicologia cubana: a necessidade de aplicá-la à resolução de problemas sociais e a reprodução das tendências teóricas dominantes na URSS (González Rey & Mitjás Martínez, 2003; Solé,

2007). Um rápido olhar para as edições da *Revista Cubana de Psicología* permite encontrar estas duas tendências. Diversos estudos aplicados abordando os mais diversos problemas em contextos variados convivem, ao mesmo tempo, com vários estudos sobre psicologia geral, problemas teóricos da psicologia, teoria da personalidade etc. Enquanto o primeiro grupo de trabalhos parece mais variado em abordagens teóricas, o segundo gira, principalmente, em torno de discussões que, de alguma maneira, estavam relacionadas com os debates inaugurados pela psicologia soviética.

No primeiro grupo, a sua existência é explicada pelas pressões provenientes das necessidades sociais de Cuba. Tal como Solé (2007) aponta, o crucial era tornar a psicologia útil para o processo revolucionário, construir uma psicologia com contribuição prática.

Os psicólogos trabalhamos com sãos e enfermos, com incapacitados, com crianças, adolescentes, com transgressores da lei, com adultos da terceira idade, com doentes de câncer, com paraplégicos, com asmáticos, cardíacos, com crianças com Síndrome de Down, com esquizofrênicos, com alcoólicos, com prostitutas, drogadictos (estes dois últimos foram presentes da crise dos anos 90 e sua seqüela posterior). (p. 374).

Assim, um uso pragmático da psicologia, não se preocupa tanto com a abordagem teórica, mas com a resposta prática que é dada ao problema social. Este é um aspecto criticado por González Rey (1995) que afirma que as ciências sociais em Cuba precisam superar o uso pragmático, a busca permanente por resultados e passar a problematizar teoricamente as suas conquistas, os seus limites etc.

Já no segundo caso, a reprodução das principais tendências soviéticas nos debates teóricos foi marcante, chegando a reproduzir, até mesmo, as polêmicas internas da psicologia soviética. González Rey e Mitjans Martínez (2003) referem-se a isto, quando

afirmam que a psicologia cubana dividiu-se entre duas tendências inspiradas por dois psicólogos da URSS e suas respectivas propostas:

a teoria da atividade de Leontiev, que conduz a uma visão mais objetivista e experimentalmente comprometida com a construção do conhecimento psicológico, e a posição de Bozhovich que ressaltava mais o sujeito e a personalidade, apresentando também uma aproximação qualitativa à pesquisa psicológica (González Rey & Mitjás Martínez, 2003, p. 77).

A posição destes autores é a de defender a segunda tendência contra as proposições de Leontiev. Eles ainda salientam a ênfase de Lomov sobre os processos de comunicação para o desenvolvimento de teorias da personalidade e para a tematização da subjetividade¹³⁰ pela psicologia. A reprodução das polêmicas da psicologia soviética no âmbito da psicologia cubana também é destacada, ainda que indiretamente, por Solé (2007) que critica as posições que predominaram na psicologia cubana nos anos 1980:

Nos anos 80 prevaleceram posições, do meu ponto de vista dissimuladas, que, a partir de posições apresentadas como marxistas, introduzem o idealismo subjetivo, especialmente, em relação ao papel autônomo, independente que se atribui à personalidade humana desvinculada de suas raízes históricas e da influência das condições econômicas e sociais (p. 372).

Ainda que não mencione diretamente, Solé (2007) parece polemizar diretamente com as propostas de González Rey e outros que, a partir do campo do estudo da personalidade, povoaram as primeiras edições da *Revista Cubana de Psicología* com suas

¹³⁰ No início deste capítulo, quando se discutiu o desenvolvimento da psicologia soviética foi feita referência a estas duas tendências e sobre como, no caso da segunda tendência, um discurso sobre a necessidade de se enfatizar a autonomia do sujeito e da subjetividade resulta no desaparecimento de categorias que possuem prioridade ontológica em relação a elas. Assim, apesar de González Rey e Mitjás Martínez (2003), afirmarem que a segunda tendência, aquela marcada pela ênfase na autonomia dos processos subjetivos, represente o marxismo crítico, a própria trajetória intelectual de ambos é uma demonstração prática de que esse posicionamento teórico não rompe com o processo de psicologização e resulta em um afastamento bastante crítico do marxismo. Este problema sobre como diversos teóricos partindo de um posicionamento ambíguo em relação ao marxismo acabaram em posições antimarxistas foi abordado por Eagleton (2005) e é, em alguma medida, abordado no próximo capítulo.

pesquisas e elaborações. Neste mesmo periódico, posteriormente, surgiriam diversas polêmicas com as proposições de González Rey, como os trabalhos de González Serra (2002a; 2002b) que polemizam com o enfoque teórico de González Rey a partir de uma determinada leitura da dialética materialista e do marxismo.

Segundo González Serra (2002b), a dialética materialista permite superar as polêmicas entre externo e interno provenientes da psicologia soviética, assim como da ênfase unilateral dada por González Rey ao processo de autodeterminação da subjetividade. A argumentação do autor para criticar González Rey se divide em três momentos: (a) um debate geral sobre o desenvolvimento da epistemologia; (b) a apresentação dos princípios fundamentais da epistemologia; (c) discussão de problemas epistemológicos específicos presentes nas tendências epistemológicas analisadas (González Serra, 2002b).

Segundo González Serra (2002b) a epistemologia é o estudo filosófico da ciência que resulta da intersecção de diversas disciplinas que problematizam o processo de conhecimento. Para o autor, o desenvolvimento destas disciplinas pode ser localizado somente muito recentemente e poderia ser dividido em três etapas: (a) da Antiguidade até o início do século XX – quando as elaborações epistemológicas não eram produto de pesquisas especializadas e, neste conjunto, caberiam tanto as contribuições dos filósofos gregos, quanto aquelas realizadas por Comte, Husserl, Engels e Lênin; (b) entre fins de 1920 até ao longo dos anos da década de 1960 – quando o neopositivismo proposto pelo Círculo de Viena deu o primeiro passo para a especialização de estudos epistemológicos; (c) dos anos 1960 até o presente – marcada pelo apogeu da epistemologia enquanto disciplina e pela disputa entre o neopositivismo e o pós-positivismo.

Em seguida, o autor apresenta as três principais tendências epistemológicas que surgiram ao longo da história. A primeira é o positivismo em suas mais distintas

manifestações, tal como foi proposto por Comte, Mach, Avenarius, Carnap e outros. O positivismo seria agnóstico e idealista e isto se expressaria em suas principais características: conceber o conhecimento como objetivo, mas tomando a objetividade enquanto algo que só pode ser estudado mediante a eliminação da interpretação subjetiva; a existência independente da realidade é secundarizada ou eliminada, já que os fatos dependem da experiência sensorial ou da expressão verbal; a teoria é subordinada aos fatos, mas depende da pesquisa quantitativa, experimental, em resumo, do método científico (González Serra, 2002b).

Já o pós-positivismo, desde Kuhn até Foucault, passando por Feyerabend, Bachelard e diversos pensadores neokantianos, construtivistas e construcionistas seria, fundamentalmente, um humanismo idealista marcado por: recusa absoluta do empírico e da existência independente da realidade; redução do conhecimento à interpretação do sujeito; priorização da pesquisa qualitativa; afirmação de que a teoria é o que dá sentido para o empírico. Uma última tendência seria o humanismo científico que começa com a crítica de Marx a Feuerbach, passa pelas proposições de Lênin e inclui o humanismo que caracterizou o pensamento cubano, como José Martí. Seus principais traços são: unidade entre teoria e prática, assim como unidade entre interpretação do pesquisador e verificação empírica; defesa da existência independente da realidade e a teoria do conhecimento reflexo; unidade dialética da pesquisa qualitativa e quantitativa; integração harmônica entre humanismo e método científico (González Serra, 2002b).

Em seguida, González Serra (2002b) passa à análise de problemas epistemológicos específicos como: critério de verdade, cognoscibilidade da realidade, relação entre ciências naturais e sociais, relação entre individual e geral, métodos qualitativos e quantitativos e a determinação do psiquismo. Na discussão de todos eles, a argumentação de González Serra

(2002b) segue a mesma linha: apresentação da perspectiva positivista, apresentação das propostas de González Rey e apresentação de suas próprias proposições.

Não é necessário apresentar todas as discussões que González Serra realiza sobre os problemas epistemológicos específicos, mas é interessante destacar um para se compreender o caráter da crítica que ele desenvolve e ver que, para afirmar sua própria perspectiva, o autor baseia-se em uma série de afirmações sem qualquer coerência interna.

Ao tratar do problema da cognoscibilidade do real, González Serra (2002b) afirma que González Rey

reconhece a existência do real na consciência, opõe-se ao agnosticismo, mas nega que o real que é dado na consciência exista fora dela de modo independente e se reflita em um plano psíquico. Neste sentido afirma que a ciência constrói a realidade, que a ciência é uma construção de seu objeto. (...) Diz que os objetos, fenômenos e fatos da realidade social não afetam o desenvolvimento subjetivo a partir de sua condição externa. O real tem um papel ativo na construção teórica, mas atuando de dentro da subjetividade e do sentido que o sujeito lhe dá (p. 154).

E ainda:

Segundo este autor [González Rey], o real e o social representam de forma permanente uma combinação dialética entre o externo e o interno: é externo, pois o social como forma da realidade não se esgota naqueles aspectos que têm uma significação para o sujeito individual; é interno, porque sua significação sempre vai depender de um processo de constituição de sentido, no qual o interno e o externo perdem sua condição como antinomia e se integram em uma complexa relação dialética (González Serra, 2002b, p. 154).

Nesta ótica, o principal problema de González Rey seria o seu subjetivismo e a negação do real na tentativa de superar a dicotomia positivista entre externo e interno. O humanismo científico, afirma González Serra (2002b), superaria esta postura por

compreender que há uma diferença qualitativa entre realidade e consciência. Segundo o autor: “Os conceitos de externo (o físico ou material) e interno (o psíquico ou ideal) surgem em virtude de uma diferença qualitativa que estabelecemos entre os objetos materiais e os “objetos” ideais ou psíquicos” (p. 154).

Assim, o pressuposto fundamental da crítica de González Serra (2002b) é uma identidade entre físico e material e uma radical separação destes do que é psíquico ou ideal. Para não deixar dúvidas o autor afirma: “As propriedades dos objetos materiais (percebidas, pensadas ou não) se manifestam nas interações ou mudanças de tais objetos e conseqüentemente pertencem a eles, são reais e objetivas” (154-5). Por outro lado:

aquelas propriedades dos ‘objetos’ ideais que são dadas nos processos psíquicos como pertencentes aos mencionados objetos [o autor refere-se aos objetos materiais] não se manifestam nas interações e mudanças destes objetos e portanto não lhes pertencem, são irrealis e subjetivas. Por exemplo, a “árvore” que representamos mentalmente não pode ser cortada e nem dela ser feita a lenha (p. 155).

Por fim, o autor arremata: “*A matéria é a realidade objetiva pura, separada do irreal e subjetivo*” (p. 155). Enquanto:

O psíquico, a consciência são a realidade objetiva dos “objetos” ideais e consiste em imagens, produzidas pelo cérebro, que regulam a atividade e se expressam nela e em seus produtos. Mas esta realidade objetiva está essencial e intimamente unida ao irreal e subjetivo que é o conteúdo da imagem. *O ideal, a consciência, é a unidade inseparável da realidade objetiva (a imagem) e a irrealidade subjetiva (o conteúdo da imagem)* (p. 155).

Nestas novas passagens, há uma mudança em relação ao que foi afirmado poucos parágrafos antes: o psíquico não é mais contraposto ao material e o objetivo, pois possui uma realidade objetiva (a imagem produzida pelo reflexo) que está interpenetrada pela

irrealidade subjetiva. A contradição entre os dois parágrafos não poderia ser maior: em um primeiro momento a realidade material é composta pelos objetos físicos que constituem o entorno e que são radicalmente diferentes do que é ideal ou psíquico. Em seguida, afirma-se que o psíquico é composto por um elemento objetivo, a imagem, ainda que ela esteja misturada com a irrealidade subjetiva¹³¹.

Se o físico é material e o material é físico, como pode a imagem do objeto ser objetiva? Isso González Serra (2002b) não explica. Como a imagem pode ser objetiva se seu conteúdo é inteiramente subjetivo e, portanto, irreal? Não fica claro. O que fica claro é que na tentativa de criticar o subjetivismo de González Rey, o autor cai em uma postura próxima do materialismo mecanicista: cancela, idealisticamente, a diferença qualitativa existente entre as distintas esferas ontológicas (ser inorgânico, ser orgânico e ser social), afirma que o psíquico é irreal e que o material é real, identifica o material com existência física para, em seguida, afirmar que o psíquico tem como elemento constitutivo a imagem do objeto real e que tal imagem, por sua vez, é objetiva.

Em síntese, González Serra (2002b), para criticar o pós-positivismo efetiva uma contraposição rígida entre material, reduzido à existência física dos objetos, e ideal. Em seguida, para se diferenciar do positivismo, tenta estabelecer uma ligação entre o material e o psíquico mediante o caráter reflexo do conhecimento. Mas, para se diferenciar de González Rey, o autor afirma que a imagem produzida pelo reflexo é objetiva uma página depois de ter afirmado que a *“matéria é a realidade objetiva pura, separada do irreal e subjetivo”* (p. 155). Trata-se, portanto, de uma crítica ao subjetivismo que afirma que a imagem pode ser objetiva sem possuir propriedades físicas, sem ser um objeto “externo”

¹³¹ Em outro trecho o autor afirma: “a diferença qualitativa e irredutível entre o material e o ideal é dialética. Entre ambos se produzem uma mediação que se dá no conhecimento perceptual, nos objetos materiais percebidos e interpretados racionalmente, os quais estão compostos por duas partes perfeitamente separáveis que são o objeto material e seu reflexo perceptual e interpretação racional que se apresentam ao sujeito em íntima fusão, como se fossem o mesmo objeto material” (González Serra, 2002b, p. 155).

ao mesmo tempo em que afirma que aquilo que é material e objetivo é o mesmo que “físico”. Em poucas palavras é uma crítica subjetivista ao subjetivismo, porque cria uma realidade existente apenas na mente de González Serra (2002b), para criticar a tematização da realidade por outro autor chamado de subjetivista.

Tudo isto em nome do materialismo, do marxismo e dos clássicos (especialmente Marx, Engels e Lênin). No entanto, se a crítica de González Serra (2002b) é extrapolada para as próprias categorias marxianas provavelmente não sobraria nada. Quais são as propriedades físicas da mais-valia? Quais são as propriedades físicas da ideologia ou da alienação? Obviamente todos estes complexos ontológicos são objetivos e *materiais*, mas não no mesmo sentido que González Serra (2002b) atribuiu a eles, pois são fenômenos reais que não tem sua explicação na física, mas sim em uma realidade material radicalmente distinta daquela dos objetos puramente físicos.

González Serra (2002b), para criticar as primeiras conclusões epistemológicas que González Rey (1996; 1997) tirou de vários anos de pesquisa sobre a personalidade, recai em um materialismo tosco. Um materialismo incapaz de reconhecer a especificidade do ser social, ou seja, o fato de que ele “começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho” (Lukács, 1979a, p.17). Todo complexo social é uma síntese entre subjetividade e objetividade, não existe qualquer objeto social que não tenha existido antes na consciência humana, enquanto “mera” prévia-ideação. O fato da imagem e do reflexo não possuem propriedades físicas presentes no mundo material e imediatamente físico em nada muda a sua importância para o desenvolvimento do ser social. Assim como a existência de relações, conexões, leis que não se manifestam no nível físico-imediato não significa que elas não são materiais ou objetivas.

Retornando ao debate levantado por González Serra, é preciso apontar para uma questão fundamental: seria González Rey um subjetivista? Sem dúvida alguma. E este

aspecto é apontado por ele mesmo em seus distintos trabalhos (1986; 1996; 1997; 2003)¹³². No entanto, outra pergunta deve ser tecida: o foco na autodeterminação da subjetividade criticado por González Serra (2002a; 2002b) e Solé (2007) é um mero “desvio” idealista de González Rey ou reflexo da própria situação cubana?

Desde os anos 1970, a psicologia cubana foi marcada pelo surgimento de diversas tendências teóricas que reproduziam o idealismo subjetivista ao pesquisarem a psicologia humana secundarizando os fundamentos reais da subjetividade humana – e a proliferação destas pesquisas é reconhecida tanto por aqueles que defendem esta postura (González Rey & Mítjans Martínez, 2003), quanto por quem critica (Solé, 2007). Todavia, não basta indicar a existência de idealistas, é preciso explicar a gênese das tendências idealistas em uma sociedade pós-capitalista. É justamente por não conseguir explicar isso que as críticas de Solé (2007) e de González Serra (2002b) são completamente inadequadas para compreender os fundamentos do subjetivismo de González Rey.

Aqui não é possível aprofundar esta tese, mas se pode demonstrá-la mediante um atalho: discutindo as ideias de González Rey sobre a relação entre subjetividade, homem novo e socialismo em Cuba. As concepções do autor sobre o socialismo e a subjetividade estão explicitamente presentes em dois textos. O primeiro, publicado em um boletim internacional do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*¹³³ (MIR), é especialmente importante: é um texto publicado em um periódico de um partido com intenções revolucionárias e completamente simpático à revolução cubana; trata-se de uma

¹³² Alguns apontamentos que expressam essa tendência já foram feitos em partes anteriores deste trabalho. Todavia, aqui fica o destaque de que é necessário aprofundar o estudo e a análise sistemáticos do trabalho de González Rey que, com certeza, passou por diferentes períodos e pela defesa de teses muito distintas.

¹³³ O MIR é um agrupamento político chileno que mais recentemente ganhou espaço nos noticiários brasileiros por ter organizado o sequestro fracassado de um eminente publicitário brasileiro. Suas raízes políticas são o stalinismo e o castrismo. Assim, na época da publicação, o agrupamento defendia a URSS e o castrismo, especialmente no que diz respeito à utilização da luta armada enquanto via prioritária para a revolução na América Latina. Cabe ainda destacar um aspecto específico sobre o texto apresentado: trata-se de um trabalho coletivo, escrito não somente por González Rey (González Rey, Machado, Martín & Sánchez, 1989). No entanto, ainda que seja um trabalho coletivo, o primeiro autor é o próprio González Rey, o que indica sua importância na redação do texto.

intervenção com claras intenções políticas, que busca influenciar os rumos da sociedade cubana; e, por fim, o texto aborda uma problemática fundamental para aqueles envolvidos na luta revolucionária, a formação do homem novo (González Rey, Darío Machado, Luiz Martín & Sánchez, 1989).

Boa parte do texto dedica-se a analisar as concepções de Guevara sobre marxismo, transição ao socialismo, a formação do homem novo e a relação entre partido e massas. Assim, González Rey e cols. (1989) afirmam que a importância de Guevara reside em: criticar o escolasticismo do marxismo-leninismo que resultou na incompreensão dos problemas do homem na transição ao socialismo; afirmar a necessidade de uma interpretação original da realidade de cada país; e representar o sacrifício individual e coletivo que marcaram o período heroico da revolução. Guevara, segundo os autores, foi crucial para rejeitar os esquematismos soviéticos e apontar para a necessidade dos revolucionários cubanos buscarem por uma alternativa própria que respondesse às demandas específicas para a transformação radical de Cuba. Esta alternativa resultaria em uma ênfase na formação do homem novo: “Com efeito, a recorrência ao aperfeiçoamento moral, o que incluía o cultivo de virtudes como a capacidade de sacrifício, o altruísmo e o desinteresse, tem uma razão poderosa, na qual se entrecruzam aspectos econômicos, políticos e morais” (González Rey e cols, 1989, p. 4).

O argumento basicamente é o de que a luta pela superação do imperialismo em uma sociedade marcada pelo atraso, pela escassez e sob a sombra dos EUA colocou para a sociedade cubana a necessidade de ações heroicas. Isto, segundo os autores, colocaria para Guevara a necessidade de valorizar não só o igualitarismo, mas acima de tudo, certos traços morais no modo de vida.

Esta ênfase de Guevara serve para os autores afirmarem o papel do indivíduo na revolução: “O coletivismo rico e construtivo não é aquele que aparece separado da

individualidade, mas aquele que se apresenta como um compromisso altamente individualizado em uma personalidade multifacetada, que o assume como um profundo ato de autodeterminação” (González Rey e cols, 1989, p. 7).

É a própria especificidade da sociedade cubana que colocaria uma ênfase especial na discussão sobre o indivíduo e a sua contribuição para a revolução. A necessidade de ações heroicas para a sobrevivência da revolução resultava em uma ênfase na autodeterminação do indivíduo, na sua capacidade de superar o imediatismo de sua situação social e se dedicar a um projeto maior que ele (González Rey e cols., 1989). Consequentemente, a exigência de colocar para o indivíduo um sacrifício heroico, implica em alguma concepção de subjetividade capaz de se autodeterminar, capaz de ir além de suas determinações histórico-sociais.

Desta problemática fundamental, González Rey e cols. (1989), apresentam suas proposições para a relação entre partido e massas, para a educação em Cuba. Também apresentam problemas da sociedade cubana para, ao fim, concluírem que a defesa de Guevara dos estímulos morais contra os estímulos materiais para o avanço do socialismo possui plena vigência e deve ser resgatada.

Já em outro texto, anos depois da queda do muro de Berlim, González Rey (1995) tenta apresentar uma discussão sobre a relação entre social e subjetivo no socialismo. Trata-se de um texto claramente voltado aos novos problemas vividos pela sociedade cubana. A preocupação fundamental de González Rey (1995) é a de contribuir para o processo de transição do socialismo. Assim, o autor afirma:

A revitalização e continuidade do socialismo como projeto alternativo reafirma sua vigência diante das próprias contradições do capitalismo atual, que mostrou sua incapacidade para melhorar a vida humana, ainda que tenha conseguido se desenvolver no plano econômico e em diversos indicadores sociais, no caso dos

países avançados. Todavia, a revitalização do socialismo não é somente um ato de fé ou de vontade política, mas um profundo ato de inteligência humana coletiva que deve sintetizar o melhor de todas as forças sociais comprometidas neste empenho (p. 101).

O seu balanço parte da constatação de que os problemas ligados à subjetividade foram pouco explorados por aqueles que tentaram problematizar o fim do “socialismo” no leste europeu. Isto ocorreria, segundo o autor, porque o marxismo do leste europeu era profundamente mecanicista e economicista, isto é, pensava a economia com base em esquemas macros que não problematizavam o sentido das necessidades econômicas para indivíduos, grupos e setores das sociedades socialistas.

Este tipo de marxismo decorreria, ainda segundo o autor, de uma forte influência do positivismo e de uma intensificação de uma concepção teleológica de história que, para González Rey (1995), existe tanto em Hegel, quanto em Marx¹³⁴. Estes elementos, somados com o autoritarismo russo, resultariam em uma visão completamente mecânica do socialismo. Alguns problemas decorrentes disso são destacados pelo autor: eliminação da oposição política pela afirmação de que no socialismo não existiriam contradições “antagônicas”; absolutização e sacralização do partido enquanto única fonte legítima da verdade; centralização econômica e política que era tomada enquanto necessidade permanente e inquestionável da sociedade socialista; ruptura da relação orgânica entre partido e massas decorrente da centralização; eliminação das possibilidades de potencializar um uso positivo da criatividade individual, assim como de se compreender as necessidades sociais das massas.

González Rey (1995) também afirma que diversos desses problemas foram reproduzidos na sociedade cubana e apresenta algumas proposições para superá-los. De

¹³⁴ Como é possível notar, a leitura que González Rey faz de Marx é extremamente superficial. A referência à letra de Marx e a sistematização de suas impositões ontológicas por Lukács revelam que não há qualquer “teleologismo” na concepção de história marxiana – o que se tentou revelar no capítulo II.

forma muito resumida, pode-se afirmar que o autor aponta cinco propostas: (1) o cenário político e social de Cuba deve ser aberto à simultaneidade e pluralidade de sujeitos políticos ativos; (2) a liderança partidária deve ser síntese unitária da diversidade; (3) o debate livre entre as partes envolvidas é condição fundamental para se alcançar o ponto anterior; (4) é preciso aprender com o fracasso do socialismo “real”; (5) as ciências sociais podem e devem contribuir neste processo, mas para isso não podem estar sob o controle das conveniências ideológicas do partido, assim como não devem ser mero instrumento usado pragmaticamente para a resolução de problemas imediatos. Com este último ponto, González Rey (1995) tenta afirmar que as ciências sociais podem e devem contribuir para a construção do socialismo:

As ciências sociais, ao invés de desempenhar um papel apologético e mistificador das contradições para se adequar com determinadas expectativas políticas, devem ser, junto às instituições da democracia socialista, fontes permanentes na determinação e explicação das contradições do sistema, assim como de elaboração de posições alternativas frente a elas. A democracia e as ciências sociais se interrelacionam profundamente. A expressão plena das ciências sociais é, em si mesma, um indicador importante do funcionamento de uma democracia real, participativa, não eleitoreira (p. 100).

Nota-se assim, que o balanço de González Rey (1995) é um programa que visa à democratização da sociedade vigente. O autor encontra seu fundamento na autonomia do indivíduo e coloca que é preciso resgatar o sentido subjetivo criado no interior de uma sociedade socialista. Por fim, tenta garantir um papel protagonista das ciências sociais para a realização deste programa afirmando a importância delas para a crítica e superação dos problemas existentes.

Os dois textos anteriores mostram que havia um engajamento crítico de González Rey com o processo revolucionário cubano e, a partir da esfera da subjetividade tomada em sua autodeterminação, o psicólogo cubano tentava indicar problemas e mudar processos políticos e sociais na vida social cubana. A partir do indivíduo, tentava apontar para o problema da relação da participação individual no socialismo e a necessidade do sacrifício e da entrega para superar o atraso cubano. Também a partir da subjetividade, González Rey tentou apontar vias para democratização e superação das deformações que enxergava no socialismo do leste europeu. Todavia está claro que a crítica do autor era incompleta: as sociedades que constituíam o “campo comunista”, que representavam a negação de tudo aquilo que a luta socialista almejava (ver Paulino, 2008), são, pra González Rey (1995), inquestionavelmente, sociedades socialistas, isto é, o psicólogo cubano não diferencia socialismo e a sua caricatura criada pelo stalinismo.

É interessante notar que o projeto de democratização do socialismo visado pelo autor tinha na subjetividade seu momento fundamental: seu ponto de partida conceitual possibilitou a crítica das planificações econômicas efetuadas pela burocracia, por não considerarem o sentido subjetivo das necessidades econômicas dos indivíduos. Ainda que interessante, esta crítica é mais mistificadora do que solucionadora. Nos termos colocados por González Rey (1995), a solução estaria na superação do tipo de marxismo que resultava em planos econômicos que ignoravam o sujeito. Daí, a ênfase do autor sobre uma relação mais orgânica entre ciências sociais e partido. Os planos econômicos não ignoravam o sentido subjetivo das necessidades econômicas das massas, mas sim as necessidades propriamente ditas. A autocracia burocrática de todas as sociedades que reproduziram o modelo soviético sempre tem em suas próprias necessidades o momento predominante. A raiz fundamental do problema político das sociedades que seguiram o modelo soviético são as burocracias e não o “marxismo” produzido por elas. Assim, os

problemas, as deformações, os desperdícios e os absurdos dos planos econômicos não podem ser solucionados com mudanças nos esquemas utilizados pelos seus elaboradores, mas sim por revoluções políticas que coloquem a classe trabalhadora como o sujeito efetivo da nova sociedade (Paulino, 2008; Taaffe, 2000; Saunois, 1997).

Retornando às críticas de González Serra (2002a; 2002b) aos trabalhos de González Rey (1996; 1997), pode-se perceber como a função social delas é apenas a de reafirmar uma determinada concepção oficial de materialismo em detrimento daquelas defendidas por um acadêmico anterior que agora é tomado como *persona non grata*. Trata-se de mais um episódio de giros teóricos comandados pelas conveniências políticas de uma sociedade marcada pela ausência de democracia e pelo comando autoritário de um partido comunista construído à imagem e semelhança do PCUS.

Obviamente, este não é o primeiro caso. O intelectual cubano Martínez Heredia (1995) faz uma breve história das ideias marxistas e sua relação com a esquerda cubana. O autor destaca que nos anos 1960, no período imediatamente posterior à revolução, houve um florescimento estrondoso do marxismo em Cuba. Nesta época, conseguiu-se, em alguma medida, contornar as tentativas do PCUS de controlar o desenvolvimento da cultura revolucionária cubana¹³⁵. Já nos anos 1970, Cuba lida com os fracassos das revoluções na América Latina e do projeto de desenvolvimento econômico socialista acelerado. Resultado: “Cuba se sujeitou ideologicamente à URSS e considerou antissovietismo e divisionismo ideológico tudo o que se diferenciava dessa sujeição (Martínez Heredia, 1995, p. 21).

¹³⁵ Portantiero (1989) aborda este aspecto ao discutir como, nos primeiros anos do processo revolucionário de Cuba, a política externa era marcada por conflitos com as burocracias da URSS e da China e como os cubanos manobram com o conflito sino-soviético. No entanto, nos anos 70, com o enterro da esperança de uma revolução continental (que coincidiu com a morte de Guevara), Cuba passa a se sujeitar aos ditames do PCUS. Saunois (1997) detalha como a burocracia soviética utilizou seu poderio econômico e político para imprimir suas próprias concepções sobre Cuba.

Neste período emerge a hegemonia do “marxismo-leninismo”, do dogmatismo, do autoritarismo e da eliminação de tudo aquilo que não se sujeitava a esta doutrina. Por fim, com a queda do muro, a entrada no período especial, o desastre político e ideológico aberto, Martínez Heredia (1995) aponta para a possibilidade do marxismo em Cuba se renovar, de aprender com os erros da URSS e do stalinismo como um todo e, assim, realizar um retorno renovador a Marx, que significaria também uma renovação no processo cubano – o que, obviamente, não ocorreu¹³⁶.

Estes desdobramentos refletiram-se na ciência e na psicologia. O poderio econômico e social da URSS contribuiu para a reprodução das principais tendências da psicologia soviética em Cuba, assim como o tratamento dado às teorias consideradas enquanto ideologias burguesas¹³⁷.

Assim, no trajeto da psicologia cubana nota-se: (a) a utilização eclética de abordagens teóricas distintas no campo da psicologia aplicada; (b) a reprodução de disputas, tendências e oficialismos que caracterizaram a psicologia soviética após a consolidação da hegemonia do stalinismo; (c) a formulação de propostas teóricas ligadas às problemáticas sociais e políticas vividas pelos intelectuais cubanos.

As distintas tendências que aqui analisamos refletem as idas e vindas do debate ideológico em Cuba. Pode-se notar como o subjetivismo presente nas proposições de González Rey tem raízes no próprio subjetivismo que fez parte da construção do “socialismo” cubano em sua dimensão mais heroica, representada na figura de Ernesto “Che” Guevara.

¹³⁶ Análises críticas contemporâneas à sociedade cubana foram realizadas por Taaffe (2000) e Paulino e Naves (2004).

¹³⁷ González Rey e Mítjans Martínez (2003) lembram como nos anos 1970 pouco tempo depois da primeira publicação das obras completas de Freud estas foram recolhidas e eliminadas, seguindo os ditames da ideologia do PCUS. A semelhança com o tratamento recebido pelos freudo-marxistas dos EUA não é mera coincidência (Harris, 1996).

Poder-se-ia argumentar que a leitura de González Rey sobre o indivíduo e sobre as ideias de Guevara é uma leitura subjetivista e idealista do marxismo deste. No entanto, este não é o caso. Löwy (1999) em um texto completamente simpático tanto às ações e elaborações de Guevara, quanto às concepções defendidas pelo socialismo cubano, demonstra isso. O autor discute como o papel da moral e dos valores funcionaram como guias fundamentais para a ação revolucionária. O autor ainda mostra como no debate econômico que se seguiu ao processo revolucionário, entre 1963 e 1964, Guevara defendeu a prioridade das relações de produção em relação às forças produtivas para defender as medidas mais radicais na construção da nova economia e combatendo propostas provenientes de teóricos ligados ao stalinismo que defendiam o uso de estímulos materiais e a abertura ao mercado. Löwy (1999) também mostra o papel central da concepção de Guevara sobre o trabalho voluntário e a participação consciente no processo revolucionário cubano.

Não parece existir uma diferença de qualidade nas proposições encontradas no trabalho de González Rey e cols. (1989) sobre a necessidade dos estímulos morais para retificar a política socialista de Cuba. Os pontos de vista expressos no texto de 1995 são apenas uma evolução desta perspectiva e uma tentativa de aproveitar a abertura existente para a revisão da política cubana, a partir da crise aberta com a queda do stalinismo.

Da mesma forma, a crítica de González Serra (2002a; 2002b) apenas representa uma reafirmação do materialismo e da linha política “correta” dada pela estrutura ditatorial de comando do Partido Comunista Cubano. González Serra (2002a; 2002b) não realiza uma crítica científica, isto é, uma crítica preocupada com a apreensão dos nexos causais da realidade, mas sim uma crítica que tem como ponto de partida a apologética. As polêmicas levantadas por González Serra partem do exílio de González Rey de Cuba e o conseqüente distanciamento deste da burocracia cubana. A crítica do primeiro é a de um representante

da oficialidade. Entre a glorificação de Pavlov na URSS e a glorificação de uma determinada leitura do marxismo feita por González Serra não há uma diferença de qualidade: ambas são apenas a reprodução ideal no campo científico da alternância de tendências “oficiais” ditada pelas conveniências da burocracia imperante no Partido Comunista. É uma crítica que não consegue localizar e problematizar o solo social do qual as ideias subjetivistas de González Rey brotaram. Isto ocorre porque explicar a base material da ideias de González Rey obrigaria uma crítica do próprio sistema político cubano, algo que entra em contradição com o tom acrítico e apologético das intervenções de Solé (2007) e González Serra (2002a; 2002b).

Seja pela leitura “ortodoxa” (González Serra), seja pela “heterodoxa” (González Rey) dos clássicos do marxismo e da psicologia soviética, chega-se no mesmo resultado: subjetivismo no estudo da realidade e reprodução da apologética, ainda que com manifestações fenomênicas distintas. E, com isso, fica revelado, mais uma vez, o profundo retrocesso representado pelo stalinismo na luta pela superação das perspectivas subjetivistas criadas pelo pensamento burguês.

5. Marxismo na psicologia e o peso histórico do stalinismo

5.1. A manutenção da postura lógico-gnosiológica

Com o último parágrafo da seção anterior, pode-se passar para algumas considerações sintéticas a partir do que foi apresentado neste capítulo. Primeiro reflete-se sobre como a entrada do marxismo na psicologia foi marcada por diversas tensões e incompletudes no plano ontológico. Na realidade, articular marxismo e psicologia implica em realizar uma crítica ontológica radical da segunda, mas este é um problema que não foi resolvido nas propostas aqui analisadas. Em seguida, são apresentadas breves

considerações sobre a relação entre psicologia, marxismo e a sorte dos levantes revolucionários do século XX.

A entrada do marxismo na psicologia deve ser pensada considerando as problemáticas que foram abordadas no início deste trabalho como a contraposição entre ontologia materialista-crítica e a postura epistemológico-subjetivista. Retomando a discussão sistematizada dois capítulos antes, pode-se dizer que houve um predomínio das impostações que tomam como ponto de partida o processo de conhecimento pelo sujeito enquanto condição de se apreender o existente e não o contrário: o processo de reprodução do ser-precisamente-assim, enquanto o elemento determinante do processo de conhecimento.

Ao pensamento marxiano é cara a concepção de que toda ciência tem as suas teorias e o seu método ditados pela lógica específica do objeto que trata. Isto significa que não existe um método geral, uma epistemologia geral em Marx, mas uma ontologia da qual se derivam certas concepções epistemológicas e metodológicas. Se o ser muda, então o método muda, a ciência muda (Netto, 1983; 1985; Yamamoto, 1994).

A construção e o desenvolvimento de uma ciência dependem do surgimento, do desenvolvimento, da transformação e do eventual desaparecimento do objeto que ela trata. Mas este objeto deve ser tratado em sua inserção na totalidade. Ele não existe enquanto algo independente, mas é parte de um complexo ontológico total que, se eliminado, é incompreensível. Daí a necessidade de uma crítica ontológica de todo objeto de estudo das ciências.

No entanto, teriam as propostas marxistas de crítica à psicologia superado, definitivamente, as posições lógico-gnosiológicas? Para pensar isto, é interessante uma análise mais detalhada das teses de Vygotsky (1927/1997) sobre a crise da psicologia. Isso

porque é precisamente neste texto que a tensão entre a necessidade de uma crítica ontológica da psicologia e uma postura lógico-gnosiológica está mais explícita.

No entanto, é preciso destacar que a análise a seguir apresentada ainda é profundamente provisória. As enormes dificuldades que existiam para a divulgação e leitura dos trabalhos de Vygotsky (algumas delas podem ser encontradas no material compilado por Tunes e Prestes, 2009) colocam como tarefa para qualquer crítico a necessidade de analisar a obra de Vygotsky em sua globalidade para se realizar teses afirmativas sobre as suas principais limitações e virtudes. Da mesma forma, a terminologia utilizada por Vygotsky – ou pelos responsáveis pela edição de seus textos que, propositalmente, realizaram alterações com a finalidade de publicá-los – é profundamente escorregadia e deve ser avaliada pela confrontação de cada texto com o conjunto da obra do autor.

Desta forma, as afirmações que são apresentadas a seguir devem ser lidas mais como hipóteses provisórias do que conclusões firmes sobre algumas das possíveis contradições da obra vygotskyana.

Vygotsky parte do diagnóstico de que uma ciência geral da psicologia era necessária para coordenar dados heterogêneos e teorias conflitantes, sistematizar leis, desenvolver métodos e conceitos teóricos e estabelecer princípios fundamentais do objeto de estudo da psicologia. Este problema seria, fundamentalmente, um problema metodológico. Para explicar essa necessidade, Vygotsky (1927/1997) desenvolveu uma teoria sobre o desenvolvimento das ciências e afirmou que a psicologia ainda se encontra em um estado embrionário e que para passar à maturidade precisa criar uma ciência geral.

Esta ciência geral seria, para Vygotsky (1927/1997), a fonte da elaboração de princípios filosóficos, seria uma ciência necessariamente filosófica. Há em Vygotsky uma clara tensão entre a percepção de que é preciso ir além do âmbito do particular, da

fragmentação da realidade predominante na psicologia e a terminologia que é utilizada para tematizar esta situação específica da psicologia. A confusão terminológica é, várias vezes, perceptível: o problema da psicologia é um problema metodológico; esse problema metodológico é resolvido pela construção de uma ciência geral; essa ciência geral é, por si só, filosófica; tal ciência filosófica é uma mediação entre a filosofia mais geral, materialismo dialético, e a ciência específica, a psicologia.

Note-se como esta tensão é expressa no texto. Ao discutir sobre as possibilidades de superar a crise da psicologia, Vygotsky (1927/1997) afirma que há dois caminhos abertos para a psicologia: “ou o da ciência, em cujo caso deverá saber explicar; ou o conhecimento de visões fragmentárias, em cujo caso é impossível como ciência” (p. 384). Em seguida, afirma: “Ao fim, a questão se reduz, como já afirmamos, a delimitar o problema ontológico, e gnosiológico. Em gnosiologia, *aquilo que aparece*, existe, mas afirmar que aquilo é realmente a existência, é falso. Em ontologia, *o que aparece* não existe em absoluto” (p. 384). Poucas páginas depois os termos do diagnóstico mudam:

A possibilidade da psicologia como ciência é, antes de tudo, um problema metodológico. Em nenhuma ciência há tantas dificuldades, controvérsias irresolutas, união de questões diversas, como na psicologia (p. 387).

Em geral o que se pode perceber? Há no texto de Vygotsky a percepção genial de que a psicologia não poderia encontrar nas suas conceituações existentes a possibilidade de produção de um conhecimento efetivamente científico, de uma reprodução teórica correta do movimento do real. Para ele, a ciência precisaria ser submetida a uma análise filosófica profunda que possibilitaria um salto qualitativo em seu desenvolvimento teórico. Hoje, contando com a sistematização lukacsiana da obra de Marx enquanto uma obra profundamente ontológica, talvez poder-se-ia afirmar que Vygotsky buscava realizar uma crítica ontológica da psicologia. Uma crítica que “tem por meta despertar a consciência

científica no sentido de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em-si” (Lukács, 1979a, p. 27).

Por outro lado, Vygotsky (1927/1997) afirma que esta crítica ontológica só seria realizada quando a psicologia criasse o seu próprio “*Das Kapital*”, uma obra filosófica definitiva que permitiria superar todos os problemas presentes na sua crise. No entanto, seria efetivamente este o caminho para uma crítica ontológica da psicologia? Seria a formulação de leis, métodos, sistemas no interior de uma disciplina autônoma criada no contexto anteriormente destacado possível? Não refletiria esta proposição – a psicologia criar seu próprio “*Das Kapital*” – certa dívida com proposições lógico-gnosiológicas e idealistas?

Outro aspecto, possivelmente problemático, que o ensaio parece indicar é a mistura contraditória entre uma efetiva preocupação em se apropriar do movimento do real com uma postura que parece se centrar tão somente no estudo das condições fundamentais para o processo de conhecimento. Assim, ao mesmo tempo em que Vygotsky (1927/1997, p. 270) defende que “o conhecimento científico deverá se adaptar, se acomodar às particularidades dos fatos que são estudados, deverá se estruturar de acordo com suas exigências”, ele também afirma que todo fato é uma abstração e uma forma de conceituação¹³⁸. Ao mesmo tempo em que Vygotsky defende que a ciência deve se adaptar às exigências postas pelo seu objeto, ele elabora uma teoria sobre o desenvolvimento da ciência que, em muitos aspectos, lembra os estágios de desenvolvimento do Espírito (*Geist*) proposto pelo idealista alemão Hegel (ver Tolman, 2001) – este aspecto do ensaio analisado se reflete também na, não menos polêmica, tese de Vygotsky (1927/1997) de que o historiador da ciência pode abordar uma ciência sem, necessariamente, estudar a história

¹³⁸ Os parágrafos em que Vygotsky fez essas afirmações já foram citados anteriormente, assim, considera-se desnecessário repetí-los. O mesmo procedimento é adotado em alguns dos apontamentos seguintes.

em si. É possível estudar um problema metodológico, sem estudar seu desenvolvimento na história mais geral.

Se, como já se sublinhou, Vygotsky (1927/1997) entende que a crise da psicologia pode ser apreendida pela análise da terminologia existente na ciência psicológica, parece ser justo analisar a terminologia de Vygotsky para indicar a hipótese de que existe em seu ensaio uma tensão entre crítica ontológica e postura lógico-gnosiológica. No ensaio que foi citado existem afirmações que tanto concebem uma diferença entre natureza e sociedade, assim como outras que cancelam, idealisticamente, as diferenças entre ambas.

Por exemplo, para Vygotsky (1927/1997), uma ciência materialista, um projeto autenticamente científico, é uma ciência natural. Mas ele tenta explicar que, com isto, não está reduzindo o mundo ao âmbito da biologia. Citando o autor: “empregamos esta palavra [natural] para assinalar mais claramente o caráter materialista deste gênero de conhecimentos” (p. 353). Em outra parte do ensaio, Vygotsky (1927/1997) diferencia-se daqueles que utilizam a palavra natural para se referir ao plano estritamente biológico afirmando: “Da minha parte, estou convencido que ampliar o termo ‘natural’ a tudo o que existe na realidade é completamente racional” (p. 387)¹³⁹.

Em outros espaços, a confusão entre natural e social aparece mais problemática. Ao falar sobre a ciência, inspirado nas concepções de Plekhanov sobre a história, Vygotsky (1927/1997, p. 273) afirma: “a interpretação científica não é, senão, uma forma mais de atividade do homem social dentre outras atividades”. Esta avaliação correta sobre o fato da ciência ser produto da atividade humana, do “homem social”, é seguida da seguinte assertiva:

¹³⁹ Afirmações deste tipo levaram alguns, como Papadopoulos (1995), a afirmar que na obra de Vygotsky há diversas contradições que decorrem de lógica objetivista que devem ser superadas para se criar uma ciência geral da subjetividade.

o conhecimento científico, considerado como conhecimento da natureza e não como ideologia, constitui um tipo de trabalho e como todo trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza. (...) Trata-se pois de um processo condicionado tanto pelas propriedades da natureza transformada como pelas propriedades da força transformadora da natureza; isto é, condicionado neste caso pela natureza dos fenômenos psíquicos e pelas condições cognoscitivas do homem (Vygotsky, 1927/1997, p. 273).

Assim, logo após definir a ciência como atividade do “homem social”, Vygotsky afirma que a ciência é trabalho. Há neste parágrafo uma confusão sobre a diferença qualitativa entre trabalho, intercâmbio orgânico do homem com a natureza e todas as outras práxis sociais humanas que são puramente sociais. Se a atividade da transformação da natureza pelo trabalho humano foi o processo fundamental que desdobrou a possibilidade da ciência, um complexo especificamente social que emerge somente a partir de um certo estágio do desenvolvimento do ser social, não se pode concluir, então, que a ciência seja trabalho (uma crítica especialmente profunda a este tipo de confusão pode ser encontrada em Lessa, 2007b).

O trecho citado mostra, devidamente, como Vygotsky (1927/1997) lidou de uma forma bastante contraditória com a distinção ontológica entre natureza e sociedade. Na realidade, ele considerou a possibilidade teórica de cancelar epistemologicamente a diferença entre ambos, ao afirmar que é “racional” generalizar o termo natureza para a sociedade. No entanto, cabe salientar, os problemas na forma como Vygotsky aborda as relações entre natureza e sociedade, trabalho e outras práxis sociais no ensaio de 1927 não parecem predominar ao longo da obra vygotskiana. Como é possível concluir, a partir dos outros textos citados no presente trabalho, Vygotsky apreendeu as diferenças qualitativas

entre natureza e sociedade mesmo quando, para mencionar um exemplo, estudou o funcionamento de um órgão biológico, o cérebro (Vygotsky, 1934/1997).

Por isto, neste momento, não se pode aventar nada mais do que a *possibilidade* de que, em algumas das teses de Vygotsky sobre a ciência e a psicologia, existia uma tensão entre o desenvolvimento de uma crítica ontológica da psicologia e uma concepção cientificista e epistemologista da realidade.

Para o momento, cabe apenas mencionar um outro trabalho que parece tirar conclusões parecidas. Elhammoumi (2006) aponta precisamente para o conjunto de problemas descritos anteriormente ao tentar explicar porque Vygotsky não conseguiu escrever um “*Das Kapital*” da psicologia. Segundo o autor, Vygotsky esteve preso nas armadilhas do cientificismo e do naturalismo marcantes no marxismo que se desenvolveu entre 1920 e 1930.

Os anos 1920 e 1930 foram caracterizados pela ruptura com a tradição marxista dialética e pelo triunfo progressivo do historicismo e do cientificismo. Os métodos da ciência natural tornaram-se as ferramentas efetivas para pesquisar os fenômenos humanos em geral e as funções psíquicas superiores em particular. Assim, psicólogos trabalhando no interior do modelo teórico de Marx retornaram à idéia de uma divisão radical entre ciência e engenharia social, divisão entre pensamento acadêmico e pensamento socialista ou, na visão de Marx, divisão entre juízos de fato e juízos de valor. A concepção do cientificismo rapidamente se tornou dominante entre os principais teóricos do chamado marxismo ortodoxo que transformou o conceito dialético de organização social em um conceito de ciência natural. A maior parte dos psicólogos marxistas naquele momento estava menos informada sobre os conflitos no interior do marxismo (Elhammoumi, 2006, p. 28).

Justamente por isso, Vygotsky teria sido, no máximo, o equivalente a um Feuerbach da psicologia, isto é, alguém que começou no terreno do idealismo, realizou um giro materialista, mas que não alcançou as conclusões radicais e a formulação de novas conceituações qualitativamente superiores às anteriores. Neste sentido, Elhammoumi (2006) afirma: “Psicólogos trabalhando no interior do pensamento de Marx defendiam uma variedade de visões da psicologia, usualmente formuladas brilhantemente, mas nem sempre consistentes” (p. 28).

Se as críticas tecidas por Elhammoumi são válidas ou não, se as hipóteses aqui levantadas são corretas ou não, são questões que não podem ser aqui aprofundadas e devem ser exploradas em conjunto com os diversos estudos já existentes sobre a obra vygotskyana. Todavia, com uma discussão, uma análise e uma terminologia diferentes, Elhammoumi (2006) expressa algo que se constatou na análise das propostas psicológicas em seu conjunto expostas neste capítulo: nenhuma crítica marxista da psicologia que foi descrita neste capítulo parece ter superado o subjetivismo e o logicismo epistemologista característicos do pensamento moderno. Tal como destaca-se a seguir, todas elas, de uma forma ou de outra, abriram as portas para a entrada de uma entidade abstrata, “inventada” epistemologicamente pela reificação de um fenômeno histórico criado pelo capitalismo: o indivíduo isolado e autônomo.

5.2. Da suspensão da apologética ao retorno da psicologização

Antes de explicar como o indivíduo isolado retornou pela porta traseira de algumas propostas de crítica marxista ou de psicologia marxista que foram aqui expostas, é preciso retomar a discussão sobre a condição fundamental para a elaboração de novas teses sobre a subjetividade humana no interior da psicologia: a existência de processos revolucionários que exigem a apropriação dos nexos causais constituintes da realidade social para sua

transformação radical. Se não se levar em conta este problema, é impossível compreender como, mesmo partindo da crítica à psicologia hegemônica, diversos intelectuais marxistas ou simpáticos ao marxismo, acabaram caindo no individualismo burguês.

O momento predominante das contribuições teóricas elaboradas por intelectuais envolvidos em situações ou atividades revolucionárias, não era a apologética direta ou indireta da ordem instituída, mas a necessidade de compreender a autoatividade humana com a finalidade de criar uma nova ordem social. Teóricos que se ocuparam da psicologia e preocupados com a transformação da realidade social encontraram uma ciência que não explicava qualquer coisa sobre a subjetividade humana, mas apenas repetia, naturalizava e universalizava a existência reificada do indivíduo em condições sociais particulares. Diante da unilateralidade das explicações encontradas, aqueles que tinham na apropriação do ser-precisamente-assim existente o seu momento predominante, buscaram recriar a ciência psicológica ou simplesmente superá-la mediante uma crítica radical. Parte deste processo seria o desenvolvimento de uma crítica da individualidade isolada expressa em teses psicológicas.

Com a discussão realizada no presente capítulo procurou-se demonstrar como as exigências por um conhecimento verdadeiro resultaram na desmontagem e reformulação da psicologia por aqueles revolucionários que se ocuparam dela. Uma crítica radical da psicologia só poderia ser realizada por aqueles animados pela busca da emancipação humana. Isto porque a transformação da sociedade com o fim de eliminar as formas contemporâneas de exploração exige o conhecimento real e verdadeiro das relações, conexões, leis que regulam o ser social em sua complexidade. Não se pode criar o novo, se não se compreende o velho. Tal como se apontou, foi precisamente esta exigência que permitiu o pensamento marxiano ir muito além das impositões lógico-gnoseológicas da

burguesia e é justamente por isso que boa parte das críticas revolucionárias à psicologia encontrou no marxismo o seu ponto de partida.

No entanto, os complexos processos inaugurados pelas revoluções do século XX resultaram em um legado profundamente contraditório: primeiro criou-se um campo de possibilidades mais amplo para o desenvolvimento da crítica da psicologia, para, logo em seguida, o produto da revolução mais importante do século passado funcionar como maior trava para a realização das mencionadas possibilidades. Tentou-se demonstrar isso com a apresentação das importantes discussões que foram produto da revolução, assim como o impacto nefasto que o stalinismo teve sobre todas as tentativas de revolução do século XX que ocorreram desde meados dos anos 1920.

A partir da hegemonia stalinista, duas formas distintas de crítica marxista da psicologia ou de psicologia marxista surgiram e todas elas carregavam todo o peso decorrente da influência entrelaçada e sobre-determinada de uma diversidade de fatores: a ascensão do stalinismo; distintas crises do movimento operário internacional; esgotamento e fracasso de diversas ondas revolucionárias precipitadas por crises capitalistas; difusão do marxismo possibilitada pela massificação dos partidos comunistas após a criação da Internacional Comunista e, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial; contraditório processo de entrada e isolamento do marxismo em círculos acadêmicos provocado pelo sucesso do stalinismo nas lutas sociais do proletariado; a especificidade histórico-concreta de cada país e de cada luta social que ocorreu ao longo do século XX; as experiências singulares de cada cientista envolvido no trabalho de análise da psicologia.

A primeira forma geral de modalidades de articulação da psicologia com o marxismo, decorrente da ascensão e consolidação do stalinismo, é constituída por aquelas teorias que têm raízes nas impostações provenientes da tradição marxista, mas que foram desenvolvidas de forma a converter o marxismo em instrumento de apologética da ordem

pós-revolucionária instituída na URSS. A sua função é a de justificar e naturalizar a ordem social; são projetos “psi”, cuja paternidade direta é o “marxismo-leninismo”. No caso destes projetos psi, há uma ênfase maior em uma determinada concepção do marxismo do que na psicologia, isto é, não se desenvolve tanta discussão sobre a psicologia, mas apenas há um processo de adequação da teoria psicologia às exigências protocolares impostas pela burocracia soviética; para se fazer psicologia basta demonstrar que a teoria psicológica é uma expressão do “marxismo” oficial.

Na segunda modalidade de articulação entre psicologia e marxismo, há uma maior ênfase na psicologia e uma relativa secundarização do marxismo. Isto decorre por distintas razões. Pode ser porque não se estabelece uma diferença qualitativa entre stalinismo e marxismo e, portanto, os problemas daquele convertem-se em problemas deste. A partir desta avaliação, inicia-se um trajeto que culmina no abandono do marxismo. Este trajeto pode incluir a reavaliação do significado de certas categorias teóricas no interior da ontologia marxiana, a troca da centralidade de certas categorias por outras, a tentativa de se retificar os erros do marxismo complementando-o com tradições teóricas estranhas a ele ou diversos outros procedimentos. Outra razão para se secundarizar o marxismo e priorizar a psicologia pode ser a tentativa de explicar o fracasso do marxismo não pela análise dos processos e relações sociais existentes, mas pela análise daqueles mecanismos individuais que supostamente funcionam enquanto barreira para as mudanças sociais.

Não obstante a intencionalidade revolucionária ou progressista que animou esta última modalidade de projetos “psi” ligados ao marxismo, a priorização do polo psicológico em detrimento do polo marxista culmina em um retorno da psicologização pela porta traseira, isto é, recai-se em concepções teóricas que reproduzem o fetiche da individualidade isolada, típica das apologéticas burguesas.

Nas duas modalidades de articulação entre psicologia e marxismo, o resultado é o mesmo: deformação do arsenal teórico marxiano, seja pela via da conversão do marxismo em ideologia stalinista, seja pela via da psicologização do marxismo. Em ambos os casos, há uma influência direta ou indireta dos acontecimentos determinantes que ocorreram na URSS.

No caso daqueles projetos que partiram da conversão do marxismo em instrumento de apologética assistiu-se à eliminação de todos os projetos criativos de reconstrução da psicologia. As únicas propostas de crítica marxista ou de psicologia marxista que encontravam espaço eram aquelas que seguiam as exigências protocolares da burocracia imperante em um dado contexto. No entanto, a adesão destes projetos psi “marxistas” ao marxismo-leninismo não significava que existia uma distância crítica deles com as concepções teóricas mais tradicionais e conservadoras que dominaram a psicologia.

Por exemplo, Martín-Baró (1986/1998) nota como conheceu alguns centros de pesquisa que defendiam a reflexologia pavloviana, apenas porque se tratava de uma teoria proveniente da URSS, como se o país de nascimento da teoria a convertesse automaticamente em uma proposta progressista. No entanto, não existia nenhuma diferença significativa entre suas pesquisas e aquelas inspiradas pelo behaviorismo que se desenvolviam nos EUA.

Um exemplo significativo, já mencionado, foi dado por Teo (1999). O autor destacou como Teplov, um psicólogo que reproduzia as mesmas teses biologicistas e reducionistas dos estudos de personalidade dos EUA, conseguiu desenvolver suas atividades tranquilamente, sem encontrar qualquer problema com a burocracia soviética, apenas porque afirmava que estudava a personalidade a partir dos clássicos marxistas (e dentre os clássicos figurariam Lysenko e Pavlov). Entre os estudos “marxistas” de Teplov e os estudos das diferenças individuais inspirados pelas práticas investigativas

neogaltonianas descritas no capítulo anterior não existe qualquer diferença de qualidade. Na realidade, a proximidade é tão grande que os trabalhos de Teplov serviram como fonte de inspiração para os estudos sobre temperamento na segunda metade do século XX desenvolvidos nos EUA (Ito & Guzzo, 2002).

Outro exemplo apresentado que cabe sob este guarda-chuva é a relação entre psicologia e marxismo no interior dos partidos socialista e comunista dos EUA na primeira metade do século XX. Não obstante os diversos problemas e a marginalização das explicações e elaborações teóricas que articularam psicologia e marxismo nos EUA, elas possibilitaram uma crítica radical ao behaviorismo e outras abordagens teóricas em voga na psicologia norte-americana. Neste sentido, Harris (1996) afirma que: “o marxismo, na história da psicologia, foi mais útil enquanto perspectiva crítica do que como um plano para um ser humano utópico” (p. 75). Mas mesmo esse papel foi prejudicado e abortado pela ossificação stalinista que teve seu clímax na glorificação e imposição da psicologia pavloviana para todos aqueles militantes que estudavam a psicologia e que associavam-se a algum partido comunista.

Sob esta modalidade, ainda podem ser colocadas as distintas manifestações de psicologia marxista em Cuba. Boa parte delas decorreu mais da relação de dependência de Cuba para com a URSS, do que uma elaboração efetivamente original. Assim, a reprodução das tendências teóricas que predominavam na URSS foi a marca das principais teses teóricas que estiveram no início do desenvolvimento da psicologia cubana.

Assim, da psicologia oficial soviética, da conversão do marxismo em instrumento apologético, decorreu só um fato importante: o esmagamento e a diminuição de espaço para aquelas tradições as quais, por reterem o núcleo fundamental da tradição marxista, tinham um potencial crítico e subversivo. A depuração, marginalização, transfiguração e eliminação das primeiras elaborações marxistas críticas na psicologia era um passo

necessário nesse processo. Assim, a paidologia e a psicotecnia foram proibidas, as obras de Vygotsky censuradas e os debates psicológicos no Partido Comunista dos EUA patrulhados.

A utilização da crítica marxista era deformada mesmo naqueles períodos em que houve maior abertura na URSS. Se a periodização da história da psicologia histórico-cultural realizada por Lompscher (2006) é correta, então se percebe que a possibilidade de se discutir as obras de Vygotsky só existiu porque elas foram tomadas de forma a deixar a ordem soviética intocada. Quase duas décadas após a morte de Vygotsky, quando sua obra voltou a ser publicada e estudada, o que se viu foi a utilização da psicologia histórico-cultural secundarizando o caráter coletivo da atividade humana, isto é, passou-se a um estudo da atividade humana centrado no indivíduo. Isto resultaria na divisão, já destacada, entre aqueles psicólogos soviéticos que enfatizariam a intrínseca relação da psicologia humana com a atividade prática e objetiva dos seres humanos e aqueles que enfatizariam a autodeterminação do sujeito. Neste caso, estariam as produções teóricas mais próximas da reificação individualista do sujeito, ainda que por um caminho distinto da via percorrida pelo behaviorismo e pelo cognitivismo (Elhammoumi, 2001; 2006).

Há nos estudos psicológicos da segunda fase da psicologia histórico-cultural, portanto, mais uma ênfase na psicologia do que no marxismo e isto significou o retorno da centralidade do indivíduo no interior da psicologia soviética. No caso desta modalidade de articulação entre psicologia e marxismo, a influência do stalinismo é mais indireta. Estes projetos psi são produtos de processualidades sociais que tiveram o stalinismo enquanto uma de suas partes constitutivas. Neste caso, emergiram as teorias psicológicas elaboradas por intelectuais de esquerda que tentaram encontrar na esfera do indivíduo e da cultura as possibilidades para a revolução ou as razões do fracasso das lutas proletárias.

A história das articulações entre marxismo e psicologia nos EUA descrita por Harris (1996) demonstra precisamente isso: por quase todo o século XX, a articulação da psicologia com o marxismo tinha como força-motriz a necessidade de explicar as razões dos retrocessos e das derrotas do marxismo e do movimento operário em um país que ofereceu pouco espaço para o desenvolvimento de ambos.

Por outro lado, há também aqueles que tentam encontrar na psicologia um instrumento político e teórico que complementaria as falhas fundamentais do marxismo. Fanon, por exemplo, em sua atividade teórica, preocupou-se muito mais com a psicologia (psicanálise) do que com o marxismo, com a “raça” do que com a “classe”, com o conflito entre colonizadores e colonizados do que com o conflito entre capital e trabalho. Nas opções teóricas de Fanon pesaram diversos fatores: a sua posição de classe, a sua localização na luta anti-imperialista argelina e a influência da revolução chinesa. No entanto, o ceticismo de Fanon em relação à classe trabalhadora e ao marxismo é um produto de todas as bazófnias stalinistas do PCF, isto é, o representante oficial do “marxismo” na França e, de certa forma, na Argélia (o partido comunista argelino por um período era uma seção subordinada ao PCF).

A relação contraditória de Fanon com o marxismo já foi destacada mediante a apresentação da tematização da categoria alienação realizada por ele (Hook, 2004a). Fanon enxerga na categoria um potencial para analisar o fenômeno da colonização no nível individual sem perder as ligações intrínsecas entre indivíduo e sociedade. Todavia, a categoria é reduzida às suas dimensões culturais, assim como toda e qualquer análise realizada por ele: raça, não classe; colonização, não exploração; nacionalismo, não socialismo. A transformação da categoria alienação realizada por Fanon teve como ponto de partida uma postura crítica ao economicismo do marxismo predominante no PCF. No

entanto, por tomar marxismo-leninismo enquanto sinônimo de marxismo, Fanon jogou fora o bebê junto com a água suja.

O mesmo ocorre com as proposições teórico-políticas de González Rey (1989; 1995). O cubano claramente identificou diversos problemas do marxismo-leninismo – economicismo, teleologismo, evolucionismo – como problemas já presentes no próprio Marx. Desta forma, segundo o seu ponto de vista, as análises marxistas mediante uma reavaliação da subjetividade, do indivíduo e da consciência na constituição da realidade. González Rey também é cético quanto ao papel da classe trabalhadora e procura na ciência e na subjetividade os espaços prioritários para se reavivar o projeto socialista de Cuba. É importante lembrar que a esperança de que a subjetividade individual seria capaz de superar o atraso objetivo da sociedade cubana não caiu dos céus na cabeça de González Rey, mas tem raízes nas próprias concepções teóricas dos revolucionários cubanos e, especialmente, Guevara.

As raízes sociais do pensamento de Guevara são muito próximas daquelas de Fanon. Segundo Saunois (1997), as principais fontes de inspiração de Guevara foram os processos de luta revolucionária que ocorreram em países como China e Vietnã, enquanto no plano da teoria política, Guevara foi influenciado por uma extensa tradição nacionalista e revolucionária que o precedeu na América Latina: José Carlos Mariátegui, Emiliano Zapata, José Martí, Simón Bolívar e outros. Em curtas palavras, isto significa que Guevara tirou poucas lições de ações históricas do proletariado urbano, enquanto aprendeu muito com diversas mobilizações camponesas. Daí brotaria um ceticismo em relação à capacidade da classe operária dirigir processos históricos de mudança social e a substituição dela por uma vanguarda mobilizada por uma moral revolucionária. Neste sentido, a construção de um indivíduo revolucionário, de um homem novo converteu-se em

problema central para aqueles inspirados pelo guevarismo. Há aqui claras semelhanças com as concepções políticas de Fanon.

Por caminhos diferentes daqueles trilhados pela psicologia soviética e pelos psicólogos marxistas dos EUA, outros revolucionários chegaram na psicologização e no individualismo. Este giro ao indivíduo operado pelas propostas de crítica da psicologia, as quais emergiram em contextos históricos de revoluções, expressa, portanto, conclusões que germinaram a partir de um terreno onde, na instância da aparência, o marxismo não seria adequado para explicar e orientar as revoluções e, assim, precisaria ser abandonado, complementado ou substituído.

Parker (2007a), abordando a complicada relação entre esquerda revolucionária e psicologia, faz referência a este problema: em situações de derrota política, de retrocessos para os movimentos dos trabalhadores, a psicologia acaba servindo como um refúgio para o estudo do indivíduo sem tocar nas relações sociais; um instrumento para explicar o fracasso de projetos políticos sem abordar problemáticas mais gerais.

Neste sentido, a penetração da cultura psicológica nos círculos de esquerda não tem nada de revitalizante para a luta por mudança social, mas é, na realidade, o primeiro passo para o abandono da política radical. Ao tentar encontrar na mitologia burguesa da individualidade isolada as causas para fracassos de projetos políticos, diversos teóricos acabam abandonando o terreno da política e da luta revolucionária (Parker, 2007a).

No entanto, há que se reconhecer que os trabalhos psicologistas e individualistas escritos por todos aqueles que tiveram alguma relação com lutas revolucionárias produziram representações teóricas muito mais complexas e articuladas que aquelas elaboradas pelos apologetas de plantão e que constituíram a psicologia hegemônica em suas diversas tradições, principalmente aquelas descritas no capítulo anterior. Esta compreensão mais rica apenas torna mais necessária a tarefa de análise e crítica

aprofundada de suas contribuições, sabendo reter, precisamente, o que elas podem ensinar ao marxismo.

Em síntese, neste capítulo discutiu-se como a entrada do marxismo significou uma ruptura qualitativa com as formas anteriores de se apropriar a realidade e produzir conhecimento no campo da psicologia. Após a entrada da burguesia na decadência ideológica, as propostas de base marxista resultaram em rupturas com o irracionalismo e o agnosticismo típicos da razão burguesa. No entanto, as diversas crises da tradição marxista, especialmente aquela inaugurada com a ascensão e consolidação do stalinismo, resultaram na abertura de espaço para uma mistura eclética entre marxismo e diversas elaborações do pensamento burguês e de uma postura profundamente subjetivista no estudo da realidade social.

Segundo Coutinho (1972), os períodos de expansão e de crise do capitalismo tiveram uma enorme influência sobre pensadores que se localizavam no interior da tradição marxista. Assim, segundo o autor, o revisionismo operado por Bernstein no interior da Internacional Socialista, era uma expressão ideológica do sentimento de “segurança” da burguesia em um período de *boom* do desenvolvimento capitalista. Não é coincidência que Bernstein introduziu no marxismo impositações formalistas provenientes de certo positivismo neokantiano. Da mesma forma, a emergência de um marxismo espontaneísta e subjetivista, marcado por traços irracionalistas corresponde ao período de crise do capitalismo no imediato pós-guerra. Desta forma: “quando não é iluminado por uma justa consciência teórica, quando capitula espontaneamente à realidade imediata, o movimento de inspiração marxista tende a assimilar ideologias burguesas, ou, mais precisamente, a responder de modo irracionalista ou ‘ativista’ aos períodos de crise e de modo positivista e agnóstico aos períodos de estabilidade capitalista” (Coutinho, 1972, p. 171).

A cada uma destas posturas corresponde certa interpretação de Marx, a priorização de certos conceitos e de certas obras em detrimento de outras. A hegemonia do stalinismo resultou nos seguintes desdobramentos para a tradição marxista: (1) repressão e ocultamento das divergências da tradição marxista; (2) imposição de ideologia homogeneizadora e burocrático-manipulatória; (3) manutenção de alternância entre voluntarismo subjetivista e positivismo mecanicista (Coutinho, 1972).

Com estes traços, especialmente os dois últimos, nota-se que o stalinismo operou uma aproximação do pensamento marxiano com a razão burguesa, ou seja, com a postura moderna em relação aos problemas ontológicos e históricos. A crise do stalinismo inaugurada em 1956, longe de apontar para uma superação do pensamento burguês, resultou em uma intensificação do logicismo e subjetivismo. A crítica ao stalinismo, por vezes, redundou no combate a Marx e na crescente assimilação de tradições ideológicas alheias às conquistas de Marx.

Pode-se notar estes acontecimentos no interior dos projetos marxistas de crítica e construção da psicologia. Todas as tentativas de superar o marxismo pós-stalinista incorreram no resgate de posturas irracionistas e subjetivistas. A própria produção de uma “psicologia marxista” já era um primeiro passo no retorno de certo subjetivismo, de certa tentativa de transmutar em questões psicológicas e individuais a complexa relação entre subjetividade e objetividade. Em síntese, a herança que o stalinismo deixou para a psicologia foi abortar a possibilidade histórica de se criar concepções teóricas e superiores de subjetividade do que aquelas que tradicionalmente existiram na psicologia e, no lugar disso, abrir o caminho para o retorno das teses individualistas e epistemologicistas que caracterizaram, tradicionalmente, a psicologia.

Neste capítulo, a ênfase foi dada sobre o nascimento e o combate de novas concepções de homem, de subjetividade e de realidade no campo da psicologia. No

próximo capítulo é explorado como ocorreu o retorno definitivo do subjetivismo individualista que foi inaugurado com a consolidação do stalinismo e intensificado com sua crise definitiva e a inauguração da ofensiva neoliberal.

V. PSICOLOGIA CRÍTICA? PÓS-MODERNIDADE E SUBJETIVIDADE

No capítulo anterior explorou-se aquele tipo de crítica à psicologia que não parte do sentimento de segurança ou de angústia gerados, respectivamente, pelos períodos de expansão e de crise do capitalismo. Mas sim, aquela crítica que orienta sua interpretação pela atividade de transformar o mundo.

No entanto, na mesma medida em que ocorreu uma assimilação do marxismo por abordagens teórico-ontológicas completamente estranhas a ele para atender distintas finalidades – abandono da perspectiva revolucionária, conversão do complexo categorial marxiano em ideologia justificadora etc. – a crítica marxiana foi perdendo a sua força. Este processo, em última análise, contribuiu para a corrente “crise do marxismo” que resultou em crítica e abandono do instrumental marxiano.

A crítica marxista foi substituída por outra que, supostamente, sanaria todas as limitações do marxismo. Em geral, aqueles que elaboram estas críticas são definidos como “pós-modernos”. Neste capítulo, argumenta-se que a crítica pós-moderna reflete, na realidade, a emergência de um novo tipo de irracionalismo que decorre da entrada do capitalismo em um período de crise estrutural e da queda definitiva do stalinismo.

De 1968 até o fim do século XX assistiu-se à agonia do marxismo e sua marginalização. De sua queda emergiu triunfante uma nova proposição crítica que acreditava superar todas as limitações do marxismo. Não é que as formas “tradicionais” de conhecimento do pensamento burguês tenham desaparecido, pois qualquer analista prontamente reconhece que abordagens positivistas, neopositivistas, fenomenologia etc. seguem vivas e atuantes. Mas a elas se somou uma nova forma de se pensar o mundo e de explicá-lo, mesmo quando alguns chegam a afirmar que essa coisa chamada “mundo”

pode, talvez, não existir. Esta nova postura, pós-moderna, assumiu diversos nomes: “estudos culturais”, “pós-marxismo”, “pós-positivismo”, “pós-colonial” etc.

Delinear algumas das características centrais desta nova postura é importante para se compreender o novo tipo de aproximação “crítica” à psicologia que se delineou, também, a partir dos anos 1960. Neste capítulo, espera-se demonstrar que na psicologia crítica é possível encontrar a reprodução, no plano da teoria psicológica, de todo o processo de derrota, marginalização e desmantelamento do marxismo que ocorreu junto com a emergência vitoriosa da “grande narrativa” pós-moderna.

Este capítulo divide-se em três partes. Na primeira, discute-se a queda do stalinismo, a crise estrutural do capital e seus efeitos no debate teórico. Na segunda, discute-se a emergência da psicologia crítica e sua relação com os eventos de 1968. Argumenta-se que ela é apenas uma particularização psicológica do pensamento pós-moderno, ainda que exista uma notável exceção – a Psicologia Crítica Alemã – que, por sua vez, também é discutida e problematizada.

Em seguida, na última parte, discute-se a psicologia crítica pós-1989, aquela que se desenvolveu após a intensificação de concepções irracionalistas, hipersubjetivistas e fragmentárias, decorrente do fim do stalinismo e da ofensiva ideológica aberta a partir deste episódio histórico.

Neste sentido, o foco aqui é sobre o primeiro tipo de crítica que foi destacado no início do capítulo anterior: aquelas críticas irracionalistas e subjetivistas as quais, no máximo, convertem-se em protestos românticos anticapitalistas. Por não compreenderem o processo de reprodução do ser social em sua totalidade, essas críticas acabam contribuindo para a manutenção da ordem social e, portanto, não passam de apologias indiretas da ordem instituída (sobre o caráter da apologia indireta, ver Coutinho, 1972).

Este tipo de crítica na psicologia já foi, em alguma medida, alvo da discussão desenvolvida na última seção do capítulo III, quando se descreveu os pontos comuns entre a psicologia humanista e as propostas behavioristas ou cognitivistas, ainda que a primeira buscase apresentar-se enquanto uma terceira força – ou seja, como uma alternativa entre a psicanálise e o behaviorismo. O fato é que a psicologia humanista é apenas o contraponto irracionalista do cognitivismo, é apenas uma modalidade distinta do pensamento burguês decadente. É uma resposta ao sentimento de insegurança.

Por isto, segundo Jacoby (1977), os humanistas e existencialistas norte-americanos afirmam que o indivíduo tem um impulso pela busca de segurança, mas ignoram que antes deste “impulso” há uma sociedade insegura; reforçam o indivíduo isolado e sua autoatualização, ao mesmo tempo em que rechaçam a práxis social e política; oferecem apenas o otimismo e a alegria em uma realidade de miséria e sofrimento. Em poucas palavras: “eles defendem o *status quo* como se este fosse a revolução” (Jacoby, 1977, p.68).

No entanto, há uma outra modalidade de irracionalismo que vem predominando nos círculos acadêmicos e que atraiu quase que a totalidade da intelectualidade crítica na psicologia – o que, definitivamente, não ocorreu no caso da psicologia humanista. Segundo Netto (2002), o irracionalismo anterior tinha aspirações explicitamente de direita, enquanto o “novo” irracionalismo adota uma roupagem de esquerda. Esta nova modalidade de irracionalismo tem em dois episódios históricos decisivos a sua base material: a derrota dos levantes de 1968 e a crise definitiva do stalinismo no fim dos anos 1980. Por isto, é importante oferecer uma explicação ainda que superficial sobre estes processos.

1. 1968 ou o começo do fim?¹⁴⁰

1.1. Crise do capital, esgotamento do stalinismo e ofensiva neoliberal

Entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970, vários acontecimentos histórico-mundiais começavam a indicar que ocorria a transição para uma nova fase do capitalismo. Até aqueles anos, o capitalismo parecia ter encontrado um meio de se aperfeiçoar permanentemente. Antes de destacar esta mudança, cabe retomar alguns traços relevantes do capitalismo que se construiu entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 1970.

No capítulo II, a partir de Coutinho (1972), foram descritas algumas das características do capitalismo no período pós-guerras: maior penetração do capital no consumo; aumento da produção priorizando a extração da mais-valia relativa e a organização de um aparato manipulatório com a finalidade de racionalizar o mercado.

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970, desenvolve-se o período conhecido como “anos dourados” do imperialismo. Trata-se do período em que, imediatamente após a devastação do continente europeu pelas guerras, ocorre um *boom* de crescimento das principais economias capitalistas. Este crescimento tem como característica marcante a intervenção estatal: tenta-se racionalizar o mercado para garantir a sobrevivência do capitalismo e a superação das crises de super-produção (Netto & Braz, 2006).

A intervenção estatal foi a resposta que o capitalismo encontrou para tentar resolver as contradições entre crescente socialização da produção e a apropriação privada do

¹⁴⁰ Cabe destacar que a discussão desenvolvida neste tópico, sobre o processo de abandono do marxismo e de adesão a distintas expressões de irracionalismo e agnosticismo, tem como foco especial os desdobramentos ocorridos na França. Isto porque neste país, em mais do que qualquer outro, o declínio do marxismo, sua substituição por algo pior, o papel do stalinismo e os efeitos corrosivos das derrotas sofridas pelo proletariado expressaram-se de forma mais explícita. Além disso, as tendências teóricas que nasceram da França são aquelas que predominaram no cenário intelectual que se desenvolveu a partir dos anos 1970. Segundo Anderson (1983/2004), se o marxismo se espalhou pela França, após a libertação da ocupação alemã, o fato é que desde os anos 1970 isso mudou drasticamente: “Paris é hoje a capital da reação intelectual européia” (Anderson, 1983/2004, p. 167).

excedente. No entanto, Netto e Braz (2006) argumentam que, se, por um lado, a gestão de contradições mais acentuadas e complexas foi realizada por um estado interventor que garantiu taxas de crescimento significativas, por outro lado, diversos problemas básicos do capitalismo foram mantidos – por exemplo, a inflação, a tendência ao subconsumo, o crescimento das taxas de concentração e centralização de capital etc.

A elevação das taxas de crescimento, a atenuação das crises de super-produção pela intervenção estatal e o controle da radicalidade do movimento operário por burocracias sindicais durante os anos dourados levaram à ilusão de que se criava um capitalismo não-contraditório, estável e capaz de permanente aperfeiçoamento (Coutinho, 1972; Lessa, 2007b; Netto & Braz, 2006). Mészáros refere-se a este processo da seguinte maneira:

o crescimento sem barreiras e a multiplicação do poder do capital, a irresistível extensão de seu domínio a todos os aspectos da vida humana eram fatos proclamados com toda a segurança e amplamente aceitos. O funcionamento não-problemático e sem distúrbios das estruturas capitalistas de poder era tomado como certo e declarado como feição permanente da própria vida humana. Os que ousavam pôr em dúvida a justeza de tais declarações de fé eram imediatamente desqualificados pelos eternos guardiães da hegemonia burguesa na cultura como ‘ideólogos perdidos’, ou algo pior (Mészáros, 2009, p. 48).

O crescimento do capitalismo neste período possibilitou o fortalecimento do sentimento de segurança e, portanto, no plano teórico, refletiu-se em abordagens teóricas marcadas pela “miséria da razão”, isto é, pelo agnosticismo e formalismo. Emerge uma nova ideologia da segurança que, necessariamente, elimina o humanismo, o historicismo concreto e a dialética (Coutinho, 1972).

Uma análise *humanista* de nossa época coloca a nu a mutilação da práxis pela manipulação, a necessária irracionalidade de uma vida voltada pra o consumo supérfluo e humanamente insensato. Uma

visão concretamente *historicista* revela as possibilidades de mudança e transformação latentes, embora dissimuladas pelas aparências fetichizadas que se pretendem imutáveis. A *dialética*, finalmente, denunciaria a contradição entre um mundo aparentemente “organizado” (com os meios de uma razão burocrática) e a irracionalidade objetiva do conjunto da sociedade, superando assim os limites de uma “razão” que se concentra nas regras, nos meios, enquanto abandona como incognoscível o conteúdo e a finalidade da vida e da sociedade (Coutinho, 1972, p. 60).

O estruturalismo é a expressão teórica da nova ideologia da segurança, anti-humanista, antidialética e anti-histórica. Ele é governado por uma racionalidade burocrática formalista que reduz a realidade a apenas algumas propriedades fixas e invariáveis expressas pelo conceito de estrutura¹⁴¹. Deste empobrecimento teórico resulta um empobrecimento do objeto: o homem não é tomado como produto e produtor da práxis, mas apenas como um epifenômeno de estruturas (Coutinho, 1972).

Segundo Coutinho (1972), o estruturalismo tem como premissa fundamental a redução da realidade à sua dimensão simbólica, à esfera da linguagem. A “ontologia” estruturalista é produto de uma redução “epistemológica”: a realidade é tomada por aquilo que se considera inteligível pelo método estruturalista – criado a partir da linguística estrutural de Saussure. Neste estudo não é possível, e nem é necessário, realizar uma análise aprofundada das teses de Saussure e a apropriação destas por pensadores estruturalistas como Lévi-Strauss, Barthes e Foucault (em sua fase pré-1968)¹⁴². A questão central é assinalar que o estruturalismo nasceu em oposição, ainda que reverente, ao

¹⁴¹ Este ponto também é notado por Eagleton: “O senso de um mundo claustrofobicamente codificado, administrado, bombardeado com signos e convenções de uma ponta a outra ajudou a parir o estruturalismo, que investiga as convenções e os códigos ocultos que produzem significado humano” (2005, p. 62).

¹⁴² Não é necessário, primeiro, porque se entende que isto não elimina a possibilidade de se apresentar algumas explicações sobre os desdobramentos posteriores ao estruturalismo e, segundo, porque críticas importantes ao estruturalismo já foram desenvolvidas (Anderson, 1983/2004; Coutinho, 1972).

marxismo, em estreita ligação com o contexto de desenvolvimento de um capitalismo que acreditava ter suprimido as contradições de seu processo de reprodução e, conseqüentemente, carregando todas as marcas da ideologia dominante neste período: busca pelos elementos estáveis, eliminação da contraditoriedade da história pela redução da realidade a uma estrutura invariável e pela dedução da ontologia por uma epistemologia formalista (Anderson, 1983/2004; Coutinho, 1972; Ross, 1990).

Ainda que a crítica de Coutinho (1972) aponte para a inequívoca relação entre uma fase específica do capitalismo e a emergência do estruturalismo, não há uma explicação sobre o seu poder de atração entre uma camada intelectual de esquerda. Analisando o caso francês, Ross (1990) explica essa força de atração a partir das debilidades da esquerda oficial, representada pelo PCF e pelo Partido Socialista. No fim da Segunda Guerra Mundial, o PCF tinha uma enorme autoridade pelo seu papel na luta contra o fascismo, mas ela foi, gradualmente, perdida graças a relação deste partido com o stalinismo e da sua, conseqüente, conivência às ações do governo gaullista, especialmente os violentos ataques em países como o Vietnã e a Argélia (Claudín, 1986).

Ross (1990) mostra os efeitos desses processos sobre a intelectualidade francesa. Todos aqueles que começavam a enxergar as debilidades do PCF assumiam duas posturas que tinham em comum uma oposição ao marxismo típico dos stalinistas: (a) tentativa de reconstrução do marxismo, como tentaram realizar existencialistas que se aproximaram do marxismo (Sartre, Merleau-Ponty e outros) ou diversos ex-comunistas como Edgard Morin, Cornelius Castoriadis e outros; (b) abandono do marxismo e busca por alternativas teóricas. A primeira postura, diante do crescente descrédito do PCF, aproximou-se cada vez mais da segunda. Por exemplo, Castoriadis tentou reformular o marxismo para, em seguida, criticá-lo e rejeitá-lo definitivamente.

Com o papel nefasto do PCF diante da guerra da Argélia, uma geração inteira de jovens intelectuais e estudantes, marcada por enorme heterogeneidade em seus interesses teóricos, que lutou contra as guerras colonialistas do governo francês, podia ser agrupada em torno de uma única característica comum: um antimarxismo imanente que expressava a rejeição das teorias e práticas do PCF. É neste contexto que uma nova abordagem intelectual anti-histórica, representada por Lévi-Strauss, ganhou contornos de esquerda. Seu confronto com o marxismo serviu para atrair as atenções de setores ativistas divorciados da esquerda oficial (Ross, 1990).

O mesmo aspecto é levantado por Anderson (1983/2004) o qual afirma que o poder de atração do estruturalismo não decorreu de sua capacidade de explicar a realidade, pois, ao reduzir o sujeito à estrutura, ele é incapaz de decodificar as relações entre sujeito e estrutura e, assim, não consegue gerar nenhuma explicação superior ao marxismo. Desta forma, argumenta o autor, as razões para o estruturalismo ter conquistado um amplo espaço não devem ser buscadas em sua suposta superação do marxismo, mas nos acontecimentos decorrentes das lutas de classes vigentes e nas debilidades do próprio marxismo: a crise do movimento comunista internacional, a dinâmica burocratizada e autoritária do PCF e o fracasso das tentativas de se refundar o marxismo.

Na realidade, algumas das respostas do marxismo acabaram potencializando o estruturalismo. Este é o caso do marxismo de Althusser, em seus diversos traços: (a) tentativa de fundar um marxismo anti-humanista criando um “corte epistemológico” artificial entre o “jovem” Marx e o “maduro”; (b) radicalização da redução do sujeito à estrutura operada por Lévi-Strauss, ao afirmar que o sujeito é efeito ilusório de estruturas ideológicas; (c) imposição da epistemologia estruturalista na análise do pensamento de Marx (Anderson, 1983/2004; Coutinho, 1972).

Assim, o desenvolvimento da esquerda intelectual francesa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1980, passou a ser convencionalmente descrito da seguinte maneira: “Sartre falhou na reconstrução do marxismo francês, Lévi-Strauss impôs o estruturalismo e Althusser fracassou em o redirecionar para uma direção marxista. O campo ficou aberto para o pós-estruturalismo que abriu caminho para o neoliberalismo nos anos 1980” (Ross, 1990, p. 201).

Até 1968, o estruturalismo esteve na moda, mas depois deste ano nenhum pensador apresentava-se como estruturalista. Althusser afirmaria que foi infeliz ao utilizar uma terminologia próxima do estruturalismo (Coutinho, 1972) e antigos estruturalistas, como Foucault e Lacan, abandonariam o estruturalismo e se apresentariam como pós-estruturalistas (Anderson, 1983/2004). Para entender as razões desta mudança, cabe explorar os principais eventos deste ano.

Segundo Doyle (2008), em 1968 ocorreram diversos fatos históricos importantes: a repressão de uma ocupação da convenção do Partido Democrata dos EUA realizada por ativistas que queriam o fim da guerra do Vietnã;; o golpe militar que levou Saddam Hussein ao poder no Iraque; Suharto, após organizar o massacre de mais de um milhão de militantes e simpatizantes do Partido Comunista da Indonésia, tornou-se presidente da Indonésia com o apoio dos EUA e da Europa Ocidental; etc. Mas a lembrança deste ano decorre da explosão de rebeliões por todo o mundo, especialmente em países centrais do capitalismo como EUA, Inglaterra, França e Alemanha e por mostrar as primeiras rachaduras do muro que cairia em 1989.

No caso da França, maio de 1968, em boa parte da historiografia burguesa, é lembrado como uma aventura juvenil, mas o que se esconde nesta narrativa é que neste ano ocorreu a maior greve geral da história, com mais de 10 milhões de trabalhadores parando e se manifestando. Pela primeira vez, após as guerras, surgia uma situação revolucionária

em um país capitalista avançado. Tratava-se de um país que passava por mudanças na sua estrutura de classe com a expansão da pequena-burguesia e, portanto, do número de estudantes em uma economia que até 1968 tinha crescido rapidamente (Doyle, 2008; sobre a expansão da pequena-burguesia ver Ross, 1990).

Foi também em 1968 que se confirmou, mais uma vez, o papel reacionário da social-democracia (representada pelo Partido Socialista) e do stalinismo (representado pelo PCF). Quando as revoltas estudantis iniciaram-se e foram vítimas de uma virulenta repressão, os stalinistas criticaram o aventureirismo de “pseudorevolucionários” que impediam os estudantes de se formarem; quando o desafio à ordem instituída pelos estudantes deu coragem aos trabalhadores e estes passaram a se organizar para lutar por seus direitos e em solidariedade aos estudantes, o PCF e a federação sindical dirigida por ele fizeram reduzidos esforços para construir a luta; quando a greve geral dos trabalhadores atingiu o clímax, a ação dos comunistas foi buscar uma saída negociada acima de qualquer outra. O foco do PCF era impedir uma revolução e apontar para uma saída eleitoral para a crise que explodiu na França (Ali, 1978; Doyle, 2008; Ross, 1990).

Das negociações entre o governo e os partidos da esquerda “oficial” de 1968 resultaram diversas conquistas para os trabalhadores como a redução da jornada de trabalho, aumentos salariais etc. No entanto, diante das demandas reais como a derrubada de De Gaulle, a construção de um novo governo etc., estas conquistas soaram como uma derrota provocada pelos “socialistas e “comunistas” que apostaram todas as suas fichas nas eleições (Doyle, 2008). Nas palavras de Ali:

Na realidade, ao excluir todas aquelas ligadas às “demandas imediatas” o PCF bloqueou o caminho para qualquer transformação socialista. (...) O que foi colocado por maio de 68 era a derrubada e o desmantelamento da Quinta República e o estabelecimento de um governo dos trabalhadores baseado nas

mobilizações massivas de 10 milhões de trabalhadores. (...) Ao invés disso, os líderes do PCF aceitaram a santidade das instituições burguesas gaullistas. A greve geral não foi desarmada por um assalto frontal, mas pela aceitação dos limites do estado burguês pelo PCF (1978, p. 149).

Neste contexto, qualquer dúvida sobre o caráter real do PCF se esvaneceu e a separação entre esquerda e marxismo, iniciada com o advento das lutas por libertação nacional do Vietnã e da Argélia, se consolidou. Mas não apenas na França ocorriam rebeliões. Por todo o mundo, do Brasil à Alemanha, passando pelo México e pelos EUA, ocorriam lutas por direitos civis, contra governos ditatoriais ou em solidariedade às lutas de povos oprimidos.

No caso do movimento comunista internacional e dos países “socialistas”, diversos acontecimentos serviram para colocar o primeiro em descrédito, acentuar suas divisões internas e intensificar a maré de ceticismo em relação ao marxismo. No caso da URSS, assistiu-se a invasão da Tchecoslováquia por duzentos mil soldados e dois mil tanques do Pacto de Varsóvia com a finalidade de reprimir as reformas que emergiram de um Partido Comunista da Tchecoslováquia pressionado por trabalhadores e jovens e que buscavam edificar um “socialismo com face humana” (Doyle, 2008). A “revolução cultural” iniciada pelo maoísmo em 1964/65 com a promessa de dar fim às desigualdades de classe, à divisão entre trabalho manual e intelectual e à divisão entre campo e cidade começava a encontrar suas primeiras dificuldades (Doyle, 2008).

Segundo Anderson (1983/2004) entre 1956 e 1968 – isto é, entre a invasão da Hungria e a invasão da Tchecoslováquia orquestradas pela burocracia soviética – as promessas de reforma da URSS por Krushev foram profundamente desacreditadas. Muitos ficaram atraídos pelo maoísmo, já que o programa da “revolução cultural” parecia resgatar o significado real do marxismo. No entanto, quando a “revolução cultural”

ameaçou escapar ao controle da burocracia maoísta na China, esta tratou de reconquistá-la e, ao fim das contas, o que se viu foi apenas uma relativa revitalização da economia chinesa ao preço da morte de milhões de trabalhadores chineses (Doyle, 2008; Mandel, 1982). Ali (1978), ironicamente, comenta que foi a própria China que se encarregou de dar fim ao maoísmo e intensificar uma maré anticomunista por toda a Europa¹⁴³.

Também em 1968 assistiu-se à ofensiva dos comunistas no Vietnã que resultou em uma derrota enorme dos EUA expressando o colapso de uma política intervencionista mais agressiva, assim como diversas insurgências operárias e estudantis no chamado Terceiro Mundo (Ali, 1978; Mészáros, 2009).

Estes acontecimentos sinalizavam mudanças profundas que ocorriam no processo global de reprodução do capital e que se manifestavam em todas as formações sociais desde fins dos anos 1960. Mészáros (2009) sinaliza como, desde o fim dos anos 1960, emergem três categorias de confrontações sociais que perdurariam até as duas décadas seguintes:

- Relações de exploração dos países subdesenvolvidos pelo capitalismo avançado.

No fim dos anos 1960 foi explicitada pela guerra do Vietnã e nos anos seguintes pelas lutas anticoloniais em Moçambique e Angola; lutas anti-imperialistas na

¹⁴³ Anderson nota: “A substância e direção efetivas da experiência maoísta mostraram-se, entretanto, muito diferentes das imagens ideais que haviam conquistado tal difusão internacional. Já no início dos anos 1970, o ímpeto de uma campanha antisoviética irrestrita – inicialmente bastante compreensível, a seguir cada vez mais desequilibrada e histérica – levou o Estado chinês a uma aproximação crescente com o governo dos Estados Unidos, e a um abandono cada vez mais acentuado do apoio e solidariedade aos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo, em troca da amizade com os regimes mais brutais e reacionários dos três continentes, do Chile ao Zaire e do Irã ao Sudão. No plano doméstico, tornou-se cada vez mais claro que a Revolução Cultural não só era manipulada pela própria cúpula burocrática contra a qual ela antes se insurgia ostensivamente, como, na prática, era algo muito diferente dos seus objetivos declarados: um gigantesco expurgo do aparato de Estado e do partido, envolvendo milhões de vítimas da repressão política, estagnação econômica e aumento das pressões demográficas; e obscurantismo ideológico, com todos os campos culturais e educativos regredindo ao irracionalismo de um culto a Mao que ultrapassava o do próprio Stalin. O balanço final era muito mais calamitoso do que o anterior do kruschevismo. O repúdio popular à Revolução Cultural, depois da morte de Mao, foi esmagador. A reação a ela, na verdade, logo veio a se assemelhar, em muitos de seus aspectos, com o perfil pragmático, ao mesmo tempo cínico e liberal, do próprio reformismo kruschevista” (1983/2004, p. 208).

Nicarágua e El Salvador; a revolução iraniana; explosões sociais na América Latina.

- Problemas e contradições dos países capitalistas avançados em seu interior e nas suas relações recíprocas. O que se atestou com os eventos de 1968 na França, na Itália, nos EUA etc. e nas décadas seguintes com as ações dos EUA para garantir sua hegemonia política e financeira no sistema imperialista mundial; fracasso do keynesianismo; ruína do Estado de Bem-Estar Social; crescimento do “desemprego estrutural” etc.
- Conflitos abertos ou contradições internas das sociedades pós-capitalistas ditas “socialistas”. Iniciados com a repressão das tentativas de reforma na Tchecoslováquia e na Polônia, expressos, posteriormente, no colapso da revolução cultural na China; a tragédia do Camboja criada pelo regime de Pol Pot; ocupação do Afeganistão pela URSS; endividamento do leste europeu etc.

Ao agrupar estes diversos fatos históricos nestas três categorias, Mészáros (2009) buscou apontar para uma tendência à disseminação de contradições que revelavam a entrada do capital em um período de crise estrutural. Não se tratava mais de uma “mera” crise cíclica, mas da ativação dos limites absolutos do capitalismo.

Netto e Braz (2006) destacam como, entre 1968 e 1973, sinalizou-se o esgotamento do período de prosperidade do capital: as taxas de crescimento, assim como as taxas de lucro começam a declinar e, entre 1971 e 1973, é detonada uma crise no sistema financeiro mundial provocada pela desvinculação do dólar do ouro pelo imperialismo estadunidense e um choque criado pela alta dos preços do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (ver também Mandel, 1990).

Para os autores, a ofensiva de movimentos sociais e lutas proletárias também fazia parte desta crise, já que, usualmente, resultavam em direitos sociais, melhores salários,

redução de jornada de trabalho, em síntese, em redução da taxa de lucro do capital. No entanto, a generalização da recessão econômica nas potências capitalistas centrais em 1974-75 e 1980-82, obrigou o capital a mudar esta situação.

No período anterior, decorrente de uma onda longa de expansão econômica, as crises inerentes às sociedades capitalistas tiveram seus impactos sociais reduzidos, enquanto o taylorismo-fordismo e o keynesianismo pareciam ter consolidado uma produção em larga escala que resultaria em uma expansão infinita do mercado (Mandel, 1990; Netto & Braz, 2006). Todavia, após a recessão generalizada de 1974-1975, detonada pela alta dos preços do petróleo (ver Mandel, 1990), um conjunto de medidas começou a ser elaborado para combater a queda das taxas de crescimento dos Estados nacionais e das taxas de lucro dos monopólios capitalistas. Este conjunto de situações somente acentuou a dimensão destrutiva de um sistema, cujo fim é a satisfação da necessidade de lucro de uma minoria, cada vez menor, ao invés da satisfação das necessidades mais básicas de uma massa crescente de miseráveis em todo o mundo.

No plano da produção passou-se ao regime que ficou conhecido como *acumulação flexível*. Não é possível aprofundar suas características, mas cabe mencionar algumas destas mudanças ainda que de forma sumarizada, a partir da síntese oferecida por Antunes (2000): (1) redução gradual da gestão da força de trabalho estável e manual tal como existiu sob o modelo taylorista-fordista; (2) aumento agudo de formas de subproletarização ou de empregos instáveis, parciais e/ou temporários; (3) aumento significativo do emprego precarizado da força de trabalho feminina; (4) aumento de empregos mal-pagos especialmente no setor de serviços; (5) exclusão de jovens e “velhos” trabalhadores do mercado de trabalho; (6) restituição de formas brutalizadas de exploração de trabalho imigrante, infantil ou até mesmo escravo principalmente em regiões específicas da América Latina e da Ásia; (7) aumento explosivo do desemprego estrutural (o chamado

exército de reserva); (8) expansão do chamado trabalho social combinado mediante um complexo processo de fragmentação, complexificação e heterogeneização da força de trabalho; (9) apropriação pelo capital dos conhecimentos e das habilidades dos trabalhadores criando formas profundamente manipulatórias de alienação do trabalho, como o chamado toyotismo, os círculos de controle de qualidade etc.

No plano da circulação intensificou-se a financeirização do capital, isto é, gestou-se uma resposta às contradições criadas pela superacumulação de capital e à queda das taxas de lucro dos investimentos industriais a partir dos anos 1970. Ela emerge da conformação de blocos supranacionais que integram investimentos e mercados e possibilita o crescimento do capital fictício, isto é, conjunto de operações financeiras que não tem qualquer correspondência com a massa de valores reais criados na esfera da produção. As transações financeiras tornaram-se especulativas, foram hipertrofiadas e desvinculadas da produção real de valores pelo trabalho humano. Surge uma enorme massa de ganhos financeiros controlada por uma minúscula oligarquia capaz de desafiar a soberania de Estados nacionais – como se mostrou no enorme poder de coerção decorrente da posse de “títulos” da dívida externa (Netto & Braz, 2006).

No plano ideológico emergiu a doutrina neoliberal; criada para combater a ofensiva de movimentos sociais e sindicatos, assim como para eliminar todas tentativas de controle ou regulamentação que foram criadas ao processo de reprodução do capital (Anderson, 2000; Netto & Braz, 2006).

Netto e Braz (2006) oferecem uma bela apresentação do neoliberalismo. Explicam que se trata de uma ideologia que concebe: o homem como ser atomizado, competitivo, possessivo e calculista; a sociedade como o meio do indivíduo realizar seus fins privados; a desigualdade enquanto produto natural das diferenças individuais e como força-motora da vida social; a liberdade, enquanto possibilidade de livre movimento do mercado.

O seu principal alvo foi o conjunto de funções democráticas do Estado criado como uma concessão da burguesia ao proletariado e, assim, garantir a mobilidade e expansão do capital. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas barreiras extraeconômicas foram criadas para amenizar e controlar um movimento operário poderoso e distanciá-lo do “espectro” do comunismo. No entanto, a crise do capital diminuiu o seu campo de possibilidades destes mecanismos de controle extraeconômico. Para continuar reproduzindo, o capital foi obrigado a eliminar todo tipo de barreira ao seu processo de circulação e expansão. “Sob o impacto devastador de uma taxa de lucro declinante, a margem de manobra da ação política tradicional tem sido reduzida à função de executar servilmente os ditames postos pelas necessidades mais urgentes e imediatas de expansão do capital” (Mészáros, 2009, p. 64).

Todas estas medidas apontam para um retorno às modalidades mais selvagens e desumanas de exploração do trabalho pelo capital. A luta contra toda tentativa de controlar o capital, inaugurada a partir do fim da década de 1960, mostrava que a crise iniciada ali não tinha qualquer precedente histórico; ou o capital elimina qualquer limite mínimo ao seu processo de reprodução e, com isso, elimina a humanidade ou ele é destruído por esta: “pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência” (Mészáros, 2009, p. 58).

Em síntese, a entrada do capital em um período de crise estrutural significou: (a) ampliação da dimensão destrutiva do capital; (b) bancarrota de todas as tentativas de controlar ou impor limites à expansão do capital.

O primeiro processo é expresso nas mais distintas dimensões da realidade capitalista. Alguns exemplos: a intensificação do desemprego estrutural, ou seja, a criação

de enormes contingentes humanos que jamais encontrarão empregos assalariados; a eliminação de todo direito social que onere o capital pela reprodução da força de trabalho do proletariado; o crescimento da importância do complexo industrial militar, isto é, de um setor produtivo cuja função social é a destruição material de seres humanos; a crescente destruição, insustentável a longo prazo, do meio ambiente; a quantificação de todas as relações sociais refletida na imposição e generalização do fetichismo da mercadoria às necessidades humanas e outros (Mészáros, 2000; 2009).

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (Antunes, 2000, p. 232).

Já o segundo caso explica não só o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, mas a enorme crise do stalinismo que culminou com a restauração do capitalismo no leste europeu e na ex-URSS. A crise estrutural do capital fez com que as burocracias dos estados do leste europeu e da URSS deixassem de ser mera trava à transição ao socialismo e se convertessem nos principais responsáveis pela restauração do capitalismo e pela conformação de sociedades profundamente corruptas e controladas por uma burguesia mafiosa (sobre a restauração ver Paulino, 2008). Este salto de qualidade decorre da falência histórica de qualquer tentativa de controlar ou limitar a expansão do capital.

O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético,

juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a “hibridização” do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro), mas não soluções estruturais viáveis (Mészáros, 2000, p. 9).

A partir da década de 1970, a incontabilidade do capital afirmou-se mais do que nunca com diversas experiências históricas mostrando, segundo as palavras de Mészáros (2000), que o capital é irreformável e incontável. Assistiu-se a uma neoliberalização da social-democracia que tentou reformar o capital e o fim do “socialismo” que tentou controlar o capital.

Nenhum dos levantes revolucionários pós-1968 foi bem-sucedido. Todos apenas serviram para levar o marxismo e as lutas socialistas para um descrédito maior ainda e, em todas elas, pesaram as ações nocivas do stalinismo: na tentativa de “via chilena ao socialismo” liderada por Allende no Chile entre 1970-73; na “revolução dos cravos” em Portugal entre 1974-75 (o papel dos “comunistas”, nestes dois casos é discutido por Ali, 1978); no fracasso da revolução sandinista após a tomada do poder pela Frente de Libertação Nacional Sandinista em 1978 na Nicarágua (há uma breve discussão sobre o papel da burocracia soviética e do Partido Comunista Cubano no retrocesso da revolução sandinista em Taaffe, 2000).

Com a queda do muro de Berlim em 1989 abriu-se espaço para uma ofensiva ideológica ainda mais intensa. A crise estrutural do capital resultou na bancarrota de todo o sistema dirigido por burocratas no leste europeu e na URSS. Neste contexto, o *New York Times* declarou que o “capitalismo venceu” e Fukuyama, confortavelmente, afirmou que a humanidade chegou ao “fim da história” (Taaffe, 2006). Anderson (2000) indica o peso desta ofensiva ideológica ao afirmar que o “neoliberalismo enquanto um conjunto de

princípios domina todo o globo; é a ideologia mais bem-sucedida da história mundial” (p. 17). Assim, segundo o autor, o único ponto de partida realista para se avaliar a situação existente na transição do século XX para o século XXI é o registro da derrota histórica das ofensivas proletárias: “O capital derrotou amplamente todas as ameaças ao seu comando” (Anderson, 2000, p. 16).

O que se percebe com isso é que a social-democracia e o stalinismo carregam sobre os seus ombros a responsabilidade de abrir caminho para um domínio ideológico total e completo do capital, justamente quando se inaugurou a crise mais profunda do sistema de reprodução do metabolismo do capital. Tal como aponta Mészáros (2000; 2009), a dominação global e total do capital não significa que o capitalismo foi bem-sucedido, mas sim que a manutenção deste sistema, a longo prazo, levará a destruição das condições de existência da humanidade.

Justamente quando o marxismo tornou-se mais relevante, ele foi colocado de lado, mas para destacar isso cabe discutir sobre como a teoria vivenciou as transformações anteriormente descritas se refletiram no plano da teoria.

1.2. A derrota histórica do proletariado e a busca por explicações

Com a descrição feita anteriormente, pode-se notar que as condições sociais em que predominavam as bases materiais de segurança que marcaram o período de crescimento capitalista entre os anos 1950 e 1970 simplesmente desapareceram. Conta-se, no mínimo, com quatro fatores distintos profundamente entrelaçados, os quais abriram espaço para a emergência de um novo irracionalismo que respondeu à reativação de todos os sentimentos de insegurança e angústia presentes nas épocas de crise:

- Pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, surgiam revoltas e lutas sociais massivas no interior de países capitalistas avançados. Como se poderia

falar de um capitalismo sem contradições com 10 milhões de trabalhadores em greve geral, lutando pela derrubada do governo? Junto com isso, um país subdesenvolvido, Vietnã, impunha uma derrota militar sobre a principal potência capitalista mundial, os EUA, cuja burguesia, por sua vez, enfrentava crescente oposição à guerra.

- De 1968 em diante, há queda das taxas de crescimento e de lucro e, portanto, o voto de fé em um aperfeiçoamento ininterrupto do capitalismo é abandonado. A sobrevivência do sistema mediante a ampliação de sua dimensão destrutiva coloca a insegurança e a angústia no cotidiano e, portanto, retornam as bases materiais de todas as ideologias irracionais.
- As ações do stalinismo e da social-democracia durante os eventos de 1968 e a explicitação do caráter real de ambos ao longo dos anos 1990 facilitaram a separação entre marxismo e esquerda, assim como serviu como ponto de partida para uma crescente crítica do stalinismo que, rapidamente, virou crítica ao socialismo e resultou em acomodação à ordem instituída (Ross, 1990; Anderson, 1983/2004; 2000).
- Toda postura agnóstica e formalista no processo de conhecimento tende a abrir caminho para o irracionalismo. Coutinho (1972) afirma isto em relação ao estruturalismo: ao conceber dimensões essenciais da realidade humana que não são redutíveis à suas concepções epistemológicas enquanto irracionais, apenas abre-se caminho para o irracionalismo. Em geral toda manifestação de anticapitalismo romântico manifesta-se contra os procedimentos manipulativos e formalistas do tipo de “racionalidade” produzida pelo agnosticismo.

O caso francês, novamente, é típico deste processo. Toda a intelectualidade francesa, desde os intelectuais *pop* (isto é, aqueles da estatura de Sartre, Lévi-Strauss,

Lacan, Foucault) até os sociólogos “artesanais” (como Touraine, Bourdieu, Mallet, Belleville e vários outros)¹⁴⁴, passando por jovens intelectuais, foi profundamente influenciada por estes eventos. Assim, se a postura do PCF durante a Guerra da Argélia serviu para separar ativistas, estudantes e intelectuais da “esquerda” e do “marxismo” oficial, esta separação foi apenas consolidada e intensificada com a traição operada pelo PCF nos eventos de maio de 1968 (Ross, 1990).

Maio de 1968 foi um evento que questionou todos os preceitos básicos do estruturalismo. O anti-humanismo que reduzia o sujeito à estrutura, o combate ao historicismo concreto que buscava encontrar as estruturas profundas e invariáveis, o abandono da dialética em prol da razão intelectual, manipulatória e burocrática (Coutinho, 1972). Todos estes traços foram colocados à prova pelos eventos de 1968. Segundo Anderson (1983/2004, p. 173): “Seria possível imaginar uma irupção mais espetacular de sujeitos individuais e coletivos do que a revolta de estudantes, trabalhadores e tantos outros no ano de 1968?”.

Mas o fato é que 1968 possibilitou uma renovação do estruturalismo. O seu renascimento fortaleceu-se com o acréscimo de um pequeno prefixo que serviu para demarcar as mudanças começadas em 1968, o pós-estruturalismo (Anderson, 1983/2004). Os traços anti-humanistas e de oposição ao historicismo concreto foram reforçados mediante uma rejeição de todas as conquistas do iluminismo, da razão e da compreensão. Esta rejeição também tinha como alvo o marxismo. Anderson (1983/2004) destaca como Foucault antes de 1968 rendia homenagens a Pavlov e a psiquiatria soviética

¹⁴⁴ Cabe notar que estes intelectuais “artesãos” destacados por Ross (1990) acompanham a tendência de separação e abandono do marxismo. O autor afirma que a construção de uma sociologia “marxizante” foi responsável por aplicações originais do marxismo e pela resolução de problemas que o PCF era incapaz de lidar. No entanto, tal como aponta a análise de Lessa (2007b), quase todos estes autores foram responsáveis pelas primeiras elaborações que davam “adeus ao proletariado”, isto é, assumiam as transformações do capitalismo, especialmente a expansão de camadas médias nos países capitalistas avançados, como uma indicação de que o proletariado estava desaparecendo – uma análise completamente equivocada que converte a manifestação imediata de um processo social, enquanto realidade absoluta.

para depois se ligar ao neoanarquismo; Julia Kristeva, colaboradora de Derrida que tinha ilusões no maoísmo, redescobriu as virtudes do capitalismo; Lévi-Strauss, ao afirmar que realizava estudos da “super-estrutura” (categoria inerentemente marxiana) passou a ver o marxismo como uma ameaça totalitária.

Esta rejeição do marxismo não significava que o pós-estruturalismo não era contestador: suas proposições eram marcadas por um traço claro de rebeldia e de luta contra a opressão, mas em termos completamente distintos do marxismo (Ross, 1990).

Assim:

Na experiência de muitos da geração pós-1968, atos de rebeldia derivados de esquemas racionalistas, derivados do iluminismo, voltados à ação política, incluindo aqueles da esquerda tradicional, provinham de uma lógica estatista que perdia de vista a dominação real. Mudar as coisas no nível estatal por meio da legislação teria resultados limitados, talvez perversos (Ross, 1990, p. 206).

Esta era uma postura claramente oposta ao eleitoralismo adotado tanto pelo PCF, quanto pelo Partido Socialista. Renasce certo tipo de ultraesquerdismo profundamente crítico às políticas provenientes de Moscou e que buscava alternativas políticas ao stalinismo. Muitos olharam para a “Revolução Cultural” da China para, apenas, rapidamente se decepcionarem. O caso do maoísmo francês é especialmente importante porque mostra como uma camada intelectual que, após 1968, desgarrou-se de uma modalidade de stalinismo (aquela predominante no PCF), passa a alimentar ilusões sobre outra (o maoísmo) e, após enormes decepções, passa a expressar seu ceticismo mediante um antissovietismo que, em seguida, converteu-se em uma acomodação ao sistema. Emergiram, a partir de meados dos anos 1970, os “novos filósofos” que eram, em geral, pós-maoístas os quais, após serem confrontados pela dura realidade começaram a advogar

toda sorte de ataques contra o marxismo, o socialismo e a esquerda tradicional (Ross, 1990).

Segundo Ross (1990), entre os “novos filósofos” figurava uma enorme quantidade de intelectuais que antes militava no PCF ou em alguma das diversas seitas maoístas que existiam na França entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 (a indicação também é oferecida por Anderson, 1983/2004). É particularmente importante mencionar alguns nomes para demonstrar como as principais críticas contra o marxismo, por intelectuais pós-modernos, fundamentam-se em elaborações teóricas de diversos intelectuais da França que se envolveram com alguma modalidade de stalinismo: Cornelius Castoriadis (que não foi membro do PCF, mas do PC grego), Edgar Morin, Julia Kristeva, Felix Guattari, Michel Foucault, Jean-François Lyotard, dentre vários outros¹⁴⁵.

Na maré antissoviética que começou nos anos 1970, emergiu uma intelectualidade antiestatista e antitotalidade, que começou a olhar para aspectos não-políticos e para as virtudes da sociedade civil em contraposição a política e os partidos. Nos anos 1980, o pós-estruturalismo declinou e cedeu espaço para um novo liberalismo que era desdobramento de uma postura política antiestatista, mas desprovida do “espírito rebelde” de 1968. O ponto de virada definitivo para a acomodação deste novo antiestatismo com a ordem capitalista foi o fracasso da chegada da esquerda oficial francesa ao poder em 1981. A partir daí, o Partido Socialista, sob a liderança de François Mitterrand, abandonou qualquer intencionalidade de transformação e consolidou o colapso intelectual da esquerda. Daí em diante, um novo liberalismo dominou incontestemente a política francesa (Ross, 1990).

¹⁴⁵ Algo semelhante é encontrado por Palmer (1990) em sua análise do eclipse do marxismo no mundo de língua inglesa. O autor nota que, não obstante a enorme complexidade da situação histórica vivida desde o fim dos anos 1960 até os anos 1980, a crise do stalinismo foi crucial para o eclipse do marxismo. Analisa ainda como pensadores próximos do marxismo na Inglaterra que foram facilmente apropriados pelos chamados “estudos culturais”, estiveram antes ligados ao stalinismo. Assim, os trabalhos seminais de Edward Thompson ou Raymond Williams foram produto de uma ruptura com o stalinismo que foi, também, ruptura com elementos fundamentais da teoria marxista – fato que, por sua vez, facilitou a apropriação dos seus trabalhos por uma camada intelectual profundamente antimarxista.

As “conquistas” do pós-estruturalismo seriam exportadas, com sucesso, para o mundo de língua inglesa. A luta contra o economicismo e contra as reduções deterministas e mecânicas por parte de diversos intelectuais que romperam com o stalinismo passou a ser apropriada por intelectuais que realizavam o mesmo “giro linguístico” do pós-estruturalismo. Assim, no campo da história, segundo Palmer (1990), emergiram abordagens que abandonam a categoria “classe”, afirmam a superioridade da linguagem para se compreender, até mesmo, mobilizações de classe, lutas sociais revolucionárias e outros fenômenos. Para o autor, há uma inequívoca relação entre esta abordagem teórica e os acontecimentos que precederam os anos 1980:

Os 1980 foram uma década em que muito foi eclipsado e nesta escuridão crescente necessariamente se perdeu de vista muita coisa. Afastando-se do campo de visão, processos essenciais, especialmente as causalidades determinantes e a relação entre passado, presente e futuro, foram não apenas esquecidos, mas deslegitimados. (...) As derrotas políticas do movimento operário internacional são proeminentes neste mergulho no caos e no obscurantismo, especialmente tal como se registrou na teoria marxista, no entanto a adoção consciente de idéias e análises antagônicas ao materialismo histórico não devem ser descartadas como insignificantes (Palmer, 1990, p. 138).

Derrotas históricas do proletariado, do stalinismo e da social-democracia alimentaram uma enorme ofensiva ou exclusão do marxismo e a emergência de um novo irracionalismo, de uma nova modalidade de apologética indireta da ordem instituída. Não tanto porque ela glorifica o sistema imperante, mas porque ela não aponta alternativas globais, justamente quando a única alternativa viável e concreta ao sistema só pode ser global¹⁴⁶ (sobre este aspecto ver Mészáros, 2009).

¹⁴⁶ Neste sentido: “A falência do *socialismo realmente existente*, do estado de bem-estar social, da social democracia, uma das mais importantes tentativas de controlar o capital, muito provavelmente, explica porque

Com a derrota das ofensivas proletárias dos anos 1960, nascia a agenda pós-moderna. Wood (1999) nota que os teóricos pós-modernos descendem do período de prosperidade do capital que perdurou até os anos 1960, de uma camada intelectual formada nos anos dourados do capitalismo e que viu a capacidade do sistema de sobreviver a explosões de rebeldia e de luta. Entre eles predomina a crença no triunfo do capitalismo e de que se chegou a uma nova época em que o iluminismo morreu, meta-narrativas ou ideologias perderam relevância e o movimento operário não é mais uma força opositora.

Da mesma forma, Eagleton (1999; 2005) traça a origem do pensamento pós-moderno na enorme derrota política do movimento operário. Segundo o autor (Eagleton, 1999), a intensidade e profundidade desta derrota política criaram uma situação na vida cotidiana em que o ressurgimento de qualquer contestação por parte do proletariado parecia ser impossível e, disto, desdobraram-se diversas conclusões: o sistema é invencível e, portanto, a revolução vem do marginal, daquilo que está “fora” do sistema como minorias, desviantes etc.; o sistema capitalista domina incontestemente em toda parte e se esse sistema totalizante é opressivo, então toda totalidade é opressiva; do domínio total do sistema, visa-se a busca de “alternativas” que escapam a essa dominação, tais como o corpo, o inconsciente, o desejo, o discurso etc. A conclusão de que a complexidade gigantesca do sistema o tornou invisível rapidamente cedeu lugar à de que ele não existe, de que a totalidade é uma ilusão e que o mundo é “construído”. Por ser uma “construção”, tudo se transformou em uma questão de interpretação e disto nasce um “hiperculturalismo”.

A derrota histórica do proletariado explica porque as crises do capital não veio um fortalecimento do marxismo, mas sim a sua marginalização ou porque diversos intelectuais

os argumentos apologeticos, como moto-perpétuo da história, vêm remodelando-se tão refinadamente entre antigos críticos socialistas. Eivados de ressentida sensação de fracasso com as estratégias adotadas, entregam-se aos imperiosos apelos do capital. Resignados, melancólicos ou satisfeitos com a via que escolheram, todos acabam por afirmar que *não há alternativa* para o sistema” (Pinassi, 2009, p. 17).

passaram a apontar para os triunfos do capital e a alimentar posturas teóricas profundamente ceticistas e que, em última análise, fortalecem a pusilanimidade diante do capital. Mas não explicam porque foram as proposições pós-modernas, ao invés de quaisquer outras, que se fortaleceram. A força-motriz da pós-modernidade veio das profundas transformações que o capitalismo operou para superar sua profunda crise que, desde os anos 1970, tornou-se cada vez mais explícita.

A ampliação da dimensão destrutiva do capital, a eliminação dos limites mínimos ao seu processo de reprodução e expansão, a crescente penetração da mercadoria na cultura e na vida cotidiana e outros processos sociais mencionados no tópico anterior resultaram numa busca, guiada pelo sentimento de angústia, por explicações sobre um mundo que no nível da aparência é completamente sem sentido. Assim, da incompreensão do real, do desespero e da perplexidade diante da complexidade das transformações vividas no presente, da capitulação à fragmentação e à intensificação do individualismo propugnadas pelo neoliberalismo emerge um conjunto de teorias extremamente heterogêneo, mas que pode ser concebido enquanto uma totalidade.

Para aprofundar este argumento, cabe destacar alguns dos traços do pensamento pós-moderno. Para Eagleton:

“Pós-moderno” quer dizer, aproximadamente, o movimento de pensamento contemporâneo que rejeita totalidades, valores universais, grandes narrativas históricas, sólidos fundamentos para a existência humana e a possibilidade de conhecimento objetivo. O pós-modernismo é cético a respeito de verdade, unidade e progresso, opõe-se ao que vê como elitismo na cultura, tende ao relativismo cultural e celebra o pluralismo, a descontinuidade e a heterogeneidade (2005, p. 27).

Em geral, pela própria heterogeneidade imanente da postura pós-moderna, é possível defini-la a partir de suas críticas. A irrazão pós-moderna combate qualquer noção

como essência, causalidade, determinação, totalidade, classe social, verdade e outras. Ela celebra o presente e, neste processo, elimina toda e qualquer conexão entre passado, presente e futuro. A centralidade passa a ser daquilo que é fragmentário, móvel e imediato. Por isso, no pensamento pós-moderno ganham centralidade categorias como cultura, discurso e linguagem (Anderson, 1983/2004; Eagleton, 1999; 2003; Jameson, 1989; Palmer, 1990; Wood, 1999).

Nestes traços pode-se notar a relação entre a pós-modernidade e as transformações do capitalismo. Assim, Eagleton (2005) discute que nos anos 1960 ocorria uma enorme expansão da produção de mercadorias e, conseqüentemente, do consumo pelos setores médios da Europa. Com isso, emergia uma “cultura do consumo” – série de problemáticas ligadas à forma-mercadoria que ganharam cada vez mais importância. Por isso, a categoria cultura seria a mais adequada: “Prazer, desejo, arte, linguagem, a mídia, o corpo, gênero, etnicidade: uma única palavra para juntar tudo isso seria *cultura*” (Eagleton, 2005, pp. 62-63).

Com isto, o que o autor quer argumentar é que a proeminência das teses pós-modernas são apenas respostas à intensificação da fusão entre capitalismo e cultura. A partir dos anos 1960, a importância da esfera da circulação no processo de reprodução do capital cresceu, isso significava que cada vez mais o capital fazia incursões sobre a cultura¹⁴⁷. Coincide com isso o nascimento dos chamados “estudos culturais” que buscavam abordar as questões culturais que, supostamente, o marxismo não estudou. Com a emergência dos anos 1980 e a maré de desencantamento político, os “estudos culturais” passaram a ganhar espaço e, nas palavras de Eagleton (2005), o que era crítica ao

¹⁴⁷ Se a super-produção imprime o caráter das crises capitalista (Mandel, 1990; Netto & Braz, 2006), então uma válvula de escape pode ser encontrada na intensificação do processo de consumo. O capital tenta realizar isto mediante: (a) manipulação das necessidades humanas por um aparato de manipulação criado pelo capital; (b) aceleração do ritmo de liquidação das mercadorias, mediante o que Mészáros (1989) chamou de redução da taxa de utilização, especialmente dos artigos de consumo duráveis. Em ambos os processos, a “cultura” ganha maior centralidade.

marxismo entre 1960 e 1970 converteu-se em rejeição de qualquer ideia de política global nos anos 1980 e 1990.

Jameson (1989) expressa a mesma ideia ao afirmar que o pós-modernismo é a lógica cultural do capitalismo tardio. Esta nova fase do capital seria guiada pela exigência de intensificar a fragmentação e atomização posta pelo capitalismo. O pós-modernismo seria precisamente esse sistema que, essencialmente, produz diferenciação, fragmentação. Daí que a repulsa da postura pós-moderna a qualquer noção de totalidade, é apenas um produto da universalização de sua principal força-motriz: o capital. Por isso, o autor afirma: “o desvanescimento de nosso sentido de história, e, mais particularmente, nossa resistência a conceitos globalizantes ou totalizantes como o de modo de produção em si, são, precisamente, uma função da universalização do capitalismo” (Jameson, 1989, p. 39).

A centralidade da linguagem que era presente no estruturalismo é completamente compatível com a rejeição da totalidade e o crescimento da importância da cultura no interior da postura pós-moderna. A “culturalização” da sociedade possibilita reforçar aquelas concepções teóricas que defendem a centralidade epistemológica da linguagem, porque, na manifestação imediata da vida social parece existir maior identidade entre sociedade e linguagem, ou seja, o mundo parece ser uma “construção social”; a subjetividade parece ser produto do discurso (Wood, 1999).

Da centralidade da linguagem, do discurso e da cultura emerge uma enorme prisão no presente. O estudo da história perde-se, porque, na postura pós-modernidade, não há qualquer possibilidade de se decifrar um sistema social que imprime sentido e direção ao desenvolvimento histórico, mas apenas a existência plural e fragmentada de diferentes tipos de poder, opressão, identidade e discurso: “Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências” (Wood, 1999, p. 14).

A paralisia proveniente desta postura é duramente criticada por Wood (1999): da incompreensão das causas vem o abandono de qualquer projeto de mudança universal e a rendição ao capitalismo. Ao mesmo tempo, esta rendição não é tão problemática, pois, tal como explica Wood (1999), para a pós-modernidade, não foi tanto o capitalismo que cometeu crimes contra a humanidade, mas sim o iluminismo.

Desta breve e superficial caracterização da postura pós-moderna, pode-se notar que ela é nada mais, nada menos que mais uma modalidade de manifestação da razão fenomênica. A centralidade da subjetividade do pensamento moderno, apenas é convertida em hiper-centralidade da subjetividade. Na razão pós-moderna não há mudança de qualidade, assim como não há superação das bases materiais do pensamento moderno, isto é, do conflito fundamental entre capital e trabalho (Tonet, 2006).

Tal como já foi apresentado no capítulo II, a partir de Tonet (2006), a razão fenomênica tem no sujeito do conhecimento, na subjetividade o seu polo regente. Ao capitular diante da manifestação fenomênica dos dados empíricos, ela encontra uma multiplicidade de elementos que, aparentemente, carecem de articulação e, por isso, ao sujeito cabe conferir uma lógica ao mundo. A diferença entre o pensamento moderno e o pensamento pós-moderno, segundo Tonet (2006), não é tanto a forma de lidar com o mundo ou o processo de conhecimento, mas sim o mundo com o qual lida o pensamento. O capitalismo atual é marcado por uma fragmentação, uma rapidez, uma multiplicidade e uma transitoriedade muito maiores do que em qualquer outro período histórico. Diante desta nova configuração complexa do ser social, a razão fenomênica apenas capitula de uma nova forma, ainda que não tão “nova” assim.

Tal capitulação é expressa no enorme presentismo e subjetivismo da postura pós-modernidade. As abordagens teóricas que tentam explicar as razões das derrotas dos movimentos sociais e políticos da classe trabalhadora recorrendo à subjetividade

reproduzem as tendências de fragmentação neoliberal ao explicar as questões sociais utilizando concepções individualistas. Fortalecendo as concepções subjetivistas está o sentimento de perplexidade de uma camada intelectual que recorre à subjetividade como única fonte de inteligibilidade do real, ao não conseguir explicar as transformações do mundo contemporâneo.

Em síntese, as concepções pós-modernas emergem em um período de hegemonia ideológica e política de uma burguesia confrontada por um sistema em crise e que só consegue elaborar respostas estruturalmente destrutivas. Desta forma, as concepções ontológicas do irracionalismo pós-moderno não são tanto novidades teóricas – no sentido de apresentação de novos problemas teóricos – mas sim o resgate desesperado dos velhos dilemas do pensamento burguês. Elas não são a solução a velhos dilemas, mas apenas à intensificação dos mesmos. Nas certas palavras de Wood: “o pós-modernismo não é mais o diagnóstico – tornou-se a doença” (1999, p. 16).

2. Produtos de 1968: O nascimento e o apogeu da psicologia crítica

Nesta seção exploram-se as consequências de 1968 sobre a psicologia. A discussão parte do pressuposto de que a psicologia crítica nasceu como “efeito” dos eventos de 1968, com o surgimento da “Nova Esquerda” e de diversos outros movimentos que, de uma forma ou de outra, resultaram no afastamento da política revolucionária e da teoria marxista. Neste processo, acabaram sendo criadas formas mais refinadas e indiretas de apologética da ordem instituída.

Este último argumento é especialmente polêmico, já que boa parte dos “psicólogos críticos” gosta de se ver como detentores de uma posição muito distinta daquela presente na “psicologia hegemônica” que, em geral, é profundamente conservadora. Diante desta diferença, a psicologia crítica é apresentada como um empreendimento progressista. Esta

visão não passa de uma meia-verdade: criticar as teses individualistas, fetichistas e reducionistas não é uma garantia de que se está defendendo uma posição progressista. Se assim fosse, a psicologia humanista, em sua oposição ao behaviorismo, seria, em si mesma, uma psicologia crítica – o que está bem distante da realidade (Jacoby, 1977).

Todavia, assim como “pós-modernidade” significa heterogeneidade, “psicologia crítica” também significa diversidade. A enorme pluralidade de tendências e tradições teóricas que surgem sob este rótulo, muitas vezes, acaba mais confundindo do que esclarecendo: assim, pode-se ver as teses marxistas de Klaus Holzkamp e da Psicologia Crítica Alemã (*Kritische Psychologie*) convivendo sob o mesmo rótulo que proposições pós-estruturalistas e irracionalistas.

Tenta-se exprimir um pouco dessa pluralidade realizando uma discussão geral sobre a psicologia crítica e abordando três de suas manifestações em momentos históricos distintos. Assim, neste tópico encontram-se: (a) apresentação geral, que aborda o significado do termo, quando ele começa a ser usado, diversos usos que ele teve e algumas das abordagens que surgiram sob esta credencial; (b) discussão sobre a “psicologia social crítica” anglo-saxã, explicitando a sua relação com as teses pós-modernas; (c) apresentação da psicologia crítica alemã; (d) apresentação e discussão crítica da abordagem à subjetividade realizada por algumas manifestações contemporâneas da psicologia crítica.

2.1. Psicologia crítica: Crítica da sociedade e crítica da psicologia

O termo psicologia crítica é profundamente problemático. Hoje, a quantidade de teorias e propostas que se apresentam como psicologia crítica é extremamente plural. Algumas pesquisadoras (Hepburn, 2003; Montero, 2009; Walkerdine, 2001) oferecem sumários aglutinando a enorme quantidade de tradições cobertas pelo termo. Neste trabalho, o termo se refere especialmente à tradição européia. O que não significa que não

exista psicologia crítica na América Latina, na África e em outras regiões do mundo. Todavia, tal como Parker (2009) afirma, a tradição anglo-saxã da psicologia crítica é cada vez mais influente e começa a colonizar as outras tradições de psicologia crítica. Um exemplo claro é a trajetória de Maritza Montero (2009) que começou com os esforços latino-americanistas de criar uma psicologia crítica própria – tal como se manifestou no projeto de psicologia da libertação de Martín-Baró – mas que hoje faz diversas concessões às concepções da psicologia crítica desenvolvidas nos países centrais.

A “psicologia crítica” nasceu na história recente da psicologia, isto é, possui pouco mais de quarenta anos. No entanto, neste período, houve uma explosão de teorias na psicologia que assumem as mais distintas nomenclaturas, mas que eram unitárias no posicionamento crítico em relação às práticas hegemônicas. De qualquer forma, as duas primeiras tentativas de utilização de um termo para aglutinar as distintas práticas e teorias que começavam a emergir naquele momento foram: o trabalho de Brown (1973) sobre a psicologia radical e o trabalho de Holzkamp na Universidade Livre de Berlim – que é apresentado mais adiante e, portanto, não é abordado aqui.

O trabalho de Brown (1973) refletia o clima criado pela nova esquerda nos EUA. A psicologia radical brotava, especialmente das práticas e concepções emergentes dos movimentos da antipsiquiatria e da terapia radical. Tratava-se de buscar uma forma diferente de pensar a psicologia, a loucura e a psicopatologia, mas também de se criticar e tentar transformar a sociedade. Assim, Brown (1973) buscava não só a crítica da psicologia, mas da ideologia imperante nesta e da alienação imperante na sociedade.

Segundo Parker (2009), o trabalho de Brown é produto das pressões do movimento estudantil radical que não tinha muitas conexões com o marxismo, apesar da dura crítica que dirigia às práticas hegemônicas na psicologia.

O conjunto de teorias e métodos que se apresentam, na atualidade, como psicologia crítica brotou da crítica do positivismo e do humanismo. Autores associados a tradições tão diversas e provenientes dos mais diversos países sempre buscaram apontar o duplo caráter desta tendência: crítica da sociedade e crítica da psicologia (Hepburn, 2003; Montero, 2009; Papadopoulos, 2002; Walkerdine, 2001). Isto significa que, ao menos de início, o que se convencionou chamar de psicologia crítica buscava contribuir para algum projeto emancipatório, enquanto também tentava elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito, ou outras categorias caras à psicologia.

A definição dada por Walkerdine (2001) no lançamento do *International Journal of Critical Psychology* editado por ela é particularmente valiosa para entender a enorme pluralidade que se esconde sob o termo psicologia crítica:

Psicologia crítica pode ser pensada enquanto um termo guarda-chuva que descreve um amplo número de respostas politicamente radicais e de diferenças com a psicologia hegemônica (*mainstream psychology*); ela inclui a perspectiva daqueles da esquerda, do feminismo, da política étnica e antirracista, movimentos ecológicos, novas formas de espiritualidade e trabalho radical em um sentido mais geral. Os movimentos da psicologia crítica podem ser datados até os movimentos contraculturais, o movimento antipsiquiatria, a Nova Esquerda, movimentos por direitos civis e das mulheres (Walkerdine, 2001, p.9).

Qualquer olhar para distintos trabalhos que assumem a credencial “psicologia crítica” permite perceber a enorme heterogeneidade de problemáticas abordadas por eles: individualismo, culpabilização das vítimas, patologização da luta política, intimismo, justificação da ordem imperante, adaptação do indivíduo à ordem, otimização da exploração capitalista, reducionismo na análise da realidade social, crítica do sujeito racional unitário, experimentalismo, quantificação, objetivismo, imperialismo, sexismo,

racismo etc. O mesmo vale para as inspirações ou propostas teóricas apresentadas por eles mesmos: pós-estruturalismo, feminismo, fenomenologia, construcionismo social, construtivismo, realismo crítico, pós-fundacionismo, desconstrucionismo, teoria crítica, neomarxismo, psicologia cultural, psicologia discursiva etc. (dentre vários: Maiers, 2001; Moghaddam & Harré, 1995; Montero, 2009; Parker, 1989; 1999; Prilleltensky, 1994; Segal, 2001; Tolman, 1994; Walkerdine, 2001).

Parker (1999), num ensaio que faz uma análise de síntese sobre os primeiros debates críticos em psicologia, nota que o termo psicologia crítica não se restringe a uma corrente teórica específica (aspecto também sublinhado por Montero, 2009). Para manter as possibilidades de pluralidade dentro do campo, mas sem perder as diferenças existentes entre psicologia crítica e o que existe no *mainstream*, o autor propõe quatro elementos constituintes da psicologia crítica (Parker, 1999; 2007b):

- a análise de como algumas formas de ação e experiência psicológicas são privilegiadas e de como elas agem a serviço do poder;
- o estudo da construção histórica de todas as variedades de psicologia e das formas pelas quais elas podem confirmar ou resistir às pressuposições ideológicas dominantes;
- o estudo das formas de vigilância e autoregulação cotidianas e das formas em que a cultura psicológica influencia a vida cotidiana;
- o estudo da influência da psicologia humana cotidiana sobre o trabalho acadêmico e profissional e sobre como o cotidiano pode servir como resistência às práticas disciplinadoras contemporâneas.

É possível notar, no delineamento de Parker (1999; 2007b), a enorme influência do pós-estruturalismo e seu foco na relação entre saber e poder. A grande questão na

psicologia crítica seria, segundo a abordagem apontada pelo autor, colocar a psicologia sob análise crítica e avaliar o que ela vem fazendo aos seres humanos¹⁴⁸.

A presença do pós-estruturalismo e o distanciamento do marxismo são desdobramentos, em geral, reconhecidos pelos psicólogos críticos como uma necessidade imposta pelas mudanças ocorridas no mundo. Assim, Walkerdine (2001) afirma que o fim dos anos 1960 produziu enormes mudanças no cenário político e intelectual. Após 1968, teria ocorrido uma maior abertura de espaço para o trabalho radical no interior das ciências sociais e, neste processo, seriam cruciais as influências do estruturalismo, do pós-estruturalismo e da segunda onda do feminismo¹⁴⁹. Nesta época, ainda segundo Walkerdine (2001), boa parte do trabalho crítico era influenciada pelas “grandes narrativas”, especialmente, o marxismo. Todavia, a morte dos movimentos de massa nas sociedades “pós-industriais” teria cedido espaço para novas formas de política e novos movimentos políticos. Assim, se nos anos 1970 muitos trabalhos críticos em psicologia tinham raízes no marxismo, na atualidade há apenas um punhado de pesquisadores, no campo da “psicologia crítica”, que se fundamentam no marxismo¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Parker possui uma posição bastante ambígua em relação ao pós-estruturalismo. Em outro momento, já se salientou como o seu primeiro trabalho importante era claramente devedor do pós-estruturalismo e de concepções pós-modernas (Parker, 1989) e também que o autor realizou uma autocrítica deste trabalho em outro momento (2007a). Da mesma forma, o autor assume em seus trabalhos diversos pressupostos do movimento pós-estruturalista (Parker, 1989; 1999; 2007b), ao mesmo tempo em que ele também realiza críticas ao relativismo imperante no pós-modernismo (Parker, 2002; 2007a). Isto não indica apenas uma ruptura incompleta, mas uma tensão imanente e contraditória em seu trabalho. Em alguns trabalhos a psicologia crítica é tomada enquanto uma forma de se lidar com o processo de mudança e desenvolver alternativas na psicologia (1999; 2007b). Em outros ela é claramente tomada como expressão teórica do neoliberalismo ou como mero empreendimento acadêmico (2007a; 2009).

¹⁴⁹ A diferença crucial entre o feminismo da primeira e da segunda onda reside, segundo Palmer (1990), na distinta relação de ambos com o marxismo. Enquanto a primeira onda era marcada por diversas tentativas de articular marxismo e feminismo, a segunda seria marcada por um abandono destas tentativas e, até mesmo, por uma dura oposição ao marxismo. Uma das contribuições fundamentais do feminismo da segunda onda, segundo distintos autores (Eagleton, 2005; Parker, 2007a), foi apontar para a relação entre pessoal e político. Historicamente, a emergência da segunda onda associa-se aos movimentos e protestos que brotaram no fim dos anos 1960.

¹⁵⁰ Alguns exemplos ilustrativos são os trabalhos de Parker (2007a; 2009), Sloan (1996) e de Tolman e Maiers (1991). No entanto, cada um, à sua própria maneira, foi influenciado pelo “espírito do tempo” contemporâneo. Parker pelo pós-estruturalismo, Sloan por Habermas e os trabalhos da psicologia crítica alemã por certo descentramento da política.

Com o que foi apresentado até o momento, pode-se dizer que a psicologia crítica foi profundamente influenciada por todos os desdobramentos teóricos destacados na seção anterior. As distintas tendências “pós” é o que dá identidade e sentido para ela. Seu crescente distanciamento das “grandes narrativas”, como o marxismo e a psicanálise, e sua conceitualização cada vez mais idealista da subjetividade são claros reflexos da derrocada da ofensiva proletária, do mar de ceticismo quanto ao marxismo provocado pelo stalinismo e pela perplexidade diante das mudanças que ocorreram no capitalismo. Assim, é possível afirmar, seguramente, que o desenvolvimento da psicologia crítica é uma particularização da emergência do novo irracionalismo no campo específico da psicologia e, portanto, é marcada por uma postura essencialmente idealista e que não rompe com o processo de psicologização.

No trabalho de crítica da psicologia crítica de Parker (2007a), pode-se encontrar alguns apontamentos que correspondem a esta avaliação. O autor analisa, por exemplo, as abordagens interpretativas que emergiram a partir dos debates metodológicos que faziam a crítica da tradição mecanicista e experimental. Tais críticas levaram à elaboração de métodos interpretativos que seriam aplicados em pesquisas com a finalidade de encontrar as “reais intenções” por trás do que as pessoas falam ou encontrar uma lógica emocional. Segundo o autor, a abordagem interpretativa passa pela individualização dos aspectos sociais do pensamento ou do significado. O social é dissolvido em relatos individuais interpretados por psicólogos.

Outra manifestação “crítica” da psicologização seria a psicologia discursiva que, mais do que qualquer outra abordagem na psicologia, expressou os efeitos do giro linguístico. Inicialmente, a psicologia discursiva surgiu como crítica dos discursos que a psicologia dominante produz sobre as pessoas e, neste processo, cria subjetividades. Parker (2007a) critica esta abordagem por assumir o clássico epíteto pós-moderno de que “não há

nada fora do texto” e, assim, justificar o foco unilateral da psicologia discursiva tão-somente naquilo que as pessoas dizem. Ao declarar que não há nada fora do texto, ela se recusa a estudar o poder e reduz os seus estudos a um *modus operandi* padrão: escolher um determinado fenômeno psicológico, descrever como ele é escrito ou falado e, finalmente, concluir que ele é uma construção social. Trata-se, porém, de uma construção social desprovida da história ou até mesmo, nas piores manifestações da psicologia discursiva, do contexto social, porque se restringe a analisar pedaços de textos.

Estas abordagens, assim como diversas outras que se aglutinam em torno da “psicologia crítica”, para Parker (2007a), não passam de um empreendimento acadêmico e, por isso, raramente ganham existência para além dos departamentos universitários. O trabalho acadêmico da psicologia crítica – pesquisa sobre os pressupostos teóricos da psicologia ou promoção de abordagens diferentes sobre a subjetividade – preocupa-se mais com novidades “teóricas” que servem para provocar psicólogos tradicionais, do que trabalhar com alguma abordagem teórica sistemática e coerente.

O *boom* da psicologia crítica, ainda segundo Parker (2007a), foi a pós-modernidade, pois esta permitiu à psicologia crítica ver a si mesma como algo mais grandioso, como parte de uma mudança mais ampla. Assume-se a tese de que a psicologia experimental era típica da modernidade, enquanto a psicologia crítica é a contraparte da pós-modernidade. No entanto, nenhuma destas abordagens, segundo Parker (2007a), rompem com o processo de psychologização: o foco nos jogos de linguagem é parte de uma visão idealista e subjetivista de que mudanças são possíveis no nível individual. A questão não é tanto criar um novo mundo, mas sim novas linguagens e novos discursos. “Estas idéias foram úteis algumas vezes, mas elas podem também levar a uma visão irremediavelmente idealista das possibilidades de mudança no nível individual, fazendo

parecer que as pessoas possam se tornar diferentes se elas apenas falarem diferentemente sobre si mesmas” (Parker, 2007a, p. 142).

Assim, segundo a análise de Parker (2007a), as alternativas produzidas pela psicologia crítica ainda estão presas nas armadilhas da psicologização produzidas pela própria psicologia e pela sociedade capitalista. Cabe agora passar a uma análise mais específica de como ela se manifestou concretamente.

2.2. Psicologia social crítica

Se a psicologia crítica refere-se a uma denominação ampla a qualquer um que rejeita a psicologia hegemônica, então pode-se dizer que a busca de alternativas teóricas e práticas inauguradas com a crise da psicologia social nos anos 1960 pode ser agrupada em torno do termo psicologia crítica.

A crise da psicologia social foi vivida mais intensamente entre os anos 1960 e 1970 na Europa e nos EUA, enquanto na América Latina ela chegou tardiamente, a partir da segunda metade dos anos 1970 (Hepburn, 2003; Lane, 1984/2001; Montero, 2009; Parker, 1989). Os debates teóricos ligados à crise da psicologia social foram diversos, variando de acordo com o contexto de origem, a perspectiva teórica e os horizontes políticos de cada autor: ética na pesquisa; crítica ao viés ideológico unilateral da psicologia social; dúvidas sobre a relevância e a validade do conhecimento produzido; crítica ao predomínio do positivismo-lógico e do experimentalismo; luta contra a hegemonia da psicologia social norte-americana; preocupações quanto ao desenvolvimento de uma psicologia social voltada para a transformação da realidade; críticas ao psicologismo e ao individualismo; debates epistemológicos em geral etc. (Lane, 1983/2004; Martín-Baró, 1986/1998; Moghaddam & Harré, 1995; Montero, 2009).

Desta crise da psicologia social, nasceu a aproximação de setores da psicologia latinoamericana com o marxismo (Lane, 1984/2001; Montero, 2009; Martín-Baró, 1983/2004), mas também a aproximação da psicologia social ao pós-estruturalismo e às teses pós-modernas (Hepburn, 2003; Montero, 2009; Parker, 1989). Especialmente ilustrativos são os trabalhos de Parker (1989) e Hepburn (2003).

Em um manuscrito de balanço da crise da psicologia social, Parker (1989) – em um tom muito distinto dos seus trabalhos mais recentes – afirma que das diversas alternativas que brotaram da crise, o pós-estruturalismo é aquela mais inspiradora, por trazer uma série de problemáticas que permitem superar os dilemas que os psicólogos encontraram no período de crise. Muito importante também seria seu foco sobre a linguagem e poder, pois permite ir além da conformação da psicologia social enquanto aparato disciplinar.

Segundo o autor, a crise da psicologia social se manifesta em três dimensões: paradigmática, política e conceitual. Aqui se destaca apenas as discussões que Parker (1989) desenvolve sobre as dimensões conceitual e paradigmática, pois nelas emerge claramente a dívida da proposta de “psicologia social crítica” do autor para com as teses pós-modernas.

Parker (1989), no seu balanço da crise da psicologia social, evita a recorrente avaliação de que a psicologia social norte-americana seria problemática, enquanto a psicologia social europeia a superaria. O autor reconhece que a primeira é muito mais individualista que a segunda, mas defende a tese de que ambas são incapazes de contribuir para superar a reprodução de práticas sociais opressivas.

As diferenças entre as distintas manifestações da psicologia social decorreriam de razões históricas e institucionais. Assim, na psicologia social dos EUA encontra-se o reflexo de uma cultura em que o mundo social é visto como uma oportunidade ou um risco potencial para o indivíduo. Junto com o individualismo, há uma conceitualização

mecanicista da ação humana. Neste contexto, o laboratório parece abordar a vida em si e nele surgem as pesquisas sobre conformismo ou obediência que tentam mostrar que: “outros nos grupos podem distorcer seu julgamento perceptual e outros no comando podem destruir seu julgamento moral” (Parker, 1989, p.14).

Esta abordagem americana à psicologia social fracassa na Europa. Para o autor, isto decorre de dois fatores: (a) na Europa as relações sociais não eram vistas como algo apenas alienante; (b) a psicologia social europeia tinha uma relação mais independente dos departamentos de psicologia e mais próxima com as pesquisas da sociologia e da antropologia. No entanto, segundo Parker (1989), a psicologia europeia também seria problemática. O autor cita, por exemplo, como a proposta de Moscovici de tomar a ideologia e a comunicação como objetos de estudo da psicologia social foi facilmente absorvida pela tradição americana.

Para Parker (1989), as possibilidades que emergiram da crise da psicologia social são melhor expressas, não no conflito entre psicologia social americana e psicologia social europeia, mas no conflito entre distintos paradigmas – ainda que no texto exista uma igualação entre psicologia social americana e “velho paradigma”. Assim, o autor menciona, por exemplo, como o “velho paradigma” estudava – e ainda estuda – as interações sociais entre seres humanos por meio de “experimentos científicos”. Estes, segundo o autor, teriam cinco aspectos característicos: (1) são trabalhos americanos produzidos para periódicos americanos marcados pela necessidade de engordar currículos; (2) são estudos empíricos marcados pelo predomínio de esquemas laboratoriais e experimentais – e isso vale mesmo para aquelas situações que ocorrem fora do laboratório – onde os principais recursos são o controle de variáveis, a criação de situações artificiais e rígida separação entre sujeito experimentador e objeto de estudo; (3) a abordagem metodológica predominante é quantificadora e busca, por distintos meios, excluir a produção de significado (*meaning*)

pelos seres humanos; (4) são marcadamente individualistas; (5) história e cultura são excluídas com a finalidade de se estabelecer leis universais.

Este velho paradigma seria superado pelo novo paradigma etogênico da psicologia social (*ethogenic new paradigm social psychology*) que resultaria em uma psicologia marcada por três traços inspirados pela filosofia analítica e a microssociologia: (1) resgatar a cultura ao afirmar que a realidade é constituída tanto por uma dimensão prática, atividades biológicas e materiais do seres humanos, quanto por uma ordem expressiva, significados e interpretações elaborados pelos sujeitos em situações sociais específicas; (2) tomar a vida enquanto drama, isto é, afirmar que as pessoas agem para impressionar outras e que o mundo dramático da ordem social é forjado pelos significados dos comportamentos; (3) compreender as regras sociais que dão unidade ao mundo social, isto é, cada situação social é possuidora de um sistema de regras sociais que governa as ações dos agentes humanos (Parker, 1989).

A este novo paradigma, associam-se autores próximos do estruturalismo – como Rom Harré – que buscam as regras subjacentes que organizam o significado independentemente da intenção de quem fala e autores mais próximos da hermenêutica – como John Shotter – que buscam descobrir o sentido pessoal atribuído pelos indivíduos inseridos em situações sociais específicas (Parker, 1989).

No caso do estruturalismo, Parker (1989) aponta para o fato de que Harré tenta estudar os signos sem fazer referência à esfera prática e, por isso, a psicologia social pode ser reduzida a um empreendimento semiológico que estuda a organização de significados compartilhados – nesta proposta há a explícita influência da linguística estrutural de Saussure. Na etogenia proposta por Harré, todo sistema de signos contém um leque de possibilidades que dão escolhas para os atores sociais e que os signos podem ser combinados de diferentes formas. Neste processo, a inserção do ator em uma comunidade é

central, pois a seleção e a combinação de signos podem gerar sanções, demandas por explicações etc. O que governa o processo de seleção e a combinação de signos é uma realidade subjacente que fundamenta e organiza o comportamento social do ator. Nesta proposta, a estrutura subjacente é formada pelo conjunto de regras sociais que existe no âmbito coletivo e, portanto, o trabalho do pesquisador, nesta abordagem, é o de eliminar todos os processos individuais e reduzi-los ao sistema de regras que governa uma dada comunidade de atores sociais.

Assim, Parker (1989) nota que o anti-humanismo estruturalista da etogenia afirma que o sistema de significados opera apesar da intenção individual, determinando ações, pensamentos de agentes individuais – e neste sentido ele repete algumas das pretensões da modernidade. Harré reproduziu, segundo Parker (1989), a promessa estruturalista de se explicar objetivamente fenômenos sociais e pessoais, Mas este retorno anti-humanista do positivismo foi criticado no fim dos 1960 por aqueles que queriam ir além do humanismo e do estruturalismo. Isto ocorre em um contexto social específico:

Enquanto os projetos políticos da Esquerda fracassaram, o período em torno de 1968 viu enormes rachaduras na superestrutura cultural do sistema contra o qual eles lutaram. Esta superestrutura – modernidade – foi ameaçada em diferentes disciplinas de diferentes formas. A psicologia social de laboratório e experimental foi perturbada por uma “crise” conceitual que lançou os novos psicólogos sociais influenciados pelas idéias saussureanas com a esperança de reformá-la, mas fora da disciplina, o estruturalismo já se encontrava sob uma ofensiva (Parker, 1989, p. 55)

Para criticar os aspectos “modernos” da etogenia, Parker (1989) recorre ao emprego de diversas noções pós-estruturalistas como: texto, discurso, desconstrução, disciplina, ideologia e poder. Apenas para citar alguns exemplos, pode-se notar como o autor emprega a abordagem desconstrucionista de Derrida para criticar a etogenia de Harré. O autor parte da afirmação de Derrida, de que “não há nada fora do texto”. Cada leitura de um texto pode gerar novas imagens sobre o real, isto é, todo texto ganha significado a partir do contexto em que ele ocorre uma leitura dele, mas o próprio contexto é outro texto que é lido de uma determinada forma. Isto significa que não é possível buscar um significado “verdadeiro” presente em alguma estrutura subjacente. Este seria justamente o problema da etogenia. Ela defende uma noção de que a realidade é representada em seus textos. Os textos da etogenia buscam representar o que seus sujeitos realmente significam. Se é verdade, porém, que os textos podem gerar novas imagens do real em cada leitura deles, então não é possível buscar um significado “verdadeiro” (Parker, 1989).

Parker (1989) também destaca o papel da linguagem, da ideologia, do discurso e do poder na construção das relações sociais. O autor propõe: o emprego do conceito de discurso para compreender como “objetos” de estudos não são entidades reais, mas apenas conjunto de afirmações que criam objetos, como se eles realmente existissem; o emprego da noção de ideologia enquanto estudo de conjuntos de afirmações que são restritivas e coercivas; a noção de disciplina para compreender como o poder opera nas sociedades contemporâneas; a noção de resistência para superar as práticas opressivas.

Todas estas noções serviriam para superar o fracasso fundamental do novo paradigma o qual, para Parker (1989), reside principalmente na tentativa de resgatar os sujeitos e a “linguagem ordinária”, sem questionar as regras subjacentes à ação humana. Este novo paradigma não capta os conflitos existentes em uma comunidade de significados

compartilhados. Ele ignora o caráter sexista, racista e classista da linguagem e, no pior dos casos, contribui para relações sociais opressivas.

Uma abordagem que realiza as mesmas concessões às teses pós-moderna é a apresentação da “psicologia social crítica” por Hepburn (2003). A autora afirma que a psicologia social institucionalizada, especialmente dos EUA, era marcada por um foco individualista e que resultou na chamada “crise da psicologia social”. Esta crise, ainda segundo Hepburn (2003), brotou de três tipos de críticas: (a) críticas ao individualismo – a psicologia social seria marcada por uma abordagem que centra-se em produzir explicações cognitivas individuais e coerentes com uma visão de sociedade liberal; (b) crítica ao método – que seria extremamente tecnicista e limitado porque aderiria a um modelo mecanicista de pessoa, realizava experimentos marcados por artificialidade, manipulação dos sujeitos e esvaziamento do conteúdo histórico e social da situação experimental; (c) crítica teórica – psicólogos que começavam a ser influenciados pela linguística e pelo pós-estruturalismo, apontavam para a ausência de uma teoria explícita no positivismo e que os dados empíricos gerados no interior desta abordagem, longe de serem neutros, eram marcados por contingências históricas e culturais.

Para Hepburn (2003), a consequência mais imediata da crise foi o surgimento de uma psicologia social europeia que enfatiza o contexto social ao invés do indivíduo. No caso da psicologia social europeia são citados os trabalhos de Moscovici, que colocaram necessidade de superar o individualismo, olhar para a linguagem e a ideologia, assim como combater a redução do simbólico ao cognitivo. O mesmo fez Henri Tajfel criticando os reducionismos sociológicos, biológicos e psicológicos na psicologia social. Os trabalhos de Moscovici e Tajfel, em um momento inicial, teriam sido influenciados por noções marxistas e pelos eventos de 1968.

Segundo Hepburn (2003), eles representam os primeiros passos de nascimento da psicologia social crítica. A crise da psicologia social fez com que, inicialmente, muitos buscassem em grandes narrativas, como o marxismo e a psicanálise, referências para construir uma nova ciência. Segundo a autora, a utilização de categorias do marxismo como alienação, falsa consciência, luta de classes e ideologia, possibilitou várias discussões sobre poder e subjetividade de uma forma completamente nova. A autora cita os estudos sobre “personalidade autoritária” pela Escola de Frankfurt, o emprego da noção de ideologia para criticar a psicologia hegemônica enquanto uma modalidade de falsa consciência; a criação de novas noções sobre o desenvolvimento humano e a constituição da personalidade; a diluição das diferenças entre natural e social; o destaque da relação entre fetichismo da mercadoria e repressão social e outras questões.

Todavia, o marxismo, para Hepburn (2003), seria extremamente mecanicista e determinista. Por exemplo, a subjetividade seria apenas um produto mecânico da classe social: “A teoria marxista da ideologia nos dá uma clara compreensão sobre a subjetividade – ela depende da classe. Nossos valores e idéias são apenas um reflexo do interesse pessoal da burguesia, de projeções do capitalismo” (p. 52). Esta noção decorreria de um problema mais geral do marxismo: “a natureza mecanicista dos aspectos do marxismo como as relações causais simples entre base e superestrutura e a primazia da classe social como a única explicação sobre como as desigualdades são perpetuadas” (p. 55).

Desta forma, a autora busca demonstrar como a crítica foucaultiana de Marx, leva a algo muito melhor para a psicologia social crítica. No Marx apresentado por Hepburn, o poder é um subproduto da luta de classes, o fato de alguém deter ou não poder depende da posse ou não dos meios de produção. Já para Foucault, poder não é mera opressão de um grupo por outro e também não se refere a estruturas sociais que oprimem o sujeito. O poder não vem da simples relação entre proletariado e classe dominante, mas de todos os cenários

sociais, pois ele não é algo que é adquirido, mas apenas é exercido nos mais diversos contextos. O poder não decorre de interesses, motivos ou intenções de grupos ou indivíduos, pois, todos são veículos de poder. Sendo assim:

Para Foucault as noções marxistas de poder são insuficientes, já que elas focam em entidades singulares como “as classes dominantes” ou “o estado”, em detrimento de configurações mais provisórias e locais de relações de poder. O poder não opera de cima para baixo, e, assim, o domínio de classe apenas não é um guia efetivo para compreender relações de poder (Hepburn, 2003, p. 66).

Segundo a autora, a única coisa interessante de se reter do marxismo é certa ideia sobre as razões e os meios pelos quais as pessoas participam em sua própria opressão, mas sua explicação mecanicista deve ser superada e outras melhores podem ser buscadas nas críticas pós-modernas, discursivas e que olham para a subjetividade.

Hepburn (2003) afirma que a crise, em um primeiro momento, levou à busca do marxismo e da psicanálise como referenciais para a ciência, mas que foram substituídos ou “complementados” pelo pós-modernismo, feminismo, construcionismo social e psicologia discursiva. O exemplo aqui dado – a questão do poder em Marx e como Foucault a teria superado – é apenas um de diversos outros que podem ser aproveitados pela psicologia social crítica.

Por exemplo, a partir de Foucault, a psicologia social crítica pode também apreender como as pessoas são convertidas em sujeitos por meio de operações discursivas. O principal problema da psicologia seria a produção de subjetividades individualizadas e uma abordagem genealógica permitiria analisar as condições em que isto ocorre e evitar que noções tradicionais de subjetividade sejam replicadas. Outro exemplo seria dado pelas

abordagens discursivas: ao buscarem estudar a forma como os fatos são construídos por discursos, a abordagem discursiva permite entender que as formas como as pessoas descrevem a elas mesmas e o mundo, não são ditadas pelos objetos e que os termos que as pessoas utilizam para compreender o mundo são artefatos sociais criados pelos intercâmbios sociais existentes em cada cultura (Hepburn, 2003).

Assim, segundo o relato de Hepburn (2003), nota-se que a crise da psicologia social deu fruto a estudos sobre ideologia, consciência, alienação e subjetividade inspirados pelo marxismo, assim como pela psicanálise. Todavia, estas duas abordagens seriam marcadas por traços mecanicistas, reducionistas e foram superadas por outras abordagens capazes de compreender a relação entre indivíduo e sociedade de uma forma muito mais adequada, possibilitando uma adequada tematização sobre o poder, a construção social da realidade e a subjetividade.

Este mesmo padrão – afastamento do marxismo (ou de outras teorias “modernas” como a psicanálise) e adesão a concepções subjetivistas e irracionais, propugnadas pela pós-modernidade em suas distintas manifestações – repete-se na trajetória trilhada por diversos outros psicólogos que se encontravam fora do campo da psicologia social e que perdura até a contemporaneidade.

No entanto, antes de tratar deste exemplo, é interessante abordar uma tradição muito diferente de psicologia crítica que também surgiu a partir dos eventos de 1968: a psicologia crítica alemã.

2.3. *Kritische Psychologie: A exceção que confirma a regra*¹⁵¹

¹⁵¹ Boa parte das informações de caráter histórico foram obtidas pelo autor em entrevistas com Christine Kaindl, Morus Markard e, especialmente, com Ute Osterkamp (viúva de Klaus Holzkamp) e Ernst Schraube. O relato histórico mais detalhado sobre a história da *Kritische Psychologie* utilizado para o relato apresentado a seguir foi o de Tolman (1994).

Em um pequeno texto introdutório sobre a Psicologia Crítica Alemã (PCA), Tolman afirmou que “o mesmo fermento social dos anos 1960, que originou o pós-modernismo, também produziu a psicologia crítica” (1996, p. 50). A diferença crucial residiria na relação de ambos com o marxismo e com as propostas teóricas anteriores que tentaram articular marxismo e psicologia. Realmente n, tal como diversos acontecimentos ligados às lutas de estudantes e trabalhadores na França relacionaram-se com o desdobramento das propostas da “psicologia crítica”, as lutas ocorridas na mesma época na Alemanha, possibilitaram o desenvolvimento da PCA.

Cronologicamente, a PCA é, muitas vezes apontada como a primeira manifestação de psicologia crítica na Europa. Ela foi um produto direto das lutas ocorridas na antiga República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) durante 1968. Klaus Holzkamp, professor-pesquisador da Universidade Livre de Berlim (*Freie Universität Berlin*, FUB), é o intelectual mais conhecido que esteve ligado à PCA.

A FUB foi criada em 1948, recebendo enorme financiamento da *Ford Foundation*, para se contrapor à qualidade da educação oferecida pelo bloco soviético. Todavia, muitos estudantes, os quais fugiram do aparato de repressão da República Democrática Alemã por defenderem ideais progressistas que entravam em contradição com o stalinismo, acabaram ingressando na FUB e convertendo-a em um núcleo de protesto e dissidência na Alemanha Ocidental. Desde 1963, ocorriam greves e manifestações no interior da FUB. Em 1967, após a morte de um estudante (Benno Ohnesorg) durante as mobilizações que ocorreram contra a visita do Xá do Irã, Mohammad Reza Pahlavi, as lutas intensificaram-se e resultaram na criação da Universidade Crítica. Esta era uma criação dos estudantes da FUB com duas finalidades: estabelecer alianças com lutas dos trabalhadores, contribuindo com análises científicas da sociedade e oferecendo apoio na formulação de políticas; assim

como intensificar a organização de atividades paralelas no interior da FUB (Tolman, 1994; Teo, 1998).

Em 1968, após um atentado contra uma das figuras mais representativas do movimento estudantil da FUB, Rudi Dutschke, o governo alemão criou uma “lei de emergência” voltada para a repressão de qualquer atividade considerada subversiva. Esta medida radicalizou as ações estudantis e levou à criação das “células vermelhas” no interior da FUB. Estas organizavam currículos paralelos, atividades acadêmicas autônomas, seus próprios conselhos etc. Nestas atividades temas como marxismo, política, papel da universidade, economia etc. eram abordados e problematizados (Tolman, 1994).

Aqui não interessa analisar e fazer um balanço dos desdobramentos destas iniciativas, mas apenas destacar como estes acontecimentos contribuíram para o surgimento da PCA. As mobilizações no interior da FUB chegaram até o departamento de psicologia. Por exemplo, durante uma homenagem a Benno Ohnesorg, o diretor do Instituto de Psicologia, Hans Hörmann, lamentou os acontecimentos recentes, mas afirmou que a psicologia era uma ciência neutra e, portanto, pouco poderia fazer diante disto. Uma estudante de psicologia, I. Staeuble, recorrendo às contribuições da Escola de Frankfurt, criticou duramente esta visão e apontou para as suas conexões com o liberalismo (Tolman, 1994).

No meio disto, durante as mobilizações estudantis, Klaus Holzkamp, intelectual que já tinha uma reconhecida carreira acadêmica, foi confrontado por uma série de discussões e autores que não conhecia e se propôs a estudar e aprender, em conjunto com os estudantes, sobre marxismo e outros temas abordados pelas iniciativas que surgiam no interior da FUB.

Antes de 1968, Holzkamp já tinha desenvolvido um extenso trabalho de análise e crítica da psicologia tradicional e a partir de uma perspectiva construtivista afirmava que a

pesquisa científica necessitava de uma nova noção de relevância que predominaria sobre a lógica formal do empirismo ingênuo. Esta nova noção de relevância trataria, justamente, da realidade externa à situação experimental criada artificialmente pela pesquisa científica (Maiers, 1991; Teo, 1998).

A partir de 1968, Holzkamp se apropriou da crítica marxista da economia política e a toma como ponto de partida para problematizar e repensar a psicologia. Cabe destacar que a iniciativa de Holzkamp não era isolada. Maiers (1991) destaca que na mesma época diversos outros psicólogos na Alemanha começavam a articular psicologia e marxismo e a apresentar diversas propostas: a psicologia materialista da ação de Stadler, aplicações do marxismo soviético na psicologia, a psicanálise reflexiva de Lorenz (ver também Brandt, 1979) e outros. Um episódio especialmente importante foi o Congresso de Psicólogos Críticos e de Oposição realizado em 1969. Neste congresso, ocorreu a divisão entre aqueles que afirmavam que não era possível reconstruir a psicologia e outros que julgavam que a crítica social poderia dar origem a novas práticas e teorias psicológicas (Maiers, 1991; Tolman, 1991; 1994). Esta divisão, posteriormente, manifestou-se, na Alemanha, na diferenciação entre uma psicologia crítica com letras minúsculas e outra com letras maiúsculas. A primeira seria marcada apenas pela crítica às teorias e práticas da psicologia, enquanto a segunda, que é apresentada aqui, realizava uma crítica da psicologia “tradicional”, também, elaborava uma alternativa positiva, uma teoria do sujeito (Holzkamp, 1992; Osterkamp, 2009). Apesar da diferença parecer ser insignificante, este recurso serviu para distinguir duas tradições distintas de psicologia crítica na Alemanha (Teo, 1998).

Com a apropriação do marxismo, Holzkamp mudou o caráter da sua crítica ao positivismo. Superando uma concepção de que a ciência teria uma lógica supra-histórica, Holzkamp elaborou diversas críticas ao empiricismo ingênuo, ao neopositivismo, à

fenomenologia, ao interacionismo simbólico, à etnometodologia, ao racionalismo crítico, à sociologia funcionalista e estruturalista (Maiers, 1991; Tolman, 1994).

Todas as abordagens da psicologia que foram objeto da crítica de Holzkamp foram chamadas de “psicologia burguesa” – terminologia muito diferente daquela utilizada pela psicologia crítica pós-moderna, que se contenta em falar de uma psicologia hegemônica (*mainstream psychology*). Isto porque as concepções de indivíduo, psiquismo, comportamento etc., Os quais são apresentadas pela psicologia, não são apenas representações falsas sobre os seres humanos, mas uma reprodução teórica das condições sociais imediatas da sociedade burguesa. Nas palavras de Holzkamp, a psicologia burguesa é “a reprodução teórica da diminuição e distorção da tendência à autodeterminação coletiva ocorridas nas condições de vida burguesas” (1984a/1991, p. 61).

Assim, a conclusão da PCA era a de que não cabia apenas descartar as contribuições historicamente produzidas pela psicologia burguesa, mas sim a de analisar e superar a unilateralidade ideológica das categorias psicológicas tradicionais. Desta forma, os autores da PCA empreenderam uma revisão e reconstrução das categorias básicas da psicologia (Holzkamp, 1984a/1991; 1985/1991; Maiers, 1991; Tolman, 1994).

Uma categoria psicológica só poderia ser tomada como válida se fosse possível reconstruir a sua origem e o seu desdobramento ao longo das distintas fases do processo de desenvolvimento ontogenético dos seres humanos. Trata-se de uma abordagem histórico-genética na psicologia: uma categoria psicológica deve ser estudada no processo evolucionário dos seres humanos, desde o momento em que os processos filogenéticos determinavam a pré-história da vida humana até o momento em que, após um salto qualitativo, os processos históricos e econômicos passaram a determinar na vida do homem, isto é, quando se pode falar, propriamente, de história humana (Holzkamp, 1984a/1991; 1992; Teo, 1998; Tolman, 1994).

Para atingir este fim, a PCA formulou aquilo que Holzkamp considera sua principal contribuição: o método histórico-funcional¹⁵². Inspirado pelos estudos de Leontiev e integrando estudos da física, da química, da biologia e da paleontologia, a proposta de Holzkamp era formular um método capaz de captar o desenvolvimento filogenético da vida humana em suas fases pré-psíquicas, isto é, antes da predominância dos processos históricos e econômicos.

O método possui cinco passos: (1) identificar características relevantes do estágio de desenvolvimento precedente ao estágio atual de funcionamento ou das categorias que são objeto de estudo; (2) identificar forças evolucionárias existentes no estágio anterior e identificar as contradições entre os processos internos do organismo e as demandas ambientais que podem fomentar as mudanças qualitativas no funcionamento do organismo; (3) identificar o salto funcional (*Funktionswechsel*) nos elementos que foram identificados no primeiro momento; (4) identificar o salto de dominância (*Dominanzwechsel*) entre velhas e novas funções existentes no processo de mudança do velho estágio para o novo; (5) identificar a natureza sistêmica da nova mudança qualitativa. Os momentos 3 e 4 são necessários porque toda mudança atinge o sistema, isto é, ocorre uma reorganização sistêmica que ao criar possibilidades anteriormente inexistentes deve ser estudada em sua especificidade (Holzkamp, 1984a/1991; 1992; Tolman, 1994).

Holzkamp (1984a/1991) emprega este método para estudar o processo evolucionário dos organismos de um estágio pré-psíquico para o estágio psíquico. A descrição deste processo é profundamente detalhada fazendo a reconstrução teórica do processo de transformação das amebas mais simples até os organismos biológicos

¹⁵² Histórico aqui é no sentido de história natural (*Historisch*) e não história humana (*Geschichte*). Cabe destacar que algumas traduções dos trabalhos de Holzkamp utilizam o termo “histórico-empírico”. No entanto, optou-se pela tradução mais recente utilizada por Tolman (1994).

superiores, mostrando os saltos qualitativos que ocorreram em diversos momentos deste processo (ver também Tolman, 1994).

Holzkamp (1984a/1991) argumenta que este método serve apenas para estudar o processo de hominização quando este era governado tão-somente pelas leis da evolução biológica: mutação e seleção. O salto qualitativo para outra forma de desenvolvimento humano, agora governado por processos sócio-históricos, foi possibilitado por dois processos: (1) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e desenvolvimento individual, isto é, a possibilidade de surgirem relações sociais aprendidas e, portanto, do homem coordenar coletivamente o processo de produção e reprodução das condições de existência de indivíduos singulares; (2) o desenvolvimento da atividade produtiva e do uso de instrumentos. A partir daqui, há um salto qualitativo: os instrumentos deixam de ser produzidos e usados em conexão imediata com a atividade realizada no presente. Agora passam a ser apreendidos por outros e como começam a servir para atividades planejadas e coordenadas coletivamente. Com isto, a seleção natural deixa de ser determinante, porque o processo de reprodução das condições de vida passou a ser socialmente guiado.

Holzkamp (1984a/1991) destaca que o método histórico-funcional não é suficiente para dar conta do estudo do processo ontogenético do homem a partir do momento em que há o salto qualitativo de organismos pré-psíquicos para organismos psíquicos, pois com este salto passa-se do antigo predomínio de processos de desenvolvimento filogenéticos para processos sócio-genéticos:

Uma consequência geral e importante disto tudo é o desenvolvimento de uma relação entre o animal individual e o seu ambiente que está se tornando cada vez mais mediada por relações e tradições sociais aprendidas. A atividade individual enquanto tal, tornou-se cada vez mais governada pelas relações com os demais. O indivíduo teve que aprender sobre materiais e técnicas

com os outros e as ferramentas produzidas eram compartilhadas, assim como eram os produtos de seu uso. A atividade dos indivíduos foi, ao mesmo tempo, crescentemente governada pelas conseqüências de atividades que estavam mais associadas com a qualidade de funções psíquicas como a motivação (Tolman, 1994, p. 90).

Pelo método histórico-funcional, Holzkamp (1984a/1991) explicitou que a especificidade humana é dada pela sua capacidade de produzir as próprias condições de existência e que a subjetividade humana só surge dentro de um conjunto de condições em que não é possível separar o homem de suas relações sociais com os outros. Sendo assim, o que define o desenvolvimento potencial da subjetividade humana é precisamente o acesso e o controle das condições sociais de vida disponíveis ao indivíduo (Holzkamp, 1991; Osterkamp, 1991; 1999).

A partir do momento em que o homem passa a viver em um mundo social, um método que revela apenas as bases funcionais das categorias psicológicas, torna-se insuficiente, pois é incapaz de apreender o caráter socialmente mediado das categorias. Por isto, Holzkamp afirma que é preciso ir além do método histórico-funcional e emprega categorias que exploram o caráter social da ação humana individual; categorias capazes de apreender a sociabilidade do indivíduo e de expressar como os seres humanos são objetivamente determinados, ao mesmo tempo em que eles são subjetivamente determinantes (Maiers, 1991; Holzkamp, 1992).

O complexo de categorias desenvolvidas para atingir este fim é enorme. De tal conjunto, cabe destacar apenas duas categorias: possibilidade de ação e potência de ação pessoal. Por possibilidade de ação, Holzkamp refere-se ao fato de que, no mundo social, as relações entre organismo e ambiente não são mais de estímulo-resposta, mas sim relações de possibilidade mediadas por estruturas de significado que representam as possibilidades

de ação. Mesmo as ações mais básicas dos homens sempre implicam em decisões escolhidas dentre um determinado leque de alternativas. O fato da relação do homem com o mundo ser uma relação de possibilidades, permite um distanciamento do homem em relação ao contexto imediato e esta é a base objetiva da tomada de consciência do ser humano de sua relação com o mundo (Holzkamp, 1992; Tolman, 1994).

A segunda categoria, potência de ação pessoal, trata da relação do indivíduo com a sociedade, isto é, do grau de controle que o indivíduo possui sobre o seu desenvolvimento pessoal e as possibilidades de satisfação de suas necessidades em geral por meio de sua ação consciente e intencional. Este controle que o indivíduo tem de suas condições de vida ocorre por meio da participação no controle *coletivo* do processo social em geral. Quanto maior o grau de participação no controle do processo social em geral, maior é a potência de ação (Holzkamp, 1984;1991; 1992; Maiers, 1991; Osterkamp, 1991; Tolman, 1994).

Por isso, Holzkamp (1984a/1991; 1985/1991) afirma que sempre há uma tendência geral de identidade entre existência individual e participação individual no controle do processo social. O desenvolvimento da subjetividade humana é sempre tomado como possibilidade de controle consciente sobre as próprias condições de vida. Pensar a subjetividade demanda analisar a relação do indivíduo com a determinação coletiva do processo societal de reprodução.

A extensão e a forma de controle do indivíduo sobre as condições sociais é o que define a situação subjetiva do indivíduo. Obviamente, a potência de ação pessoal é substancialmente diferente nos diversos períodos históricos. A importância desta categoria está em sua capacidade de revelar a relação subjetiva do indivíduo com as possibilidades objetivas disponíveis para sua ação. Duas modalidades de potência de ação pessoal são particularmente destacadas pela PCA: (1) a potência de ação restritiva, caracterizada pela mera utilização das possibilidades imediatamente dadas, nas quais o indivíduo consegue

realizar e satisfazer suas necessidades particulares dentro das possibilidades existentes; (2) a potência de ação generalizada – na qual as possibilidades de ação são expandidas em decorrência de maior participação do indivíduo no processo geral de reprodução social. A potência de ação restritiva significa não ir além do campo de possibilidades que é imediatamente imposto por uma formação social particular, enquanto a potência de ação generalizada significa buscar expandir os limites de uma dada organização social, o que coloca a necessidade de se estabelecerem laços cooperativos e coletivos para determinar o processo de reprodução societal (Holzkamp, 1991; Maiers, 1991; Tolman, 1994).

A possibilidade de participação e controle do processo de reprodução das condições de vida está profundamente conectada com o desenvolvimento da subjetividade. Assim, o surgimento de barreiras sociais ao processo de autodeterminação das condições de vida do indivíduo é o que explica a existência de distintas modalidades de sofrimento humano. Neste sentido, para a PCA, sofrimento humano é o produto da negação das possibilidades de participação e controle do indivíduo, isto é, vulnerabilidade e sofrimento só podem existir mediante a exclusão ou redução da influência das pessoas no processo de determinação de suas condições sociais (Holzkamp, 1991; Osterkamp, 1991; 1999).

Em uma sociedade em que o poder de determinação das condições de reprodução da sociedade está intrinsecamente relacionado com a posse do capital e que este tende a se centralizar e concentrar cada vez mais, está claro que a vida individual é profundamente prejudicada pela adoção da potência de ação restritiva. Na sociedade capitalista, tal como Osterkamp (2009) destaca, a adaptação às condições restritivas não só resultam na restrição das próprias condições de vida do indivíduo, mas significa também suprimir as condições de vida dos outros, isto é, implica na redução da possibilidade de lutar contra uma sociedade que tende a reduzir cada vez mais as possibilidades de determinação e controle das condições da vida social.

Em poucas palavras: potência de ação restritiva na sociedade capitalista significa manter e potencializar o isolamento, a vulnerabilidade, a dependência e o sofrimento humano produzidos socialmente. No entanto, se as consequências são tão negativas, por que as pessoas usualmente não vão além da potência de ação restritiva? A resposta dada pela PCA é a de que esta modalidade de potência de ação permite satisfazer necessidades imediatas sem conflitos que podem ameaçar a reprodução da vida individual. Mesmo que o preço disto seja a manutenção de processos de exploração e opressão, a potência de ação restritiva, na vida cotidiana, parece ser uma decisão mais sensata do que desafiar estruturas de poder estabelecidas e, assim, correr o risco de sofrer sanções e reduzir ainda mais a potência de ação pessoal (Holzkamp, 1984a/1991; Maiers, 1991; Osterkamp, 1991; Tolman, 1994).

Para Holzkamp (1984a/1991; 1985/1991) é justamente esta tensão entre condições sociais e experiência subjetiva que define o que a psicologia deve pesquisar: a determinação reflexiva entre experiência subjetiva e relações sociais contraditórias que determinam as possibilidades objetivas para a ação humana.

Como se pode notar com esta breve apresentação, a PCA buscou, a partir do marxismo, construir uma concepção de subjetividade inteiramente nova e reconstruir as categorias fundamentais da psicologia com a finalidade de empregá-las nas lutas anticapitalistas. Ainda que, de certa forma, o projeto de Holzkamp refletisse um afastamento da política, pois a sua preocupação era, claramente, a de tentar fazer da psicologia um instrumento de mudança social, o fato é que se trata de uma abordagem teórica completamente distinta daquelas que emergiram no mesmo período em que a PCA foi criada.

Todavia, o não-afastamento do marxismo e a manutenção de um horizonte emancipatório que não era antissocialista ou anticomunista, resultaram no isolamento dos

trabalhos da PCA. O processo de mercantilização das universidades fez com que o espaço institucional da PCA na FUB diminuísse e, após a queda do muro de Berlim, o projeto de uma psicologia crítica, inspirada pelo marxismo, entrou em completo descrédito (ver Teo, 1998).

Outras modalidades de psicologia crítica, mais devedoras do irracionalismo pós-moderno e muito próximas daquelas destacadas no campo da psicologia social passariam a predominar. A seguir algumas delas são apresentadas.

2.4. Subjetividade e as grandes promessas das pequenas mudanças

Como se desenvolveu a relação entre subjetividade e psicologia crítica? Segundo o que já se afirmou aqui, esta relação foi determinada pelos efeitos de 1968. Cabe agora detalhá-la. Desde o fim dos anos 1960, a categoria subjetividade vem ganhando proeminência como recurso explicativo das derrotas das lutas por mudança social em 1968. O nascimento da psicologia crítica é marcado por esta busca e descrevê-la serve para mostrar como da rejeição do marxismo brotaram posições cada vez mais subjetivistas. O trabalho de Blackman, Combry, Hook, Papadopoulos e Walkerdine (2008) é uma narrativa histórica detalhada sobre como a subjetividade ganhou cada vez mais proeminência no campo das ciências sociais como um todo.

Blackman e cols. (2008) narram esta trajetória da seguinte maneira. Depois de 1968, para a esquerda estava colocada a necessidade de se explicar porque o movimento operário não se juntou à rebelião estudantil e abriu espaço para o fracasso das lutas do maio francês. Parte da esquerda buscou as explicações deste fracasso formulando uma nova teoria da ideologia. O trabalho de Althusser foi pioneiro neste processo, pois, na tentativa de superar o economicismo, colocava que processos de interpelação ideológica pelos aparatos estatais eram fundamentais e que a economia era determinante apenas em

última instância – que, segundo os autores era “uma instância que, de fato, nunca chega” (Blackman e cols., p. 2).

Esta forma de teorizar obrigou Althusser recorrer aos trabalhos de Lacan para aprofundar sua teoria da interpelação ideológica. Com isto, começavam três desdobramentos: (a) notava-se que o necessário não era uma teoria da ideologia, mas sim uma teoria do sujeito; (b) retomava-se o estudo da psicanálise, não a partir de Freud, mas de Lacan; (c) começava o “giro linguístico”, uma vez que, para Lacan, o sujeito era criado pelos signos.

Ao mesmo tempo, no Reino Unido, diversos teóricos inspirados por Edward Thompson e Raymond Williams abandonavam o instrumental marxiano (ver Palmer, 1990) no estudo da ideologia e dos processos de resistência à ideologia dominante. Este foi o caso daqueles que se agruparam em torno dos trabalhos de Stuart Hall no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos desenvolvidos ao longo dos anos 1970. O giro aqui também era para a linguagem, os signos e os discursos. Estes trabalhos seriam a base de um afastamento do marxismo, pois, supostamente, revelariam o calcanhar de Aquiles do primeiro (Blackman e cols., 2008).

Outra categoria central que emerge ainda neste período é a de experiência. Os trabalhos de Thompson possibilitaram a conclusão de que a classe é produto da experiência de interesses comuns. Nesta mesma época, o feminismo de segunda onda colocava a ênfase no fato de que o pessoal é político e que a ideologia desempenhava um papel central na opressão das mulheres. No entanto, ainda segundo Blackman e cols. (2008), as discussões sobre ideologia mudaram drasticamente com os escritos de Foucault: da ênfase na ideologia passou-se à problematização da relação entre poder e conhecimento; da teoria do sujeito chegou-se à compreensão do processo de subjetivação/sujeição.

Assim, podemos começar a ver uma distinção entre sujeitos como produzidos no poder/conhecimento e na subjetividade, que poderíamos chamar de experiência de ser sujeito. É importante separar um do outro. A subjetividade, nesta abordagem, é a experiência vivida da multiplicidade de posicionamentos. Ela é historicamente contingente e é produzida por meio do exercício do poder/conhecimento e é, algumas vezes, mantida unida pelo desejo (Blackman e cols., 2008, p.6).

Aqui há uma radicalização: todo conhecimento é tomado como ficção produtora de sujeitos e, com isso, Foucault, rejeitava completamente qualquer abordagem marxista. Posteriormente, Foucault radicalizaria a sua própria posição afirmando que a sujeição é uma experiência de autorregulação do sujeito e, com isso, o corpo ganhou maior importância na análise da subjetividade. Isto levaria outros teóricos a problematizarem a arquitetura teórica de Foucault. O primeiro problema apontado seria a fusão do sujeito com uma ontologia geral do discurso, do poder e da história em que o primeiro sempre é tomado como componente subsidiário, como um subproduto. Outro problema seria o fato de que se, para Foucault, o binômio conhecimento/poder produzia subjetividades e formas de resistência, ele não explicaria quais seriam as fontes da resistência. A partir de Badiou, alguns críticos afirmariam que a existência de resistência tem como condição a existência de um espaço que não foi dominado pelo poder (Blackman e cols., 2008).

Esta busca pelos focos de resistência levou à análise das distintas facetas da subjetividade, mas evitando a recaída nas distintas modalidades de individualismo psicológico, essencialismo etc. da psicologia. Esta, na visão de Blackman e cols. (2008), seria uma demonstração de como o discurso produz experiência, o que seria exemplificado pelas distintas modalidades de fenômeno psicológico que seriam funcionais à manutenção da ordem como inteligência, desenvolvimento etc.

Após estes apontamentos históricos, Blackman e cols. (2008) passam a mostrar como a questão da subjetividade é abordada a partir das mais distintas posições e tradições teóricas indicando os diversos temas que brotam de seu estudo. Por exemplo, alguns reconhecem o seu papel funcional para o neoliberalismo, enquanto outros afirmam que ela é fundamental para resistir ao neoliberalismo. Alguns recorrem a Deleuze, outros a Guattari ou Whitehead. A questão central é que esta pluralidade indica, justamente, a importância da subjetividade. Os autores citam algumas das principais facetas da subjetividade:

Subjetividade é sempre incompleta, parcial, não-linear. É inacabada porque existe apenas no presente. (...); é não-linear porque interrompe a determinação e colonização do presente pelo passado (...); é parcial porque não somos totalmente conscientes de como nos tornamos o que nós somos (Blackman e cols., 2008, p. 16).

Ainda segundo os autores, são precisamente estes traços que fazem da subjetividade “um agente ativo de análise e transformação social, política e cultural” (Blackman e cols., 2008, p. 16). Como precisamente isto pode ocorrer, não é explicado pelo texto, mas se pode retirar um exemplo dado por uma das autoras deste trabalho presente em outro texto escrito alguns anos antes (Walkerdine, 2001).

Walkerdine (2001) parte do pressuposto de que a crise da esquerda foi iniciada com a queda das grandes narrativas, com a perda de força dos movimentos de massa e com as transformações provocadas pela globalização que construíram um novo racionalismo econômico. Estas transformações trariam novas exigências à subjetividade e abririam novos desafios para a psicologia crítica. Apesar de todos os aspectos problemáticos das transformações do capitalismo – por exemplo, o fim das “redes de segurança” que antes existiam na sociedade – elas potencialmente criariam o desejo por algo diferente. As

mudanças exigem novas subjetividades: “sujeitos autônomos, flexíveis que podem enfrentar a mudança e que são automotivados” (Walkerdine, 2001, p. 12). Precisamente disto, podem surgir alternativas. A autora cita um exemplo para defender o seu argumento:

Por exemplo, eu penso em dois amigos, professores nos anos 1970 e no início dos 1980, em empregos especialmente difíceis. Eles abandonaram em meados dos 1980 e compraram um pequeno negócio na costa oeste da Inglaterra, uma loja de presentes e chá. Tudo parecia um idílio rural até a recessão do início dos anos 1990, que, cada vez mais, era difícil de enfrentar financeiramente. Eventualmente, em 1999, eles jogaram a toalha, declararam falência e perderam tudo. Todavia, no meio desta perda, eles também encontraram algo. Impedidos de ganhar muito, eles decidiram que, na realidade, eles se sentiram livres pela primeira vez em anos. Eles não tem mais nada a perder e com cinquenta anos aprenderam a surfar e começaram a andar de bicicleta (Walkerdine, p. 12).

Para evitar confusões a autora ainda tenta esclarecer:

Eu não estou dizendo aqui que o colapso da subsistência das pessoas é positivo; mas, dado que isto é o que está acontecendo, é importante estar consciente de que isto pode levar a abertura de novos espaços, que nós nunca poderíamos ter imaginado uma década atrás (Walkerdine, p. 12).

Colocando em poucas palavras e retirando boa parte da retórica adornada: a transformação que a subjetividade possibilita é aquela que converte a necessidade em virtude. Trata-se de um exemplo claro de como o foco contemporâneo sobre a

subjetividade enquanto “espaço de transformação e resistência”, nada mais é do que produto de um enorme ceticismo, de protestos irracionalistas e, ao fim das contas, da capitulação diante das condições dadas pelo mundo contemporâneo.

Um exemplo particularmente interessante é o trajeto de Papadopoulos, quem iniciou seu trajeto acadêmico formando-se na FUB e estudando a *Kritische Psychologie* de Holzkamp (ver Papadopoulos, 2009). Em um de seus primeiros trabalhos, Papadopoulos (1995) apresentou seu estudo da obra de Vygotsky, polemizou com as apropriações correntes realizadas pela psicologia acadêmica e apresentou a necessidade de construir “uma ‘teoria geral’ da subjetividade histórica” (p. 153).

Já anos depois, o autor publica um outro trabalho (Papadopoulos, 2002) em que anuncia uma virada em sua trajetória que, do seu próprio ponto de vista, decorreria de seu engajamento na busca por mudança social. Neste trabalho, o autor tenta responder a seguinte pergunta: em que condições surgem teorias e práticas críticas no campo da psicologia? Partindo do pressuposto de que todo discurso é uma construção que brota e participa de distintas realidades sociais, Papadopoulos (2002) entende que toda teoria crítica estabelece um regime de verdade. Assim, a sua tese é a de que toda proposta de “psicologia crítica” não tem raiz em projetos de libertação, mas sim em constelações geopolíticas concretas.

Para defender este ponto de vista, Papadopoulos (2002) faz uma breve conceitualização sobre as raízes históricas da psicologia. Para o autor, a força-motriz da psicologia foi o processo de disciplinamento e de padronização de individualidades em um contexto que produziu as noções modernas de eu e de interioridade. Assim, a noção de individualidade não é apenas uma ideia, mas uma forma histórico-cultural de se organizar e sustentar relações sociais. As diferentes conceitualizações sobre a individualidade não são apenas jogo de signos e símbolos, mas são uma dada forma de se construir o sujeito

psicológico para se instituir certas modalidades de relações sociais. Sendo assim, o principal problema das distintas modalidades de psicologia crítica é o fato de que elas apenas reproduzem esse processo: buscam criar diferentes regimes de verdade associados a diferentes tentativas de fabricar conhecimento válido e aplicável com a finalidade de instituir certas relações sociais pela criação de tecnologias práticas.

O autor demonstra esse argumento afirmando que as últimas três décadas produziram diferentes abordagens críticas que buscaram formular teoria e práticas alternativas de individualidade. Segundo Papadopoulos (2002), elas podem ser agrupadas em dois conjuntos: (a) abordagens marxianas e pós-marxianas – nestas abordagens a subjetividade representa a capacidade do indivíduo de transformar o mundo material. Sendo o seu principal foco a busca pelo fortalecimento do indivíduo pela aquisição de maior controle das suas condições de vida por meio de uma maior participação na determinação da vida social; (b) abordagens pós-estruturalistas – que questionam a existência de processos psíquicos, afirmam que a subjetividade é produto de transações discursivas em contextos sócio-culturais concretos e o seu projeto centra-se na elaboração de subjetividades que contribuam para o surgimento de formas de resistência ao poder.

Para Papadopoulos (2002) estas duas abordagens seriam apenas tentativas de se construir uma nova racionalidade governamental, isto é, são apenas formas distintas de se tentar organizar e reorganizar condições sócio-políticas de existência. As psicologias críticas apenas buscam propor um governo melhor mediante uma concepção relacional de individualidade. O contexto de emergência destas novas propostas de governabilidade é a ofensiva neoliberal. Segundo o autor, o neoliberalismo busca reduzir o social e o político ao mercado, mas para fazer isso ele precisa de uma nova compreensão de indivíduo, uma compreensão em que se dá o máximo possível de autonomia ao indivíduo. É precisamente isto que as psicologias críticas propõem, portanto, conclui Papadopoulos (2002), o

contexto possibilitador das psicologias críticas é a hegemonia neoliberal, pois neoliberalismo não é só reorganização econômica, mas capitalização da subjetividade.

Assim, subjetividade e subjetivação são sintomas da racionalidade neoliberal presente nos países do Atlântico Norte. Subjetividade não estaria ligada a um projeto de libertação, ainda que ela possa servir como recurso central para intervenção política e social em situações de crescente polarização e vulnerabilidade criadas pela crise do neoliberalismo (Papadopoulos, 2002).

É interessante notar que este trabalho de Papadopoulos é uma intervenção que aponta para a ponte existente entre a ofensiva neoliberal e a emergência de distintas teorias sobre a subjetividade desde os anos 1970. No entanto, a sua crítica da subjetividade é, ela mesma, devedora das concepções pós-estruturalistas e pós-modernas de Foucault. O final do texto é contraditório: afirma que a subjetividade é instrumental para a governabilidade neoliberal, mas, ao mesmo tempo, afirma que ela pode ser um recurso para superar o neoliberalismo.

A lição deixada pelo texto é que todo projeto de emancipação que realiza alguma conceitualização sobre a individualidade e sobre como se pode superar o estado existente das coisas não passa de uma forma histórica de se produzir governabilidade. Como seria possível romper com este ciclo não fica claro neste texto. Todavia, em um trabalho mais recente escrito em conjunto com dois outros colaboradores, as teses fundamentais de Papadopoulos são apresentadas e trabalhadas claramente.

No livro “*Escape routes*”, Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008) abordam, especificamente, a questão da “transformação social” (p. I). Os autores partem de uma explícita rejeição do marxismo e afirmam que sua meta central é a de propor uma nova visão sobre mudança social, que rejeita a ideia de mudança enquanto evento – revolução – e resgatar a potência do particular, do presente, da experiência imediata e da vida cotidiana

como espaços e processos de mudança. Na realidade, ao fim do livro, fica claro que, para os autores, se há alguma mudança possível e desejável hoje é aquela que ocorre no cotidiano, nos pequenos atos que resultam em mudanças as quais, em geral, são provocadas por ações que não tinham a intenção de gerar mudanças. “Nós podemos traçar mudança social nas experiências que apontam para uma saída de uma dada organização da vida social sem jamais ter a intenção de criar um evento” (Papadopoulos e cols., 2008, p. XIII).

Estes atos seriam o que os autores chamam de fuga (*escape*). As ocorrências fugitivas do cotidiano são as forças de mudança social. As pessoas escapam e, só então, o sistema de controle tenta capturar as rotas de fuga (*escape routes*). Para defender esta compreensão os autores empreendem uma reinterpretação da história explicando como o presente se construiu a partir das variadas tentativas de capturar as diversas rotas de fuga que brotaram na história humana. A argumentação tem três passos: discussão sobre como o sistema presente de controle se construiu; discussão sobre como o sistema de controle é posterior às rotas de fuga; discussão e análise das rotas de fuga em três campos distintos: a vida, a mobilidade e o trabalho (*labour*).

Na discussão aqui empreendida cabe abordar apenas a compreensão de Papadopoulos e cols. (2008) sobre como o regime de controle contemporâneo foi construído e sobre os lineamentos gerais da fuga como força determinante de mudança social.

Segundo Papadopoulos e cols. (2008), a constituição política do presente pode ser entendida a partir das categorias de soberania e controle. A primeira modalidade de soberania analisada é a Soberania Nacional (SN), a forma moderna de articular a relação entre povo e território com a finalidade de transformar o corpo humano em algo domesticado, disciplinado e produtivo. A nação é uma articulação espaço-temporal com

um sujeito político – o povo – que pode ser representado e que é detentor de direitos. O equilíbrio entre representação e direitos é o que garantiria um acordo nacional (*national compromise*). A característica central da SN é dar mais importância aos direitos do que para a representação. A questão é como o Estado inclui certos grupos sociais mediante a garantia de direitos.

A mudança social é provocada por atos imperceptíveis que, por sua vez, ativam o controle. As potências singulares de corpos que fogem são o fundamento da criação do Estado-nação moderno, o central para este é controlar subjetividades imperceptíveis e o principal meio para se fazer isso não é a repressão, mas sim a inclusão instrumental. Isto é, por um tipo de inclusão que, ao dar visibilidade às subjetividades imperceptíveis, converte-as em sujeitos de poder que podem ser controlados. Pacificar e não reprimir é a função do Estado na SN (Papadopoulos e cols, 2008).

O esgotamento histórico da SN veio com a radicalização das lutas por ampliação da cidadania, com a globalização do capital e o conseqüente crescimento da mobilidade dos trabalhadores. Manter o regime de controle demandava criar novas formas de regulação e estas foram expressas na construção da Soberania Transnacional (ST). As lutas de 1968 e por direitos civis possibilitaram que as subjetividades imperceptíveis ameaçassem a SN e da crise desta surgiu a governança neoliberal (Papadopoulos e cols., 2008).

Se na SN o povo era formado por sujeitos de poder, na ST o povo é formado por agentes autorresponsáveis. O problema central da ST não é dado pelos direitos, mas pela representação. Com a redução dos direitos operada pelo neoliberalismo, o que passa a ser central é a luta por representação que é tornada presente na política da diferença. As novas subjetividades foram convertidas em atores dóceis que constituem as redes transnacionais de poder. A dominação não é mais externa, mas passa a ser interiorizada. As trajetórias disruptivas do corpo são controladas pela ST mediante a criação de tecnologias avançadas

do eu (*advanced Technologies of self*). Por isso, o movimento de subjetividades imperceptíveis deixa de ser anomalia e passa a ser instrumental para a ST. O poder foi descentrado do Estado, porque no período anterior a Nação foi levada à crise pela subjetividade. As subjetividades tornaram-se Estados (Papadopoulos e cols. 2008).

No entanto, ainda segundo Papadopoulos e cols. (2008), a ST intensificou a exclusão social e converteu os direitos em privilégios acessíveis para algumas camadas privilegiadas. Isto, somado a novas políticas radicais emergentes na atualidade, abriu um novo processo de transformação do regime de controle: a marca da atualidade é a transição da ST para a Soberania Pós-liberal (SP).

SP não é uma substituição da ST, mas apenas um novo projeto de hegemonia que busca resolver a crise dos direitos e da representação. Por isso, a SP apropria-se da dinamicidade existente na ST, mas verticaliza as redes horizontais do transnacionalismo mediante a construção de agregamentos verticais. Estes, segundo os autores, não são formados por classes sociais, instituições ou grupos, mas são corpos sociais que contém um pouco disto tudo e que se formam com a intenção de condensar cada vez mais poder. Seu fundamento não é a ideologia (tal como ocorria no Estado da SN) ou o discurso (tal como ocorria na ST), mas qualquer coisa que resula na manutenção do poder. Se o neoliberalismo se opôs ao protecionismo, ao intervencionismo e à centralização de poder por meio da reabilitação do indivíduo como sujeito histórico, a SP não se importa com Estado ou indivíduo, porque ela constrói agregamentos verticais que articulam pedaços de Estados, indivíduos e grupos.

Tendo conceitualizado o processo de constituição política do presente, os autores explicam qual é a força fundamental que possibilita subverter todo e qualquer regime de controle: a fuga. Todas as transformações – da SN para ST, da ST para SP – foram adaptações do sistema de controle às rotas de fuga. É a fuga que cria a necessidade do

controle. Segundo Papadopoulos e cols. (2008), até mesmo o fim do feudalismo foi um produto da fuga: o capitalismo foi a solução encontrada pelo controle para responder à fuga dos camponeses da terra. A imobilidade necessária à reprodução do feudalismo foi desafiada pelo movimento de corpos que abandonavam a terra. Por causa deles, o feudalismo foi transformado com a finalidade de: controlar a mobilidade dos corpos; reprimir a fuga da terra; disciplinar e converter o corpo em trabalho assalariado. Este exemplo serviria para sintetizar como a fuga funciona.

A fórmula social da fuga: a fuga cria uma forma de energia que potencialmente rompe o equilíbrio de um regime de controle existente; então, um novo regime de controle precisa ser estabelecido com a finalidade de apropriar esta energia e transformá-la em uma nova subjetividade social administrável (Papadopoulos e cols., p. 52).

Representação e direitos são apenas formas históricas de converter as potências da fuga em algo útil. Por exemplo, segundo os autores, a função da representação é territorializar corpos móveis, codificar subjetividades imperceptíveis em classe ou força de trabalho etc. Nomear e representar significa converter o imperceptível em algo perceptível e controlável. A política é apenas uma forma de policiar. Por isso, a fuga só é possível fora da política, fora da vigilância e o seu principal traço é a política imperceptível.

A política imperceptível muda a sociedade sem mesmo ter esta intenção. Ela se torna uma força constituinte porque constrói novas realidades materiais onde ela opera, não porque ela busca erigir uma sociedade melhor em geral. A política imperceptível não acredita em um futuro por vir, ela acredita nas ações cotidianas, ela ama os campos em que opera, ela traça o futuro no

presente, ela subverte perspicazmente tudo o que existe para manter a integridade de um dado campo de poder (Papadopoulos e cols., 2008, p. 75).

Não existe teleologia na política imperceptível, mas apenas ausência de propósitos (*purposelessness*). Ela não se liga a nenhum grupo social, mas a qualquer “comunidade de pessoas que se encontram em atos de produção de fuga” (Papadopoulos e cols., 2008, p. 258). Esta é a política que a crítica da psicologia crítica propõe para a mudança social no século XXI.

3. É a subjetividade crítica?

Em síntese, o desenvolvimento da psicologia crítica é apenas particularização no interior de uma ciência particular de distintas abordagens teóricas que não são mais do que o contraponto teórico da generalização do fetichismo da mercadoria na vida cotidiana.

Desde o final dos anos 1970 o capitalismo passou por diversas transformações. Uma delas foi a aceleração da circulação de mercadorias mediante a aceleração do processo de deterioração da taxa de uso das mercadorias – o que, por sua vez, teve reflexos muito específicos na vida cotidiana. Esta passou a ser marcada pela sucessão cada vez mais efêmera de produtos e sensações. Esta processualidade tem como resultado a eliminação das conexões entre passado, presente e futuro no âmbito da experiência imediata. As necessidades do capital criaram uma sociedade em que o futuro e o passado são eliminados em prol da centralidade de mercadorias que devem ser rapidamente consumidas, substituídas e esquecidas. Este processo foi, há mais de 30 anos, abordado por Jacoby (1977):

A crescente tendência para a mais-valia e o lucro acelera o ritmo da liquidação de mercadorias antigas a fim de abrir caminho para

novas mercadorias; a obsolescência planejada está em toda parte, desde os bens de consumo até o pensamento e a sexualidade. A obsolescência encoberta não isenta o pensamento nem os homens. O que se anunciou como novo ou jovem nas coisas, nos pensamentos ou nas pessoas mascara a constante: esta sociedade. (...) Exatamente porque o passado foi esquecido, ele domina incontestado; para ser transcendido ele deve antes ser lembrado. A amnésia social é a repressão que a sociedade faz da recordação do seu próprio passado. É uma conveniência psíquica da sociedade de conveniência (Jacoby, 1977, p. 19).

Assim, o que as transformações da sociedade burguesa parecem indicar é que o resgate da crítica marxiana está na ordem do dia. No entanto, a análise anterior mostrou como, desde o fim dos anos 1960, o que se fortaleceu foi um pensamento profundamente antimarxista. Este problema não é exclusivo da psicologia. Fora da psicologia, pode-se encontrar um exemplo muito ilustrativo nas recentes polêmicas sobre a reestruturação produtiva no campo da sociologia do trabalho. Diversos teóricos afirmam que tal transformação no processo de produção teria resultado na superação do “determinismo” de classe de Marx e, portanto, não existiriam mais lutas de classes, mas negociações na esfera da sociedade civil.

Não é possível, fazer uma profunda reflexão sobre este conjunto de problemas, mas é importante, ao menos, apontar para o fato de que apesar do capitalismo ter apresentado novos desafios para qualquer teoria que tenha como foco a crítica e a negação da sociedade burguesa não houve uma transformação estrutural que retira da análise marxista sua atualidade. As transformações da sociabilidade capitalista só puderam ocorrer esmagando e explorando ainda mais a classe trabalhadora. As formas de trabalho flexível,

precarização, aumento da extração de mais-valia não ocorreram apenas por decorrência do desenvolvimento “puro” das forças produtivas, mas como resultado de derrotas da classe trabalhadora no processo de implementação das novas tecnologias que tinha como meta atender os interesses do capital. Por exemplo, o toyotismo, que concretamente resultou em intensificação da exploração do trabalho, flexibilização de direitos, número mínimo de trabalhadores, aumento de subcontractações, só foi possível após a desarticulação e a derrota do sindicalismo japonês (Antunes, 2000).

Trata-se, portanto, de processos e antagonismos que se dão no interior de uma sociabilidade que, até o momento, não perdeu seu traço distintivo: a vigência do capital (Lessa, 2007b). Uma transformação real da sociedade do capital deve superar o que Mézários (2000) chamou de tripla fratura do capital, isto é, a separação entre: produção e seu controle, produção e consumo, produção e circulação de produtos. O que as transformações contemporâneas vêm mostrando não é a superação desta fratura, mas sim a sua intensificação.

Como em um período de crise estrutural do capital se fortaleceu uma crítica antimarxista? Isto pode ser explicado se se tem em conta um correto balanço da queda do muro de Berlim. O significado histórico deste acontecimento explica, parcialmente, a intensificação do subjetivismo e irracionalismo nas abordagens “críticas” contemporâneas (a outra explicação, já mencionada, é dada pelo próprio caráter das transformações do capital na atualidade).

Já se destacou como a crise estrutural do capital ter resultado no fim do “socialismo realmente inexistente” apenas incrementou a onda pós-moderna pela conversão de ex-stalinistas à ordem instituída. Diversos anticomunistas contavam com o apoio de ex-stalinistas, que prontamente souberam se acomodar à “nova” ordem mundial. Assim sendo, só se pode concordar com a afirmação de Pinassi:

Mais cômodo que aprender com a história e reconhecer os próprios erros foi descobrirem que viviam, aqui e agora, no “melhor dos mundos possíveis”, um mundo que despertaria a impaciência até mesmo do crédulo e tolo Cândido. Para esses *panglosses* anacrônicos, o “espírito do mundo”, a “mão invisível” do mercado, e todas as formas espectrais criadas pelas ciências, pela arte e pela literatura vieram do além para salvar a humanidade, para abolir as classes sociais, a exploração, a sempre incômoda luta de classes, as ideologias todas, as contradições. Neste mundo de harmonias, Marx, Engels e os demais críticos aborrecidos e aborrecedores ficam completamente obsoletos, supérfluos e, no máximo, absorve-se deles uma leve borrifada de aroma crítico, o que ressalta o charme, o lustro e a “legitimidade” do seu entendiado e perdido discurso conformista (2009, p. 21).

Todavia, a queda do muro não significou apenas decepção e conversão ideológica de ex-stalinistas, mas significou também a desmoralização de toda proposição alternativa ao capitalismo. Com a queda do muro de Berlin em 1989, veio a declaração de que o “capitalismo venceu” pelo New York Times e a ofensiva neoliberal (Taaffe, 2006). Um sistema que vivia em crise desde os anos 70, encontrou uma válvula de escape criada pela decadência inevitável do bloco stalinista. Tal acontecimento propiciou uma ofensiva ideológica que não se contentava em falar de crise do marxismo, mas que conseguiu dar ao absurdo uma tonalidade de realidade: passou-se a falar de fim da história, fim das ideologias, etc. Inaugurou-se uma onda de ataques reais, sob a doutrina neoliberal, às conquistas que a classe trabalhadora obteve após longos anos de luta (Anderson, 2000; Antunes, 2000; Mészáros, 2000).

Assim, o fracasso da burocracia stalinista em controlar o capital foi retratado como uma prova de que a superação do capitalismo é uma impossibilidade ontológica, como o fracasso de se criar uma economia planificada que atenda necessidades humanas e não as

necessidades do capital. Abriu-se um período extremamente difícil para aqueles que lutaram e ainda lutam contra a ordem instituída pelo capital.

Este processo é exemplificado com a ascensão e queda da PCA que foi brevemente descrita neste capítulo. O fim do espaço para a divulgação e o desdobramento da PCA coincidiu com a queda do muro (Teo, 1998) e o clímax deste processo foi o fechamento do Instituto de *Kritische Psychologie* que existia na Universidade Livre de Berlin. Uma alternativa teórica criativa, não obstante diversas contradições que podem e devem ser exploradas, permaneceu praticamente marginalizada após o descrédito de ideias e políticas socialistas e marxistas.

Tudo isto também está marcadamente presente nas concepções pós-modernas e suas tentativas de compreender as transformações do presente realizando uma cruzada contra o marxismo. As teorias aqui apresentadas são concepções subjetivistas que refletem o sentimento de perplexidade de uma camada intelectual que, ao não conseguir explicar as transformações do mundo contemporâneo, recorre à subjetividade como única fonte de inteligibilidade do mundo contemporâneo. Na mesma medida em que estas abordagens teóricas hipertrofiaram o subjetivismo, também aumenta o caráter mirabolante de suas propostas de mudança social.

Em “*Escape routes*” nota-se a mais completa radicalização da maré de irracionalismo, subjetivismo e ceticismo presente na contemporaneidade. O aviltamento da teoria crítica já se encontra em um nível tão elevado, que os autores não têm qualquer problema em reconstruir a história humana para justificar uma noção de mudança social enquanto processo essencialmente não-revolucionário e restrito às ações subjetivas espontâneas. Obviamente, para realizar isto, os autores preferem adotar categorias extremamente difusas, imprecisas e que, afinal de contas, podem significar qualquer coisa

– como povo ou soberania – ao invés daquelas categorias que demandam a análise concreta de formações sociais particulares, como Estado ou classe social.

De um arsenal teórico frágil emerge uma explicação não menos frágil sobre o presente: este é o produto do movimento espontâneo e imperceptível de corpos na vida cotidiana. Nada mais fácil para se explicar os enormes problemas colocados para a humanidade na atualidade. Aqui há, precisamente, um traço do pensamento pós-moderno que foi destacado por Eagleton (2005): as teorias pós-modernas convertem problemas e contradições históricas em virtudes. As derrotas da classe trabalhadora e da política radical não são problemas para os autores de “*Escape Routes*”, pois estes fatos apenas revelam que a única coisa que alguém que almeja mudança social pode fazer é não tentar realizá-la.

“*Escape routes*” parece ser uma resposta de uma camada intelectual que investiu nos discursos sobre a diferença e que, após ser confrontada pela enorme instrumentalidade destas proposições teóricas ao regime neoliberal, decidiu abandoná-la. Conforme se mostrou, antes de “*Escape routes*”, Papadopoulos (2002) esteve engajado em um trabalho de crítica das propostas pós-estruturalistas, pós-marxistas e marxistas que se construíram sob o rótulo “psicologia crítica”.

Esta “autocrítica” dos teóricos da subjetividade, expressa no trabalho de Papadopoulos (2002), ocorre mediante dois passos: (a) afirmar que tanto o marxismo, quanto o pós-estruturalismo ou pós-modernismo, como se manifestaram na “psicologia crítica” são apenas duas faces da mesma moeda; (b) radicalizar ainda mais o subjetivismo de suas propostas teóricas. Assim, na resposta de Papadopoulos e cols. (2008) à crise do pós-estruturalismo, há apenas uma radicalização de seus pressupostos: ao invés de abordar a diferença no interior da sociedade civil, passa-se à política imperceptível da vida cotidiana. Uma consequência importante deste processo é que, ao invés de reconhecer todas as derrotas que a esquerda sofreu nos últimos 30 anos, a conclusão de Papadopoulos

e cols. (2008) é o extremo oposto: a emergência da ofensiva neoliberal é, para eles, nada mais, nada menos, que expressão da vitória das “rotas de fuga”. De um modo geral, a abordagem teórica dos autores faz da luta por mudança social uma apologia completamente acrítica da vida no presente.

Há uma ponte clara entre as derrotas dos anos 1960 e estas propostas recentes. O trabalho de Blackman e cols. (2008) possibilita ver isso. Os autores começam sua narrativa sobre como o estudo da subjetividade ganhou proeminência afirmando que seu impulso fundamental foi a busca por explicações para as derrotas das lutas dos anos 1960. O que os autores não colocam no seu relato é que a preocupação por encontrar explicações na esfera da subjetividade, inaugurada pelos estudos sobre ideologia, era proveniente de teóricos que tinham ou tiveram algum envolvimento com o stalinismo.

O caso de Althusser é o mais importante, pois ele não só teve envolvimento com o PCF, mas se manteve como o único marxista teórico oficial que permaneceu ligado a um PC mesmo após as invasões da Hungria em 1956 (que, por exemplo, resultou no afastamento de Edward Thompson, Raymond Williams e diversos outros) e da Tchecoslováquia em 1968 (ver Anderson, 1983/2004; Coutinho, 1972; Palmer, 1990).

Obviamente, por fazer parte de uma tendência política a qual, em última análise, é conservadora, as explicações geradas por Althusser só podem levar à apologética da ordem instituída. As proposições irracionistas de Foucault, a completa despreocupação em analisar o mundo em sua objetividade imanente e a retomada do idealismo não passa de um desdobramento lógico. Assim, não foram as teorias de Foucault que eliminaram o marxismo, tal como querem Blackman e cols. (2008), mas sim as próprias elaborações teóricas de Althusser e outros ex-stalinistas como Edward Thompson e Raymond Williams.

Com esta discussão, nota-se que o preço pago pela intelectualidade que identificou stalinismo com marxismo e assim abandonou o último foi a perda da capacidade de se compreender o que está ocorrendo na atualidade e as possibilidades abertas para mudar os rumos da história. Mais importante ainda, esta discussão sobre o desenvolvimento da “psicologia crítica” mostra a atualidade de categorias marxistas como classe social e lutas de classes. É claro que o capitalismo mudou, mas isto não eliminou o principal objeto da análise marxiana, o capital.

É por isto que a questão central para uma crítica à sociedade vigente não reside no desenvolvimento de uma “psicologia crítica”, mas sim no resgate da crítica da economia política, tal como ela foi proposta por Marx. Desta forma, talvez (e este é um grande talvez), alguns intelectuais ou profissionais associados à psicologia podem desenvolver alguma discussão importante sobre subjetividade, individualidade, personalidade e mudança social.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um recente trabalho que buscou problematizar a relação entre marxismo revolucionário e psicologia crítica, Parker (2009) apresentou questões, pelas quais, toda análise marxista da psicologia teria que passar: Por que a psicologia existe? Por que existe um domínio da atividade intelectual que faz parecer que uma disciplina particular pode revelar as razões da ação humana?

De certa forma, estas foram as perguntas que guiaram o presente estudo. Partiu-se de uma análise sobre como a filosofia e a ciência desenvolveram-se no interior das sociedades regidas pelo capital e uma condição fundamental: toda e qualquer formulação teórica que busca conhecer o real com a finalidade de transformá-lo precisa, necessariamente, romper com o ponto de vista da burguesia.

O restante do trabalho foi dedicado à descrição e explicação das consequências deste problema mais geral sobre o processo de nascimento, desenvolvimento e crise da psicologia. Na reconstrução histórica operada neste trabalho, defendeu-se a tese de que a força-motriz do surgimento da psicologia foi a apologética da ordem instituída. A psicologia surgiu na história humana, enquanto produto da fragmentação das ciências em setores compartimentalizados pela divisão social do trabalho científico e reivindicando para si o estudo de uma abstração: a individualidade isolada.

Em seguida, buscou-se demonstrar que os períodos de crise do domínio da burguesia foram, também, períodos de crise para a psicologia. Foi das tentativas de transformar o mundo e criar um novo ordenamento social que brotou a força-motriz das diversas críticas à psicologia. Assim, entre 1917 e o fim dos anos 1960 se assistiu a ascensão e queda das principais tentativas de subversão e destruição do ordenamento burguês. Não coincidentemente, no mesmo período ocorreu a ascensão e queda da crítica da apologética na psicologia.

Segundo Paulino (2008), a luta socialista no século XX carregava consigo as mais belas promessas que a humanidade foi capaz de formular e, todavia, resultou na construção de alguns dos mais brutais aparatos de opressão e ditadura que subjugou a classe trabalhadora. A transformação do legado marxiano em ideologia justificadora das idas e vindas da burocracia soviética funcionou como um freio para as lutas dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a formulação de novas concepções teóricas sobre a subjetividade, a personalidade etc.

Pior ainda, o stalinismo foi uma força fundamental para o renascimento de “novas” proposições teóricas irracionalistas ou agnósticas, assim como para desmoralizar uma enorme camada de ativistas e intelectuais que apostaram suas fichas na possibilidade de criar um mundo diferente em que as necessidades humanas não seriam mais subjugadas pelas necessidades cegas do mercado.

Assim, da “crise” do marxismo brotaram projetos de psicologia que se apresentavam como novos, mas que, na realidade, retornavam aos velhos limites do pensamento moderno-burguês. Diversas psicologias críticas são propostas teóricas incapazes de superar o ponto de vista do capital e, em geral, representam a capitulação de um setor de certa intelectualidade ex-marxista ou dotada de roupagens esquerdistas diante das crises do “socialismo realmente existente”.

Retornando às perguntas de Parker (2009) e, especialmente, àquela que interroga sobre a razão de ser da psicologia, pode-se dizer que a resposta elaborada no presente trabalho é a seguinte: o projeto de psicologia científica foi produto da necessidade de se criar explicações sobre a subjetividade humana que justifiquem e que estejam em plena sintonia com a existência imediata da sociedade burguesa. Seu nascimento correspondeu ao movimento de abdicação de um autêntico estudo da subjetividade humana pela burguesia. Quando a burguesia deixou de estudar a totalidade em sua complexidade, ela passou a

produzir conhecimento setorializado, sobre recortes isolados da realidade. A especialização do processo de conhecimento foi exitosa para instrumentalizar a ciência às necessidades de reprodução do capital e reflexo disso é a enorme contribuição da ciência ao desenvolvimento das forças produtivas após 1848. Todavia, no que diz respeito aos problemas cruciais da vida social, sobre os seres humanos, a sociedade, a economia, a história e etc. o conhecimento produzido é necessariamente falso e usualmente fetichista e apologético. Com a fratura da totalidade perde-se de vista as conexões causais determinantes da vida social. Em geral, são criadas explicações que não atingem as questões decisivas da vida social ou que simplesmente capitulam diante das condições vigentes.

Na psicologia notou-se este complexo processo que foi tão bem descrito por Lukács (1968). A psicologia oscilou entre o objetivismo mecanicista e abstrato ou o culto da subjetividade desenfreada e abstrata. A primeira postura é reflexo da capitulação direta à ordem social instituída que ocorre sob a retórica da cientificidade e da objetividade. A segunda emprega categorias mais refinadas e surge combatendo a objetividade para defender a “complexidade” da vida humana. Ambas produzem um reflexo falso da realidade social e perde-se de vista as verdadeiras lutas dos seres humanos na e com a sociedade. Em poucas palavras, a criação da psicologia, e das diversas abordagens teóricas que se desenvolveram em seu interior, não teve o seu ponto de partida na necessidade de se compreender a existência real da subjetividade humana, mas sim na necessidade de se absolutizar uma forma histórica de individualidade enquanto a condição humana universal.

O que predomina, então, na psicologia são criações lógicas, epistemológicas e subjetivistas e não a reprodução ideal de um setor específico de uma entidade real tomada em sua complexidade. De certa forma, superar tamanha unilateralidade foi o que guiou todas as tentativas de reconstruir a psicologia mediante novas conceituações ou novas

aplicações da psicologia. Dessas tentativas, brotaram respostas importantes e que possibilitam uma compreensão mais próxima e verdadeira do processo de reprodução do ser social. Todavia, quando se confronta todas as propostas alternativas que diversos intelectuais, inspirados pelo marxismo, tentaram construir ao longo do século XX com os seus resultados, a única resposta que parece brotar é a de que todos fracassaram em construir uma alternativa positiva que realmente fosse capaz de superar a psicologia.

Sendo assim, a resposta que Elhammoumi (2006) elabora à pergunta “existe uma psicologia marxista?” parece estar correta: não, não existe uma psicologia marxista. Segundo o autor, o máximo que surgiu dentro da psicologia foi algo equivalente às críticas feuerbachianas ao idealismo, isto é, desde a afirmação feita por Vygotsky em 1927 de que a psicologia precisa criar o seu próprio “*Das Kapital*”, nenhuma tentativa de construção de uma “psicologia marxista” foi bem-sucedida.

No entanto, antes de perguntar sobre a existência ou não de uma “psicologia marxista”, não seria mais adequado, após tantas tentativas fracassadas, perguntar se é desejável ou ainda se é possível construir uma psicologia marxista?

O que se notou na presente pesquisa é que boa parte dos trabalhos que tentaram formular uma proposta positiva de psicologia marxista recaiu em alguma modalidade de elaboração teórica que acabou reforçando a tese, tão cara à psicologia, de que é possível explicar os problemas enfrentados pela humanidade, olhando para o que se passa na cabeça dos indivíduos e não tanto para um mundo marcado por enormes desigualdades de classe.

Assim, a abordagem vygotskiana que subordinava a produção de signos pelo ser humano às formas concretas de atividade humana foi apropriada a partir de uma concepção mais adequada às concepções individualistas e subjetivistas que circulam hegemonicamente nas sociedades burguesas. Mesmo entre herdeiros diretos de Vygotsky, assistiu-se o interdito à prioridade ontológica da atividade humana (Elhammoumi, 2001).

Da mesma forma, da tentativa de realizar uma reconstrução marxista da psicologia operada por Holzkamp, podem ser tiradas conclusões que pouco contribuem para a realização de projetos de emancipação humana. Ao colocar a contradição entre potência de ação restritiva e potência de ação generalizada no centro da análise teórica marxista, Holzkamp (1984a/1991) efetivamente estava avançando na construção de uma concepção de subjetividade humana que possibilita iluminar diversas manifestações da alienação no capitalismo. Todavia, ao colocar que a psicologia pode e deve contribuir para o desenvolvimento da subjetividade humana, estudando a contraditória relação entre experiência subjetiva e a existência de limitações e possibilidades de ação, Holzkamp (1984a/1991) acaba contribuindo para alimentar a ilusão de que tão-somente fazendo psicologia pode-se contribuir para a emancipação humana. Se esta posição é levada até suas últimas consequências, não há muitas diferenças entre a PCA e os sectos psicoterapêuticos que Harris (1996) criticou em sua apresentação sobre a relação entre marxismo e psicologia nos EUA.

Desta forma, nada poderia estar mais correto do que a avaliação de Yamamoto sobre as propostas de psicologia marxista: “As tentativas de construção de uma ‘psicologia marxista’ são totalmente destituídas de sentido, apenas afastando a atenção da questão central” (1987, p. 76).

A questão central é precisamente a crítica da economia política ou, o que é o mesmo, do conjunto dos fundamentos da vida social¹⁵³. Problema que, necessariamente, obriga a pensar sobre como derrubar o poderio do capital e, assim, construir uma sociedade

¹⁵³ Nesta afirmação não reside qualquer tipo de reducionismo economicista. Economia política não é o mesmo que o estudo de fenômenos econômicos em sua autonomia, mas é o estudo da vida social em sua totalidade. Por isto, até mesmo entre os teóricos da economia política clássica não se encontram apenas formulações teóricas sobre categorias como dinheiro, produção, valor etc., mas também teses sobre a natureza humana, as instituições sociais, ética e moral etc. (sobre a definição de economia política ver Netto & Braz, 2006).

em que não é mais necessário criar explicações falsas e falseadoras sobre os seres humanos e sua relação com o mundo.

Assim, a resposta que aqui se delineia à pergunta “é desejável construir uma psicologia marxista” é um rotundo não. De qualquer forma, mesmo não sendo desejado, cabe explorar a segunda pergunta que foi destacada: “é possível construir uma psicologia marxista?”. Aqui também, tende-se a dar uma resposta negativa.

Cabe retomar a análise de Elhammoumi (2006) e o seu destaque de que nenhum trabalho marxista no campo da psicologia conseguiu atender ao chamado de Vygotsky (1927/1997) para se escrever o “*Das Kapital*” da psicologia. Diversas explicações são ensaiadas pelo autor para justificar a razão disto ter ocorrido. Assim, o próprio Vygotsky, segundo Elhammoumi (2006), não conseguiu realizar este projeto por causa de sua morte precoce e os seus colaboradores na URSS não puderam avançar em decorrência da consolidação do stalinismo. Os demais intelectuais que tentaram articular psicologia e marxismo, não conseguiram avançar neste processo por se relacionarem com o trabalho de Marx a partir de uma postura “pré-marxista”, isto é, recorrendo a categorias teóricas que não possuem qualquer relação ou que nada aprenderam com o instrumental marxiano.

O autor tenta delinear alguns pontos fundamentais para a construção de uma psicologia marxista. Segundo a sua proposição, toda e qualquer psicologia marxista deve ter como centro: a alienação; a dialética do abstrato e do concreto; a individualidade como forma (Elhammoumi, 2006). Mas cabe questionar se o caminho apontado por Elhammoumi (2006) levaria à constituição de uma psicologia marxista. Antes disso, pode-se fazer um breve desvio na discussão.

No capítulo em que foi abordado o processo de desenvolvimento do pensamento burguês (capítulo II), notou-se que o pensamento marxiano herdou as contribuições da

economia política clássica e da filosofia hegeliana e as elevou a um patamar superior, criando uma concepção radicalmente histórica de mundo e de homem.

Como se sabe, o “*Das Kapital*” é a síntese da “anatomia da sociedade civil” realizada por Marx. Sua preocupação é oferecer explicações sobre a autoatividade humana tomada em sua complexa relação com as totalidades natural e social. Levar em conta este caráter do trabalho de Marx possibilita entender porque há um enorme equívoco na tese de que é possível escrever um “*Das Kapital*” para a psicologia.

As propostas de se escrever um “*Das Kapital*” da psicologia partem do pressuposto de que é possível fazer com a psicologia, o que Marx realizou com a economia política e com a filosofia clássica alemã: herdar o que a psicologia historicamente produziu, submeter esta herança a uma dura crítica e, em seguida, apresentar uma proposta positiva de psicologia qualitativamente superior a todas anteriores. No entanto, estas propostas, feitas tanto por Elhammoumi (2006), Holzkamp (1981/1994), Sève (1979), Vygotsky (1927/1997) e diversos outros desconsideram o enorme abismo que separa a origem da economia política clássica ou a filosofia hegeliana e a origem da psicologia.

Enquanto a economia política clássica, por exemplo, emergiu como expressão da tentativa da burguesia compreender e transformar o mundo, a psicologia surgiu como expressão da necessidade da burguesia criar explicações falsas sobre as diversas contradições existentes no mundo que foi edificado por ela. As diferenças são enormes. A economia política clássica constituiu-se como uma ciência que tinha como ponto de partida a necessidade de se explicar e oferecer uma visão de conjunto da vida social, a psicologia nasceu como ciência particular que se formou fraturando a perspectiva da totalidade, criando uma abstração e tendo como ponto de partida a necessidade de evasão da realidade pelo pensamento decadente. A psicologia nasce do pressuposto de que é possível conhecer

a realidade sem remeter à totalidade, ou seja, que é possível estudar a vida humana sem remeter ao estudo da sociedade ou da história – assim como sociólogos tentam estudar a sociedade sem olhar para a economia, a política ou a vida psíquica.

Como é possível, portanto, escrever um “*Das Kapital*” da psicologia? Esta proposta toma como pressuposto que as disciplinas autonomizadas e parciais podem produzir um reflexo verdadeiro da realidade social. Mas como tirar o verdadeiro de uma ciência que tem no falso o seu ponto de partida? Como tirar de uma ciência que tem no falso, que tem na aproximação unilateral à autoatividade humana, o seu momento predominante? Qual posição deve-se tomar diante de uma ciência que retira da realidade apenas abstrações, ao invés de uma aproximação ao processo de reprodução do ser social? Estas são perguntas que são completamente evadidas pelas propostas que afirmam que aos marxistas no campo da psicologia está colocada a tarefa de escrever um “*Das Kapital*” da própria psicologia.

Da mesma forma, as tentativas de se transformar o mundo a partir da psicologia não são menos absurdas. Afirmar que a psicologia tem um lugar privilegiado na transformação social é ignorar qualquer análise lúcida das lutas de classes e os principais sujeitos históricos envolvidos nela. Pensar que a psicologia pode produzir explicações e propor ações privilegiadas para a transformação estrutural da realidade é um reducionismo grosseiro que, no final das contas, reforça o individualismo por meio da psicologização. O pressuposto destas propostas é a de que a psicologia é *a ciência* que oferece as melhores explicações da realidade social e tal pressuposto só pode ser fundado em uma concepção individualista e reducionista da realidade. Da mesma forma, pensar que a atuação profissional pode contribuir para a mudança social é ignorar as diferenças entre emprego, trabalho e trabalho abstrato¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Não é objetivo aqui desenvolver ideias sobre o complexo problema sobre o papel da “profissão” psicologia, mas sim trabalhar o problema sobre a questão do conhecimento psicológico. Algumas indicações

Assim, o que se pode concluir da análise das distintas abordagens marxistas na psicologia não é que a psicologia ainda precisa produzir o seu próprio Marx, tal como quer Elhammoumi (2006), mas sim, que é preciso desenvolver uma crítica ontológica radical no interior da psicologia e o desenvolvimento de tal crítica provavelmente remete à dissolução da psicologia.

Isto porque, qualquer compreensão sobre a constituição real da subjetividade humana demanda ir para além dos limites estreitos de uma ciência particular. Assim, afirmar a possibilidade de uma psicologia marxista implica, necessariamente, em negar o próprio marxismo, em recusar a unidade do ser social e propor um estudo unilateral e cindido deste.

A questão que os marxistas devem pensar foi apresentada de forma muito precisa por Yamamoto (1987): “por que não propor justamente o oposto, de se dar o passo derradeiro no sentido não de *refazer*, mas de, enquanto questão política, *negar* a Psicologia?” (p. 80).

Isto significa negar o conhecimento especializado da subjetividade humana sem a remissão aos fundamentos da vida social. Assim, cabe enfatizar que propor a negação da psicologia não é o mesmo que afirmar que a subjetividade ou a autoatividade humana são instâncias da realidade social que não devem e não podem ser estudadas em sua especificidade¹⁵⁵. Todavia, a possibilidade de criar explicações reais sobre estes fenômenos não reside na construção de uma ciência particular, mas sim de uma abordagem da subjetividade a partir de uma ontologia histórico-materialista.

A ontologia de Lukács reflete um pouco do que se quer dizer. Nas proposições lukacsianas pode-se, pelo menos, encontrar: (a) os lineamentos fundamentais para uma

podem ser encontradas em Yamamoto (1987) e, especificamente, sobre a psicologia comunitária em uma breve discussão realizada em Lacerda Jr. (2007).

filosofia da subjetividade; (b) uma discussão sobre o papel do sujeito na história, estabelecendo uma relação entre, de um lado, atividade, processualidade e historicidade e, de outro lado, socialidade, essência e substância; (c) uma compreensão radicalmente materialista e histórica do processo de autoconstrução humana mediante uma análise do processo de reprodução social e seus dois polos distintos: indivíduo e sociedade; (d) demonstração da possibilidade histórica de superação dos processos de alienação existentes nas sociedades regidas pelo capital (Lessa, 2007a; Lukács, 1968/2007/ 1979a; Tertulian, 2004). Tudo isto, sem qualquer referência à psicologia.

Desta forma, uma autêntica concepção crítica da subjetividade pode ser formulada sem criar qualquer ilusão de que ela é objeto de estudo de uma ciência particular e autônoma. A existência de uma disjunção entre conhecimento psicológico e apreensão da totalidade social não significa que também exista uma disjunção entre conhecimento da subjetividade humana e apreensão da totalidade social. Estudar a subjetividade a partir de marcos completamente distintos da psicologia é a tarefa colocada para aqueles que estão guiados pela busca efetiva de se aproximar da totalidade social com a finalidade de transformá-la.

A psicologia é teoria alienada de uma existência alienada. Por isso, almejar sua eliminação enquanto complexo de práticas e de conhecimentos que tomam como objeto a individualidade isolada, é uma das tarefas daqueles que lutam por uma sociedade para além do capital. Por isto, repetindo a avaliação de Parker (2007a), livrar-se da psicologia é um passo necessário para superar a alienação e caminhar para a emancipação.

VII. REFERÊNCIAS

- Albee, G. W. (1986). Advocates and adversaries of prevention. Em M. Kessler & S. E. Goldston (Orgs.), *A decade of progress in primary prevention* (pp. 309-332). Hanover: University Press.
- Ali, T. (1978). Revolutionary politics: Ten years after 1968. *Socialist Register*, 15, 146-157.
- Anderson, P. (1976/2004). Considerações sobre o marxismo ocidental (Trad. I. Tavares). Em P. Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico* (pp. 17-139). São Paulo: Boitempo.
- Anderson, P. (1983/2004). Nas trilhas do materialismo histórico (Trad. I. Tavares). Em P. Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico* (pp. 141-239). São Paulo: Boitempo.
- Anderson, P. (2000). Renewals. *New Left Review* (Nova Série), 1, 5-24.
- Andrade, J. E. (2005). Marxismo e revisionismo no final do século XIX. Trabalho apresentado no XXXIII Simpósio Nacional de História, Londrina. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/Joana%20El-Jaick%20Andrade.pdf>. Acessado em: fevereiro de 2009.
- Andreucci, F. (1982). A difusão e a vulgarização do marxismo (Trad. L. Konder e C. N. Coutinho). Em E. J. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira Parte)* (3ªed., pp. 15-73). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Araújo, S. de F. (2006). Wilhelm Wundt e o estudo da experiência imediata. . Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 93-104). Rio de Janeiro: Nau.
- Araújo, S. De F. (2007). *A fundamentação filosófica do projeto de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Assunção, V. N. de F. (2004). Marx no tempo da Gazeta Renana. *Verinotio: Revista Online de Educação e Ciências Humanas*, 1, 1-30. Disponível em: http://www.verinotio.org/Verinotio_revistas/n1/r1artigo2.pdf. Acessado em:

fevereiro de 2009.

- Atkinson, R. L.; Atkinson, R. C.; Smith, E. E.; Bem, D. J.; Nolen-Hoekseman, S. (2002). *Introdução à psicologia* de Hilgard (Trad. D. Bueno, 13ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Bettelheim, C. (1979). *A Luta de Classes na União Soviética: Primeiro Período, 1919-1923* (Trad. B. Costa e S. Silva). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Blackman, L., Cromby, J., Hook, D., Papadopoulos, D. & Walkerdine, V. (2008). Creating subjectivities. *Subjectivity*, 22, 1-27.
- Bladé, G. (2005). *Georges Politzer*. Disponível em: <http://www.scb-icf.net/nodus/148Politzer.htm>. Acessado em: fevereiro de 2009.
- Blumenthal, A. L. (1975). A reappraisal of Wilhelm Wundt. *American Psychologist*, 30(11), 1081-1088.
- Boring, E. G. (1952). Edwin Garrigues Boring. Em E. G. Boring, H. Werner, H. S. Langfeld e R. M. Yerkes (Orgs.), *A history of psychology in autobiography* (Vol. IV, pp. 27-52). Worcester: Clark University Press.
- Brandt, L. W. (1979). Behaviorism – The psychological buttress of late capitalism. Em A. R. Buss (Org.), *Psychology in social context* (pp. 77-99). New York: Irvington Publishers.
- Brown, P. (1973). *Radical Psychology*. New York: Harper & Row.
- Chauí, M. (1980). *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense.
- Claudín, F. (1986). A crise do movimento comunista vol. 2 – o apogeu do stalinismo (Trad. J. P. Netto). São Paulo: Global.
- Coggiola, O. (2002). 150 anos do Manifesto Comunista. Em O. Coggiola (Org.), *Manifesto Comunista* (pp. 9-35). São Paulo: Boitempo.
- Colletti, L. (1970). The question of Stalin. *New Left Review*, 61, 61-81.
- Costa, A. S. (2005). *Psicólogo na escola: Avaliação do projeto “Vôo da Águia”*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Coutinho, C. N. (1972). *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Danziger, K. (1979). The positivist repudiation of Wundt. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 15, 205-230.
- Danziger, K. (1998). *Constructing the subject: Historical origins of psychological*

- research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Deutscher, I. (2005). *Trotsky: O profeta armado, 1879-1921* (Trad. W. Dutra, 3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Dias, E. F. (2005). Sobre o marxismo contemporâneo. Em A. A. Abrantes, N. R. d. Silva e S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 52-60). Petrópolis: Vozes.
- Doyle, C. (2008). *France, 1968: Month of revolution*. London: CWI Publications.
- Duarte, N. (2000). A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Educação & Sociedade*, 21(71), 79-115.
- Duarte, N. (2001). *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski* (3 ed.). Campinas: Autores Associados
- Duarte, N. (2006). Education as mediation between the individual's everyday life and the historical construction of society and culture by humankind. Em P. H. Sawchuk, N. Duarte e M. Elhammoumi (Orgs.), *Critical perspectives on activity: Explorations across education, work, and everyday life* (pp. 211-237). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eagleton, T. (1999). De onde vêm os pós-modernistas? (Trad. R. Jungmann). Em E. M. Wood e J. B. Foster (Orgs.), *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo* (pp. 23-32). Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Eagleton, T. (2005). *Depois da teoria: Um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo* (Trad. M. L. Oliveira). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Elhammoumi, M. (2001). Lost – or merely domesticated? The boom in socio-historicocultural theory emphasises some concepts, overlooks others. Em S. Chaiklin (Org.), *The theory and practice of cultural-historical psychology* (pp. 200-217). Aarhus: Aarhus University Press.
- Elhammoumi, M. (2006). Is there a marxist psychology? Em P. H. Sawchuk, N. Duarte e M. Elhammoumi (Orgs.), *Critical perspectives on activity: Explorations across education, work, and everyday life* (pp. 23-34). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eidt, C. (2001). A razão como tribunal da crítica: Marx e a Gazeta Renana. *Ad Hominem – Revista de Filosofia/Política/Ciência da História*, 1(4), 79-100.
- Engels, F. (1883/1983). Discurso pronunciado por F. Engels diante da sepultura de Karl

- Marx. Em L. Konder, G. Cerqueira Filho e E. L. Figueiredo (Orgs.), *Por que Marx?* (pp. 355-357). Rio de Janeiro: Graal.
- Engeström, Y. (1999). Activity theory and individual and social transformation. Em Y. Engeström, R. Miettinen e R. Punamäki (Orgs.), *Perspectives on activity theory* (pp. 19-38). Cambridge: Cambridge University Press.
- Faria, L. R. P. de. (2009). *Trabalho e subjetividade de mulheres de uma comunidade: Fatores de risco e proteção*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Ferreira, A. A. L. (2003). O lugar da psicofísica de Gustav Fechner na história da psicologia. *Memorandum*, 5, 86-93. Acessado em: fevereiro de 2009. Retirado de: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos05/ferreira01.htm>
- Ferreira, A. A. L. (2006a). O múltiplo surgimento da psicologia. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 13-46). Rio de Janeiro: Nau.
- Ferreira, A. A. L. (2006b). A psicologia no recurso aos vetos kantianos. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 85-91). Rio de Janeiro: Nau.
- Ferreira, A. A. L. (2006c). Da psicologia ideológica à psicologia revolucionária: o marxismo na psicologia ocidental. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 365-369). Rio de Janeiro: Nau.
- Ferreira, A. A. L. & Gutman, G. (2006). O funcionalismo em seus primórdios: A psicologia a serviço da adaptação. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 121-140). Rio de Janeiro: Nau.
- Figueiredo, L. C. M. (1986). W. Wundt e alguns impasses permanentes da psicologia: Uma proposta de interpretação. Em M. do C. Guedes (Org.), *História da psicologia* (pp. 25-49). São Paulo: Educ.
- Figueiredo, L. C. M. (1989/2008). *Matrizes do pensamento psicológico* (14^a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (2007). *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* (7^a ed.). São Paulo: Escuta.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. (2000). *Psicologia, uma (nova) introdução: Uma*

- visão histórica da psicologia como ciência* (2ª ed.). São Paulo: Educ.
- Finison, L. J. (1976). Unemployment, politics, and the history of organized psychology. *American Psychologist*, 31(11), 747-755.
- Foster, D. (1999). Racism, Marxism, Psychology. *Theory & Psychology*, 9(3), 331-352(322).
- Frederico, C. (1997). *Lukács: Um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna.
- Galvão, I. (2003). *Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil* (12ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Gergen, K. J. (1999). Agency: Social construction and relational action. *Theory & Psychology* 9(1), 113-115.
- González, Rey, F. (1986). La categoría personalidad en la obra de los psicólogos marxistas. Em M. C. Guedes (Org.), *História da psicologia* (pp. 51-86). São Paulo: Educ.
- González Rey, F. (1995). Acerca de lo social y lo subjetivo en el socialismo. *Temas: cultura, ideología y sociedad*, 3, 93-101.
- González Rey, F. (1996). *Problemas epistemológicos de la psicología*. La Habana: Editorial Academia.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: Uma aproximação histórico-cultural* (Trad. R. S. L. Guzzo). São Paulo: Thomson.
- González Rey, F. (2006). A psicologia soviética: Vigotsky, Rubinstein e as tendências que a caracterizaram até o fim dos anos 1980. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 349-365). Rio de Janeiro: Nau.
- González Rey, F.; Darío Machado; Luiz Martín, J. & Sánchez, E. (1989). Para un debate acerca de la formación del hombre nuevo. *Boletín Internacional* 4, 2-17.
- González Rey, F. & Mitjans Martínez, A. (2003). A psicologia social em Cuba: Reflexões sobre uma história. Em A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha e D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: Relatos na América Latina* (pp. 69-84). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- González Serra, D. (2002a). Epistemología y psicología: Positivismo, anti positivismo y marxismo. *Revista Cubana de Psicología*, 19(2), 150-159.
- González Serra, D. (2002b). Epistemología y psicología: La unidad dialéctica de materia y conciencia. *Revista Cubana de Psicología*, 19(3), 230-241.

- Gorchacov, R. M. F., Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2002). Participação acadêmica de alunos e professores: Avaliar a reestruturação de um novo currículo de Psicologia. Em A. S. Pouzada (Org.), *Contextos e dinâmicas da vida acadêmica* (pp. 61-67). Minho: Lusograf.
- Gould, S. J. (1999). *A falsa medida do homem* (Trad. L. C. Borges, 2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Green, C. D. (2009). Darwinian theory, functionalism, and the first American psychological revolution. *American Psychologist*, 64(2), 75-83.
- Greenwood, J. D. (2009). Materialism, Strong Psychological Continuity, and American Scientific Psychology. *Theory & Psychology*, 19(4), 545-564.
- Guzzo, R. S. L. (2003). Educação para a liberdade, psicologia da libertação e psicologia escolar: Uma práxis para a realidade. Em S. F. C. de Almeida (Org.), *Psicologia escolar: Ética e competências na formação e atuação profissional* (pp. 169-178). Campinas: Alínea.
- Guzzo, R. S. L. (Org.). (2007a). *Desenvolvimento infantil: Família, proteção e risco*. Campinas: Alínea.
- Guzzo, R. S. L. (2007b). Psicologia e educação: Que compromisso? Que relação? Em A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia: Novas direções no diálogo com outros campos de saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guzzo, R. S. L., Lacerda Jr., F., Cattini, N., Ito, P., & Gorchacov, R. M. F. (2002). *Um censo comunitário: Finalidades, dificuldades e contribuições para o conhecimento da realidade*. Trabalho apresentado no I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo.
- Guzzo, R. S. L. & Lacerda Jr., F. (2007). Libertação em tempo de sofrimento: Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(2), 231-240.
- Harris, B. (1979). What happened to little Albert? *American Psychologist* 34(2), 151-160.
- Harris, B. (1996). Psychology and Marxist politics in the united states. Em R. Spears e I. Parker (Orgs.), *Psychology and society: Radical theory and practice* (pp. 64-78). London:Pluto.
- Harris, B. (2009). What critical psychologists should know about the history of psychology. Em D. Fox, I. Prilleltensky e S. Austin (Orgs), *Critical psychology: An introduction* (2ª ed., pp. 20-35).London: Sage.

- Haupt, G. (1983). Marx e o marxismo. Em E. J. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo I: O marxismo no tempo de Marx* (2ª ed., pp. 347-376). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Henriques, L. S. N. (1978). Notas sobre a relação entre ciência e ontologia. *Temas de Ciências Humanas*, 4, 27-40.
- Hepburn, A. (2003). *An introduction to critical social psychology*. London: Sage.
- Hobsbawm, E. J. (1982). A cultura européia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX (Trad. L. Konder e C. N. Coutinho). Em E. J. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (Primeira Parte)* (3ª ed., pp. 75-124). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. J. (2008). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991* (Trad. M. Santarrita, M. C. Paoli, 2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Holzkamp, K. (1984a/1991). Societal and individual life processes. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 50-64). Cambridge: Cambridge University Press.
- Holzkamp, K. (1984b/1991). Psychoanalysis and marxist psychology. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 81-101). Cambridge: Cambridge University Press.
- Holzkamp, K. (1985/1991). Experience of self and scientific objectivity. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 65-80). Cambridge: Cambridge University Press.
- Holzkamp, K. (1992). On doing psychology critically. *Theory & Psychology*, 2(2), 193-204
- Hook, D. (2004a). Frantz Fanon, Steve Biko, ‘psychopolitics’ and critical psychology. Em D. Hook (Org.), *Introduction to critical psychology* (pp. 84-114). Lansdowne: UCT Press.
- Hook, D. (2004b). Fanon and the psychoanalysis of racism. Em D. Hook (Org.), *Introduction to critical psychology* (pp. 115-138). Lansdowne: UCT Press.
- Ito, P. do C. P. & Guzzo, R. S. L. (2002). Diferenças individuais: Temperamento e personalidade; importância da teoria. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 19(1), 91-100.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia social: Uma crítica à psicologia conformista, de Adler a Laing* (S. S. Gomes, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Jameson, F. (1989). Marxism and postmodernism. *New Left Review*, 176, 31-45.

- Jiménez Domínguez, B. (1994). Cambios sociopolíticos y desarrollos históricos en psicología. Em M. Montero (Org.), *Construcción y crítica de la psicología social* (pp. 11-25). Barcelona: Anthropos; Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- Konder, L. (1980). *Lukács*. Porto Alegre: L&PM.
- Konder, L. (1984). *O marxismo na batalha das idéias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Konder, L. (1988). *A derrota da dialética: A recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus.
- Konder, L. (2002). *A questão da ideologia* (1 ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacerda Jr., F. (2007). ¿Liberarse de qué? ¿Liberarse para qué? Notas sobre marxismo, anticapitalismo y psicología de la liberación. Em I. Dobles, S. Baltodano e V. Leandro (Orgs.), *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos* (pp. 201-208). San José: Editorial UCR.
- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2002). *Universidade como espaço de libertação: Conflitos e desafios de uma elite diante das responsabilidades sociais*. Manuscrito não-publicado. Campinas.
- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2004). *Construindo bases para a prevenção primária no Brasil: Auto-Avaliação da criança* (Relatório de Iniciação Científica). Campinas: PUC-Campinas.
- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2005a). Prevenção primária: Análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação* 9(2), 239-249.
- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2005b). *Sujeito e história: Projetos, necessidades e o sentido do viver* (Relatório parcial de Iniciação Científica). Campinas: PUC-Campinas.
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (2006). MST e consciência de classe: Estudo a partir da trajetória de vida de um militante. *Revista Psicologia Política*, 6(12), 289-336.
- Lane, S. T. M. (1984/2001). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. Em S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social - o homem em movimento* (13 ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Leary, D. (1978). The philosophical development of the conception of psychology in Germany, 1780-1850. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 14, 113-121.
- Leary, D. (1979). Wundt and after: Psychology's shifting relations with the natural

- sciences, social sciences, and philosophy. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 14, 231-241.
- Lenin, V. I. (1979). *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós.
- Leontiev, A. N. (1997). Sobre la labor creadora de L. S. Vygotski. Em A. Alvarez e P. Del Río (Orgs.), *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 419-450). Madrid: Visor.
- Lessa, S. (s/d). *Notas sobre a relação entre a história e a ontologia*. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/no_published/ontohist_ver1.pdf. Acessado em fevereiro de 2009.
- Lessa, S. (1997). O reflexo como "não-ser" na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. *Crítica Marxista*, 4, 89-112.
- Lessa, S. (2000). Lukács: Por que uma ontologia no século XX? Em A. Boito Jr., C. N. d. Toledo, J. Ranieri & P. V. Trópia (Eds.), *A obra teórica de Marx: Atualidade, problemas e interpretações* (pp. 159-170). São Paulo: Xamã.
- Lessa, S. (2002). *Mundo dos homens: Trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Lessa, S. (2005). Comunismo: De que se trata? Em A. Galvão (Org.), *Marxismo e socialismo no século XXI* (pp. 197-210). São Paulo: Xamã.
- Lessa, S. (2007a). *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Editora Unijuí.
- Lessa, S. (2007b). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.
- Lessa, S. & Tonet, I. (2008). *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Linhart, R. (1983). *Lenin, os camponeses, Taylor: Ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético* (Trad. D. A. Reis e L. A. Reis). Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Lippold, W. G. R. (2005). O pensamento anticolonial de Frantz Fanon e a guerra de independência na Argélia. *Monographia*, 1, 1-20.
- Lompscher, J. (2006). The cultural-historical activity theory: Some aspects of development. Em P. H. Sawchuk, N. Duarte e M. Elhammoumi (Orgs.), *Critical perspectives on activity: Explorations across education, work, and everyday life* (pp. 35-51). Cambridge: Cambridge University Press.
- Löwy, M. (1989). *Método dialética e teoria política* (Trad. R. Di Piero, 4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Löwy, M. (1999). *O pensamento de Che Guevara* (Trad. Á. L. F. Maués). São Paulo:

Editora Expressão Popular.

- Löwy, M. (2000). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (7ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Lukács, G. (1966). *Estética: La peculiaridad de lo estético – cuestiones preliminares y de principio* (Vol. 1, Trad. M. Sacristán). Barcelona: Ediciones Grijalbo.
- Lukács, G. (1967a). *A crise da filosofia burguesa* (Trad. J. C. Bruni). Disponível em: <http://www.verinotio.org/Sociedade/critica.pdf>. Acessado em fevereiro de 2009.
- Lukács, G. (1967b). *El asalto a la razón* (Trad. W. Roces). Barcelona: Grijalbo.
- Lukács, G. (1968). *Marxismo e teoria da literatura* (Trad. C. N. Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lukács, G. (1968/2007). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem (Trad. C. N. Coutinho e J. P. Netto). Em C. N. Coutinho e J. P. Netto (Orgs.), *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (pp. 225-245). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Lukács, G. (1979a). *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (Trad. C. N. Coutinho). São Paulo: Ciências Humanas.
- Lukacs, G. (1979b). *Ontologia do ser social: A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel* (Trad. C. N. Coutinho). São Paulo: Ciências Humanas.
- Lukács, G. (1981). Determinações para a crítica particular do desenvolvimento da sociologia. Em J. P. Netto (Org.), *Georg Lukács: Sociologia* (pp. 132-172). São Paulo: Ática.
- Lukács, G. (1981/s/d). *A reprodução* (Trad. S. Lessa). Manuscrito não-publicado. Disponível em: http://sergiolessa.com/ontologia_all/novareproduc.pdf. Acessado em fevereiro de 2009.
- Machpherson, C. B. (1964). *The political theory of possessive individualism: Hobbes to Locke*. Oxford: Oxford University Press.
- Madureira, M. de A. (2005). Elementos da filosofia de Auguste Comte. *Verinotio: Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*, 1-26. Disponível em: http://www.verinotio.org/Verinotio_revistas/n3/r3artigo2.pdf. Acessado em: fevereiro de 2009.
- Maiers, W. (1991). Critical psychology: Historical background and task. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 23-49). Cambridge: Cambridge University Press.

- Maiers, W. (2001). German critical psychology at the turn of the millenium ('Same procedure as last year, Miss Sophie', 'The same procedure as every year, James'). *International Journal of Critical Psychology*, 1, 90-96.
- Mandel, E. (1982). *Introdução ao marxismo*. São Paulo: Movimento.
- Mandel, E. (1990). *A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista* (Trad. J. Guimarães & J. M. Borges). São Paulo: Ensaio.
- Marcuse, H. (1968). Libertando-se da sociedade opulenta (Trad. E. Jorge). Em D. Cooper (Org.), *Dialética da libertação* (pp. 186-201). Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Marcuse, H. (1979). The failure of the New Left? *New German Critique*, 18, 3-11.
- Martín-Baró, I. (1983/2004). *Acción y ideología* (10 ed.). San Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1986/1998). Hacia una psicología de la liberación. In A. Blanco (Ed.), *Psicología de la liberación* (pp. 283-302). Madrid: Trotta.
- Martínez Heredia, F. (1995). Izquierda y marxismo en Cuba. *Temas: cultura, ideología y sociedad* 3, 16-27.
- Marx, K. (1842a/1982). El editorial del número 179 de la "Gaceta de Colonia" (Trad. W. Roces). Em W. Roces (Org.), *Karl Marx: Escritos de Juventud* (pp. 220-236). México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K. (1842b/1982). Los debates de la VI Dieta Renana – Debates sobre la ley castigando los robos de leña (Trad. W. Roces). Em W. Roces (Org.), *Karl Marx: Escritos de Juventud* (pp. 248-283). México, D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K. (1843/2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (Trad. R. Enderle). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1843/1982). *Sobre la cuestión judía* (Trad. W. Roces³). Em W. Roces (Org.), *Marx: Escritos de juventud* (pp. 461-490). México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K. (1844/1995). Glosas críticas marginais ao artigo *O rei da Prússia e a reforma social*. *De um prussiano*. *Práxis*, 5, 68-91.
- Marx, K. (1844/2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (Trad. R. M. Castell). Em K. Marx, *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (pp. 145-156). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1845/s/d). Teses sôbre Feuerbach. Em K. Marx & F. Engels (Orgs.), *Obras escolhidas* (Vol. 3, pp. 208-210). São Paulo: Alfa-Ômega.
- Marx, K. (1848/1993). *A burguesia e a contra-revolução* (Trad. J. Chasin, M. D. Prades, M. V. M. de Aguiar; 3ª ed.). São Paulo: Ensaio.

- Marx, K. & Engels, F. (1848/2002). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Massimi, M. (1986). As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial. Em M. C. Guedes (Org.), *História da psicologia* (pp. 95-117) São Paulo: Educ.
- Massimi, M. (2006). Idéias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 75-83). Rio de Janeiro: Nau.
- Merquior, J. G. (1985). *Michel Foucault ou o nihilismo de cátedra* (Trad. D. M. Garschagen). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Mészáros, I. (1970/2006). *A teoria da alienação em Marx* (Trad. I. Tavares). São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (1989). *Produção destrutiva e estado capitalista* (Trad. G. Toscheff). São Paulo: Ensaio.
- Mészáros, I. (2000). A crise estrutural do capital. *Outubro*, 4, 7-15.
- Mészáros, I. (2004). Tempos de Lukács e nossos tempos – Socialismo e Liberdade: Entrevista com István Mészáros. *Ensaio*, 13, 9-29.
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital* (Trad. F. R. Cornejo e outros). São Paulo: Boitempo.
- Moghaddam, F. M., & Harré, R. (1995). But is it science? Traditional and alternative approaches to the study of social behavior. *World Psychology*, 1(4), 47-78.
- Montero, M. (2009). Ser, fazer e aparecer: Crítica e libertação na América Latina. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para a América Latina: Resgate da psicologia da libertação* (pp. 87-100). Campinas: Átomo.
- Naves, M. B. (2005). *Stalinismo e capitalismo* Em M. B. Naves (Org.), *Análise marxista e sociedade de transição* (pp. 57-73). Campinas, UNICAMP, 2005.
- Netto, J. P. (1978). *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*. Lisboa: Seara Nova.
- Netto, J. P. (1983). A propósito da crítica de 1843. *Ensaio*, 11-12, 177-196.
- Netto, J. P. (1985). *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Netto, J. P. (1996a). Para a crítica da vida cotidiana. Em J. P. Netto & M. d. C. B. d. Carvalho (Orgs.), *Cotidiano: Conhecimento e crítica* (3 ed., pp. 64-93). São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (1996b). Lukács e o marxismo ocidental. Em R. Antunes e W. L. Rêgo, *Lukács: um Galileu no século XX* (p. 7-15). São Paulo: Boitempo.
- Netto, J. P. (2002). Georg Lukács: Um exílio na pós-modernidade. Em M. O. Pinassi e S.

- Lessa (Orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo* (pp. 77-101). São Paulo: Boitempo.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2006). *Economia política: Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- O'Donnell, J. M. (1979). The crisis of experimentalism in the 1920s: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, 34(4), 289-295.
- Osterkamp, U. (1991). Emotion, cognition, and action potency. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 102-133). Cambridge: Cambridge University Press.
- Osterkamp, U. (1999). On Psychology, Ideology and Individuals' Societal Nature. *Theory & Psychology*, 9(3), 379-392.
- Osterkamp, U. (2009). Knowledge and Practice in Critical Psychology. *Theory & Psychology*, 19(2), 167-191.
- Palmer, B. D. (1990). The eclipse of materialism: Marxism and the writing of social history in the 1980s. *Socialist Register*, 26, 111-146.
- Papadopoulos, D. (1995). Observations on Vygotsky's reception in academic psychology. Em C. W. Tolman, F. Cherry, R. Van Hezewijk, I. Lubek (Orgs.), *Problems of theoretical psychology* (pp. 145-155). North York: Captus University Publications.
- Papadopoulos, D. (2002). Dialectics of subjectivity: North-Atlantic certainties, neo-liberal rationality and liberation promises. *International Journal of Critical Psychology*, 99-122.
- Papadopoulos, D. (2009). Klaus Holzkamp's critical social science. *Theory & Psychology*, 19(2), 161-166.
- Papadopoulos, D., Stephenson, N., & Tsianos, V. (2008). *Escape routes: Control and subversion in the 21st century*. London: Pluto Press.
- Parker, I. (1989). *The crisis in social psychology – and how to end it*. London: Routledge.
- Parker, I. (1999). Critical psychology: Critical links. Em I. Parker (Org.), *Annual review of critical psychology* (pp. 3-18). Manchester: Discourse Unit.
- Parker, I. (2007a). *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- Parker, I. (2007b). Critical psychology: What it is and what it is not. *Social and Personality Psychology Compass*, 1(1), 1-15.
- Parker, I. (2009). Critical psychology and revolutionary marxism. *Theory & Psychology*,

19(1), 71-92.

- Patto, M. H. S. (1991). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Paulino, R. (2008). *Socialismo no século XX: O que deu errado?* Goiânia: Kelps.
- Paulino, R. & Naves, R. (2004). O dilema da revolução cubana: Pão ou liberdade? *Margem Esquerda*, 4, 197-201.
- Pinassi, M. O. (2009). *Da miséria ideológica à crise do capital: Uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo.
- Politzer, G. (2004). *Crítica dos fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise*. Piracicaba: Unimep.
- Portantiero, J. C. (1989). O marxismo latino-americano. Em E. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo: O marxismo hoje* (Vol. 11, pp. 333-357). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Portugal, F. T. (2006). Comparação e genealogia na psicologia inglesa no século XIX. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 105-119). Rio de Janeiro: Nau.
- Prilleltensky, I. (1994). *The morals and politics of psychology: Psychological discourse and the status quo*. Albany: State oUniversity of New York Press.
- Prilleltensky, I., Fox, D. & Austin, S. (Orgs.). (2009). *Critical psychology: An introduction* (2^a ed.). London: Sage.
- Ratner, C. (1971). Principles of dialectical psychology. *Telos*, 9, 83-109.
- Ratner, C. (2006). *Cultural psychology: A perspective on psychological functioning and social reform*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ross, G. (1990). Intellectuals against the left: The case of France. *Socialist Register*, 26, 201-227).
- Rushton, J. P. (1999). *Race, evolution, and behavior*. Somerset: Transaction Publishers.
- Samelson, F. (1977). World War I intelligence testing and the development of psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 13, 274-282.
- Saunois, T. (1997). *Che Guevara: Symbol of struggle*. London: CWI Publications.
- Segal, L. (2001). Forever critical – psychology and gender. *International Journal of Critical Psychology*, 1, 79-83.
- Shah-shuja, M. (2008) *Zones of proletarian development*. London: OpenMute.
- Sharawy, H. (2003). *Frantz Fanon and the African revolution, revisited at a time of globalization*. Trabalho apresentado na Conferência de 30º Aniversário do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa na África (CODESRIA). Disponível

- em: <http://www.codesria.org/Links/conferences/accra/sharawi.pdf>. Acessado em fevereiro de 2009.
- Sève, L. (1979). *Marxismo e teoria da personalidade* (Trad. E. L. Godinho, Vol. 1). Lisboa: Livros Horizonte.
- Skinner, B. F. (1982). *Sobre o behaviorismo* (Trad. M. P. Villalobos). São Paulo: Cultrix.
- Sloan, T. (1996). *Damaged life: The crisis of modern psyche*. London: Routledge.
- Sloan, T. (2002). Cultura, cognição e individualismo psicológico. In V. Moreira & T. Sloan (Orgs.), *Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica*. São Paulo: Escuta.
- Solé, M. E. (2007). Cuba: desafíos de una psicología transformadora. Em I. D. Oropeza, S. Arróglia & V. Em I. Dobles, S. Baltodano e V. Leandro (Orgs.), *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos* (pp. 367-375). San José: Editorial UCR.
- Taaffe, P. (2000). *Cuba: Socialism & democracy*. London: CWI Publications.
- Taaffe, P. (2006). *Marxism in today's world: Answers on war, capitalism and environment*. London: Socialist Books.
- Teo, T. (1998). Klaus Holzkamp and the rise and decline of german critical psychology. *History of Psychology, 1*(3), 235-253.
- Teo, T. (1999). Marxist psychologists: Bald intellectuals, officials of truth or revolutionaries? *Theory & Psychology, 9*(3), 427-432.
- Tertulian, N. (2004). Marx: Uma filosofia da subjetividade. *Outubro, 10*, 7-16.
- Tolman, C. W. (1991). Critical psychology: An overview. Em C. W. Tolman e W. Maiers (Orgs.), *Critical psychology: Contributions to an historical science of the subject* (pp. 1-22). Cambridge: Cambridge University Press.
- Tolman, C. W. (1994). *Psychology, society, and subjectivity: An introduction to German critical psychology*. London: Routledge.
- Tolman, C. W. (1996). The critical psychological vie of subject and subjectivity. Em C. W. Tolman, F. Cherry, R. Van Hezewijk, I. Lubek (Orgs.), *Problems of theoretical psychology* (pp. 49-54). Captus: Captus University Press.
- Tolman, C. W. (2001). Philosophic doubts about psychology as a natural science. Em C. Green, M. Shore & T. Teo (orgs.), *The transformation of psychology: Influences of 19th-century philosophy, technology, and natural science*. Washington: American Psychological Association.

- Tonet, I. (1989). Liberdade, igualdade, fraternidade: De 1789 a 1989. *Ensaio*, 17/18, 307-314.
- Tonet, I. (1995). Prefácio ao *Glosas críticas...* de Marx. *Práxis*, 5, 45-68.
- Tonet, I. (2005a). *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Editora Unijuí.
- Tonet, I. (2005b). Marxismo para o século XXI. *Margem Esquerda*, 5, 103-121.
- Tonet, I. (2006). Modernidade, pós-modernidade e razão. *Temporalis*, 5(10), 11-28.
Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/modernidade_pos-modernidade_e_razao.pdf. Acessado em fevereiro de 2009.
- Trotsky, L. (1931/1979). *A revolução permanente* (Trad. O. Sá). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Trotsky, L. (1938/2004). *Programa de transição: A agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional* (Trad. L. Praun.). São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.
- Tuleski, S. C. (2002). *Vygotski: A construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.
- Tunes, E. & Prestes, Z. (2009). Vigotski e Leontiev: Ressonâncias de um passado. *Cadernos de Pesquisa*, 39, 285-314.
- Vaisman, E. (1989). A ideologia e sua determinação ontológica. *Ensaio*, 17-18, 399-444.
- Van der Veer, R. & Valsiner, J. (1999). *Vygotsky: Uma síntese* (Trad. C. Bartalotti). São Paulo: Edições Loyola.
- Vidal, F. (2006). “A mais útil de todas as ciências”: Configurações da psicologia desde o Renascimento tardio até o fim do Iluminismo. . Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 47-73). Rio de Janeiro: Nau.
- Vygotsky, L. S. (1927/1997). El significado histórico de la crisis de la psicología: Una investigación metodológica (Trad. J. M. Bravo). Em A. Alvarez e P. Del Río (Orgs.), *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 257-413). Madrid: Visor.
- Vygotsky, L. S. (1929/2000). Psicologia concreta do homem (Trad. A. Marenitch, L. C. de Freitas, A. Pino). *Educação & Sociedade*, 21(71), 23-44.
- Vygotsky, L. S. (1930/1997). La psique, la conciencia, el inconsciente. (Trad. J. M. Bravo). Em A. Alvarez e P. Del Río (Org.), *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 95-110). Madrid: Visor.
- Vygotsky, L. S. (1930/2006). A transformação socialista do homem. Disponível em:

http://www.pstu.org.br/cont/subjetividade_vigotski.pdf Acessado em fevereiro de 2009.

- Vygotsky, L. S. (1934/1997). La psicología y la teoría de la localización de las funciones psíquicas (Trad. J. M. Bravo). Em A. Alvarez e P. Del Río (Org.), *Obras escogidas* (Vol. 1, pp. 133-139). Madrid: Visor.
- Walkerdine, V. (2001). Editorial. *International Journal of Critical Psychology*, 1(1), 9-15.
- Wallon, H. (1971). *Origens do caráter na criança: Os prelúdios do sentimento de personalidade*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Wallon, H. (1979). *Psicologia e educação da criança*. Lisboa: Vegas.
- Wertheimer, M. (1977). *Pequena história da psicologia* (Trad. L. L. de Oliveira). São Paulo: Editora Nacional.
- Wood, E. M. (1999). O que é a agenda “pós-moderna” (Trad. R. Jungmann). Em E. M. Wood e J. B. Foster (Orgs.), *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo* (pp. 7-22). Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.
- Yamamoto, O. H. (1994). *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes.
- Young, R. M. (1996). Evolution, biology and psychology from a marxist point of view. Em I. Parker e R. Spears (Orgs.), *Psychology and society: Radical theory and practice* (pp. 35-49). London: Pluto Press.